UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

Matheus Cardoso da Silva

O último homem da Europa

A luta pela memória no universo não ficcional da obra de George Orwell, 1937-1949.

São Paulo
2010

Matheus Cardoso da Silva

O último homem da Europa

A luta pela memória no universo não ficcional da obra de George Orwell, 1937-1949.

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, como exigência para a obtenção do título de Mestre em História Social, sob a orientação da Professora Doutora Sara Albieri

**São Paulo
2010**

FOLHA DE APROVAÇÃO

Matheus Cardoso da Silva

O último homem da Europa: a luta pela memória no universo não ficcional da obra de George Orwell, 1937-1949.

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, como exigência para a obtenção do título de Mestre em História Social, sob a orientação da Professora Doutora Sara Albieri

São Paulo, de de 2010

Prof. Dr. Daniel Aarão Reis Filho - UFF

Prof. Dra. Maria Elisa Cevasco – USP

Prof. Dr. Sara Albieri (orientadora) – USP

AGRADECIMENTOS

Foram inúmeras as contribuições diretas ou indiretas que possibilitaram o desenvolvimento desta pesquisa e a confecção de seus resultados finais, na forma do trabalho que apresentamos aqui.

Meus antigos colegas dos anos de graduação, e que acabaram por se tornar amigos para a vida toda. Alguns deles, Bruno, Flávio, Oziel, Rodrigo, Douglas, que muitas vezes abriram as portas de suas casas e me permitiram conviver com suas adoráveis famílias, trocar ideias, e relaxar nos momentos mais duros destes anos. Em especial devo agradecer a família de meu amigo Bruno – seus pais, Seu Sebastião e Dona Maria, que sempre me acolheram em sua casa, a qualquer hora do dia ou da noite (ou dos dias que viravam noites), todas as vezes que eu precisei utilizar o computador de seu filho. Devo agradecer também a meu antigo orientador, Professor Gilberto Lopes Teixeira – estendendo também os agradecimentos à sua esposa, Mara – pelo apoio e incentivo ao longo de minha graduação, e na empreitada de transformar uma pesquisa sobre George Orwell iniciada em 2003, em uma pesquisa de mestrado.

Agradeço também aos novos colegas e as várias ideias trocadas nestes últimos anos, em que esta pesquisa parecia um trabalho sem fim. Em especial, ao grupo de orientandos da Professora Sara Albieri, no Departamento de História da USP: Fábio, Vitor, Francine, Daniel, Tiago, Pablo, Gustavo, Arílson, Ivan, Mariana – cuja contribuição fora enorme, a partir das ideias trocadas nas reuniões de orientação da professora Sara, as quais ajudaram em muitos aspectos no desenvolvimento desta pesquisa, estando todos, é óbvio, isentos de suas falhas.

Devo um agradecimento especial a minha querida orientadora, Professora Sara Albieri, cujas qualidades são muitas para elencar aqui, todas elas porém, raras na academia. Agradeço no entanto, principalmente por sua paciência e por acreditar num trabalho que, quando trazido a ela pela primeira vez, não passava apenas de uma boa ideia.

Agradeço também aos membros de minha banca de qualificação, Professor Doutor Antônio Rago Filho, da PUC de São Paulo, e Professora Doutora Maria Elisa Cevasco, do Departamento de Letras Modernas, da Universidade de São Paulo, pelas contribuições riquíssimas e pelo incentivo, durante a avaliação deste trabalho. Devo também um agradecimento particular à professora Maria Elisa, por suas indagações desafiadoras em minha qualificação, as quais me motivaram enormemente nos últimos meses da pesquisa.

Agradeço, por fim, a FAPESP, pela concessão da bolsa de pesquisa de mestrado que financiou parte desta pesquisa, durante sua parte final.

O espectro do homem sem memória...é mais do que um aspecto de declínio – está necessariamente ligado ao princípio do progresso da sociedade burguesa.

Theodor Adorno (citado por Herbert Marcuse, *A ideologia da Sociedade Industrial*)

Resumo

O presente trabalho propõe um estudo sobre a crítica de George Orwell ao processo de manipulação da memória nas sociedades do entre guerras europeu. Serão tomados como referência para a compreensão desta crítica, seus escritos de não-ficção, entre os anos de 1937 e 1949, período que abarca suas reflexões sobre a Guerra Civil espanhola (1936-9) e a publicação de seu último trabalho em vida, o *1984* (1949). É inegável a profusão crítica em relação ao totalitarismo na obra de Orwell, especialmente em seus escritos ficcionais do final da década de 1940 – o *Animal Farm* e o *1984*. Contudo, foi exatamente em sua obra não-ficcional, tematizada aqui, que se construiu todo o arcabouço reflexivo de sua crítica a supressão das liberdades individuais nas sociedades europeias das décadas de 1930 e 1940, especialmente através do processo de manipulação da memória. A crítica de Orwell não visa somente os governos autoritários na Europa desse período – ou em suas versões totalitárias no nazismo e stalinismo – mas acaba por atingir a sociedade inglesa da década de 1940. O que Orwell vai destacar, principalmente em sua crítica jornalística, é um processo de manipulação das informações veiculadas na imprensa inglesa, seja ele institucional, através de órgãos governamentais, como o Ministério da Informação, seja na supressão de informações em periódicos de influência ou controle comunista (no sentido de não divulgarem posições contrárias às determinações do Comintern), apontando para a construção de uma visão “oficial”, “autorizada”, primeiro sobre a Guerra Civil espanhola, e posteriormente, sobre inúmeros acontecimentos relacionados à 2ª Guerra Mundial e a propaganda de guerra.

Palavras-chaves: George Orwell; Memória social; História e memória; crítica jornalística; autoritarismo e totalitarismo.

Abstract

This work proposes a study of George Orwell's critical to the process of handling the memory in the societies of interwar Europe. Will be taken as reference to understand this criticism, his non-fictional writing, between the years 1937 and 1949, a period that spans his reflections on the Spanish Civil War (1936-9) and the publication of his latest work in life, *1984* (1949). Undeniably the critical profusion of the totalitarianism of Orwell's work, especially in his fictional writings of the late 1940s - the *Animal Farm* and *1984*. However, it was exactly in his non-fiction, implied here, which is built around the framework reflective of the criticism of suppression of individual liberties in the European societies of the 1930s and 1940s, especially through the process of handling the memory. The criticism of Orwell does not only authoritarian governments in Europe of

that period - or their versions in totalitarian States of Nazism and Stalinism - but ultimately reach the English society of the 1940s. What Orwell will highlight, especially in its journalistic criticism, is a process of manipulation of information broadcast by the English press, be it institutional, through government agencies such as the Ministry of Information, either in the suppression of information in journals of influence or communist control (in the sense not to disclose positions contrary to the determinations of Comintern), pointing to the construction of a “official”, “authorized version”, first on the Spanish Civil War, and later on various events related to World War Two and the war propaganda.

Keywords: George Orwell, Social Memory, History and memory; Journalism Review; authoritarianism and totalitarianism.

Résumé

Cet article propose une étude de George Orwell est essentiel au processus de traitement de la mémoire dans les sociétés des deux-guerres en Europe. Seront pris comme référence pour comprendre cette critique, son écriture non-fiction, entre les années 1937 et 1949, une période qui s'étend de ses réflexions sur la Guerre Civile Espagnole (1936-9) et la publication de son dernier ouvrage dans la vie, *1984* (1949). Incontestablement, la profusion critique du totalitarisme du travail d'Orwell, en particulier dans ses écrits de fiction de la fin des années 1940 - la *Ferme des animaux* et *1984*. Cependant, il était exactement dans son non-fiction, sous-entendu ici, ce qui est construit autour du cadre de réflexion de la critique de la répression des libertés individuelles dans les sociétés européennes des années 1930 et 1940, notamment à travers le processus de gestion de la mémoire. La critique d'Orwell ne fait pas que des gouvernements autoritaires en Europe de cette période - ou leurs versions totalitaires du nazisme et du stalinisme -, mais finalement à la société anglaise des années 1940. Qu'est-ce Orwell mettra en évidence, en particulier dans sa critique journalistique, est un processus de manipulation de l'information diffusée par la presse anglaise, que ce soit institutionnelle, à travers des organismes gouvernementaux comme le Ministère de l'Information, que ce soit à la suppression d'informations dans des revues de l'influence ou le contrôle communiste (au sens de ne pas divulguer des positions contraires aux déterminations de Comintern), pointant vers la construction d'un vision “officiel”, “autorisée”, d'abord sur la Guerre Civile Espagnole, et plus tard sur les divers événements liés à 2 Guerre mondiale et la propagande de guerre.

Mots-clés: George Orwell, la mémoire sociale, Histoire et mémoire; Journalism Review, l'autoritarisme et le totalitarisme.

Sumário

Introdução.....	10
 Capítulo I	
Em busca de George Orwell.....	37
 1.1 – Do romance ao ensaio.....	37
1.1.1 – Problemas na editoração de sua obra: do esquecimento a recuperação da não-ficção.....	37
1.1.2 – Jornalismo, crítica literária e ensaísmo político: o retrato de uma geração.....	49
 1.2 – Espaço público, intelectuais e “radicalização das ideias”: a luta pela memória diante das várias “versões” da “verdade”.....	62
1.2.1 – Espaço público e circulação de ideias: o trânsito das ideias.....	62
1.2.2 – O espaço dos debates: a esfera pública e a imprensa.....	64
1.2.3 – A “radicalização das ideias” na Inglaterra dos anos de 1930.....	69
1.2.4 – A face de uma dissidência: o intercuro dos debates intelectuais nos anos de 1930.....	80
 Capítulo II	
Numa época como essa...: Memória e tradição na crítica de Orwell.....	103
 2.1 – Cultura e tradição no pensamento social de Orwell e a visão de dois críticos: Edward Said e Raymond Williams.....	103
 2.2 – A Inglaterra e o imperialismo: a crítica de Orwell ao colonialismo e a tradição vitoriana.....	115
 2.3 – Leitura, crítica e jornalismo literário.....	132
2.3.1 – A tradição do pensamento social revisitada: a ruptura com o passado através do olhar do crítico.....	142

Capítulo III

A luta pela memória e pela história na obra de Orwell.....	161
3.1 – As máscaras e a guerra: a luta pela memória na Guerra Civil espanhola.....	164
3.1.1 - A Guerra Civil e a obra crítica de Orwell: as várias faces da verdade.....	168
3.1.2 – Memória, identidade e imprensa: a repercussão da guerra e a crítica de Orwell.....	175
3.2 – A batalha pelos imaginários: Orwell e a re-invenção da linguagem na Segunda Guerra Mundial.....	191
3.2.1– Orwell “propagandista”? A Segunda Guerra Mundial e os anos na BBC.....	194
3.2.2 – Literatura e autoritarismo: a subversão da linguagem diante do discurso totalitário.....	200
3.2.3 – Orwell e a re-invenção da linguagem.....	205
3.3 – 1984: a luta pela memória no imaginário de George Orwell.....	216
3.3.1 - A história como pesadelo.....	221
3.3.2 - A memória individual como possibilidade para a (re)construção da identidade no 1984.....	225
Conclusão.....	232
Anexos.....	252
Bibliografia.....	261

Introdução

(...) Le couer du problème, c'est la mobilisation de la mémoire au service de la quête, de la requête, de la revendication d'identité. Des dérives qui en résultent, nous connaissons quelques symptômes inquiétants: *trop* de mémoire dans telle région du monde, donc abus de mémoire – *pas assez* de mémoire, ailleurs, donc abus d'oubli. Eh bien, c'est dans la problématique de l'identité qu'il faut maintenant chercher la cause de fragilité de la mémoire ainsi manipulée. Cette fragilité s'ajoute à celle proprement cognitive résultant de la proximité entre imagination et mémoire, et trouve dans celle-ci son aiguillon et son adjuvant.

Paul Ricœur, *La mémoire, l'histoire, l'oubli*.

Se és homem, Winston, és o ultimo homem. Tua raça está extinta. Nós somos os herdeiros. Entendes que estás sozinho? Estás fora da história, tu és não existe.

George Orwell, *1984*.

I

O ultimo homem da Europa: esta fora uma das opções de título consideradas por George Orwell, para sua obra mais conhecida e ultimo trabalho publicado em vida – o *1984*.¹ Pseudônimo do escritor anglo-indiano Eric Arthur Blair (1903-1950), o nome de Orwell ganhou destaque como um dos principais romancistas do pós-Segunda Guerra Mundial devido a imagem atribuída ao autor relativa ao grande sucesso que seu livro ganhou na crítica internacional. O mesmo *1984* que perpetua ainda hoje, 106 anos depois do nascimento de Orwell, e sessenta e um anos depois de sua primeira publicação, em 1949², o legado intelectual de um dos principais críticos da sociedade europeia do entre-guerras.

Ainda durante muito tempo depois de sua morte, em 21 de janeiro de 1950, na cidade de Londres, vítima de tuberculose pulmonar – doença que o perseguia a vários anos – a figura de Orwell ficou estreitamente ligada ao sucesso que seus dois últimos livros de ficção – o *1984*, como referimos acima, e também o *Animal Farm*, publicado pela primeira vez em Londres, por Secker and Warburg, em 1945 – detiveram quase que imediatamente a sua primeira publicação (Rodden, 2006).³ Muito do sucesso dos dois livros, deveu-se também aos próprios contextos internacionais

¹ É também uma das frases mais contundentes do livro, quando da confrontação entre a retórica insana do partido único da *Oceania*, através da figura de O'Brien, e Winston Smith, seu personagem principal, quando de sua seção de tortura no Ministério do Amor: "Se és homem, Winston, és o ultimo homem. Tua raça está extinta. Nós somos os herdeiros. Entendes que estás sozinho? Estás fora da história, tu és não existe." (Orwell, 1986:250)

² O livro *1984* foi publicado pela primeira vez em Londres, por Secker and Warburg, em 8 junho de 1949, e em Nova York, por Harcourt/Brace, 13 de junho do mesmo ano.

³ Como veremos no capítulo um, o sucesso estrondoso que os dois livros tiveram respectivamente em 1945 e 1949, logo após o lançamento de suas primeiras edições, quase que simultaneamente em Londres e Nova York, pode ser atestada, segundo apontam os levantamentos de John Rodden (2006), pela vendagem dos dois livros no período.

em que foram lançados – o *Animal Farm*, poucas semanas após o lançamento das bombas atômicas sobre o Japão, e o *1984*, no mesmo ano em que era criado o chamado *Congress of Cultural Freedom*, que dera início ao que mais tarde seria conhecido como a “Guerra Fria Cultural”. A figura de seu autor, ligou-se imediatamente então às imagens que a crítica e o público internacional fizeram destes dois livros. Em ambos, destacando-se, num frenesi inaugurado logo após a declaração da derrota total do Eixo na Segunda Guerra Mundial, as críticas de Orwell a URSS, numa conjuntura que já caminhava para a bi-polarização internacional da Guerra Fria. E nas décadas seguintes, era essa a imagem que o mundo faria de George Orwell.

O “mito” que crescera junto com o nome do autor, iria colaborar posteriormente também na construção da interpretação de seus trabalhos de maior repercussão. Já na década de 1950, Orwell passara a ser considerado um ícone do anti-comunismo, principalmente nos EUA, onde sua obra toma as proporções de um produto da indústria cultural. Como veremos em parte no capítulo um, a obra de Orwell ganha uma dimensão midiática tremenda ao longo das décadas de 1950 e 1960, acompanhando o sucesso editorial de seus últimos romances. Em 1954, por exemplo, tem-se a transformação do *Animal Farm*, em desenho animado, nos EUA; dois anos antes, em 1952, há a primeira adaptação para a televisão inglesa de uma versão do *1984*, e em 1956, a primeira adaptação para o cinema, a qual ganharia uma versão final no ano de 1984, dirigida por Michael Radford. É preciso pontuar, porém, que este não é o tema de nossa pesquisa aqui – ou seja, tratar da recepção da obra de Orwell nos anos posteriores a sua morte, em 1950, já existindo inclusive, uma larga bibliografia em língua inglesa que trata desta questão. Devemos reconhecer, no entanto, sua importância, diante de qualquer tentativa de estabelecer uma compreensão ampla, por exemplo, da historiografia sobre sua obra e, inevitavelmente, de tudo o que tem sido produzido a respeito dela até então – influenciando neste sentido, nosso presente trabalho.

A influência desse “legado intelectual”, tal qual define tão bem John Rodden (op.cit.) - um dos principais estudiosos da obra de Orwell, com trabalhos fundamentais sobre o autor e sua produção, publicados nas últimas duas décadas – não apenas contribuiu para a construção de diferentes “imagens” de Orwell para seus diversos críticos e comentadores (pautadas nas linhas ideológicas em que se estabelecia as diversas leituras do autor), como também para obliterar (ao menos para o grande público) uma porção fundamental de sua obra, produzida ao longo das décadas de 1930 e 1940: mais especificamente, a massa de sua produção enquanto jornalista, crítico literário, social e político.

Mesmo que considerada em parte, sua obra não-ficcional (aqui já ampliando o quadro de sua

Ambos se tornaram *best-sellers*, logo nos primeiros meses de venda, construindo uma fama meteórica para seu autor.

produção jornalística, também para sua produção ensaística e suas cartas pessoais) acaba por aparecer, segundo aponta, por exemplo, Peter Marks (1995), como uma espécie de complemento explicativo de seus romances de maior sucesso. Parcialização que não é alterada nem mesmo diante do processo que se inaugura, como veremos também no capítulo um, a partir da década de 1980, quando emerge um revisionismo historiográfico de sua obra, impulsionado, por um lado, pela aproximação do fatídico ano de 1984, eternizado em seu romance e que já se transformara num símbolo obscuro no imaginário internacional, e por outro, pela publicação, na segunda metade desta década, dos primeiros volumes das *Obras Completas* do autor – também impulsionada pela demanda internacional pela obra de Orwell, criada, na maioria dos casos, desde o ano de 1983. Essa demanda construída pelo crescimento de interesse pela obra de Orwell nas últimas duas décadas e que permitiu um certo reavivamento (inclusive editorial) de sua obra não-ficcional, em detrimento de seu quase esquecimento nas décadas anteriores, mesmo nos países de língua inglesa, onde o autor é reconhecidamente uma das principais figuras do meio intelectual do período entre-guerras, pouco alterou, contudo, o quadro interpretativo sobre suas posições enquanto crítico e intelectual, estabelecido na Europa de então.

Este ponto nos remete a outro fundamental, ao qual somos impelidos a tratar aqui nesta introdução de nosso trabalho. Inevitavelmente, como se deve imaginar, a bibliografia crítica sobre a figura e a produção de Orwell no Brasil, ainda é escassa. No âmbito acadêmico, e colocando de lado nosso próprio trabalho anterior sobre o autor, que correspondeu a nossa monografia de conclusão da graduação em história⁴, encontramos até a data em que elaboramos esta introdução, apenas uns poucos trabalhos produzidos sobre Orwell, nenhum deles, contudo, tratando especificamente de sua produção.⁵ Esta inércia crítica (ao menos no que diz respeito a academia) em relação a produção de Orwell nos últimos anos, poderia se justificar, em certa parte também pela parcialidade da editoração da obra do autor no Brasil. O primeiro livro de Orwell publicado aqui foi o próprio *1984*, em 1954, na cidade de São Paulo, pela Editora Companhia Nacional. De lá para cá, todos os seus nove livros (seus sete romances e seus dois livros-relatos jornalísticos) foram traduzidos no

⁴ Trata-se do trabalho intitulado “*O Limite do pessimismo: traços da constituição histórico-sociológica do imaginário literário orwelliano*”, elaborado como monografia de conclusão do bacharelado em história, no Centro Universitário Fundação Santo André, na cidade de Santo André, São Paulo, em 2006. Trabalho orientado pelo Professor Doutor Gilberto Lopes Teixeira.

⁵ Em nosso levantamento sobre a fortuna crítica de Orwell no Brasil, apenas quatro trabalhos de cunho acadêmico foram encontrados: CARDOSO, Tânia. “*Banquete-e-mo-no*”: uma relação entre George Orwell e Inácio de Loyola Brandão. Dissertação. UFRS, 2000; FRANÇA, Aneta Improla. *A metáfora chomskiana e o problema de Orwell*. Tese. UFRJ, 1994; SILVA, Lília M R. *Estudos de graus de politização na tradução: Animal Farm em vários contextos*. Dissertação. UFMG, 2000; VUGMAN, Fernando S. *From master narratives to simulacra: analysis of Orwell's 1984 and Terry Gilmans*. Dissertação. UFSC, 1995. A inexistência de estudos sistemáticos sobre a obra de Orwell – sua crítica política ou mesmo sua obra de ficção – até o início de nossa pesquisa para o mestrado no ano de 2007, atestam o pouco aprofundamento que sua obra deteve no Brasil, mesmo diante do grande sucesso editorial de seus livros nos últimos anos.

Brasil, por uma série de editoras diferentes. A grande parte de sua obra ensaística contudo – com exceção do ensaio *Looking Back on the Spanish War*, que no Brasil ganhou o título de “*Recordando a Guerra Civil espanhola*”, e foi publicado junto com algumas edições do *Homage to Catalonia* (*Lutando na Espanha*) – manteve-se distante do mercado editorial brasileiro, até o início da década de 2000, quando começou-se a traduzir algumas de suas principais coleções de ensaios críticos, em grande parte, influenciado pelos ecos internacionais das comemorações do centenário de nascimento de Orwell, em 2003.⁶ Os mesmos problemas são encontrados quando nos referimos a existência de traduções brasileiras de livros estrangeiros que tratam de maneira crítica a produção do autor e seu pensamento.⁷ Editado no Brasil, há apenas um pequeno trabalho crítico, que na verdade se estrutura na forma de uma biografia intelectual sobre Orwell: *George Orwell: a busca da decência*, de Ricardo Bonalume Neto, publicado em 1984, em São Paulo, pela editora Brasiliense.

Somos assim, inevitavelmente forçados a dialogar com uma produção crítica e uma bibliografia sobre o autor, quase que totalmente estrangeira, produzida em especial em países de língua inglesa – a grande parte dela nos EUA e na Inglaterra, mas também no Canadá, na Escócia, etc., e em outros países não-anglófonos, como a França e a Espanha. Ao mesmo tempo, essa condição forçosamente imposta pela inexistência de estudos sobre o autor no Brasil, impeliu-nos a uma abordagem quase que complementar de tudo que já fora escrito sobre Orwell nas últimas décadas nestes países, onde existe a muito tempo, uma tradição de estudo sobre sua obra. No mesmo sentido, essa condição obrigou-nos a adotar um posicionamento crítico diante dessa produção – o que acabou por posicionar este trabalho (e nossa leitura da obra de Orwell) em um dos lados dessa crítica. Posicionamento que compreendeu simultaneamente uma escolha das fontes a serem utilizadas, diante da imensidão de trabalhos críticos – entre artigos acadêmicos, monografias, biografias, etc. – produzidos neste países nas últimas seis décadas sobre o autor, e um recorte em tudo o que já havia sido dito e analisado sobre Orwell e sua obra.

Diante destas condições inevitáveis, surgiu-nos assim, o tema da crítica de Orwell a utilização da memória (e da história) como arma política pelos Estados, nas décadas de 1930 e 1940. Tema que nos pareceu muito pouco explorado na obra do autor, mesmo diante da vasta

⁶ Há, por exemplo, a tradução do livro *Orwell in Spain*, publicado na Inglaterra pela Editora Penguin Books, e que reúne todos os ensaios do autor relativos a Guerra Civil espanhola, e que foi lançado pela Editora Globo, em 2006. Também a editora Companhia das Letras, em São Paulo, vem traduzindo alguns importantes trabalhos de Orwell nos últimos anos: no caso os ensaios *Inside the Whale*, traduzido no Brasil com o título *Dentro da Baleia e outros ensaios*, de 2005 e traduções de seus romances, *1984* (2009); *Dias na Birmânia* (2008); *A flor da Inglaterra* (2007); *A revolução dos bichos* (2007); *Na Pior em Paris e em Londres* (2006); e *O Caminho para Wigan* (2010).

⁷ Em português, na verdade, só encontramos até hoje, uma pequena biografia crítica sobre o autor. Na verdade, uma tradução portuguesa, editada a partir da versão original francesa, publicada pela editora Gallimard, em Paris, do livro de Simon Leys: *Orwell ou o horror da política* (Lisboa: Contexto, 1986)

fortuna crítica sobre sua obra e pensamento, já publicada.⁸ Além disso, a questão – muito clara, por exemplo, na leitura dos textos críticos de Orwell sobre a Guerra Civil espanhola – tanto quanto na leitura de outros textos, como o *1984*, e mesmo do *Animal Farm*, nos pareceu um norte reflexivo na problematização de sua obra ensaística, praticamente renegada no Brasil até então. E é esse tema que nos guiará nesta empreitada em desvendar esta parte da obra deste autor tão importante para o pensamento crítico e intelectual inglês nas décadas de 1930 e 1940, e que, da mesma forma, adquiriu grande importância também nos EUA, diante de todas as controvérsias levantadas sobre sua obra e figura, desde os anos de 1950, e que no Brasil vem, a passos curtos, ganhando aos poucos o devido reconhecimento por sua produção intelectual.

E sua obra jornalística se constituiu como caminho quase que natural deste desafio. Primeiro, porque como jornalista – atividade que caracterizou sua carreira profissional a partir de sua volta à Europa em 1928, após cinco anos de serviços na polícia imperial britânica na Índia⁹, Orwell produziu uma vasta obra ensaística – entre ensaios, artigos e resenhas. Segundo, pois esta atividade compreendeu praticamente toda a sua produção, a partir de 1939, até o fim de sua vida, em 1950. Neste período o autor produziu apenas duas peças de ficção – o *Animal Farm* (1945) e o *1984* (1949) – livros que definiriam, segundo seus críticos mais precipitados, a visão ideológica de Orwell acerca da sociedade europeia das décadas de 1930 e 1940. É essencial reconhecer, com isso, tal qual o faz Sônia Orwell, viúva do autor e organizadora, junto com Ian Angus da coleção *The collected essays, journalism and letters of George Orwell* (Londres, 1968, 4 volumes), até então primeira reunião póstuma de sua obra não-ficcional, que ambos – mesmo guardadas suas proporções enquanto libelos de uma crítica política e a relevância de sua narrativa literária – na verdade, apenas “cristalizariam” muitas das ideias discutidas em dez anos de sua produção jornalística.

Sua atuação como jornalista – muito mais efetiva então, do que a de romancista – representaria, através de sua produção, os grande momentos de sua vida: como jornalista, por exemplo, Orwell trabalhou para a seção literária do serviço oriental da BBC internacional, entre os anos de 1941 e 1943, transmitindo para Índia um programa de temas literários;¹⁰ em 1945, cobriria

⁸ Sobre este tema específico, na verdade, só encontramos um trabalho que trata do tema na obra de Orwell publicado: o de François Bédarida, *Histoire e Pouvoir dans 1984*. (1984).

⁹ Seu primeiro artigo publicado foi *La censure em Anglaterra*, em 6 de Outubro de 1928, no jornal francês *Monde*. Entre Dezembro de 1928 e Maio de 1929, publicou, no jornal francês *Progrès Civique*, uma série de artigos sobre o desemprego na Inglaterra, e em Burma, publicando seu primeiro artigo em um periódico inglês, em 29 de Dezembro de 1928, no jornal *G. K's Weekly*.

¹⁰ Função que renderia a publicação de três coletâneas: a primeira, chamada *Talking to Índia*, organizada pelo próprio Orwell, em 1943, e duas póstumas, Orwell. *The war broadcasts* e Orwell. *The war commentaries*, ambas de 1985. Nestas três, reúnem-se uma série de entrevistas e transmissões, algumas publicadas posteriormente em forma de artigo, cujo interesse principal, se dá no que o próprio Orwell classificou como a “atuação propagandística” de seu trabalho, durante a Segunda Guerra Mundial.

também, como correspondente para o jornal londrino *Tribune*, a desativação de campos de concentração e os primeiros julgamentos de prisioneiros nazistas em território alemão. Enquanto ensaísta ainda, Orwell produziu uma vasta obra crítica em relação ao colonialismo britânico. Não diferente fora sua atuação enquanto correspondente para o *Left Book Club*, quando imergiu na vida cotidiana dos mineiros das cidades inglesas de Lancashire e Yorkshire, na primeira metade de 1936, a fim de desnudar as condições de vida e de trabalho de uma das classes mais devastadas pela crise econômica europeia da década de 1930 em seu país (experiência da qual resultou o livro *The Road to Wigan Pier*, 1937). Ainda, como jornalista, Orwell rumou para a Espanha, logo após a deflagração da Guerra Civil, no final de 1936, a fim de contar a história da Guerra e a luta contra o fascismo para o público inglês – experiência da qual resultaria o livro *Homage to Catalonia*, de 1938.¹¹ O livro-reportagem sobre suas experiências na Guerra Civil espanhola figura entre outros ícones da literatura realista produzida então, como *Os dez dias que abalaram o mundo* (1919), de John Reed, e *Nada de novo no Front* (1929), de Eric Maria Remarque. É, sem dúvida, dentro dos escritos não-ficcionais de Orwell, um dos trabalhos mais aclamados, e que lhe renderia, já no final da década de 1930, certo prestígio internacional.

A importância destas últimas experiências, que o colocaram como testemunha-ocular do conflito espanhol, no evento que mais tarde seria considerado o grande ensaio da Segunda Guerra Mundial, marcou definitivamente a orientação da crítica política e social de Orwell a partir de então. Logo após sua chegada em Barcelona, Orwell alista-se nas fileiras do P.O.U.M. (*Partido Obrero de Unificación Marxista*), uma das inúmeras dissidências comunistas na luta contra Franco. Durante a resistência contra o avanço fascista das falanges franquistas, apoiadas por alemães e italianos, testemunha também o processo político-ideológico de perseguição aos partidos dissidentes da liderança comunista – especialmente os anarquistas. Orwell passa então a denunciar a manipulação das informações publicadas sobre o conflito fora da Espanha, principalmente na Inglaterra, em jornais sob controle ou influência ideológica comunista. Esse conjunto de textos publicados entre 1937 e 1942 interessa particularmente à nossa pesquisa, pois representam grande parte do que seria a contribuição de Orwell para a historiografia da guerra, mesmo nos anos seguintes após a vitória de Franco: a produção de uma série de ensaios críticos que denunciavam a manipulação da memória da guerra.

É claro, então, num estudo mais detido da história intelectual inglesa no entre-guerras, que sua produção jornalística – como dito acima, Orwell produziu intensamente entre os anos de 1939 e 1949 – representa um dos mais contundentes quadros críticos desses anos conturbados, em especial

¹¹ Que no Brasil ganharia uma série de edições, por editoras diferentes, todas porém sob o título de *Lutando na Espanha* (2006).

para a crítica político-social inglesa do período. Apesar disso, e em muitos aspectos, sua obra ainda é marcada erroneamente como meramente uma crítica ao stalinismo, ou pior, contra o socialismo, devido a suas críticas à intelligentsia de esquerda britânica. Neste sentido, a produção ensaística de Orwell constrói um rico mosaico das principais questões intelectuais de seu tempo.

De todo modo, a amplitude da obra ensaística de Orwell, reunida nos quatro volumes da coleção *The collected Essays* (op. cit)¹², cobrindo dezenove anos de publicações, atesta sua dedicação à crítica e ao ensaio. Kristin Bluemel (2004) – outra autora a lançar um importante estudo que reconstrói parte dos diálogos contemporâneos do autor, na Inglaterra da década de 1940 – defende que a obra de Orwell (tanto sua ficção quanto seu ensaísmo) ocupa posição-chave para a compreensão de um período de transição do pensamento europeu: aquele inscrito entre o fim do projeto imperialista britânico, que guiou todo o pensamento político burguês no século XIX, e a ascensão de novas formas de governo, baseadas na ideologia de massas e no discurso de reconstrução após a Primeira Guerra Mundial. Dum ponto de vista de uma história dos intelectuais, o que Bluemel destaca é a posição de sua obra, a partir da própria figura de Orwell enquanto *outsider* em relação ao movimento artístico-literário de sua geração. Ao mesmo tempo, como ela argumenta, sua obra estabeleceu conexões entre um círculo variado de pensadores e escritores do centro e da periferia dessa vanguarda intelectual. Isto pode ser evidenciado, por exemplo, em sua correspondência com o romancista estadunidense T.S. Eliot, um dos principais nomes da literatura de sua geração, ou com o escritor nacionalista indiano Mulk Raj Anand, crítico ferrenho da dominação britânica na Índia, desconhecido do grande público e que trabalhou com Orwell na BBC na primeira metade da década de 1940. Bluemel defende ainda que Orwell constituiu um polo reflexivo entre diferentes correntes de pensamento de sua geração, em torno dos temas que permeavam suas discussões acerca da sociedade europeia nas décadas de 1930 e 1940 – em grande parte, atribuindo a isso, a repercussão de livros como *Animal Farm* e *1984*.

Diante então da parcialidade que persiste na leitura da obra de Orwell, como no caso do público brasileiro, que desconhece, por exemplo, sua importância intelectual e de seus diálogos contemporâneos, tal qual nos apresenta Bluemel em seu estudo, publicado em 2004, justifica-se nossa intenção, na presente pesquisa, de tomar um conjunto temático de textos dentre aqueles contidos em sua obra de não-ficção, com o intuito de mapear uma dentre as inúmeras perspectivas crítico-interpretativas ali contida: a primeiro momento, para apresentar essa parte da produção de Orwell ao leitor brasileiro; e, num segundo momento, oferecer uma espécie de guia, entre as

¹² Mas que, porém, não representa a totalidade de sua obra produção ensaística, pois, como aponta Bernard Crick(1983), devido a opção de Sonia Orwell em excluir muitos artigos publicados por Orwell, como uma série de seus trabalhos produzidos na BBC. A totalidade de sua produção pode, contudo, ser apreendida na coleção *The complete works of George Orwell*, organizada em 20 volumes, por Peter Davison, finalizada em 1998.

inúmeras questões discutidas pelo autor em seu ensaísmo, como nos referimos acima, para a leitura dessa produção.

Tomaremos então como fio condutor de nossa pesquisa, os textos contidos em sua produção essencialmente entre os anos de 1937 e 1949. Haverá porém, como poderá ser notado, por exemplo, no capítulo dois, a extrema necessidade de um recuo maior na produção de Orwell de anos anteriores, como no caso do texto fundamental para a compreensão de inúmeras questões envolvendo sua crítica política, *The Road to Wigan Pier*, publicado pela primeira vez, em 1937, mas que fora escrito em 1936. Da mesma forma, se justifica as incursões em sua obra ficcional, em especial no texto do *1984*, como veremos, por exemplo, na última parte do capítulo três. Tanto quanto sua importância para a construção da crítica sobre o pensamento de Orwell nas décadas posteriores a sua morte, tal qual indicamos acima, o livro se coloca como o texto mais amadurecido do autor (também por ter sido seu último trabalho publicado em vida). Inúmeras questões que aparecem ali são então, instrumentalizações imaginativas, elaboradas sobre inúmeros pontos de sua crítica política e intelectual dos anos anteriores à sua primeira publicação. Entre estas, inclusive, inúmeras que nos são fundamentais em nossa reflexão sobre as críticas de Orwell a utilização da memória pelos Estado de então, como o papel da censura institucional, da propaganda, a transformação da linguagem em meio de reificação do indivíduos, etc..

Nossa hipótese de leitura é então, mesmo que consideradas estas digressões para além de nosso recorte na produção de Orwell estabelecido previamente, que o intervalo entre sua participação na Guerra Civil Espanhola, em 1937-8 e a publicação do *1984*, em 1949, é o momento de construção de sua reflexão crítica acerca do totalitarismo, que culminaria com a redação do livro *1984* em forma de ficção. Pretendemos apontar desta forma, nos ensaios compreendidos nesse período, a progressiva identificação no léxico do autor, um processo de reificação dos indivíduos, através da manipulação da história e da memória. Fato fundamentalmente presente em toda sua produção (ensaística e com reverberações em sua ficção), ao longo do final da década de 1930 e por toda a década de 1940.

II

A discussão sobre a memória aparece cedo na obra de George Orwell. Desde seus primeiros trabalhos no início da década de 1930, inclusive seus dois primeiros livros – *Down and Out in Paris and London* (1933) e *Burmese Days* (1934) – as reflexões sobre o tema aparecem de maneira ampla em sua crítica, em torno de abordagens múltiplas sobre as questões discutidas. Em seu primeiro livro, por exemplo, que narra em tom jornalístico suas experiências pessoais entre as classes

subalternas das cidades de Paris e Londres, no final dos anos de 1920¹³, Orwell, cujo desejo era vivenciar a experiência dos “despossuídos” da sociedade europeia, como inscrito em passagens auto-biográficas de sua obra posteriormente, estabeleceu uma relação de comparação direta com sua formação pessoal¹⁴. Ele escreve, por exemplo, em uma de suas muitas análises ao longo do livro, sobre suas impressões acerca dos mendigos e andarilhos londrinos, com os quais conviverá diretamente, no final da década de 1920, em meio ao momento mais grave da crise econômica na Inglaterra:

Gostaria de escrever algumas observações de ordem geral sobre os mendigos. Quando a gente chega a pensar nisso, conclui-se que são um estranho produto, no qual vale a pena pensar. É estranho que uma tribo de homens, cerca de dez mil, esteja a caminhar de lá para cá por toda a Inglaterra, como judeus errantes. Mas, embora seja óbvio que o caso precise ser estudado, não é possível sequer começar a fazê-lo sem que a gente se desfaça antes de certos preconceitos. Esses preconceitos estão enraizados na ideia de que todo mendigo é um canalha. Quando crianças, ensinaram-nos que os mendigos são canalhas, e, conseqüentemente, há nas nossas cabeças uma espécie de arquétipo – uma criatura repulsiva, bastante perigosa, que prefere morrer a trabalhar e tomar banho, e só quer mendigar, beber e roubar galinhas. Esse mendigo-monstro é tão irreal quanto o sinistro chinês das histórias, mas é difícil escapar dessa ideia. O próprio nome mendigo evoca essa imagem. E a crença nisso gera a confusão em relação às verdadeiras questões sobre o nomadismo. (Orwell, 1933[1986:183])

Em meio ao mergulho entre aquilo que Orwell acreditava ser o ponto mais baixo da hierarquia social europeia – mendigos, desempregados, andarilhos, carregadores de todos os tipos, *plongeurs* parisienses no final dos anos de 1920 – o autor pode contrapor a todo momento suas memórias pessoais, inscritas em sua formação intelectual burguesa adquirida, por exemplo, entre as paredes do tradicional *Eton College*, às experiências vivenciadas entre a “ralé” da sociedade – aqueles que, como ele escreveu, estavam tão à margem da sociedade dita “respeitada”, que eram considerados quase como indigentes, vagando pelas cidades, se ocupando em sub-empregos

¹³ O livro *Down and Out in Paris and London*, foi publicado pela primeira vez em Londres, por Victor Gollancz, em 9 de janeiro de 1933 e em Nova York, por Harper Brothers, em 30 de junho do mesmo ano.

¹⁴ A intenção inicial de Orwell, como ele escreve no prefácio à primeira edição do livro publicada na França, na cidade de Paris, pela editora Gallimard, em 8 de junho de 1935 (Orwell, 1934[1968[1]:113-4]), era de, logo após sua volta à Europa em 1927, depois de cinco anos de serviços na polícia imperial indiana, ir a cidade de Paris (cidade onde sua mãe nascera) para escrever seus dois primeiros romances (nunca publicados e cujos manuscritos se perderam) e aprender francês. Porém, com pouco dinheiro e sem conseguir viver de seu trabalho intelectual (Orwell conseguiu naquele período apenas publicar alguns artigos individuais em jornais franceses), precisou se empregar nos empregos que apareceram, começando uma peregrinação por diversas atividades e “sub-empregos”, como por exemplo lavador de pratos em hotéis de Paris. De volta a Londres, no outono de 1929, Orwell se ocuparia ocasionalmente de seu jornalismo, publicando pequenos artigos e algumas resenhas, e como professor particular de inglês. Sentiria, porém, os efeitos da crise econômica que assolaria a Europa ao longo da década de 1930, vivendo muito próximo da pobreza, em albergues e pensões que abrigavam os milhares de desempregados que cresciam cada vez mais nas zonas industriais das grandes cidades.

temporários, vivendo muitas vezes da caridade dos sistemas sociais do Estado¹⁵. Orwell escreve, por exemplo, em outra parte deste primeiro texto, referindo-se as suas sensações pessoais quando ele percebe-se defronte com a extrema miséria, e nos dá uma ideia do choque que isso representou para ele:

No todo, é bem curioso o seu primeiro contato com a pobreza. Você já pensou tanto em pobreza...uma coisa que o atemorizou toda a vida, uma coisa que você sabia que iria acabar acontecendo a você mais cedo ou mais tarde. No entanto, de tão diferente, chega a ser prosaico. Você pensava que seria bem simples; é extraordinariamente complicado. Pensava que seria terrível; é simplesmente miserável e maçante. A primeira coisa que você descobre é a baixeza peculiar à pobreza, as mudanças que ela impõe, a intrincada mesquinhez, a capacidade de aproveitar restos. (Orwell, 1933[1986:19-20])

É claro aqui o choque que a miséria provoca no autor. A defrontação com condições reais de extrema pobreza, contrastadas, ao mesmo tempo, com a vida ordinária das grandes cidades europeias, como Londres, e toda sua formação intelectual anterior, que o impelia a construir “esteriótipos” dessa pobreza e de seus personagens, é evidente no misto de relato e análise sociológica da vida entre os mendigos londrinos, que o autor empreende ali. Na página seguinte deste mesmo texto de 1933, Orwell escreve descreve os efeitos agudos da fome sobre si próprio:

Você descobre o tédio inseparável da pobreza. Às vezes em que você não tem nada para fazer, e, estando subalimentado, não consegue interessar-se por nada. E há a ocasião em que você fica deitado na cama durante a metade do dia, sentindo-se como o *jeune esquelette* do poema de Baudelaire. Só comida seria capaz de levantá-lo. Você descobre que um homem que passou uma só semana a pão e margarina não é mais um homem, é apenas um estômago com alguns acessórios. (ibid.: 21)

¹⁵ É interessante observar, contudo, que as memórias pessoais de Orwell sobre este período, representadas em vários momentos de sua obra não-ficcional ao longo de sua vida, são contraditórias. Por exemplo, no próprio livro *Down and Out* (um assumido relato jornalístico de suas experiências nas cidades de Paris e Londres, mas cuja construção, também de maneira assumida pelo autor, não se baseou na cronologia dos fatos, permitindo então a acentuação de alguns dos ocorridos), Orwell transmite ao leitor a ideia de que suas experiências entre os mendigos e desempregados em Londres, foi produto das condições da Inglaterra, mergulhada na crise, obrigando-o, pela falta de emprego, a viver em pensões baratas e albergues, entre os demais necessitados. Narrativa que contrapõe, uma outra, apresentada, por exemplo, em seu livro *The Road to Wigan Pier*, de 1937. Também construído como um relato jornalístico da condição de vida dos mineiros do norte da Inglaterra na metade da década de 1930, o livro perpassa também experiências passadas, entre elas as narradas no *Down and Out*. Aqui porém, diferente da primeira narrativa, aquelas experiências aparecem como intenções deliberadas, escolhas pessoais de Orwell, com o fim de aprofundar suas conhecimentos sobre as condições de vida entre as bases da sociedade Inglesa. Assim, aquilo que pareceu o resultado natural de um contexto econômico-social caótico, que reverberou na própria condição de vida de Orwell no final da década de 1920, em seu primeiro livro, é apresentado neste último, como uma imersão deliberada e intencional na própria crise que assolava a Europa. Para nós, contudo, essa contradição entre as duas narrativas, pode ser entendida como um desejo pessoal, dentro de um contexto amadurecido de suas reflexões sobre o tema, de reestruturar as origens de sua crítica, e, inevitavelmente, de um momento importante de sua vida.

Os desdobramentos psicológicos dessa experiência de imersão num mundo então desconhecido por Orwell na Europa, teriam marcas profundas no desenvolvimento de seu pensamento¹⁶. Sua crítica posterior às estruturas sociais da Inglaterra nas décadas de 1930 e 1940, desenvolvida principalmente em seu ensaísmo político-social (mas com enorme força também em sua crítica literária e em seus romances), se estabeleceria como um contraponto constante entre aquela que representava as origens de sua formação educacional na infância e juventude, carregada culturalmente por todo o tradicionalismo conservador das classes médias vitorianas, e a sociedade que conhecera, primeiro na Índia, nos anos de 1920, e depois nestas experiências na Europa, já solapada pelos ecos da crise mundial que acompanhou o *crash* da bolsa de Nova York, em 1929.¹⁷

Também em seu segundo livro, a questão da memória estava irremediavelmente presente. Mesmo sendo seu primeiro trabalho de ficção publicado, o livro *Burmese Days*¹⁸, inscreveu um marco num processo reflexivo fundamental para o desenvolvimento do pensamento de Orwell: sua crítica ao imperialismo. Como já se enunciava em sua obra desde o início da década de 1930, com a publicação do ensaio *A Hanging*, em 1931, Orwell iria sistematizar posteriormente em sua obra não-ficcional ao longo das décadas de 1930 e 1940,¹⁹ sua crítica ao imperialismo, inscrita, por sua

¹⁶ Como foi considerado em inúmeros momentos por críticos e comentadores, os primeiros anos da vida de Orwell após deixar seu emprego na polícia imperial indiana, foram fundamentais para o desenvolvimento posterior de seu pensamento. Foram nestes primeiros anos, ou seja, entre seu retorno à Inglaterra, em 1927 e a publicação de seu primeiro livro, em 1933, que Orwell esboçou o que se transformaria numa crítica sistemática ao imperialismo e a estrutura de classes na Inglaterra, baseando suas observações em suas próprias experiências pessoais. Aquilo que foi considerado, por exemplo por Bernard Crick, seu principal biógrafo (1980), como a “dicotomia Blair/Orwell”, ou a necessidade ética que a adoção do pseudônimo representou (como o próprio Orwell reconheceu também em vários momentos), emerge também dessas reflexões iniciais do final da década de 1920 e início da década de 1930.

¹⁷ A aproximação entre estes dois universos sociais é feita pelo próprio Orwell, anos mais tarde, quando ele refletirá as motivações que o levaram a imergir entre aqueles “excluídos” das sociedades londrina e parisiense, no final dos anos de 1920. Ele escreverá, por exemplo, em 1937, no *The Road to Wigan Pier*: “[...]percebi não ser necessário ir a Birmânia para encontrar tirania e exploração. Aqui na Inglaterra, bem a meus pés, estava a classe trabalhadora carente, passando fome, e o seu sofrimento, embora diferente, era tão terrível quanto a de qualquer oriental.” (Orwell, 1937[1986:146]). Para Orwell, o que aproxima a sociedade indiana colonial, da sociedade britânica ou mesmo francesa – referindo-se às suas experiências pessoais em Londres e Paris – é a situação de completa miséria, na qual as populações que formavam a base de ambas as sociedades estavam submetidas naquele momento, em que a crise econômica devastava não apenas as regiões industriais, mas também os centros urbanos. E sua volta à Europa em 1928, mergulhou-o diretamente neste contexto social caótico, tornado mais evidente para ele, os efeitos da grave crise social em que o continente estava mergulhado.

¹⁸ O *Burmese Days* é publicado pela primeira vez em Londres, por Victor Gollancz, em 1934.

¹⁹ Numa série de artigos, ensaios, revisões e cartas pessoais. Entre estes poderíamos destacar como exemplo, os ensaios *A Hanging*, publicado na revista *Adelphi*, em agosto de 1931; *Shooting an Elephant*, publicado na revista *New Writing*, número 2, outono de 1936; e o ensaio *Marrakech*, publicado também na revista *New Writing*, no inverno de 1939. Nos três ensaios, concebidos em momentos diferentes do contexto de sua produção na década de 1930, persiste o mesmo tipo de crítica ao imperialismo – nos dois primeiros baseados em suas experiências na Índia britânica e no colonialismo britânico e no segundo, em suas experiências no Marrocos francês. Nos dois últimos porém, Orwell começa a aproximar aquilo que ele entendia ser a opressão do sistema colonial com outras formas autoritárias de governo, passando a considerar então o imperialismo como uma forma característica de autoritarismo, baseada na supressão das liberdades individuais, que em diversos aspectos, repetia a sujeição das camadas inferiores da sociedade europeia, no universo colonial. Essa reelaboração de sua visão sobre o imperialismo, que pode ser analisada através da contraposição destes três textos, demonstra também um processo de reelaboração de seu próprio pensamento crítico – a partir da metade da década de 1930, já fortemente influenciado pela ascensão do autoritarismo na Europa.

vez, através de sua crítica ao colonialismo britânico, em especial na Índia – cujas ligações pessoais com Orwell datavam desde seus avós que se estabeleceram lá no século XIX²⁰. Ao mesmo tempo, estava implícita aí uma outra crítica, também de caráter fundamental em sua obra: a crítica à tradição cultural vitoriana, que para ele ficará mais evidente ainda na Índia, especialmente pelo tradicionalismo das relações coloniais – nos gestos, nos costumes, nas práticas diárias, no ritual militar e civil, etc. – todas manifestações de reafirmação cotidiana da dominação colonial e da separação entre dominantes e dominados. Mesma “tradição” (em diversos aspectos “invetada” como forma simbólica de manifestação do poder imperial, tal qual analisaram Eric Hobsbawm e Terence Ranger[2002]) que reafirmava a condição social de esteios da sociedade britânica nas primeiras décadas do século XX – por exemplo, para nos referirmos a questões que foram abordadas por Orwell ao longo de sua crítica, pela educação das elites nas tradicionais escolas privadas, que afirmava a condição hierárquica da sociedade através de um ensino formal e exclusivista, ou ainda pela manutenção de determinadas práticas rituais de afirmação de sua condição social – todas transportadas para o universo colonial, como mecanismos de reafirmação do caráter, da cultura e da nacionalidade britânicas.²¹

Questão que será inscrita também em suas críticas ao pensamento social inglês ao longo do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, onde aliás podia ser lido a construção da justificativa intelectual do projeto imperialista. Principalmente em sua crítica literária, como veremos no capítulo dois, a crítica à tradição do pensamento social inglês e à cultura vitoriana guardará local privilegiado, especialmente em sua visão sobre inúmeros autores importantes, como Charles Dickens, Jack London, Joseph Conrad, T.E. Lawrence, Somerset Maugham, W. B. Yeats, etc²². Em seus trabalhos sobre Rudyard Kipling e sua obra, por exemplo – cuja força fora

²⁰ Nascido em Motihari, na Índia, em 1903, Orwell (batizado Eric Arthur Blair) era filho de Richard Walmesley Blair, um funcionário inglês do departamento de Ópio do Serviço Civil indiano, e Ida Mabel Limouzin, uma jovem de origem francesa. Seu avô paterno servira no exército colonial indiano, na segunda metade do século XIX, e se tornara depois pastor anglicano. Seu avô materno se estabelecera na Índia também no século XIX, como comerciante de madeira, em Burma, e depois se tornara agricultor de arroz. Orwell contudo, voltaria com sua mãe e irmãos para a Inglaterra em 1907, e se estabeleceriam na cidade de Henley (seu pai ficaria na Índia até sua aposentadoria em 1912).

²¹ O livro *Burmese Days*, é um retrato minimalista destas diferenças culturais entre a minoria branca e a maioria nativa, reafirmadas cotidianamente, entre outras práticas, nas atividades privadas diárias dos funcionários coloniais e suas famílias, nos clubes privados, nas casas de chá, nas festas nas residências dos chefes civis e militares, etc - eventos onde poucos nativos ilustres eram aceitos (médicos, políticos, grandes comerciantes), ainda sim, como forma de contrapor a cultura europeia à cultura “oriental”. Em muitos aspectos foram estes detalhes cotidianos, que permaneceram nas memórias de Orwell, diante de suas experiências na Índia. Lá, por exemplo, ficava mais claro, que a manutenção quase religiosa de uma prática social comum na Inglaterra – o chá da tarde – se estabelecia como um evento de afirmação simbólica da identidade cultural britânica, reunindo todas às tardes nos clubes privados, todos os funcionários do serviço imperial. Na Inglaterra, a permanência de determinadas práticas sociais, seria retrato, segundo Orwell analisaria por exemplo no *The Road to Wigan Pier* (op.cit.), da manutenção de uma cultura que reafirmava as hierarquias sociais através da “tradição”.

²² Como avaliam por exemplo críticos como Raymond Williams (1990; 1969), Edward Said (2001; 1995) e Arnold Hauser (1998), duas questões seriam centrais no imaginário social inglês no século XIX, repercutindo de maneira quase uníssona entre a classe intelectual: a industrialização e seus efeitos para a sociedade e o imperialismo. A

incontestável na infância e juventude de Orwell, como ele reconhece através da admiração que ele admitiu sentir pelo autor por toda a vida²³ – Orwell vai apreciar a construção do “mito da Inglaterra”, expressa no projeto imperialista britânico do século XIX, e que reverberaria fundo ainda nas primeiras décadas do século XX. Ideias como o “fardo do homem branco”, tecidas na obra de Kipling, justificariam moralmente a dominação de povos considerados “inferiores” no imaginário britânico vitoriano, transformando o colonialismo num caminho para levar o “progresso ocidental” aos povos considerados inferiores, da Ásia e da África. A obra de Kipling assim, vai representar o verdadeiro retrato cultural de uma geração, e cujos ecos da influência podiam ser sentidos ainda nas primeiras décadas do século XX, já na fase final do imperialismo britânico.

Outro grande trabalho da década de 1930, também repercutiria a questão da memória, paralelamente à sua crítica política e social. O livro *The Road to Wigan Pier* (op.cit.), em muitos aspectos foi considerado, inclusive pelo próprio Orwell, como um divisor de águas em sua produção. Publicado pela primeira vez também por Victor Gollancz (seu editor desde seu primeiro livro publicado, o *Down and Out in Paris and London*), em 1937, o livro foi produto de uma reportagem encomendada pelo *Left Book Club* de Londres (dirigido por Gollancz), sobre as condições de vida e trabalho dos mineiros em cidades do norte da Inglaterra. Ali, Orwell pode mais uma vez diferenciar suas experiências pessoais (inclusive contestando sua própria orientação política, que ele acreditava ser “socialista”) de suas observações do cotidiano de uma das classes mais afetadas pela crise econômica da década de 1930. Orwell relatará, por exemplo, inúmeros detalhes, quando se deparara com a miséria das famílias de trabalhadores de cidades como Wigan e Lancashire, causada pelo desemprego em massa nas zonas industriais do norte da Inglaterra. A falta de dinheiro e assistência social, definirá essencialmente o tipo de alimentação das famílias, diante da escassez de mantimentos e de uma dieta pobre, construída ao longo dos anos. A contestação das estruturas sociais britânicas, a partir da situação dos mineiros do norte da Inglaterra, contudo, assumirá uma questão extremamente complexa em suas análises neste livro. Orwell irá a todo momento contrapor temas como o nacionalismo e o patriotismo – importantes componentes políticos e psicológicos da sociedade inglesa no pós-1918 – aos efeitos reais da crise econômica e social dos anos de 1930.

Ao mesmo tempo, o autor pode contrapor um conjunto de práticas culturais diárias – que

crítica sistemática de Orwell a muitos desses autores permite uma reflexão apurada das várias formas de representação destas questões, inclusive permitindo acompanhar seus efeitos na própria obra de Orwell, inevitavelmente influenciado por muitos destes escritores.

²³ Como ele escreve num artigo quando da morte Kipling, publicado na revista *New English Weekly*, em 23 de janeiro de 1936: “(...) For my own part I worshipped Kipling at thirteen, loathed him at seventeen, enjoyed him at twenty, despised him at twenty-five, and now again eather admire him. The one thing that was never possible, if one had read him at all, was to forget him.” (Orwell, 1936 [1968:159])

formavam uma espécie de “cultura popular operária”²⁴ entre os mineiros das cidades de Yorkshire e Lancashire – ao discurso e às práticas organizacionais do movimento operário comunista, difundido através de comitês e sindicatos. A questão que se coloca, neste sentido, é a manutenção de práticas culturais tradicionais, traduzidas na organização do trabalho, na moradia, nos hábitos alimentares, na forte presença da religião entre os mineiros – em detrimento do discurso laico comunista – etc. Todos aspectos que permitiram a Orwell estabelecer um contraponto com o discurso da intelligentsia comunista britânica, da qual, para nosso autor, resultava uma imagem idealizada da classe trabalhadora (na verdade, dispersa no conceito de “proletariado”) , sem muitas relações com suas especificidades de vida e trabalho.²⁵

Ao longo da década de 1930, como todos estes textos demonstram, através da discussão de temas diferentes, a questão da memória se manterá presente em sua obra, especialmente em sua produção ensaística. Questões fundamentais para sua geração, como o imperialismo, que detiveram importância cultural fundamental em sua formação intelectual e política²⁶, ou mesmo a difusão das ideias comunistas entre a classe trabalhadora britânica, permitiram a Orwell a todo momento trazer para o debate a questão da influência da “tradição” e seu peso político e social na Inglaterra do entre-guerras. Seja pela manutenção de um *ethos* cultural, representado por exemplo na literatura imaginativa e nos principais autores que compuseram o quadro educativo de sua infância e juventude, como mais tarde sua crítica literária ou mesmo seu ensaísmo que trata diretamente do imperialismo vai tão bem refletir; seja ainda pela persistência de um tipo de pensamento conservador como cimento da hierarquia de classes na Inglaterra, advindo ainda do século XIX, do século da burguesia vitoriana e do auge do colonialismo britânico – o *passado* sempre emergirá

²⁴ Este tema é muito interessante na análise que Orwell faz da condição de vida dos mineiros das duas cidades em que esteve, Lancashire e Yorkshire, em meio a sua narrativa no *The Road to Wigan Pier*. Durante o período em que passou nestas duas cidades, Orwell, hospedado em casas de mineiros, pode apreender muito de suas vidas cotidianas. A persistência de algumas formas de manifestação cultural tradicionais – como canções, hábitos alimentares, distribuição espacial das casas e dos móveis dentro das casas, etc. - representaram para Orwell formas muito peculiares a classe trabalhadora inglesa, ao mesmo tempo que uma espécie de contraponto à imagem difundida no discurso comunista internacional que definia, segundo um estereótipo ideológico, o proletariado e a classe trabalhadora internacional.

²⁵ As experiências de Orwell narradas neste livro, foram fundamentais para definir sua crítica a ortodoxia do discurso internacional comunista e da própria intelligentsia comunista britânica, que transformava, segundo Orwell, a classe trabalhadora (e o próprio socialismo) quase num “fetiche” intelectual, deslocado das reais condições de vida e trabalho da classe trabalhadora na Inglaterra.

²⁶ É importante marcar também, além da influência cultural transpassada por toda a educação formal de sua infância, a influência política do imperialismo (ou do pensamento que guiou o colonialismo britânico no século XIX), na formação individual de Orwell. A adesão de Orwell ao que ele entendia ser o “socialismo” (Apud. *The Road to Wigan Pier*.), a primeiro momento, se deu como uma simples “oposição moral” ao que ele entendia representar todo o conservadorismo das instituições nacionais britânicas, que repercutiam na hierarquização da sociedade inglesa, ao mesmo tempo, que na opressão do sistema colonial na Índia. O “socialismo” (mais uma vez, representando então mais uma espécie de categoria “moral” do que uma vertente política ideologicamente constituída) apareceria então como o contra-senso natural a esse processo, baseado em sua ideia de igualdade e justiça social. Orwell, mais tarde, reconhecerá em sua obra a inconsistência de sua visão inicial sobre o socialismo, reconhecendo contudo a importância inicial dessa primeira imagem, como grande ponto de ruptura entre suas origens político-sociais-intelectuais e a consolidação de sua oposição crítica ao conservadorismo da sociedade e das instituições britânicas.

como a principal mola de sustentação das instituições inglesas.

A ascensão do autoritarismo na Europa contudo, com a vitória do partido fascista na Itália, em 1928, depois a vitória do partido nazista na Alemanha, em 1933, e o início da Guerra Civil espanhola, em 1936, transformará a crítica de Orwell, a partir da segunda metade da década de 1930, assim como os próprios horizontes da crítica intelectual internacional. A difusão das ideias fascistas, e a concomitante adesão de vários intelectuais por todo o mundo (inclusive no mundo anglo-saxônico²⁷) ao movimento irradiado da Itália e depois da Alemanha, implicara numa reorientação dos debates intelectuais na década de 1930, bi-polarizando a classe intelectual internacional entre opositores e apoiadores do fascismo²⁸. A ruptura definitiva se daria então em 1936, com o levante falangista contra a República espanhola. Isolado pelos outros Estados “democráticos”, como a Inglaterra e a França, em detrimento do maciço apoio alemão e italiano a Franco, o governo republicano espanhol, contou, contudo, com um enorme engajamento internacional de voluntários pela defesa do Estado espanhol. Entre estes, diversos intelectuais, escritores, poetas, se engajaram na luta contra o golpe falangista. A Guerra Civil espanhola, que culminaria por fim em 1939, com a derrota da República, se estabeleceria no cenário precedente a Segunda Guerra, como o grande marco desse processo de bi-polarização da classe intelectual internacional. E seus efeitos seriam inevitáveis também na obra crítica de Orwell, a qual guardaria marcas profundas sobre o evento.

Orwell se engajaria na luta contra o fascismo na Espanha, no final de 1936, poucos meses depois do início do conflito. Desde o início, como já nos referimos acima, atuaria como voluntário na milícia socialista do P.O.U.M, que detinha, por sua oposição ideológica a comunistas, ligações estreitas com as organizações anarquistas. Por essa filiação ideológico-partidária, Orwell se envolveria diretamente nas disputas que cindiram, em maio de 1937, as forças republicanas, num conflito que se estendia desde o início da Guerra Civil, entre comunistas, principalmente as forças ligadas à URSS, representadas pelas Brigadas internacionais, e aquela que se constituiu ao longo dos primeiros meses de luta contra Franco em sua dissidência, representada majoritariamente por anarquistas e os demais partidos de não orientação soviética, entre eles o P.O.U.M. Orwell seria assim, devido a cassação e prisão de líderes e integrantes de vários desses partidos que compunham a dissidência comunista, obrigado a deixar a Espanha como clandestino (junto com sua esposa

²⁷ É amplamente reconhecida no mundo anglo-americana, por exemplo, a adesão do poeta e escritor estadunidense Ezra Pound ao fascismo. Na Inglaterra, a fundação da British Union of Fascists, em 1932, por Sir Oswald Mosley, trouxe para a sociedade britânica o debate em torno das ideias e do movimento fascista.

²⁸ Essa consideração, de uma bi-polarização das posições políticas ao longo, por exemplo, da Segunda Guerra Mundial, é considerada aqui, a grosso modo, devido ao reconhecimento de formas diversas de discurso político, mesmo durante os anos de beligerância contra o avanço nazista pelo continente europeu e o norte da África, tal qual a persistência do pacifismo, que toma o caráter de um movimento político internacional fortemente estabelecido entre inúmeros intelectuais, por exemplo.

Eileen), ainda em 1937, após inúmeros incidentes que por pouco não resultaram em sua própria prisão.

Depois desta fuga – primeiro para a França, e depois de volta à Inglaterra – também narrada no livro *Homage to Catalonia*, assim como os eventos que Orwell presenciara na Espanha, o autor iniciaria uma produção sistemática enfocada nos acontecimentos do conflito, ainda em 1937²⁹. Essa produção regular se estenderia até o ano de 1942, com a publicação de seu último grande ensaio que tratava da Guerra Civil na Espanha como tema central, intitulado *Looking Back on the Spanish War*. Nestes vários textos, entre artigos, ensaios, resenhas, além de uma série de cartas pessoais trocadas com vários ex-combatentes que estiveram na Espanha e também se engajaram na luta contra Franco, Orwell abordaria como tema central a repercussão da guerra fora da Espanha. O que ficara marcado para ele, ainda em território espanhol, era o tipo de cobertura que a imprensa internacional fazia sobre o conflito. Fortemente influenciada pela máquina propagandística soviética, todos os eventos relativos as disputas internas entre as facções políticas do Governo Republicano, que resultariam com a supressão violenta da dissidência comunista, foram “reformulados” na imprensa da época, especialmente nos jornais oficiais ou de influência comunista pelo mundo.

E Orwell constataria neste processo de incriminação dessa dissidência, através principalmente da imprensa comunista internacional, um problema muito maior: a construção da identidade daqueles que se engajaram na defesa da República espanhola, que, inevitavelmente, influenciaria na construção da própria história da guerra para as gerações futuras, dentro e fora da Espanha. Especialmente na Inglaterra, Orwell destaca a construção de uma imagem demonizada da dissidência comunista, apresentados para o público como verdadeiros traidores da causa republicana, através de ações de sabotagem e espionagem a favor de Franco e do fascismo. Esse discurso, ao mesmo tempo que construía a justificativa para as ações violentas de repressão das lideranças comunistas, exaltava a capacidade das Brigadas Internacionais como as únicas preparadas para enfrentar o perigo que o fascismo representava na Espanha. Neste jogo de afirmativas e negativas, a própria história da guerra e a memória coletiva da resistência republicana, era reconstituída diariamente, para um público que, principalmente fora da Espanha, só podia contar com as informações dos veículos oficiais de imprensa sobre o conflito. Após a derrota definitiva da República, em 1939, e a instauração do regime franquista, se consolidaria o processo de escritura oficial da história da Guerra Civil, através de uma campanha institucional maciça perpetrada pelo franquismo em transformar o conflito no grande evento fundador do Estado, suprimindo por várias décadas a memória dos derrotados e da própria República.

²⁹ O primeiro artigo que Orwell publicaria sobre a Guerra Civil espanhola foi intitulado *Spilling the Spanish beans*, publicado na revista *New English Weekly*, em 29 de Julho e 2 de Setembro de 1937.

Os eventos decorridos na Guerra Civil e toda sua repercussão na imprensa internacional, seriam fundamentais no estabelecimento de um paradigma crítico na obra de Orwell por toda a década de 1940. Suas reflexões acerca da manipulação da memória coletiva sobre os eventos da guerra, principalmente pela campanha engendrada pela propaganda comunista de incriminação e construção da imagem de anarquistas principalmente, como traidores da República, determinaria suas reflexões sobre a influência desse processo na própria escrita da história do conflito, tal qual ele demonstra de maneira basilar em seu último grande texto que se ocupa da Guerra Civil espanhola. A questão da manipulação da memória (coletiva e individuais) e da própria história toma então a partir daí, um novo rumo reflexivo na crítica de Orwell, agora diretamente influenciada pelas diversas ações autoritárias dos Estados, já sob as brumas da Segunda Guerra Mundial, iniciada em 1939.

Por toda a década de 1940, este tema será central em sua obra crítica, seja em sua crítica jornalística, seja, de maneira mais detida, em seu ensaísmo, agora definitivamente engajado na luta contra o totalitarismo. Alimentado pelo contexto convulsionado da guerra, inúmeros outros elementos, contudo, embasariam as observações de Orwell quanto aos usos da história e da memória como arma política. Sua crítica a propaganda, por exemplo, considerada por seus comentadores como um dos grandes temas de sua obra, emerge essencialmente deste período pós-Guerra Civil espanhola, e o qual será aprofundado por toda década de 1940, diante de diversos novos elementos apresentados pelo contexto da Guerra Mundial. Este é sem dúvida, um dos temas mais debatidos de sua obra, sem porém, serem investigadas profundamente suas origens críticas no ideário de Orwell. É basilar que a atuação da propaganda comunista ao longo da Guerra Civil espanhola desempenhou papel fundamental no conflito, tanto na mobilização das Brigadas Internacionais – e no engajamento de milhares de voluntários de várias partes do mundo – quanto, ao longo do desenrolar dos eventos, nas disputas internas do Governo Republicano. Tanto quanto suprimir as forças anarquistas, que na Espanha contavam, desde antes do início do conflito, com um grande número de afiliados, e, por isso, rivalizavam tanto na organização tática da defesa do Governo Republicano, quanto ideologicamente nos desdobramentos da luta contra o fascismo na Espanha – a máquina soviética (única potência estrangeira a apoiar política e militarmente o Governo Caballero contra Franco), empreendeu uma campanha internacional de difamação desses grupos. A atuação de sua propaganda seria, para Orwell, o grande ponto de enunciação da posição autoritária do governo soviético, expressa na Espanha através de sua política externa, muito pouco preocupada com os destinos do povo ou do Governo Republicano espanhol.³⁰

³⁰ A assinatura do Pacto de não-agressão germano-soviético em 1939, desnudaria, por fim, segundo as visões de Orwell expressa em textos do final da década de 1930 e por toda a década de 1940, o caráter autoritário do stalinismo. A aliança com Hitler, já dentro de um contexto de avanço militar das tropas nazistas sobre a Europa,

Na década de 1940, o papel da propaganda fascista, difundida por rádio principalmente, por toda a Europa, mas também, o papel da propaganda aliada, ao longo da Segunda Guerra Mundial, seriam determinantes na construção das reflexões críticas de Orwell sobre o tema. Na Inglaterra, além da posição política determinante da imprensa, na qual o autor esteve sempre inserido e que também passou a discutir logo cedo em sua crítica, o papel do rádio, especialmente traduzido na importância que a BBC tomou ao longo da Segunda Guerra, fora determinante na formação de suas reflexões. A emissora aliás, que empregou Orwell na primeira metade da década de 1940. Ali nosso autor, como muitos outros intelectuais, desempenharia um papel importante no principal veículo da propaganda aliada durante a Segunda Guerra, na batalha pelos imaginários que se estabeleceu paralelamente ao conflito militar no campo de batalha. Dentro do olho do furacão, Orwell compreendeu desde logo seu papel na emissora: produzir material de propaganda para a luta internacional contra o fascismo³¹. A cooptação dos intelectuais pelos Estados, tanto aliados quanto do eixo, também marcaria papel importante em seu ensaísmo: o emprego da intelligentsia como arma, traduzidos naqueles anos em que Orwell passou na BBC, definitivamente estabeleceria em sua crítica uma imagem do tipo de relações existentes entre a política e a cultura, produzidas pelo contexto do final dos anos de 1930 e por toda a década de 1940.

Como homem de letras, Orwell inevitavelmente traduziria essas questões na reflexão da transformação da língua e da cultura inglesa em armas de propaganda pelo Estado, especialmente no tipo de propaganda que era veiculada para a Índia, na luta contra a difusão das ideias fascistas entre as lideranças do movimento de independência indiano; no papel da literatura como meio de divulgação e reflexão de ideias políticas; e no papel dos intelectuais dentro do contexto de bipolarização da guerra – contra ou a favor do fascismo. Estes seriam, por exemplo, os grandes temas de seus principais ensaios críticos da segunda metade da década de 1940. Textos fundamentais para a compreensão do tipo de crítica expressa, por exemplo, em seus últimos trabalhos da década de 1940, entre eles o próprio *1984*, tem o papel da propaganda e dos usos políticos da cultura, como seu tema central. Entre estes, por exemplo, os ensaios fundamentais *The Prevention of Literature* e *Politics and English Language*, ambos publicados pela primeira vez em 1946, tem estes temas

marcaria definitivamente toda a orientação de um regime que, ao longo da década de 1930 – dos grandes expurgos de 1935-37, dos Gulaks, da Guerra Civil espanhola e da política externa soviética – se mostrara, para Orwell, distante dos ideais de justiça e igualdade social do socialismo.

³¹ Tal qual fica claro em inúmeros textos auto-reflexivos sobre o período, que analisaremos nas páginas que se seguem. Seus anos na BBC, guardaram especial relevância na obra de Orwell, especialmente pelas controvérsias que produziram mais tarde na leitura de muitos comentadores de sua obra. O que se discute é o próprio papel de Orwell enquanto “propagandista”, a serviço da principal emissora e grande veiculadora da propaganda britânica durante a Segunda Guerra Mundial. Função que, segundo algumas dessas leituras, denotaria um ponto de contradição clara em sua posição política-ideológica, no tocante a sua crítica a propaganda, ferrenhamente desenhada em sua obra. Questão que para nós, como veremos, é resolvida pela própria clareza crítica com que Orwell trata do período de das funções que exerceu ali, reconhecendo sim sua função institucional, acreditando porém, que defendia a causa maior da luta internacional contra o fascismo e contra Hitler.

como centrais. Os dois ensaios – que serão analisado no capítulo três – podem ser compreendidos como grandes referências em sua obra entre a primeira e a segunda metade da década de 1940, num momento em que as relações entre a política e a cultura tomam nas reflexões de Orwell um novo caminho, marcado pela ascensão contínua dos meios de comunicação de massa. Em ambos também a questão se desdobrará num problema ainda maior: a apropriação da história como espaço de aglutinação social. Quando, por exemplo, a propaganda veiculada pela BBC para a Índia vai tratar a literatura inglesa dos século XIX como um conjunto monolítico de ideias que expressam os desejos comuns de um povo e de uma “cultura” – traduzidos simbolicamente pela unificação proporcionada pela língua inglesa – a “cultura inglesa” se transformará numa condição identitária imanente. O passado vai assumir assim uma condição ontológica, que pode ser representado por um conjunto de autores ou de ideias que expressam os desejos comuns de um povo ou pior, o “destino” desse povo, representada por exemplo pela máxima de Rudyard Kipling quanto ela fala do “fardo do homem branco” e da “missão civilizadora” da Inglaterra perante suas coloniais³². Esta questão ficará evidente quando Orwell vai tratar, por exemplo, da transformação da língua inglesa em arma de coesão social das elites indianas, expressa estritamente nos objetivos da BBC.

O desdobramento desta questão vai ser fundamental em outro grande tópico da crítica de Orwell na década de 1940 – desdobramento que, na verdade, conduzira suas reflexões acerca do papel da propaganda na apropriação da cultura, especialmente nestes textos da segunda metade da década de 1940: a transformação da linguagem em espaço de manipulação dos indivíduos. A língua, tomada como no caso da língua inglesa diante da propaganda oficial britânica para a Índia, se estabelece claramente como um espaço de mediação simbólica das formas (Bakhtin, 2009). Ao falar na transformação da linguagem num campo de manipulação individual e coletivo das sociedades, tal qual nestes dois textos citados acima, por exemplo, simbolizando também a estruturação de um novo paradigma crítico na obra de Orwell da segunda metade da década de 1940, e que permanecerá ainda no imaginário do livro *1984*, Orwell vai refletir as ingerências sobre o imaginário coletivo das sociedades. A grande força de sua crítica no contexto intelectual das décadas de 1930-1940 se apresentará então neste momento, quando sua reflexão vai ultrapassar a linha óbvia que interliga esses processos aos autoritarismos ou em seus desdobramentos nos Estados totalitários, quando justamente vai demonstrar seus efeitos na Inglaterra. Seja na Europa,

³² Kipling simbolizou com sua obra, a grande referência cultural de uma geração, que via nas colônias, uma “carreira” a seguir. Como veremos no capítulo dois deste trabalho, sua figura, que Orwell analisa, assim como a sua obra, ao mesmo tempo, representou todo o simbolismo místico criado em torno do imperialismo e da “missão civilizadora” do homem branco perante os povos orientais (no caso, a obra de Kipling, versando sobre a Índia britânica). Nas primeiras décadas do século XX na Inglaterra, Kipling ainda era considerado um mito; um baluarte da cultura britânica, da era vitoriana e das glórias do imperialismo, tendo sua obra sido largamente difundida em canções populares, poemas, rimas fáceis, etc. - ou seja, assimilada culturalmente pela geração nascida nas primeiras décadas do século, assim como Orwell.

diante da luta contra o fascismo e a propaganda nazista, seja na Índia, a propaganda aliada britânica – que em sua principal colônia tinha a dupla função de contrapor a difusão das ideias fascistas ao mesmo tempo que manter os laços de ligação com as elites indianas, diante da emergência do discurso do movimento de independência nacional indiano – desempenhou um papel tão efetivo, e por vezes, tão manipulador dos fatos, quanto nos países sob jugo autoritário. E essa “batalha pelos imaginários”, estabelecida diante da contraposição de vários discursos e ideologias no espaço público europeu ao longo da Segunda Guerra, por vezes tomou a história como campo de batalha.

Segundo François Bédarida (1984:12), a permanência destas questões na obra de Orwell ao longo da década de 1940 pode ser confirmada através do imaginário de seu grande livro, o *1984* (1949). Publicado onze anos após seu livro sobre a Guerra Civil na Espanha, seu último trabalho refletirá, entre outros temas, sobre a transformação da história no principal veículo de manipulação dos indivíduos nos Estados contemporâneos. Através especialmente do controle e manipulação da memória coletiva das sociedades – cujas ingerências se desdobraram nas várias memórias individuais, numa relação proposta especialmente por Maurice Halbwachs (1990) – Orwell vai refletir, através da construção simbólica de inúmeros temas, personagens, e da própria sociedade da *Oceania*, o papel da história nos processos de manipulação cotidiana dos imaginários coletivos. Para Bédarida, “[...] o trabalho de Winston Smith não consiste precisamente em reescrever a história?(...) Ou seria o mesmo que dizer que a destruição da memória coletiva consistia na atividade número um da *Oceania*.” (ibid). Conforme o autor (ibid:11), a construção do imaginário que pode ser visto no final da vida de Orwell, no *1984*, por exemplo, traduz a “fascinação exercida sobre Orwell pela questão do passado em [sua] relação com a compreensão do futuro. [...] [ou seja] como compreender a história, como estabelecer a verdade.” Preocupação que remete diretamente, segundo a leitura interpretativa que propomos aqui, à crítica de Orwell do final da década de 1930, e aos processos de reestruturação da memória coletiva na Guerra Civil espanhola em relação à supressão e re-construção de fatos pela imprensa dentro e fora da Espanha – principalmente na imprensa inglesa, grande alvo das críticas de Orwell.

Queremos demonstrar com isso, que, tal qual pudemos identificar em nossa leitura, o intervalo de tempo entre o início de suas reflexões acerca dos eventos da Guerra Civil espanhola, desde a publicação de seu primeiro texto, em 1937, até a primeira publicação de seu último grande trabalho, o *1984*, em 1949, representa a sistematização em sua obra crítica sobre os usos políticos da memória e da história nas décadas de 1930 e 1940. A partir desta constatação, queremos demonstrar também que a crítica a esses processos, sistematizada sumariamente em seu ensaísmo, encaminhou a crítica de Orwell ao longo de toda a década de 1940, a uma linha reflexiva muito clara, diante das relações entre cultura e política, que no final de sua vida, e especialmente no *1984*,

vai permitir-lhe refletir sobre a ascensão cada vez mais clara daquilo que mais tarde os teóricos da Escola de Frankfurt, radicados nos EUA, fugindo do nazismo, identificariam conceitualmente como a indústria cultural.

Pretendemos indicar com isso também, que a obra crítica de George Orwell, por um longo tempo associada simplesmente a sua crítica ao totalitarismo, na verdade, representou algo muito mais complexo: refletiu sobre um momento de transição na história contemporânea europeia, marcada pela derrocada dos movimentos políticos de massas, na forma dos Estados totalitários, e a ascensão da indústria cultural em desenvolvimento, grandemente influenciada pela ascensão da cultura estadunidense no continente europeu arruinado pela guerra e pelo discurso liberal que tomou a frente na reconstrução do pós-guerra, logo após a derrota do fascismo.

III

Dividimos este trabalho em três partes, a primeiro momento, distintas uma das outras, mas que no final, vem compor um quadro complementar sobre a crítica de George Orwell, cobrindo um período relativamente longo de sua produção enquanto jornalista, crítico literário, revisor, ensaísta e correspondente, para diversos jornais e revistas, principalmente da Inglaterra e alguns dos EUA. Nossa intenção foi então de traçar uma espécie de perfil intelectual de nosso autor, dividindo nossas “fontes primárias” (que correspondem justamente a essa produção que a grosso modo chamamos de “jornalistica”), de uma maneira que sua crítica aos usos políticos da memória, em suas várias formas, ficassem expostas ao leitor, de uma maneira mais evidente. É preciso dizer contudo, estabelecendo também um parâmetro em nossa metodologia de análise dos textos de Orwell, pautado num tipo de história intelectual ou de história das ideias, que não pretendemos em momento algum, como ficará claro ao leitor, dividir a produção de Orwell em “camadas”, num tipo de classificação que ao mesmo tempo surja como uma “qualificação” da obra crítica do autor entre um tipo de fonte mais clara e outro tipo menos clara, quanto ao tema que nos propomos a estudar em sua obra³³. Com o mesmo peso (diante de sua produção crítica) surgirá então em nossa análise,

³³ Na fortuna crítica sobre a obra ensaística de Orwell, há, no entanto, diversos tipos de abordagem sobre sua produção. A grande maioria dos trabalhos produzidos, inclusive nos países de língua inglesa, se estruturam através de conjuntos temáticos de textos, tratando este ou aquele tema, em detrimento dos outros possíveis em sua crítica (o que, na verdade, também fazemos aqui). Porém, na maioria destas análises, suas argumentações são compartimentalizadas em dois grande núcleos: sua crítica literária e sua crítica política. Divisão que, como defendemos aqui, incute num problema fundamental de fragmentação do autor e de seu pensamento, já que sua produção entre estas duas grandes áreas sempre foi concomitante, resultando então, em influências diretas entre uma e outra, no desenvolvimento de suas argumentações e dos vários temas que ambas abordam. Isso contudo, não desqualifica, a ponto de anular, estes trabalhos, alguns deles, inclusive, compondo aqui, nossa fonte bibliográfica. Os outros trabalhos que abordam a produção de Orwell como um todo – ou seja, tratando com o mesmo peso discursivo sua produção ensaística, aí agrupando crítica literária e política, e sua produção ficcional, se refere, na maioria dos casos, a trabalhos biográficos sobre o autor, inclusive aqueles que tratam de reconstruir seu ambiente

por exemplo, seu ensaísmo político, com textos hoje considerados de grande importância para a crítica política e intelectual anglo-americana (como por exemplo, os ensaios *Politics and English Language* e *The Prevention of Literature*, ambos de 1946), e sua crítica literária, onde é também fundamental a contribuição de Orwell para a análise de uma série de grandes autores de língua inglesa, como Charles Dickens e Rudyard Kipling. Nestes dois conjuntos de textos, que poderiam, a primeiro momento, ser classificados separadamente (e lidos separadamente), constroem-se um conjunto de ideias, ao mesmo tempo complexo, e abrangente, do contexto intelectual das décadas de 1930 e 1940. Porém, é justamente essa complexidade que nos desafia a aproximá-los, tomando, aqui e ali, perspectivas diferentes que nos ajudem a reconstruir de maneira satisfatória a crítica de Orwell.³⁴

No capítulo um, nos propomos então, inicialmente, a entender a recuperação de sua obra de não—ficção em meio às décadas posteriores a sua morte, como uma forma de compreender em quais contextos sua crítica foi retomada, diante da reconstrução dos debates intelectuais de sua geração. O problema da história editorial que surge em relação à edição de sua obra ensaística principalmente, nas décadas de 1950, 1960, 1970 e 1980 – até a publicação dos primeiros volumes das *Obras Completas* – quando o “mito” sobre sua figura é construído, é elementar, mesmo que não seja nosso objeto principal nesta pesquisa, no entendimento da composição da historiografia sobre sua obra, porque revela também uma série de problemas enfrentados por todos os lados de sua crítica, na luta que se estabeleceu pela “memória de Orwell”, nos anos posteriores à sua morte. É essa historiografia então, que muitas vezes se encarrega de traçar perfis psicológicos e ideológicos de seus autores, que construirá, ao longo de veementes debates, principalmente sobre suas posições políticas, o terreno sobre o qual assentaremos parte de nossas reflexões.

Por outro lado, é fundamental para nós, neste primeiro capítulo, compreendermos, ao menos em parte, as dificuldades que uma historiografia sobre a obra de Orwell enfrentou em quase seis décadas, também diante do processo de reconstrução do ambiente intelectual ao qual o autor estava inserido. É muito claro para nós, da mesma forma, a importância da rede de debates e contatos intelectuais estabelecidos por Orwell com seus contemporâneos. Se dará assim, na segunda parte deste primeiro capítulo, a busca de um determinado contexto de ideias, representado por estes debates intelectuais de sua geração, que nos permitissem entender como Orwell estava inserido nestes debates. Suas argumentações, estéticas e políticas, responderam a um determinado conjunto

intelectual contemporâneo.

³⁴ Essa perspectiva metodológica com a qual encaramos a empreitada deste trabalho se deve na verdade, a própria forma com que Orwell produziu ao longo de mais de vinte anos. Ao longo das décadas de 1930 e 1940, ele nunca separou as várias faces de sua carreira intelectual, produzindo ao mesmo tempo, para diversos locais diferentes, ensaios de crítica política e social, ensaios de crítica literária, revisões de uma gama variadíssima de autores, colunas em jornais, etc. Impor uma divisão estrita em sua produção seria assim, fragmentar o autor ao ponto de reinventá-lo.

de questionamentos históricos propostos nestes debates em que o autor esteve inserido, seja nos vários círculos em que Orwell manteve algum contato com outros intelectuais, seja na esfera pública, através dos temas e debates colocados na imprensa dos anos de 1930 e 1940. A partir desse ponto, pretendemos não apenas entender as questões levantados em sua obra como respostas aos questionamentos da sociedade, inserindo-a na conjuntura histórica do entre-guerras europeu, mas as próprias conjunturas internas de sua obra – seus fluxos e refluxos – que aos poucos vai sendo construída com o amadurecimento político-intelectual do autor e a incursão nos debates intelectuais de sua geração.

E uma delas é justamente a relação entre os diversos Estados e suas sociedades e a memória coletiva e as diversas memórias individuais. Como a historiografia do século XX tem demonstrado, em especial aquela que trata dos vários tipos de regimes autoritários que emergiram como respostas as conjunturas históricas em momentos diferentes deste século, a relação entre as sociedades e sua memória coletiva e as memórias individuais de seus cidadãos, sempre foi complexa e delicada. Em vários momentos a memória (coletiva) foi transformada em arma de coesão social e cimento do Estado ou do conjunto mítico representado pelo conceito de “nação”. Os vários processos em que a memória é institucionalizada (Ferro, 1990), tornando-se então um veículo de manipulação coletiva dos indivíduos, tornou-se assim prática comum no século XX.

Esses processos porém deixaram de ser exclusivos dos regimes autoritários em suas várias formas políticas, tornando-se também fundamentais nos Estados democráticos, como forma de coesão dos vários grupos e atores sociais que emergem no Estado de direito. Essa é, por exemplo, a tese de Pierre Nora (1997). Para o historiador francês (fruto de uma historiografia hoje já estabelecida numa longa tradição na França), os Estados democráticos, tanto quanto os Estados autoritários, tornaram a prática de transformação da memória em arma de ação política, num recurso comum. Para Nora, a grande prova desse processo é a ampliação daquilo que ele conceituou como os “lugares de memória”. Tradicionalmente, esses lugares eram aqueles em que se dava uma produção autorizada, institucionalizada da memória coletiva das sociedades: museus, arquivos, monumentos de comemorações coletivas, no discurso oficial do Estado, através, por exemplo, de uma educação institucional, etc.. Com o renascimento do Estado de direito, no pós-Segunda Guerra Mundial, e a ascensão de novos grupos étnicos, sociais, políticos, dentro deste “novo Estado”, ampliou-se, concomitantemente, as reivindicações por mecanismos de afirmação social, política e econômica desses grupos, nas quais estes pudessem afirmar suas próprias identidades em meio a coletividade da sociedade e suas desigualdades. Para Nora, esse processo, que se tornou uma demanda nas décadas de 1960 e 1970, com a ascensão de vários grupos e minorias étnicas, na França, mas também nos EUA, na África, etc. - forçou a “criação” (“ampliação”, nas palavras de

Nora), de uma série de “novos lugares” de “produção” dessas memórias coletivas. É assim que ascendem como exemplos desses “novos lugares de memória” os sindicatos, as organizações sociais comunitárias, tanto quanto na multiplicação dos discursos políticos desses novos grupos sociais, e na ampliação do papel da imprensa como um veículo de comunicação global, etc..

Quanto a este “ultimo espaço”, a imprensa, que se consubstancia entre outros, como um desses novos espaços de “produção de memória(s)” que emergem neste processo identificado por Pierre Nora, a obra de Orwell é particularmente emblemática. Ao longo de mais de vinte anos de produção, Orwell esteve a maior parte do tempo inserido neste meio que ganhava uma força cada vez maior com o decorrer das décadas de 1930 e 1940. Como veremos, por exemplo, no capítulo três deste trabalho, quando consideraremos as críticas de Orwell em relação a cobertura internacional (em especial na imprensa britânica, mas também nos EUA e na Espanha) sobre o desenrolar da Guerra Civil espanhola, sua compreensão sobre o papel político e ideológico da imprensa, já estava, na segunda metade da década de 1930, muito bem definida. Tanto quanto definir a imagem que o público internacional fazia da guerra e de seus atores, o papel desempenhado principalmente pela imprensa comunista internacional, fora fundamental para 're-estabelecer' a própria ordem da guerra, fora da Espanha. Ali, tanto quanto desempenhar um papel fundamental na construção da identidade dos combatentes – principalmente daqueles que a imprensa comunista passou a identificar como traidores da causa republicana espanhola, e que compunham toda a dissidência comunista – o papel da imprensa internacional fora fundamental para propagar a(s) “versão(ões) oficial(is)” da guerra pelo mundo. Era claro então, como Orwell já identificaria num artigo de 1942, intitulado *Looking Back on the Spanish War* (seu ultimo grande ensaio sobre o tema), o papel dessa imprensa na construção da memória coletiva da guerra e de seus combatentes.

E esse tema ganharia força na obra crítica de Orwell por toda a década de 1940, quando suas reflexões sobre o papel político e ideológico da imprensa iriam continuar, agora, fortemente influenciada pelo papel desempenhado pela BBC nos anos de beligerância da Segunda Guerra Mundial. Neste momento da guerra, o papel da emissora como veículo de propaganda do governo britânico – tanto no contexto da guerra mundial quanto no da manutenção de sua principal colônia, às portas da independência – seria central. Esse momento coloca em jogo também o próprio Orwell. Muitas foram as controvérsias entre seus comentadores sobre sua atuação na BBC: desde sua suposta submissão as diretrizes da emissora, até seu engajamento explícito em favor do governo britânico – alvo de muitas das críticas de Orwell. Em todas estas leituras, o que sempre se pôs em jogo fora a própria coerência do pensamento e das argumentações de Orwell, principalmente relacionado à sua crítica ao imperialismo e ao colonialismo britânico na Índia.

E este será o ensejo de nossa discussão no capítulo dois deste trabalho. O grande foco de nossa discussão neste capítulo será a crítica de Orwell aos usos políticos da memória, através do papel desempenhado pela *tradição*, especialmente, na sociedade britânica do entre—guerras. Numa sociedade arraigada no *passado* como sua mola de sustentação, não é difícil compreender o papel desempenhado pela memória coletiva da sociedade, na estruturação do domínio imperial em suas colônias, e, na sociedade metropolitana, sua influência nas determinações das hierarquias sociais britânicas. Para Orwell, o papel da tradição neste processo sempre fora evidente, a partir de sua própria formação intelectual entre as paredes do famoso *Eton College*, onde as glórias do passado (inclusive imperial), tanto quanto da “cultura britânica” (também erigida enquanto uma categoria mitificada), eram os próprios sustentáculos da educação formal das elites do país.

Sua posição quanto a esta questão – que surgirá também como *auto-crítica*, pois retomará a todo instante sua própria formação intelectual – reverberará, por exemplo, em sua crítica literária, e em suas análises de cânones dessa cultura, erigidos por exemplo, como símbolos das glórias do império britânico e da certeza da superioridade do homem-branco “civilizado” sobre o mundo. Este, por exemplo, será um dos principais temas de alguns de seus principais textos de crítica literária, como o ensaio *Inside the Whale*, publicado pela primeira vez em 1940, e da coleção *Critical Essays*, lançada pela primeira vez em 1946. Em ambos, suas análises de autores canônicos da cultura britânica, como Charles Dickens, T.E. Lawrence, Somerset Maugham, George Gissing, etc., contrastam com uma crua análise das estruturas sociais e culturais da Inglaterra, e da transformação da literatura inglesa em cimento cultural da sociedade. Esse “uso” da “cultura britânica”, tendo então a língua inglesa como seu grande símbolo, é, também observado por Orwell durante sua atuação na BBC. Ali, é através de uma série de programas “culturais”, segundo a classificação da emissora, produzidos para a Índia, que se construía todo o discurso de propaganda oficial do governo britânico, direcionado para as elites indianas, com a dupla função de mantê-las próximas ao poder imperial, e, conseqüentemente, distantes do discurso nacionalista, quanto impermeável à propaganda fascista japonesa, diante de sua influência perante o movimento nacionalista indiano.

Nesse capítulo, exploraremos ainda uma outra vertente dessa tradição ligada a cultura inglesa, mas que insere o próprio Orwell e sua obra nela. Através da leitura de sua obra por dois importantes comentadores, Raymond Williams e Edward Said, exploraremos a possível inserção de Orwell numa determinada tradição do pensamento social inglês, discutido por estes autores. Em ambos, Orwell aparece não apenas como herdeiro de uma determinada *tradição* – em Said, o que ele defini como uma “tradição *orientalista*” no pensamento ocidental; e em Williams no que ele defini como uma “tradição de crítica ao industrialismo na cultura britânica” – mas como um autor que repercute essa tradição em sua obra e pensamento. Caso complexo. A leitura desses dois

autores, nos permitirá uma problematização da obra de Orwell, justamente focada em suas críticas a tradição do pensamento inglês e dos usos da cultura inglesa como *ideologia* – ou seja, como um veículo simbólico de veiculação de determinadas ideias, no caso, de um processo de aglutinação social através da memória coletiva da sociedade.

A possibilidade de investigação sobre diferentes mecanismos de articulação dos processos de manipulação da(s) memória(s) da(s) sociedade(s), empregados ao longo das décadas de 1930 e 1940, que a obra de Orwell nos oferece, como por exemplo, a transformação de uma “cultura britânica” – representada por determinados autores e discursos intelectuais – em arma propagandística durante a Segunda Guerra Mundial, nos possibilitará, por sua vez, desdobrar este tema, na própria crítica de Orwell, tal qual faremos no capítulo três.

Neste capítulo, por fim, pretendemos considerar as várias faces da crítica de George Orwell aos processos de apropriação da memória na Europa das décadas de 1930 e 1940, exatamente no momento em que o autor sistematiza sua crítica a esses processos. A partir de análises pontuais sobre boa parte de sua produção ensaística entre 1937 e 1949, procuraremos instrumentalizar as reflexões anteriores em relação ao papel da memória transformada em arma política, ao longo de sua obra do final dos anos de 1930 e por toda a década de 1940. A princípio, consideraremos sua produção crítica acerca dos eventos da Guerra Civil espanhola (1936-1937), no qual Orwell se engajou como miliciano. Nossa reflexão se dará a partir do início de sua produção crítica sobre os eventos do conflito, em 1937, através de uma série de artigos, resenhas, e revisões, publicadas em jornais na Europa e nos EUA à época, e em uma série de cartas pessoais, publicadas pela primeira vez em 1968, como parte da coleção *The Collected Essays, Journalism and Letters of George Orwell*, em 4 volumes. O que Orwell vai enfocar na maioria de seus textos, é a campanha difamatória construída na imprensa comunista internacional contra essa dissidência, composta de anarquistas e outros partidos de não-orientação soviética, que compunham a resistência a Franco. Campanha que seguiu até a construção da imagem internacional dessa dissidência como traidora da causa republicana, a qual teria efeitos contundentes na construção posterior da identidade e da memória da resistência a Franco e ao fascismo. Reflexão que segue sistematicamente até 1942, com a publicação do ensaio *Looking Back on the Spanish War*, seu último grande texto sobre o tema.

Em seguida, consideraremos sua produção ensaística à partir de um outro recorte, agora não mais cronológico: enfocaremos as críticas de Orwell a transformação da *linguagem* em arma de ação política, ao longo da Segunda Guerra Mundial. Neste ínterim, vários temas se entrecruzam em suas análises: o papel da propaganda, também transformada em arma política pelos anos de guerra; o papel dos meios de comunicação de massa (principalmente a imprensa, como consideramos anteriormente em relação à Guerra Civil espanhola, além do rádio, do cinema, etc.); o papel dos

intelectuais e da literatura nos anos de bipolarização política do continente europeu (ou seja, de um lado todos que apoiavam o fascismo, e de outro, todos que o combatiam), etc.. Todos momentos em que a linguagem é, assim, como a memória, apropriada como campo de batalha, através de sua posição como mediadora simbólica na construção dos imaginários coletivos (Baczko, 1989).

Na última parte deste capítulo, pretendemos forçar uma imersão do leitor no imaginário de Orwell no final de sua vida. É neste momento, como já consideramos brevemente nesta introdução, que sua crítica tomará uma forma mais madura, condensando diversos elementos discutidos ao longo de sua produção não-ficcional dos últimos anos, para fazê-los explodir na força de sua imaginação. Pretendemos considerar, com isso, através da força imaginativa de seu último trabalho publicado em vida – justamente o *1984*, em 1949 – todos os efeitos deste léxico crítico erigido nos últimos 15 anos, para o próprio imaginário de Orwell. Através da leitura do *1984*, procuraremos considerar como suas ideias apresentadas em sua obra ensaística dos últimos anos, tomaram tamanha proporção crítica no final da década de 1940, que extrapolaram o discurso de crítica ao totalitarismo dentro do *1984*, para fazer emergir uma crítica às sociedades de então, e aos processos de transformação a qual estavam inseridas, compreendendo toda sua problemática – desde sua massificação, até a completa imersão na guerra total e na insanidade da ideologia totalitária, até a ascensão de diversos elementos da nova indústria cultural, como definiriam mais tarde, os teóricos da Escola de Frankfurt.

Fecharemos a última parte deste terceiro capítulo, com uma reflexão, que em nossa leitura aparece inscrita, não apenas no texto do *1984* – ali, contudo, de maneira mais evidente – mas que já permeara as discussões de Orwell sobre a memória anteriormente: a força da *memória individual* em resistir as imposições externas da sociedade, seja ela dominada sob o jugo autoritário, em suas diversas variantes, como o totalitarismo, seja nas sociedades “democráticas”, que, porém, viam na memória um caminho frutífero para a manipulação coletiva dos indivíduos. Lá, através da narrativa ficcional de seu último romance, esta questão aparece inscrita desde o início, através de seu personagem principal, Winston Smith, e sua luta para libertar-se do domínio total do Estado sobre si. Em várias imagens, tais quais, o diário tecido por Winston, ou suas memórias infantis, Orwell irá reafirmar a capacidade da memória individual em estabelecer um contraponto aos processos institucionais de manipulação do passado coletivo da sociedade, transformando-a num caminho possível para a re-escritura da história – tanto da história coletiva da sociedade da *Oceania*, quanto de sua história pessoal, apagada pelo domínio totalitário.

Capítulo I

Em busca de George Orwell

(...) A sucessão de lembranças, mesmo daquelas que são mais pessoais, explica-se sempre pelas mudanças que se produzem em nossas relações com os diversos meios coletivos, isto é, em definitivo, pelas transformações desses meios, cada um tomado à parte, em seu conjunto.
Maurice Halbwachs, *A Memória coletiva*.

1.1 – Do romance ao ensaio

1.1.1 – Problemas na editoração de sua obra: do esquecimento a recuperação da não-ficção

A fama atribuída à Orwell pela edição do *1984* corroborou a de outro grande trabalho: o *Animal Farm*, publicado pela primeira vez em 1945³⁵. Também considerado uma das grandes sátiras do século XX, seu texto, que parodia através da revolta dos animais do fazendeiro Jones a Revolução Russa de 1917 e o levante bolchevique, que resultaria na ascensão de Stálin ao poder máximo dentro do Estado soviético, ajudaria a moldar, através de leituras precipitadas, a imagem que seria atribuída à Orwell nas décadas subsequentes: a de seu anti-comunismo.

Por estes dois trabalhos especificamente, que emergem num contexto de transição da Europa, marcado pelo fim da Segunda Guerra e a derrota do fascismo, inimigo comum que mobilizou antagonismos na luta contra seu avanço pelo mundo, sua obra e seu nome ganharam grande notoriedade internacional. Contudo, ela só veio se confirmar nos anos posteriores à sua morte, em 21 de janeiro de 1950, vitimado por uma tuberculose pulmonar, num hospital de Londres – doença que perseguira Orwell a vários anos, e que findara sua vida pouco tempo depois do autor começar a sentir os primeiros ecos (críticos e financeiros) da repercussão do *1984*, publicado meses antes.

Ambos os textos, alimentaram ao longo das décadas posteriores um universo de controvérsias em torno de sua figura. Dessas críticas, até hoje, na verdade, pouco resolvidas e, ao contrário, alimentadas por elementos novos trazidos pelo revisionismo de sua obra das últimas duas décadas³⁶, duas questões são emblemáticas, inclusive guiando alguns dos principais estudos sobre

³⁵ O livro *Animal Farm* foi publicado pela primeira vez em Londres, por Secker and Warburg, em 17 de agosto de 1945, e em Nova York, por Harcourt/Brace, em 26 de agosto de 1946.

³⁶ O fato mais emblemático é, sem dúvidas, a questão em torno da famigerada “Lista de Orwell”. Assim definida pelo jornal inglês *The Guardian*, de 11 de Julho de 1996, essa “lista” se referiria a nomes de supostos simpatizantes ou partidários do comunismo, indicados por Orwell em duas listas entregues a Célia Kirwan, funcionária do British

sua obra: a primeira delas corresponde a sua visão sobre a esquerda no entre-guerras; a segunda se refere a uma questão que marca sua obra ao longo da década de 1940 – o pessimismo de seu léxico, caracterizado principalmente pelo anti-utopismo de sua visão em seus últimos trabalhos. Dois temas por si só extremamente complexos de serem respondidos através das análises da produção de Orwell nos anos de 1930 e 1940. Além disso, da complexidade que cerca o mapeamento de um conjunto de ideias de um autor em meio a sua produção, no caso de Orwell especificamente, há ainda um outro fator que aumenta a complexidade de estudar sua obra. Muitas das questões levantadas pela crítica à obra de Orwell, em torno de suas ideias políticas, por exemplo, se confundiriam, ao longo das décadas subsequentes a sua morte, às próprias leituras da obra do autor no pós-Segunda Guerra Mundial, expressando muitas vezes as próprias perspectivas interpretativas de seus críticos, muito mais do que aquilo que realmente o próprio Orwell quis dizer. O que surge desse enorme problema que perpassa muitas das relações entre produção e recepção das ideias de um autor, é que o caminho percorrido entre um extremo e outro acaba por diluir as próprias conclusões do autor.

Com Orwell, o caso é o mesmo. Dessas duas questões, entre as inúmeras outras que surgem diante dos problemas levantados por sua crítica, a primeira é sem dúvidas a mais problemática. Problemática, tanto diante do quadro interpretativo do problema, na fortuna crítica à obra de Orwell, quanto das respostas do próprio autor a estas questões. A interpretação da questão do socialismo em sua obra, por exemplo, muitas vezes inclusive por seus principais estudiosos, cujas obras compõem essa fortuna crítica, fora confundida com suas relações com as correntes políticas e intelectuais de seu tempo. Buscou-se as soluções para esse problema, assim, em análises externalistas de seus textos, como se o contexto político, social e econômico da Inglaterra (e do mundo) nas décadas de 1930 e 1940, guardasse, por si só, todas as respostas para os questionamentos que sua crítica levantava. O que resulta disso, indubitavelmente, é a negação das próprias relações interpretativas de Orwell para o tema – como ele encarou ao longo das décadas de 1930 e 1940 os problemas em torno do socialismo, tanto no contexto interno britânico, quanto no contexto internacional, principalmente em relação a URSS? E, mais ainda, como a questão perpassou sua obra ao longo desse período? Ou seja, dentro de possíveis fluxos de continuidade e descontinuidade em meio a outros debates intelectuais, ideológicos, estéticos, culturais, etc. Mesmo

Foreing Office, e amiga pessoal de Orwell, no final dos anos de 1940. Nas listas, Orwell teria “denunciado”, à organismos de inteligência britânicos, escritores e personalidades, muitas delas famosas, por filiação partidária ou simpatia ideológica ao comunismo, ou mesmo com supostas ligações com a URSS, já dentro de um contexto de transição, entre o final da Segunda Guerra Mundial e o início da Guerra-Fria. As fontes dessa suposta denuncia seriam dadas pela publicação dos últimos volumes das *Obras Completas* de Orwell, editadas por Peter Davinson, e finalizadas entre 1997 e 1998, na qual documentos encontrados nos vários arquivos pesquisados para a produção dos vinte volumes da coleção – entre cartas pessoais, documentos profissionais e pesquisas em arquivos privados – indicariam ligações de Orwell com o British Foreing Office.

que este não seja nosso objeto de estudo neste trabalho, sua interrogação nos remete muito claramente aos problemas enfrentados nos estudos da história intelectual, principalmente no que tange as relações entre a produção efetiva de um autor e sua recepção, nas diversas leituras de sua obra.

E esse ponto nos remete a segunda questão que alinhavamos acima como emblemática, junto com o tema do socialismo, nas leituras da obra de Orwell: o pessimismo de sua visão em seus últimos trabalhos da década de 1940. Aquilo que se definiu como mostra do anti-utopismo de sua visão por críticos importantes, como Irving Howe (1969), que considera o *1984*, uma marca infundável do anti-utopismo de sua própria geração, da mesma forma que a definição dos horizontes críticos de Orwell em relação ao socialismo, dissipou em grande medida sua crítica produzida neste período. Foi nesta perspectiva que se erigiu muito daquilo que foi concebido como sendo uma postura pessoal de nosso autor. Ou seja, da obra e da visão de Orwell, especialmente do final da década de 1940, tomar como suposta referência a descrença nas utopias humanas; na força transformadora das revoluções sociais; do próprio homem como indivíduo dinâmico e transformador. Todas, ao contrário, afirmadas na obra crítica de Orwell por toda a década de 1930 e 1940, e inclusive presente também na própria narrativa de seu principal livro de ficção, o *1984*.

Na verdade, e é o que queremos dizer aqui, o pessimismo de sua obra – presente sim em grande parte de seus textos, alguns deles fundamentais para a compreensão de sua crítica do final dos anos de 1940 – fora muito pouco ou quase nada, considerado *stricto sensu*, dentro de uma leitura pontual da obra crítica de Orwell, especialmente de seu ensaísmo político e social. Buscou-se assim, tal qual se deu com o tema do socialismo, as relações desse pessimismo com as transformações históricas que ocorriam no momento que ele concebia e publicava seus trabalhos. Ou seja, mesmo que a intenção de Orwell, assim como a historiografia do século XX em parte o faria, fosse refletir exclusivamente sobre o processo de transição mundial entre o final da Segunda Guerra e o início da Guerra-Fria, ele estaria cercado de imensas dificuldades de compreensão do movimento histórico que se desenhava ali, não podendo ao menos se beneficiar do distanciamento que todo historiador tem quando trata de seu objeto de análise.

E tais questões são importantes ainda mais, pois determinaram, na visão que alguns de seus primeiros críticos teriam – e, por sua vez, repercutiriam – da figura de Orwell como intelectual e crítico, a imagem que o transformaria nas décadas subsequentes, num ante-visor da Guerra Fria e da bipolarização mundial entre o liberalismo estadunidense e o comunismo soviético. Como escreve por exemplo Peter Marks, num trabalho de 1995, que analisa os problemas na editoração da obra de Orwell nas primeiras décadas subsequentes a sua morte, em 1950:

The failure of critics to account for the periodical in analyses of Orwell can be in part blamed on his posthumous celebrity. As the myth of Orwell grew or was cultivated on the fifties and sixties, his supposedly keen analytical eye and unflinching ability to speak the unpalatable truth suggested him as the scourge of Cold War duplicity. (Marks, 1995:268)*

Esta fama póstuma que Orwell adquiriu nas décadas posteriores à sua morte, calcada quase que exclusivamente na leitura de seus dois últimos trabalhos de ficção,, negligenciou porém, grande parte de sua produção ensaística. Em seus textos, produzidos nos longos anos de sua atuação enquanto jornalista, caracteriza-se na verdade, a grande massa crítica de sua produção durante quase três décadas, entre o final dos anos de 1920 e o fim de sua vida, no início de 1950. Ao longo de uma vasta produção, concebida em meio ao calor dos acontecimentos mais importantes da geração que assistiu ao fim da era da burguesia vitoriana, a ascensão da sociedade de massas e do totalitarismo – e a derrocada do totalitarismo de direita, com a derrota do nazismo – Orwell se estabeleceu, como a outra parte da crítica à sua obra vem aos poucos recuperando de um longo silêncio, como um dos principais críticos de sua época e dos anos de maior ebulição política, cultural, econômica e intelectual, da história mundial. E para que esta dimensão da profundidade da obra de Orwell emergja diante dessa crítica rarefeita, é inevitável que pensemos sobre sua produção.

A carreira de Orwell como jornalista, marcou na verdade toda sua vida. Nesta atividade, que caracterizou sua atuação profissional a partir de sua volta à Europa em 1928, após cinco anos de serviços na polícia imperial britânica na Índia³⁷, Orwell produziu uma vasta obra de não ficção – entre uma massa considerável de ensaios, artigos e resenhas³⁸. Sua atuação como ensaísta, crítico literário, revisor e correspondente³⁹, compreendeu praticamente toda sua produção a partir de 1939, até o fim de sua vida, em 1950. Para se ter noção da importância dessa atuação profissional ao

* “A incapacidade dos críticos em analisar Orwell pode ser em parte atribuído a sua celebridade póstuma. Como o mito de Orwell cresceu ou foi cultivado no anos cinquenta e sessenta, seu olho supostamente afiado e analítico e sua inabalável capacidade de falar a verdade intragável transformou-o no flagelo da duplicidade da Guerra Fria.” (Marks, 1995:268) [tradução livre]

³⁷ Seu primeiro artigo publicado foi *La censure en Angleterre*, em 6 de Outubro de 1928, no jornal francês *Monde*. Entre Dezembro de 1928 e Maio de 1929, publicou, no jornal francês *Progrès Civique*, uma série de artigos sobre o desemprego na Inglaterra, e em Burma, publicando seu primeiro artigo em um periódico inglês, o *G. K's Weekly* em 29 de Dezembro de 1928. Informações retiradas da coleção *The Collected Essays, Journalism and Letters of George Orwell*. London: Secker and Warburg, 1968. 4 volumes.

³⁸ A quantidade destes trabalhos foi considerada preliminarmente, entre outros, por John Hammond, no início da década de 1980: *A George Orwell Companion: A guide to the novels, documentaries and essays*. London: Macmillan, 1982. Hammond estima um total aproximado de mais de 100 ensaios publicados por Orwell ao longo de sua vida, em diversos periódicos e revistas, grande parte na Inglaterra, nos EUA, e em outros países como França, Espanha e Índia.

³⁹ No jornal britânico *Observer*, por exemplo, Orwell atuou como correspondente, cobrindo em 1945, logo depois da rendição nazista, a desativação dos primeiros campos de concentração no território alemão e a repercussão dos primeiros julgamentos de criminosos de guerra, também em território alemão.

longo da década de 1940, neste período, seriam produzidas pelo autor apenas duas peças de ficção, o *Animal Farm* (1945) e o *1984* (1949) – curiosamente também, seus trabalhos de maior repercussão crítica.

Novamente, grande parte da imagem que Orwell adquiriu, especialmente nas décadas de 1950 e 1960, deve-se também a obscuridade desta produção para o grande público. Nestas duas primeiras décadas após sua morte, como ressalta por exemplo Peter Marks (1995), pouco mais de um décimo destes textos estava disponível para o público. Toda essa produção, essencialmente composta de grandes ensaios publicados por Orwell ainda em vida, compunham grandes coleções de textos reunidos do próprio Orwell ou textos de Orwell com outros autores. Onze destes (Marks, op. cit.: 269) podiam ser encontrados em duas coleções de textos próprios publicadas por Orwell em vida: as coleções *Inside the Whale*, publicada em Londres, em 1940, e a coleção *Critical Essays*, publicada em Londres e em Nova York, em 1946, (a edição estadunidense sob o título *Dickens, Dali and Others*). Ainda em 1943, Orwell publicaria em Londres outra coleção (seria responsável pela organização e edição) com uma série de artigos produzidos por ele e outros autores, para o programa de rádio em que trabalhou na BBC – coleção intitulada *Talking to India*. Ainda em vida, Orwell publicaria outros três grande ensaios, editados individualmente: *The Lion and the Unicorn*, publicado em Londres, em 1941; *James Burnham and The Managerial Revolution*, também em Londres, em 1946; e *The English people*, Londres, 1947. E ainda, duas coleções coletivas que contavam com textos de Orwell: *The Betrayal of the Left* (organizada por Victor Gollancz, Londres, 1941) e *Victory or Vested Interest?* (organizada por G. D. H. Cole, Londres, 1942).⁴⁰

A grande justificativa pela obscuridade da maior parte da produção não-ficcional de Orwell, pode ser considerada pela própria obscuridade de alguns dos locais em que o autor publicou seus textos, muitos deles, já desaparecidos no início dos anos de 1950⁴¹:

After the publication of *Down and Out in Paris and London* Orwell's main energies were directed toward the writing of books, four novels and two documentaries appearing by the end of the decade [1930]. He never abandoned the essay as a medium of expression, however, or the periodical as a platform from which to broadcast his views. Indeed, he extended that platform considerably, producing essays and reviews for a diverse cluster of journals and papers. *New Writing, Controversy, the Fortnightly Review, New Leader, The Highway, Time and Tide, and Left Forum* carried his work, and he continued his

⁴⁰ E esta não parece ser uma questão difícil de se entender, haja visto a pouca remuneração que o escritor tinha como romancista, necessitando empregar suas capacidades intelectuais e literárias como jornalista, e na produção de artigos, resenhas, ensaios encomendados, etc., para sobreviver financeiramente. Fator que sempre atraiu grandes escritores para o jornalismo, como Balzac, Baudelaire, George Bernard Shaw, Hemingway, T.S. Eliot, etc.

⁴¹ Orwell publicou textos em locais renomados como a revista estadunidense *Partisan Review* – principal veículo da intelligentsia de esquerda nos EUA – no *Times Literary Supplement*, nos londrinos *Tribune* e *Horizon*, etc. Ao mesmo tempo, publicou também numa série de jornais e revistas obscuras, alguns desaparecidos já na década de 1950, tal qual a revista *Gangrel* ou a revista *Controversy*, (Marks, 1995:269)

associations with the *Adelphi* and the *New English Weekly*. Several of these journal are now largely forgotten, indicating a sometimes neglected aspect of Orwell's early work . For much os the thirties he was relatively unknow; that he published in small and sometimes obscure journals and papers signals this status. (Marks, op.cit.:268)*

Como assinala Marks nesta passagem, Orwell exerceu sua atividade jornalística, em grande parte, como colaborador para diversas publicações, muitas delas ao mesmo tempo, empregando-se fixamente em poucos locais, como no jornal londrino *Tribune* e na BBC, ambos na primeira metade da década de 1940, tal qual apontam-nos seus registros biográficos. Como *freelancer* então, desde o início da década de 1930, Orwell colaborou com uma imensidão de publicações, muitas delas sem expressão, e com uma tiragem bem reduzida. Questão que inviabilizou em muitas medidas a divulgação de seus escritos para seu público contemporâneo.

Ao longo da década de 1950, contudo, o interesse pela obra de Orwell iria gradativamente aumentar, em grande parte, devido a repercussão que o *Animal Farm* e o *1984* teriam. Algumas coleções começaram então a surgir diante desta demanda, recuperando textos já publicados por Orwell ao longo das décadas de 1930 e 1940. Três delas são lançadas pouco tempo depois de sua morte: *Shooting an Elephant*, publicada em Londres e Nova York, em 1950; *Such, Such Were the Joys*, também em Nova York, em 1953 e *England your England*, publicada em Londres, também no ano de 1953. Ainda na década de 1950, seria lançada a primeira reunião póstuma de seus escritos: a coleção *The Orwell Reader: fictions, essays and reportage*, organizada por Richard H. Rovere, e publicada em Nova York, em 1956. Contudo, nenhuma destas coleções trazia material novo, dos vários então (e ainda) inéditos para o público que passara a reconhecer em Orwell um nome importante da crítica intelectual de sua geração. Mesmo na década subsequente, a de 1960 (Marks, op. cit.: 270), outras coleções póstumas seriam lançadas, porém, sem trazer nenhum texto inédito.⁴² Ao mesmo tempo, isso que Marks chama de uma certa “inércia editorial”, mesmo diante do

* “Após a publicação de *Down and Out in Paris and London*, as principais energias de Orwell eram voltadas para a escrita de livros, quatro romances e dois documentários aparecem até o final da década [1930]. Ele nunca abandonou o ensaio como meio de expressão, no entanto, utilizando a revista como uma plataforma para transmitir a sua opinião. Na verdade, ele estendeu a plataforma consideravelmente, produzindo ensaios e resenhas para uma diversa gama de revistas e jornais. *New Writing, Controversy, a Fortnightly Review, New Leader, The Highway, Time and Tide, e Left Forum* publicaram seus trabalhos, e ele continuou a sua associação com o *Adelphi* e com o *New English Weekly*. Várias dessas revista estão em grande parte esquecidas, indicando um aspecto por vezes negligenciado do trabalho inicial de Orwell. Para muitos na década de 1930 ele era relativamente desconhecido; isso por publicar em jornais pequenos e obscuras, confirmando esse status.” (Marks, op.cit.: 268) [tradução livre]

⁴² Outra questão que chama a atenção de Marks, é a imprecisão bibliográfica nestas primeiras coleções póstumas. Como ele escreve (1995: 270), muitas destas coleções não traziam com exatidão os locais onde os textos foram originalmente publicados. Privilegiava-se assim, uma organização temática dos textos, o que, inevitavelmente, descontextualizava sua produção, ao mesmo tempo que ignorava as especificidades editoriais de cada um dos periódicos em que os textos foram publicados, e também os diversos contextos da crítica de Orwell em que foram concebidos.

crescimento do interesse pela obra de Orwell, revela a dificuldade em recuperar parte da produção não-ficcional do autor, então “perdida” na obscuridade dos periódicos em que foram publicadas. E, mais ainda, a falta de interesse editorial em aprofundar a leitura de sua obra, desenvolvendo questões importantes de sua crítica, já postas, porém, nos debates públicos em torno de sua figura e sua atuação política e intelectual.

Ainda na década de 1950, a figura de Orwell, já considerado uma espécie de “ícone *cult*”, principalmente nos EUA, devido ao grande sucesso que seus dois últimos livros adquiriram ao longo da década de 1950, ganha um novo e importante elemento na construção de seu “mito”: a transformação do *Animal Farm* em desenho animado, em 1954. A produção do desenho animado alavanca ainda mais o interesse por sua obra nos anos que se seguiriam, construindo, por sua vez, a imagem *pop* de Orwell, principalmente nos EUA.

Esta é outra questão emblemática nas leituras que a obra de Orwell iria sofrer nas décadas posteriores ao fim de sua vida, em 1950. Na verdade, questão que por muito tempo ficou sem resposta alguma, girando num mar revolto de especulações e incertezas. Em 2007, porém, um excelente trabalho publicado nos EUA, por Daniel J. Leab (2008), traz, talvez, as respostas definitivas a questão: a compra dos direitos autorais do livro *Animal Farm* pela CIA, que encarregou o produtor, Louis de Rochemont, da produção do desenho. Essa questão – que analisaremos num momento específico quando a trataremos brevemente, por não se tratar do objeto deste trabalho – tal qual ao problemas relacionados pela leitura da obra de Orwell e algumas de suas interpretações no pós-Guerra, é fundamental nos estudos sobre sua obra e figura intelectual, já que ajuda a esclarecer pontos importantes, tanto em relação a difusão e popularização de seus escritos quanto na repercussão de suas ideias nas décadas seguintes⁴³. Especialmente nos EUA, o desenho animado contribuiu para a construção da imagem de Orwell como um ícone anti-comunista, em plena Guerra Fria. Sua imagem, a partir daí, seria facilmente veiculada pela propaganda liberal estadunidense como um dos estandartes culturais na luta contra a difusão das ideias comunistas pelo mundo. Imagem que seguiria associada ao nome “George Orwell” ainda por toda a década de 1950 e grande parte da década de 1960.

No final da década de 1960, contudo, o quadro crítico sobre Orwell começa, aos poucos, a

⁴³ Este não é contudo, o tema central desse trabalho que desenvolvemos aqui, em nossa pesquisa do mestrado. Apesar da extrema relevância da questão, principalmente para a compreensão da constituição da imagem de Orwell enquanto crítico e pensador, nas décadas posteriores a sua morte, em 1950. Somada aos diversos problemas de editoração de sua obra durante as décadas de 1950, 1960 e 1970, como tratamos na primeira parte deste capítulo, esta questão estabelece as linhas interpretativas que a leitura da obra de Orwell e, conseqüentemente, todo seu ideário crítico, teriam desde sua morte. Porém, devido justamente a sua importância – seguida das dificuldades que um trabalho desse peso exigiria – não iremos nos ocupar em profundidade desta questão aqui. Contudo, assinalaremos, quando necessário, pontos relevantes para nossa discussão, principalmente no que toca a construção da memória de Orwell, por seus críticos e interpretes.

ser alterado. Grande parte disso que poderíamos considerar como o início da grande mudança de paradigmas na crítica ao autor, emerge principalmente de um novo ciclo na editoração de peças referentes a sua obra. Nesta esteira, é lançado, em 1968, a primeira grande coleção da obra de não-ficção de Orwell. Organizada por Sonia Brownell Orwell, com quem o autor se casou no final da década de 1940, pouco meses antes de morrer, e Ian Angus, a coleção *The Collected Essays, Journalism and Letters of George Orwell*, é publicada pela editora Secker and Warburg, em Londres, em quatro volumes. Nas páginas desta coleção, boa parte da produção de Orwell então conhecida pelo público e já publicada anteriormente é republicada. Além disso, uma série de artigos inéditos em coleções anteriores também são publicados pela primeira vez. Longos ensaios como *Bookshop Memories*, *In Defense of the Novel*, *Why I join the ILP* e *My Country Right or Left*, são então recuperados. São incluídos também, os artigos publicados por Orwell na coluna assinada por ele no jornal *Tribune*, intitulada “As I Please”; da mesma forma são recuperados também seus artigos produzidos como correspondente para a revista *Partisan Review*, de Nova York, além de uma série de cartas, documentos (entre memorandos, circulares internos, etc.), páginas do diário produzidos entre o final dos anos de 1930 e o início dos anos de 1940, no auge da Segunda Guerra Mundial, etc.

O ponto fundamental que o *Collected Essays* trás (além é claro da publicação de vários textos ainda inéditos), contudo, como assinala Marks (1995:270), são as indicações bibliográficas da produção de Orwell, antes negligenciadas em coleções anteriores. Acompanhado as várias páginas dos quatro volumes da coleção, uma série de notas de rodapé indicavam os vários locais de publicação anteriores dos textos e os locais onde foram posteriormente republicados. Ao mesmo tempo, estas notas forneceram uma série de dados contextuais relativos a publicação de cada um dos textos, tais como dados biográficos sobre Orwell e suas relações pessoais quando da produção e/ou publicação daqueles textos; referências sobre personagens que eram citados em determinadas passagens; referências sobre o contexto político e social da Inglaterra e de outras localidades citadas nos respectivos textos; referências editoriais sobre os periódicos, seus editores, suas relações políticas e ideológicas, etc. Estas informações serviram em muitos aspectos como o primeiro guia para estudos posteriores da obra de Orwell, especialmente fornecendo dados preliminares sobre os diversos periódicos de menor expressão em que o autor publicou seus textos.

A preocupação dos organizadores, claramente direcionada para um público mais jovem, que não vivera as décadas de 1930 e 1940, tinha, sem dúvidas, uma função didática clara. A própria escolha dos textos ali incluídos (lembremos que uma boa parte, mas, nem de longe, todos), além do tipo de organização destes dentro da coleção, atestam o fato. Essa tentativa, quase pedagógica, de propor uma direção às leituras da coleção, é-nos dada pelos próprios organizadores, logo na

introdução ao primeiro dos quatro volumes, lançado em 1968. Sonia Orwell, escreve o seguinte, justificando ao leitor, o arranjo cronológico dos textos contidos na coleção:

The material is arranged chronologically for two reasons. The first and most important one is that it is extremely difficult to pigeon-hole Orwell's essays and journalism: few of the pieces can readily be labelled either as political or as literary writing. Such categories overlap and emerge until what we really hear is the sound of a personal voice, and individual talking at random of the things that concern him on many different levels. (...) The second reason for presenting the material chronologically was to give a continuous picture of Orwell's life as well as of his work. In his will he asked that no biography of him be written. He gave no reasons for this but friends felt that this request was probably in part due to his natural reticence but also came from the knowledge that there was so little that could be written about his life – except for “psychological interpretation” – which he had not written himself. (Sonia Orwell, 1968[1]:xviii-xviii)*

E mais a frente no mesmo parágrafo, ela escreve ainda:

(...) With these present volumes the picture is as complete as it can be. Inevitably, many of the letters he wrote have been lost and many of his friends throw away letters as a matter of course. Only one of his wives has survived. But with the material available, I felt that arranging the letters, rather unorthodoxly, among the texts did give an idea of how his life and work developed. To him they were one. (ibid:xix)*

Vê-se aqui, nestas duas passagens, uma clara intencionalidade na organização, disposição e apresentação dos textos para o público. Em ambas as passagens, Sonia justifica a organização cronológica da coleção, em primeiro lugar, com a intenção de dar “voz” ao próprio Orwell através de seus textos, numa forma de privilegiar, o “desenvolvimento de seu pensamento”, ao longo de seu trabalho; questão que compõe também a segunda justificativa para o tipo de organização, já que respondia às negativas de Orwell em vida quanto à produção de biografias sobre ele. Assim, a

* “O material está organizado em ordem cronológica, por duas razões. O primeiro e mais importante é que é extremamente difícil definir a produção ensaística e jornalística de Orwell: algumas das peças podem ser rotuladas, como textos políticos ou como textos literários. Tais categorias retornam até que podemos realmente ouvir o som de uma voz pessoal, individual e falando ao acaso das coisas que lhe dizem respeito em diferentes níveis. (...) A segunda razão para a apresentação do material cronologicamente era dar uma imagem contínua da vida de Orwell, bem como de seu trabalho. Em seu testamento ele pediu que nenhuma biografia dele fosse escrita. Ele não deu razões para isso, mas amigos sentiram que este pedido foi, provavelmente, em parte devido à sua reticência natural, mas também partiu da ideia de que restava tão pouco para escrever sobre sua vida – exceto por “interpretação psicológica” – daquilo que já havia sido escrito por ele mesmo.” (Sonia Orwell, 1968 [1]: séculos XVII-XVIII) [tradução livre]

* “(...) Com estes volumes apresentamos uma imagem mais completa possível. Inevitavelmente, muitas das cartas que ele escreveu foram perdidas e muitos de seus amigos jogaram fora cartas por questões pessoais. Apenas aquelas enviadas a cada uma de suas esposas sobreviveram. Mas com o material disponível, eu senti que a organização das cartas, de uma maneira não-ortodoxa, entre os textos daria uma ideia de como sua vida e de trabalho se desenvolveram. Para ele, eles eram um só.” (Ibid: xix) [tradução livre]

publicação de seus textos dentro de uma suposta “lógica cronológica”, permitiria ao leitor acompanhar por si próprio o desenvolvimento das ideias do autor, sem passar pelo crivo interpretativo do biógrafo. E essa suposta isenção no trabalho dos organizadores – diferentes do biógrafo – é também muito interessante. Ela é, por exemplo, a justificativa central do segundo trecho citado acima. Sonia argumenta que sua organização não respondeu a qualquer tipo de “ortodoxia” – podemos compreender ideológica, neste caso – para a organização do material contido na coleção. O que lhe atribui um caráter de “neutralidade” total no processo de seleção e organização do que seria incluído na então primeira grande coleção da obra de Orwell.

O caso da escolha dos textos que seriam incluídos no *Collected Essays*, corroborou um grande debate acerca da própria figura de Sonia Orwell. Advinda de família estritamente anti-comunista – seu pai fora deputado liberal em Londres, e ela própria havia trabalhado para a Inteligência britânica durante a Segunda Guerra – Sonia é apontada como uma das responsáveis pela imagem posterior que Orwell adquiriria como um militante anti-comunista. Ela, aliás, fora a herdeira dos direitos autorais da obra de Orwell após sua morte, em 1950, e fora a responsável, como aponta Daniel Leab (2008) pela venda dos direitos do livro *Animal Farm* para a CIA, afim de produzir o desenho animado baseado na obra.

A organização desta primeira coleção também é fonte rica para alguns estudos nas últimas décadas (*Apud.* Marks; Crick, 1980). O principal biógrafo de Orwell, Bernard Crick, que publica pela primeira vez o trabalho *George Orwell: A life*, em Londres (considerada até hoje, sua principal biografia), no início da década de 1980, argumenta que o objetivo dos organizadores desta primeira grande coleção, ao mesmo tempo que proporcionar a ampliação do quadro crítico de Orwell para um público cada vez mais interessado em sua obra, era *direcionar* a leitura desse público. Isso explicaria, por exemplo, a não inclusão de inúmeros textos, ao mesmo tempo que o privilegiamento de outros, na composição da coleção. Outro importante comentador da obra de Orwell, John Rodden, em trabalho publicado nos EUA, no final da década de 1980⁴⁴ (*Apud.* Marks, op. cit: 271-2), argumenta sobre a questão colocando que a coleção *Collected Essays* não tinha intenção alguma em alterar a visão já estabelecida então sobre Orwell, construída ao longo dos anos anteriores. Mas sim, estabelecer uma certa “racionalidade” nestas leituras – já, contudo, ideologicamente “viciadas”. Marks cita Rodden, quando este vai pensar na imagem que a obra de Orwell já possuía no final da década de 1960, e o papel que o *Collected Essays* deteve diante dela:

⁴⁴ RODDEN, J. *The Politics of Literary reputation: The Making and Claiming of 'Saint George' Orwell*, Nova York: Oxford UP, 1989.

[...] “[...] by 1968 many critics had committed themselves to a certain views of Orwell and they continued to defend entrenched positions”. These interpretative trenches presumably blocked a view of the wider field in which Orwell's essays first appeared.” (Marks, op.cit:272)*

Segundo Marks (op. cit:271), a coleção também privilegiou uma organização específica dos textos de Orwell, dentro dos interesses de seus organizadores. Ele também analisa esta nota introdutória ao primeiro volume da coleção, onde seus organizadores apontam a organização dos textos como uma forma de “privilegiar o desenvolvimento do pensamento de Orwell”, dispendo-os cronologicamente. Contudo, este tipo de organização, segundo os argumentos de Marks, apresentava um problema grave: em muitos casos a apresentação dos textos como um *continuum* reflexivo, renegava as especificidades (editoriais, políticas, intelectuais e até estéticas) de cada um deles.

By their very nature, however, the four volumes suggested an inherent unity of vision and (headed by “Why I Write”) a unity of purpose. Furthermore, and again as a result of their format, CEJL [Collected Essays, Journalism and Letters] dislocated individual essays from the context in which each was published, so that Orwell's arguments appeared to spring fully formed from his head. In reality, many essays were written in reaction to arguments and analyses of others, and with specific periodical audiences in mind. The signaling of the periodical provenance of the essays was, however, not taken up by critics. (Marks, op.cit:271)*

Marks, cita como exemplo aqui nesta passagem, dois textos fundamentais: *Why I Write*, publicado em 1946, mas que, na organização proposta, abre o primeiro volume da coleção, e o texto *Shooting an Elephant*, publicado 1936 (que aparece na continuação do parágrafo). Ambos, produzidos sob encomenda como “manifestos” intelectuais, respondendo a encontros específicos dos respectivos periódicos que encomendaram as publicações, os textos são apresentados na coleção como reflexões “acabadas” diante de uma determinada linha reflexiva. Para Marks, assim como para Bernard Crick, que também considerou o caso do ensaio *The Lion and the Unicorn*, também incluído na coleção, o tipo de organização proposta no *Collected Essays*, em muitos momentos,

* [...] “[...] Em 1968, muitos críticos se comprometeram com determinados pontos de vista sobre Orwell e continuaram a defender posições arraigadas”. Essas trincheiras interpretativa presumivelmente bloquearam um campo de visão mais amplo quando os ensaios de Orwell aparecem pela primeira vez. ”(Marks, op.cit: 272) [tradução livre]

* “Pela sua própria natureza, no entanto, os quatro volumes sugerem uma unidade inerente da visão e (liderado por “Why I Write”), uma unidade de propósito. Além disso, e novamente, como resultado de seu formato, o CEJL [Collected Essays, Journalism and Letters] desloca ensaios individuais a partir do contexto em que cada um foi publicado, de modo que os argumentos de Orwell aparecem totalmente formados a partir de suas ideias. Na realidade, muitos ensaios foram escritos em reação aos argumentos e análises de outros, e com públicos específicos dos periódicos que os encomendaram. A sinalização da proveniência periódica dos ensaios, no entanto, não é retomada pela crítica.” (Marks op.cit: 271) [tradução livre]

“despolitizava” o pensamento de Orwell, descontextualizando o texto dentro do momento reflexivo de Orwell quando da publicação original. O que, na verdade, acabava por apresentar um Orwell “domesticado” segundo a leitura de seus organizadores.

Esse grande hiato que se estabelece entre o público leitor nas décadas posteriores à morte de Orwell, e a massa de sua produção crítica, contida essencialmente em sua obra de não-ficção, teria papel decisivo na construção da imagem que o mundo teria sobre a figura do autor ao longo das décadas subsequentes. Como pudemos ver, parte de sua produção estava disponível ao público. Porém, o direcionamento editorial dessas primeiras coleções póstumas de sua obra, inviabilizavam a construção mais cuidadosa de um arcabouço reflexivo sobre seu ideário. Somado a isso, a apropriação de seu léxico discursivo no pós-Segunda Guerra, especialmente com a apropriação de seu discurso de crítica à intelligentsia de esquerda das décadas de 1930 e 1940 – incapaz de enxergar, segundo Orwell, as perversões do stalinismo e a destruição dos ideais da Revolução de outubro de 1917 – pela propaganda liberal estadunidense ao longo das décadas de 1950 e 1960, no esteio da Guerra Fria, deteve papel fundamental na construção da imagem que ainda perdura (inclusive nos meios acadêmicos e da intelectualidade) nos dias atuais.

Parte destas questões só seriam respondidas (de maneira ambígua, na verdade), com a publicação da *The Complete Works of George Orwell*, editada em Londres pela Secker and Warburg, e organizada por Peter Davison, em vinte volumes, entre 1986 e 1998⁴⁵. As *Obras completas* viriam, por fim, preencher as lacunas restantes na editoração da obra de não-ficção de Orwell dos últimos 40 anos de publicação de sua obra, aglutinado vários fundos individuais na pesquisa para a produção da coleção. Entre estes, por exemplo, a coleção contida na biblioteca da Universidade de Londres, em que se encontravam vários documentos, panfletos, cartas e uma série de outros materiais reunidos por Orwell em vida. Além dessa pesquisa, as *Obras Completas* contam também com pesquisas em vários arquivos privados – como por exemplo, nos arquivos da BBC de Londres, reunindo uma série de correspondências e circulares internos dos anos em que Orwell foi empregado da emissora. O levantamento efetuado nos arquivos da BBC, por exemplo, trazendo a tona inúmeros documentos sigilosos da emissora na década de 1940, permitiu a reconstrução de um momento fundamental da carreira profissional de Orwell na metade da década de 1940 e iluminou inúmeras questões quanto ao seu pensamento e quanto a editoração de seu trabalho no período.

As *Obras completas* permitiriam também a ampliação do quadro interpretativo sobre alguns momentos fundamentais da vida de Orwell, como por exemplo sua produção acerca da Guerra Civil espanhola. Um dos casos mais divulgados de sua obra, suas experiências na Espanha, entre 1936-7,

⁴⁵ As *Obras Completas* tem os volumes 1 ao 9 publicados em 1986, e os volumes 10 ao 20 em 1998, todos em Londres pela editora Secker and Warburg.

já eram bem conhecidas do grande público antes do lançamento das *Obras completas*, devido ao relativo sucesso que seu livro *Homage to Catalonia* adquiriu já após sua primeira publicação em 1938⁴⁶, devido as controvérsias que levantou sobre a atuação comunista ao longo da guerra e o conflito paralelo com anarquistas e outros partidos não submetidos ao controle das Brigadas internacionais. Outros textos de sua obra de não-ficção que compunham o quadro interpretativo sobre o tema na obra de Orwell também já eram conhecidos antes do lançamento das *Obras completas* – tal qual o texto fundamental *Looking back on the Spanish War*, de 1942, publicado em algumas edições (inclusive no Brasil), junto com o texto do *Homage to Catalonia*. Porém, fora só com o lançamento dos últimos volumes da *The Complete Works of George Orwell*, quase no final da década de 1990, que o quadro crítico de Orwell sobre um dos principais eventos políticos do século XX, seria totalmente recuperado.⁴⁷

1.1.2 - Jornalismo, crítica literária e ensaísmo político: o retrato de uma geração

Qual a intenção então, de iniciarmos nossa discussão apresentando um quadro interpretativo sobre a editoração da obra de nosso autor, depois de sua morte, em 1950? Quais dados apresentados até aqui, nisso que nosso leitor poderia considerar uma segunda etapa da introdução de nosso trabalho, tomam a condição de importância necessária para compor a abertura do primeiro capítulo? Essas, talvez, sejam algumas das questões colocadas neste momento, diante da análise que apresentamos aqui. Porém, outras questões são fundamentais, trazidas então, por estas primeiras indagações prévias: Como a(s) leitura(s) da obra de Orwell no pós-Segunda Guerra Mundial, influenciou(aram) na compreensão de seu pensamento? Qual o peso dessas interpretações para a construção da memória (intelectual e pessoal) de nosso autor? Qual o peso, por sua vez, dessas interpretações para a reconstrução da rede de contatos intelectuais na qual Orwell esteve inserido ao

⁴⁶ Livro publicado em Nova York em 1952. Este livro também ajudou a caracterizar a imagem de Orwell como anti-comunista nos EUA na década de 1950, devido a suas críticas a atuação comunista na Guerra Civil espanhola. Críticas estas, contudo, lidas num contexto totalmente diferente daquele em que foram concebidas, delineando ainda mais o problema da leitura de Orwell nas décadas posteriores a sua morte.

⁴⁷ Do levantamento bibliográfico das *Obras Completas*, foi possível a organização, por exemplo, de uma outra coleção baseada nos textos de Orwell sobre a Guerra Civil espanhola, também organizada por Peter Davison e editada pela Penguin Books, em 2001, intitulada *Orwell in Spain*. Essa nova coleção, trazia, além do texto completo do *Homage to Catalonia*, todos os artigos, ensaios, resenhas e cartas produzidas por Orwell entre 1937 e o final da década de 1940, relativas ao tema. Mesma coleção que iria, em 2006, receber tradução no Brasil pela Editora Globo no Rio de Janeiro sob o título *Lutando na Espanha, recordando a Guerra civil e outros ensaios*. A republicação completa da produção de Orwell sobre suas experiências na Espanha ocupa local privilegiado em meio a republicação de sua obra de não-ficção, justamente devido as controvérsias que suas análises causaram e a repercussão que seu livro sobre a Guerra civil adquiriu, principalmente na construção posterior de sua imagem como um opositor do comunismo. Alguns destes textos sofreram inclusive boicotes já no período em que foram escritos, inviabilizando sua publicação imediata devido as críticas que carregavam a atuação comunista durante a guerra, como o próprio Orwell comenta em algumas cartas pessoais que integram sua obra de não-ficção, como trataremos com mais cuidado ao longo deste trabalho.

longo das décadas de 1930 e 1940, quando ele escreve e publica seus textos? Como então, esses debates políticos e intelectuais, emergem diante do olhar do historiador que escreve nos dias de hoje?

O que se denota diante desse conjunto de questões colocadas logo no início de nossa discussão, é a abrangência que um trabalho focado na história intelectual, pode ter. De um objeto específico, delimitado pela perspectiva metodológica do trabalho que nos obriga, afim de desviarmos das armadilhas impostas por nossa profissão, entre outras táticas e peripécias, a impor um recorte cronológico ao nosso problema, somos inevitavelmente levados a buscar os prováveis “*por quês*”, que levaram um autor a pensar, escrever, falar, sobre determinados assuntos e não sobre outros. Esses “por quês” são, inevitavelmente seguidos de alguns “*como*” – “como foi possível, em termos materiais, determinado autor dizer isto ou aquilo?”, “como se estabeleceram as circunstâncias que o levaram a tal fato?”, “como e quais os caminhos que ele tomou para fazê-lo?”.⁴⁸

São, sem dúvidas, inúmeras as questões. Nem todas, fáceis de responder. Ao contrário, algumas delas que exigiriam um folego sobre humano, que, em alguns casos, nem toda a fortuna crítica de um autor, publicada ao longo de décadas, por várias pessoas diferentes, é capaz de responder satisfatoriamente. Assim, logo de início é preciso dizer, não temos a mínima pretensão de, com nosso trabalho, ser a luz no fim do túnel; a tocha da sabedoria que ilumine todos os caminhos interpretativos para a compreensão plena e total (se é que isto exista no âmbito das ciências humanas) de nosso problema. Queremos, contudo, e isto sim, talvez seja possível, apontar um caminho: não pela certeza de que ele nos leve a conclusões finais e definitivas sobre as questões que guiam nossa pesquisa; mas, apontando algumas das dificuldades que os caminhos até então tomados apresentaram para aqueles que se propuseram a ler e entender a Orwell e sua obra.

É nesse sentido então, que partir de alguns problemas em relação a editoração da obra de Orwell – e da consequente construção da crítica à sua obra a partir desses problemas, nas décadas posteriores a sua morte, em Janeiro de 1950 – nos parece viável. Problemas que foram, na maioria dos casos, negligenciados por seus interlocutores, que se propuseram a interpretar as significações de temas fundamentais em sua obra como o totalitarismo, ou o socialismo, ou o imperialismo, etc. Da mesma forma, como mostramos previamente na primeira parte desse capítulo que abre nossa discussão aqui, fora muitas vezes esta perspectiva crítica acerca de nosso autor, construída

⁴⁸ Aqui tomamos um caminho a algum tempo já delineado por esteios da historiografia que tratam de história intelectual e de história das ideias, que é uma proposta de entender a “materialização das ideias” de determinado autor(es), grupo(s) intelectual(is), grupo(s) social(is), período histórico, etc. Muito desse caminho tem sido apresentado nas últimas décadas pela chamada “história editorial”, ou a “história do livro”, que estuda a produção tipográfica, as formas de circulação (econômica, quantitativa) dos livros, e sua influência na difusão – principalmente de sua recepção – das ideias contidas em suas páginas. Alguns desse autores, cuja produção tem alimentado os debates em torno da história cultural com a retomada de ferramentas fundamentais como a história quantitativa, para a difusão das ideias, guiam nossas interpretações aqui, tais como Roger Chartier e Robert Darnton.

historicamente, dentro de um determinado contexto político, econômico, social e cultural, que determinariam os caminhos da edição de sua obra até os dias de hoje. Assim, seja para afirmar ideias estabelecidas por esta fortuna crítica, acrescentando novas perspectivas interpretativas, seja para refutá-las, propondo novos caminhos, as discussões sobre o autor, inevitavelmente, passam pela historiografia de sua obra.

Historiografia que, ao mesmo tempo que tenta reconstruir a rede de ideias que permeou o entorno do autor e, de uma forma ou outra, alimentou seu léxico, desconsidera por vezes também as conexões internas de sua obra. E esse é outro problema fundamental quando se tenta fazer “*história intelectual*”, principalmente no campo da pesquisa histórica. As discussões entre análises internalistas e externalistas da obra de um autor, não são novas neste campo da historiografia⁴⁹. É verdade também que outras áreas das ciências humanas tem muito mais familiaridade nos estudos sobre intelectuais do que a história, tal qual a filosofia, a sociologia, a crítica literária – levando a história muitas vezes, a tomar algumas destas disciplinas como auxiliares em sua interpretação do objeto pesquisado, ainda mais tratando-se de intelectuais e o desenvolvimento de seu pensamento.

Esse jogo de vai e vem, para dentro e para fora do pensamento, se coloca então muitas vezes, como o grande obstáculo do historiador que se propõe a estudar o pensamento de um autor individual ou de grupos de intelectuais. Como apreender o desenvolvimento das ideias de um autor sem considerar o contexto político e intelectual a sua volta? Como compreendê-lo, sem destacar suas origens sociais e seu trajeto intelectual? Da mesma forma, como compreender o que ele escreve sem denotar suas associações intelectuais e políticas no momento em que elabora e posteriormente publica seus textos? Num momento *a posteriori* – porém, com a mesma importância – como entender as relações entre a produção, a transmissão e a recepção dessas ideias, seja para um público aberto, seja dentro do próprio grupo intelectual e político em que este autor está inserido? Todas questões que perseguem ao historiador que se propõe a estudar o desenvolvimento de ideias, sejam elas advindas do pensamento de um autor específico, sejam as ideias que permeiam o espaço público, e por isso, estão presentes nos debates cotidianos, nos comentários, nas conversas informais, no dia a dia das pessoas.

As controvérsias sobre o pensamento e a militância de Orwell em vida, estão longe de serem totalmente resolvidas. Sua obra de não-ficção, e o complexo quadro de sua editoração nas décadas posteriores a sua morte, iluminam o desafio que o estudo de seu pensamento empreende. Por um lado, pela evidente necessidade em driblar os vários anos de leituras parciais de sua obra – em muitos casos mesmo, pela inacessibilidade a sua produção de maneira satisfatória, como já nos

⁴⁹ Entre outros autores, esta questão é debatida, por exemplo por François Dosse: “Ir além da alternativa: internalismo/externalismo”, In. *Historia e Ciências Sociais*. (2004)

referimos em parte na introdução deste trabalho. Por outro, pela complexidade e amplitude de temas que seus vários anos de profissão enquanto crítico político e intelectual engajado abordaram em sua produção ensaística, no complexo quadro histórico do entre-guerras europeu. De todo modo, é justamente a amplitude da obra ensaística de Orwell, reunida nas várias coleções que contém seus textos, publicadas antes e depois de sua morte, que atestam sua dedicação à crítica e ao ensaio. Sua produção ficcional – fonte do maior número de controvérsias sobre seu pensamento – neste sentido, poderia ser considerada como um complemento reflexivo de sua atuação como crítico e intelectual, estando então longe de serem composições herméticas sobre temas pontuais.

As investigações perpetradas por estudiosos da obra de Orwell, em especial nos EUA e Inglaterra, onde ela é largamente estudada e comentada desde o fim da década de 1940 – fontes irradiadoras também das maiores controvérsias que cercam a figura de Orwell – atestam essa complexidade. O autor construiu em um conjunto sistemático de textos, uma perspectiva crítica aprofundada sobre as principais questões de seu tempo. Enquanto ensaísta, por exemplo, Orwell produziu uma vasta obra crítica em relação ao colonialismo britânico. Da mesma maneira, atuando como correspondente para o *Left Book Club* de Londres, imergiu na vida cotidiana dos mineiros das cidades inglesas de Lancashire e Yorkshire, na primeira metade de 1936, a fim de desnudar as condições de vida e de trabalho de uma das classes mais devastadas pela crise econômica europeia da década de 1930, em seu país. Ainda como jornalista, Orwell rumou para a Espanha, logo após a deflagração da Guerra Civil, em fins de 1936, afim de contar a história da Guerra e a luta contra o fascismo para o público inglês.

De todas essas experiências, resultariam uma larga produção ensaística ao longo das décadas de 1930 e 1940. Nos estudos sobre sua psicologia, ficaria evidente também a profundidade de cada uma delas para a formação intelectual, política, e em muitos casos, moral de Orwell. Além disso, sua produção representaria, tanto nos termos da diversidade dos assuntos abordados quanto na complexidade e aprofundamento das questões, a própria complexidade histórica em que sua geração estava inserida. Muito da suposta ambiguidade ideológica que grande parte de sua crítica atribuiria à Orwell nas décadas posteriores, advinha da própria amplitude de temas que o autor se ocupou em discutir ao longo de sua carreira profissional: ao mesmo tempo, por exemplo, ao longo da década de 1940, discutindo o anti-semitismo na Inglaterra; a influência da cultura estadunidense para a sociedade inglesa, através da presença dos soldados ianques em território britânico durante a Segunda Guerra Mundial; o engajamento de artistas e intelectuais na defesa do fascismo, como Ezra Pound; o problema do pacifismo nos EUA, na Europa e na Índia, sob a figura de Gandhi, nos anos de beligerância contra Hitler, etc. Em todos esses temas, pensados e repensados no calor dos fatos, trazendo a tona uma complexa rede de debates e intercursos intelectuais estabelecidos no entre-

guerra.

Essa é, por exemplo, a visão de Raymond Williams, sobre a figura de Orwell. Dentro da fortuna crítica da obra de nosso autor, Williams pode ser considerado um dos principais comentadores de sua obra (no sentido do renome do autor). Williams dedicou, inclusive, um ensaio particular ao autor, intitulado *Orwell* (1971). Ao mesmo tempo que apontou aquilo que compreendeu serem inúmeras controvérsias no pensamento de Orwell, Williams ressaltou também, a complexidade de sua figura e dos anos em que o autor elaborou sua crítica, tanto no plano político-econômico, quanto no plano intelectual. Como Williams escreve em seu ensaio:

Yet Orwell tried again and again to affirm, putting his life on the line. That is what makes him much more than a passive figure in this dominant structure of feeling. He shared it, but he tried to transcend it. As clearly as anyone in his generation, he sensed that this was, after all, a historical crisis, not a human condition or a metaphysical fact. His mobility, then, had a clear social intention. He was travelling light, but it was a sureness of instinct, not chance, that took him to all the critical places and experiences of his epoch; and he was not only a visitor either, but a man wanting and hoping to join in. (Williams, 1971:89-90)*

Para Williams, a diversidade de temas e a profundidade que o autor dedica a eles em sua obra, tornam a figura de Orwell uma das mais emblemáticas de sua geração, cuja influência intelectual seria fundamental na Inglaterra, por exemplo, para a Nova Esquerda britânica, nas décadas de 1950 e 1960.⁵⁰

E essa questão também é fundamental quando se propõe um estudo sobre sua obra. Ao mesmo tempo que Orwell encontrou ao longo de sua vida grandes dificuldades na editoração de seus trabalhos, inclusive por seu posicionamento anti-stalinista, que lhe rendeu em alguns momentos uma dura censura à sua produção (como analisaremos mais detalhadamente nas páginas que se seguem) e, conseqüentemente, na divulgação de suas ideias para o grande público, ele estabeleceu uma vasta linha de contatos com intelectuais dentro e fora da Inglaterra. Desde membros da esquerda não-stalinista em seu país e nos EUA, como Arthur Koestler, Franz Borkenau, Philip Rahv, etc., até nomes de destaque de sua geração como T.S. Eliot, Herbert Read, Henry Miller, George Woodcock, etc.. Este complexo quadro de relacionamentos, que podem ser

* “No entanto, Orwell tentou novamente e novamente afirmar, colocando sua vida em risco. Isso é o que faz dele muito mais do que uma figura passiva nesta estrutura dominante de sentimento. Ele a compartilha, mas tentou ultrapassá-la. Tão claramente quanto qualquer um em sua geração, ele sentiu que este era, afinal, uma crise histórica, não uma condição humana ou um fato metafísico. Em sua mobilidade, então, havia uma clara intenção social. Ele estava viajando a luz, mas era uma certeza do instinto, não acaso, que o levou a todos os pontos críticos e as experiências de sua época, e ele não era apenas um visitante qualquer, mas um homem querendo e esperando para se engajar.” (Williams, 1971:89-90) [tradução livre]

⁵⁰ Essa é também a visão de outros estudiosos da obra de Orwell e da história intelectual inglesa, como John Rodden (1990).

atestados, por exemplo, em suas correspondências reunidas nas coleções de sua obra, atestam a complexa rede de ideias em que ele esteve inserido, tomando parte dos principais debates de sua geração.⁵¹

Em muitos aspectos, sua produção mais efetiva como jornalista também atesta essa rede de circulação de ideias em que Orwell estava inserido. Concomitante a sua atuação como *freelancer*, como já referimos acima, Orwell se ocupou na década de 1940, em três veículos específicos, produzindo de maneira mais sistemática: no jornal londrino *Tribune*, na revista estadunidense *Partisan Review*, e na BBC. No jornal *Tribune*, o autor se empregou de 1943 a 1945 (colaborando ocasionalmente até 1947), onde desempenhou várias funções, entre editor, crítico literário, e colunista. Nesta última função, o autor assinou a coluna intitulada “As I Please”, na qual pode manter um contato mais efetivo com o público⁵². A produção de Orwell na revista *Partisan Review* também foi efetiva, a partir de 1941, assinando as “London Letters to Partisan Review”. Fundada em 1934, na cidade de Nova York, a revista foi uma das mais influentes publicações de esquerda nos EUA, entre as décadas de 1930 e 1940, contando com a colaboração, entre inúmeros intelectuais, de T.S. Eliot, Edmund Wilson, Conor Cruise O'Brien, Irving Howe, Hannah Arendt, etc.. Na verdade, a revista é considerada o centro aglutinador da esquerda não-stalinista nos EUA, nas décadas de 1930 e 1940, congregando vários intelectuais, inclusive da Europa, que mantinham uma produção efetiva para a revista. No caso de Orwell não era diferente. Longe da atmosfera da guerra, seus artigos tinham como objetivo, oferecer um retrato ao público estadunidense dos acontecimentos da guerra na Europa e sua repercussão na sociedade inglesa. Os temas tratados abordavam a atmosfera intelectual britânica em diversas esferas – por exemplo, a propaganda política, tanto aliada como do eixo; a difusão do pensamento fascista na Inglaterra, através da figura de Sir Oswald Mosley; o conservadorismo reacionário da política interna inglesa e de muitos periódicos ditos “socialistas” ; o movimento de independência indiano, o pacifismo e a figura de Gandhi; os perigos do avanço ideológico e militar totalitário sobre a Europa, dentre outros. Seus textos publicados na revista, ainda desempenharam papel fundamental na difusão das ideias do autor nos círculos intelectuais dos EUA. John Rodden (2006), por exemplo, considera sua atuação na *Partisan Review*, não apenas como fundamental por inserir Orwell nos círculos intelectuais de Nova York, mas responsável também pela imagem posterior que seria construída de Orwell nos EUA, diante da convergência de seu discurso com o de vários intelectuais anti-stalinistas e ex-

⁵¹ É interessante, por exemplo, alguns “manifestos” em que Orwell tomou parte ao longo dos anos de 1930 e 1940, promovidos e/ou assinados por grandes nomes da intelectualidade de sua geração como André Breton, o próprio Eliot, os muralistas mexicanos, etc.

⁵² Segundo Marks (1995:279), sua produção no *Tribune*, em especial com a coluna “As I Please” lhe valeu um certo reconhecimento pelo público, devido a própria audiência constituída do jornal: Marks estima que em 1948, o jornal contava com um público assinante de aproximadamente 20.000 leitores.

comunistas, que compunham o círculo em torno da *Partisan Review*. Como escreve o autor:

(...) With his regular “London Letter” in *Partisan Review* (1941-46), Orwell also became known during this time in New York intellectual circles. His name became linked in America with anti- and ex-Communist European socialists, including [Stephen] Spender, [Arthur] Koestler, [Ignácio] Silone, [André] Gide, [André] Malraux, Victor Serge, and Franz Borkenau, all of whom Orwell either met or praised in print. (Rodden, 2006:43)*

Outro momento importante de sua carreira profissional, foi sua atuação na BBC. Contratado entre 1941 e 1943, Orwell se ocupou, no Serviço oriental da emissora, da produção e transmissão de programas culturais, direcionados diretamente à classe letrada indiana⁵³. A função da BBC nos anos da Segunda Guerra Mundial na Europa foi fundamental para a Inglaterra, essencialmente por seu papel como veículo principal do discurso oficial britânico. A emissora se estabeleceu como o maior canal de propaganda Aliada ao longo da década de 1940, sendo fundamental na luta contra a propaganda fascista nos anos da Segunda Guerra. Na Índia seu papel era ainda mais destacado, devido à profusão da emissora entre as classes intelectualizadas locais. A difusão do discurso britânico entre as lideranças nacionais indianas, incitadas pela propaganda fascista japonesa contra o governo imperial britânico, era fundamental para as pretensões estratégicas Aliada, e também para as pretensões coloniais britânicas, diante do risco em perder sua principal colônia num processo de independência – como se confirmaria em 1947, com a independência da Índia. Por este motivo, a atuação de Orwell na BBC se configuraria de suma importância para a compreensão de seu ideário na primeira metade da década de 1940. Da mesma forma, sua suposta atuação como “propagandista”, como assinalam algumas leituras críticas acerca desse período, instauraria uma série de questionamentos diante de supostas contradições entre sua crítica à propaganda, desenvolvida largamente em sua obra ensaística, e sua própria atuação como propagandista para o governo britânico.⁵⁴ Na BBC também, como nas duas outras experiências onde Orwell pode

* “(...) Com a sua habitual “London Letters” na *Partisan Review* (1941-46), Orwell também ficou conhecido durante esse período nos círculos intelectuais de Nova York. Seu nome ficou ligado na América com anti-comunistas e ex-socialistas europeus, incluindo [Stephen] Spender, [Arthur] Koestler, [Ignácio] Silone, [André] Gide, [André] Malraux, Victor Serge e Franz Borkenau, todos conhecidos de Orwell ou elogiados na imprensa por ele.” (Rodden, 2006:43) [tradução livre]

⁵³ Função que renderia a publicação de três coletâneas: a primeira, já referida aqui, intitulada *Talking to India*, organizada pelo próprio Orwell, em 1943, e duas póstumas, *The war broadcasts* e *The war commentaries*, ambas de 1985. Nestas três, reúnem-se uma série de entrevistas e transmissões, algumas publicadas posteriormente em forma de artigo, mas que não compuseram os programas, devido a seu teor contrário aos interesses da emissora.

⁵⁴ Questão que fica clara, como nos caberá analisar em parte específica deste trabalho, na própria produção de Orwell para a emissora, reunida posteriormente nas três primeiras coleções produzidas com o material da BBC. Nestas coleções, compostas de vários textos produzidos para os programas de rádio, muitos publicados ainda na década de 1940 em forma de artigos, se encontram vários dos temas transmitidos. Muitos deles, aliás, que não compuseram os programas, devido a seu caráter “polêmico” diante de algumas questões importantes, como a dominação colonial britânica na Índia, a situação da classe trabalhadora indiana e a função da propaganda – Aliada e do Eixo – ao longo

estabelecer uma produção sistemática, o autor pode também definir um círculo importante de contatos com outros intelectuais, também empregados pela emissora, além de construir uma audiência importante em torno de seu nome e das questões debatidas ali. Pela importância desta discussão, retornaremos a ela em momento apropriado deste trabalho.

O que estas três experiências demonstram, além de aprofundar a posição de Orwell como jornalista e crítico, é a complexidade da rede de ideias em que sua obra estava inserida quando de sua produção. A própria produção ensaística, baseada essencialmente na publicação na imprensa do período, atesta – pelo caráter “aberto” da imprensa como campo de debates, ao mesmo tempo que mediadora dos diversos discursos da sociedade – essa complexa rede de circulação de ideias da qual a obra de Orwell foi sempre um incontestado retrato.

A figura de Orwell assim, cuja importância ainda é por muitos considerada apenas no pós-Segunda Guerra, devido a força discursiva, por exemplo, do *1984*, e sua “representação” de um “futuro totalitário”, tem uma importante representatividade também nos anos em que ele produziu. A relevância de sua figura diante dos debates intelectuais de sua geração vem, nos últimos anos, suscitando alguns importantes estudos sobre sua obra e, concomitantemente, sobre a história intelectual inglesa no entre-guerras. É o caso, por exemplo de trabalhos como os de Kristin Bluemel e John Rodden.

Bluemel⁵⁵, no trabalho intitulado *George Orwell and the Radical Eccentrics: Intermodernism in literary London*, publicado nos EUA, em 2004, destaca Orwell como figura central no círculo intelectual britânico do entre-guerras europeu. A autora, contudo, analisa a figura de Orwell destacando talvez, sua principal característica como intelectual: sua condição de *outsider* em meio aos grandes círculos do pensamento moderno britânico. Colocado fora dos grandes círculos intelectuais britânicos da primeira metade do século XX, como o Grupo de Bloomsbury, que reuniu em torno de si grandes nomes como Virgínia Woolf, John Maynard Keynes, E.M. Forster, etc, e da Grupo de Auden, reunida em Oxford, e que congregava nomes como o próprio W.H. Auden, Stephen Spender, Louis MacNeice, Isaiah Berlin, C. Day-Lewis, etc., Bluemel contudo, fez emergir a figura de Orwell como um importante aglutinador intelectual. Em torno principalmente da BBC, onde atuou como editor do programa que transmitia para a Índia, intitulado “Through the Eastern Eyes”, Orwell pode reunir um grupo de intelectuais colocados também na periferia desses grandes círculos. Esse grupo, que Bluemel defini como “os excêntricos radicais”, incorporou em seus debates importantes questões de sua geração, como o feminismo, o anti-semitismo, o movimento nacionalista indiano, etc, além de, na visão de Bluemel, incorporar um

da Segunda Guerra – todas refletindo as opiniões pessoais de Orwell, claramente contraditórias aos interesses da própria BBC e do governo britânico.

⁵⁵ Bluemel é professora associada de Literatura Inglesa na Monmouth University, em Nova Jersey, EUA.

momento fundamental para a história intelectual inglesa: de transição entre o pensamento moderno britânico e a pós-modernidade (assim reconhecida nos estudos culturais e do pensamento intelectual anglófono).⁵⁶ É nesse interstício do pensamento, entre duas eras, que emerge um conjunto de ideias “radicais”, no espaço público britânico, e que acabam sendo incorporadas nos debates intelectuais das décadas de 1930 e 1940, como analisaremos a seguir, na segunda parte desse capítulo.

Blumel defende, desta forma, que a obra de Orwell ocupa posição-chave para a compreensão de um período de transição do pensamento europeu – aquele inscrito entre o fim do projeto imperialista britânico, que guiou todo o pensamento político burguês no século XIX, e a ascensão de novas formas de governo, baseadas na ideologia de massas e no discurso de reconstrução após a Primeira Guerra Mundial. Assim, sua condição de *outsider* em relação ao movimento artístico-literário de sua geração, toma a força de recuperação de todo um movimento intelectual a margem dos grandes círculos intelectuais. Ao mesmo tempo, como ela argumenta, a obra de Orwell acaba por estabelecer conexões entre um círculo variado de pensadores e escritores do centro e da periferia dessa vanguarda intelectual, o que pode ser evidenciado, por exemplo, em sua correspondência com importantes nomes desses grupos, como o poeta e romancista estadunidense T.S. Eliot, um dos principais nomes da literatura de sua geração, ao mesmo tempo que com o escritor nacionalista indiano Mulk Raj Anand, crítico ferrenho da dominação britânica na Índia e que fora companheiro de Orwell nos anos em que nosso autor fora empregado da BBC. Blumel argumenta então, que Orwell constituiu um polo reflexivo entre diferentes correntes de pensamento de sua geração, em torno dos temas que permeavam suas discussões acerca da sociedade europeia nas décadas de 1930 e 1940. A autora atribui a isso, por exemplo, grande parte da repercussão de livros como *Animal Farm* e *1984*. Por outro lado, e até como consequência da repercussão destes dois livros na crítica internacional, sua obra não-ficcional acabou por ser discutida em seus primeiros textos de crítica lançados no pós-guerra apenas como complemento interpretativo do imaginário ficcional apresentado naquelas obras.

A centralidade da figura de Orwell em meio a classe intelectual do entre-guerras, também é ponto-chave na argumentação de John Rodden⁵⁷. Num outro trabalho fundamental à interpretação de sua obra, publicado no Canadá, em 1990 e intitulado *On the Political Sociology of Intellectuals: George Orwell and the London Left Intelligentsia of the 1930s*, Rodden destaca, dum ponto de vista

⁵⁶ Em seu livro, Blumel analisa as figuras de quatro intelectuais: além de George Orwell, ela analisa a figura do escritor indiano Mulk Raj Anand, e de duas escritoras feministas – Stevie Smith e Inez Holden. Para a autora, essas quatro figuras, representantes de uma série de paradigmas intelectuais que incorporam em seu léxico o momento de passagem de um período intelectual a outro, respondem, através de sua obra, a uma série de questões excluídas dos grandes centros intelectuais do pensamento britânico nas primeiras décadas do século XX. Assim, é sua própria condição de grupo excluído do *mainstream* intelectual de sua geração, que os torna, segundo a visão da autora, fonte fundamental para o estudo da história intelectual britânica do entre-guerras.

⁵⁷ Professor da Universidade do Texas, Austin.

político, a importância das ideias defendidas por Orwell dentro do círculo de intelectuais britânicos dos anos de 1930. Rodden escreve:

(...) The example of Orwell, however, possesses more than merely historical interest, for it represents not just one man's dispute with his fellow literary intellectuals. Rather, it signals the emergent position of the modern writer-intellectual in Britain, responding to the new, related historical developments in the 1930's; the birth of a radical intelligentsia and the rise in Europe of totalitarianism. (Rodden, 1990: 252-3)*

Fatores como sua condição de *outsider* intelectual – que na argumentação de Bluemel tomam condição central – são somadas, na perspectiva apresentada por Rodden, a seu não-alinhamento às correntes hegemônicas da política britânica: tanto liberal-conservadora, quanto socialista, na figura do Partido Trabalhista. Seu anti-stalinismo assim, que lhe causou tantos problemas em vida (e no pós-morte foi o centro das controvérsias em torno de sua ideologia e militância), na argumentação de Rodden, permitiu-lhe, além do alinhamento a um grupo também marginal em meio a essa intelligentsia, a sustentação de uma posição “radical” em meio aos discursos políticos de então – principalmente no ataque ao stalinismo enquanto perversor das ideias socialistas, perpetrado maciçamente em sua obra ao longo de toda a década de 1940.⁵⁸ Rodden destaca o paradoxo que a posição de Orwell representava nos círculos intelectuais ingleses da década de 1930. Por nunca ter se afiliado oficialmente ao grupo da esquerda intelectual, Orwell, ao mesmo tempo, pode estar dentro e fora do círculo ideológico da Geração de Auden, que congregou parte dos primeiros ecos de um radicalismo das ideias nas primeiras décadas do século XX na Grã-Bretanha.

Essa rede complexa de elementos, constitutivos do ambiente político-intelectual da Inglaterra das décadas de 1930 e 1940, perpassam a obra de Orwell, estimulando o próprio direcionamento de sua crítica a determinados temas fundamentais. E sua obra jornalística é mais

* “(...) O exemplo de Orwell, no entanto, possui mais do que apenas interesse histórico, pois representa não apenas a disputa de um homem com seus colegas intelectuais. Pelo contrário, sinaliza a posição emergente do moderno escritor-intelectual na Grã-Bretanha, em resposta aos novos questionamentos históricos da década de 1930: o nascimento de uma intelligentsia radical e a ascensão na Europa do totalitarismo. (Rodden, 1990: 252-3) [tradução livre]

⁵⁸ É importante destacar previamente aqui, que as críticas de Orwell ao discurso comunista internacional datam, de maneira mais sistemática em sua obra, da segunda metade da década de 1930, especialmente depois de sua viagem ao norte da Inglaterra, afim de produzir uma reportagem sobre as condições de vida dos mineiros de Yorkshire e Lancashire. Experiência da qual resultou o livro *The Road to Wigan Pier*, publicado em Londres, em 1937. Ali, Orwell já apontava para as disparidades entre a propaganda e o posicionamento intelectual comunista em detrimento das reais condições de vida da classe trabalhadora britânica em meio a crise da década de 1930, que assolava a Europa. Fora, porém, depois de sua participação na Guerra Civil espanhola, em 1937, que suas críticas ao stalinismo – sua máquina estatal e sua propaganda política – se consolidam, tomando a forma de um ataque àquilo que já era evidente a ele: o regime stalinista como um Estado totalitário que subvertia os ideais socialistas internacionais para a manutenção de seu poderio de Estado. O que seria, por fim, segundo as críticas de Orwell, confirmado com o pacto de não-agressão assinado com Hitler, em 1939, permitindo o livre avanço nazista por toda a Europa oriental.

uma vez retrato disso. O fato de Orwell não ter negligenciado os grandes temas de sua geração – a crise da década de 1930, o imperialismo, o fascismo e o totalitarismo, a Segunda Guerra Mundial, etc – dá a sua obra um grau de complexidade interpretativa que escapa a muitos de seus críticos. A busca interpretativa pela solução de alguns dos problemas apontados por estas leituras, quase que a caça de respostas que emergiriam definitivamente acabadas em seus escritos, se perde, contudo, no quadro complexo que é sua obra crítica, contida, especialmente, em seu ensaísmo.

Raymond Williams em seu ensaio sobre o autor (*op.cit.*, 1971), argumenta sobre a complexidade em separar a obra de Orwell entre o que se defini por “ficção” e “não-ficção”. Para Williams, especialmente na década de 1930, que começa com o primeiro grande trabalho publicado sob o pseudônimo “George Orwell”, *Down and Out in Paris and London* (publicado simultaneamente em Londres e Nova York, em 1933) – uma reportagem inspirada no mergulho do autor entre as classes subalternas das cidade de Paris e Londres, no final dos anos de 1920 – e termina com a publicação do romance *Coming Up for Air*, em Londres, em 1939, separar aquilo que seria produto de sua atuação jornalística – entre eles os trabalhos fundamentais *The Road to Wigan Pier* (Londres, 1937) e *Homage to Catalonia* (Londres, 1938) – daquilo que seria produto pura e simplesmente de sua “imaginação criativa”, é algo impossível⁵⁹. Como Williams escreve:

Indeed the contradictions, the paradox of Orwell, must be seen as paramount. Instead of flattening out the contradictions by choosing this or that tendency as the 'real' Orwell, or fragmenting tem by separating this or that period or this or that genre, we ought to say that it is the paradoxes which are finally significant. No simple explanation of them will do justice to so complex a man (the more complex because he appears, on the surface, so plain). Some of the concepts we need for nay full explanation may be beyond our reach just because of what we share with Orwell: a particular kind of historical pressure, a particular structure or responses and failures to respond. (Williams, 1971:87)*

Grande parte da argumentação de Williams em suas análises da obra e da própria figura de Orwell, assim como no trecho que destacamos acima, se baseia na exaltação disso que Williams chama de “paradoxo”, inerente a figura de Orwell. Mesmo assim, mesmo enxergando uma série de contradições em sua leitura de nosso autor, Williams é redundante em defender a impossibilidade de

⁵⁹ Ao longo da década de 1930, Orwell publicaria mais três romances, além dos já citados: *Burmese Days* (Nova York, 1934; Londres, 1935); *A Clergyman's Daughter* (Londres, 1935; Nova York, 1936) e *Keep the Aspidochelone Flying* (Londres, 1936; Nova York, 1956).

* “Com efeito, a contradição, o paradoxo de Orwell, deve ser visto como fundamental. Em vez de aplainar as contradições, escolhendo esta ou aquela tendência como o 'real' Orwell, ou fragmentá-las separando este ou aquele período ou este ou aquele gênero, devemos dizer que é o paradoxo o que finalmente importa. Nenhuma explicação simples dele vai fazer justiça a um homem tão complexo (o mais complexo, porque ele aparece na superfície, tão simplesmente). Alguns dos conceitos que nós precisamos para uma explicação completa podem estar além do nosso alcance apenas por causa do que nós compartilhamos com Orwell: um determinado tipo de pressão histórica, uma estrutura particular ou respostas e fracassos para responder.” (Williams, 1971:87) [tradução livre]

fragmentação de sua obra. Tal separação incorreria, por sua vez, segundo a visão de Williams, no problema maior de fragmentar o próprio autor e sua obra em supostas “fases distintas” de sua criação (tanto crítica quanto imaginativa). O que inevitavelmente, desconsideraria a complexidade psicológica de sua figura, dentro de um processo contínuo de amadurecimento, auto-crítica e reavaliação de seu próprio trabalho, diante das questões impostas pelo contexto histórico da década de 1930. Para Williams, desta forma, essas “contradições” que sua leitura de Orwell nos apontam, devem ser encaradas diretamente nas análises de sua obra, justamente acompanhando os processos contínuos de idas e vindas do autor, como parte também da própria complexidade intelectual de Orwell.

Esse nos parece, contudo, um ponto a ser problematizado. Não pela capacidade de Williams como leitor de Orwell. Muito menos pela negação de suas riquíssimas interpretações, que o crítico faz de nosso autor – inclusive na leitura desse conjunto de “paradoxos” que ele destaca. O ponto que nos parece passível de problematização, é justamente quanto a possibilidade de separação da obra de Orwell em conjuntos diferentes de textos; em “grupamentos de ideias”, através da seleção de uma determinada parte de sua produção – que, na verdade, é o que fazemos aqui, com a distinção de um tema específico (o problema da memória) em sua obra ensaística. Antes, contudo, é preciso que fique claro, nossa concordância com a impossibilidade de análises descontínuas da obra de Orwell. A separação que nos parece plausível se estabelece também internamente na produção do autor – ou seja, através de cortes propostos pelo próprio amadurecimento de determinadas ideias e discussões, que passam, em determinados momentos temporais, a incorporar uma nova gama de questões presentes nos debates intelectuais e nos movimentos de circulação de ideias no espaço público (e também no âmbito privado, através dos debates dos vários grupos intelectuais ao qual o autor esteve “exposto”) ao qual Orwell estava inserido.

Tal separação de seus escritos – entre “ficcional” e “não-ficcional” – nos parece viável, assim, especialmente por grande parte dessa obra ensaística de Orwell ainda ser praticamente ignorada no Brasil. A mesma produção que, como argumentamos acima, guarda o germe de sua crítica política, social e intelectual, sendo então fundamental na análise de seu pensamento. Pretendemos nesta análise, com isso, não propor uma fragmentação interna em sua obra e/ou em seu pensamento, fator que o próprio balizamento temporal por si só executa, quando tratamos de história intelectual. Pretendemos sim, destacar essa produção pouco ou nada conhecida, em detrimento da grande fama de alguns de seus romances, como no caso do *Animal Farm* e do *1984*. A partir de uma análise mais cuidadosa destes escritos correspondentes a sua produção enquanto jornalista, revisor, crítico literário, ensaísta, procuraremos destacar elementos que auxiliem na interpretação de sua obra e da própria psicologia do autor, contrapondo ao mesmo tempo,

inevitavelmente, parte da imagem erigida sobre Orwell ao longo das décadas posteriores a sua morte, quando da apropriação de seu léxico crítico pela propaganda liberal ao longo da Guerra-fria.

A argumentação de Williams tem importância em ser considerada, no entanto, devido a complexidade que o autor reconhece na crítica de Orwell. Para Williams (op. cit.), parte dos “equivocos” nas leituras posteriores da obra de Orwell, e da consequente transformação de sua figura num ícone do discurso anti-comunista internacional, é fruto da simplificação da crítica do autor a problemas muito mais complexos e profundos que emergiram dos caóticos anos de 1930 e 1940, ao mesmo tempo que da negligência a profundidade das próprias questões postas ali em jogo.

Seguindo então parte desta argumentação, nos propomos aqui a analisar alguns dos elementos contidos na obra de não-ficção de George Orwell – mais uma vez, sem com isso, propor uma fragmentação em seu discurso – com o intuito de colaborar na ampliação interpretativa de sua obra e de sua crítica, especialmente nos quadros críticos brasileiros. Desta forma, ao propormos um estudo sistemático de sua obra, pretendemos ampliar o quadro interpretativo sobre o autor, através de novos elementos bibliográficos sobre sua obra, inclusive com a análise da produção e difusão de seus trabalhos.

1.2 – Espaço público, intelectuais e “radicalização das ideias”: a luta pela memória diante das várias “versões” da “verdade” na Inglaterra dos anos 1930-40.

Nestes três comentadores, Williams, Rodden e Bluemel, a obra de Orwell aparece como significativa nos estudos da história intelectual inglesa das décadas de 1930 e 1940. Além disso, do exemplo oferecido por sua produção e pelo temas que ela aborda, seu pensamento sugere ainda, na visão desses comentadores, uma possibilidade interpretativa daquilo que Rodden e Bluemel especificamente sugerem ser a ascensão de um conjunto de “*ideias radicais*” no pensamento intelectual britânico, nas primeiras décadas do século XX. Porém, a que tipo de ideias esses autores se referem? Quais os pressupostos históricos que definiriam um conjunto específico de ideias, e as classificaria como “radicais”, em meio aos debates intelectuais da Inglaterra nas primeiras décadas do século XX? Ainda, que tipo de influência esse conjunto de ideias teria no pensamento de autores, tal como Orwell, posicionados fora dos grandes círculos intelectuais de sua geração? Da mesma forma, como essas ideias circulariam entre os intelectuais, do centro e da periferia, desses grupos intelectuais? Essas são algumas das perguntas que nortearam nossa reflexão nessa parte de nosso trabalho, procurando elucidar de maneira efetiva, a posição de Orwell em meio ao grupo de intelectuais de sua geração.

1.2.1 – Espaço público e circulação de ideias: o trânsito das ideias

Vários estudos sobre a história intelectual inglesa do período pós-1918, sugerem importantes transformações nos paradigmas intelectuais da geração que emerge dos traumas da Primeira Guerra. Alguns destes, inclusive os que tratam de analisar a colocação da obra e do pensamento de Orwell em meio a estas transformações, indicam um conjunto de razões históricas para esse cambio de pressupostos intelectuais, sociais, culturais e estéticos – todos referentes ao surgimento de um novo conjunto de ideias diante novas perspectivas de crítica intelectual da sociedade. Mais a frente, nos dedicaremos a analisar alguns dos pressupostos sugeridos por essa historiografia, afim de compreendermos esses novos paradigmas impostos pelas primeiras décadas do século XX, e que tiveram a força suficiente para transformar o próprio posicionamento de parte dos intelectuais britânicos, rumo a novas formas de questionamentos das estruturas sociais, políticas e econômicas da sociedade inglesa. Por enquanto porém, outras questões nos parecem fundamentais, afim de compreendermos isso que alguns desses autores chamam ou classificam como a “ascensão de ideias radicais”, as quais permeiam também as reflexões de nosso autor: onde estas ideias circulam? De que forma e por quais meios elas são passadas de um autor ao outro? Quais as relações entre a

produção, a circulação e a recepção dessas ideias?

A posição de Orwell enquanto jornalista e crítico nos diz muito a respeito desse movimento de ideias na sociedade britânica das primeiras décadas do século XX. Sua atuação profissional ao longo das décadas de 1930 e 1940, essencialmente através da publicação da maior parte de sua produção na imprensa de vários países, colocou-o no meio de uma série de debates sobre questões fundamentais para sua geração: a crise da década de 1930 e seus efeitos para as sociedades europeias; a Guerra Civil espanhola e a multiplicação de opiniões sobre seus acontecimentos; a ascensão do fascismo na política europeia dos anos trinta; o anti-semitismo e suas relações com a política de seu tempo; o nacionalismo, especialmente através dos debates sobre a independência da Índia, etc..⁶⁰ Grande parte da sua obra crítica produzida neste período (inclusive com reverberações fundamentais em termos de constituição reflexiva, também em sua literatura), enfocara estas questões, colocadas então como centrais, por exemplo, no espaço público britânico.

É um movimento quase que natural, o de inserirmos as reflexões sobre as influências críticas de Orwell aos círculos intelectuais de sua geração, aos quais nosso autor estivera inserido naquele momento em que emergem os questionamentos em sua obra sobre uma questão ou outra. Contudo, a utilização do termo “público”, aqui se referindo então a uma “esfera pública” (Habermas, 2003; Chartier, 2009) ou a uma “cena pública”, tem como intenção denotar a amplitude desses debates em meio a sociedade britânica das décadas de 1930 e 1940. Debates então, que não se restringiram aos círculos intelectuais, aos grupos acadêmicos, as sociedades letradas, etc., devido essencialmente a sua repercussão na imprensa do período. Como veremos mais a frente, no capítulo 3 deste trabalho, a obra de Orwell é mais uma vez, excelente demonstração da amplitude que, por exemplo, a Guerra Civil espanhola tomou em meio a sociedade britânica da segunda metade da década de 1930. Os debates em torno dos vários eventos da guerra, da mesma forma que de suas controvérsias políticas, tomaram um grande espaço na imprensa britânica, mobilizando um árduo debate entre várias linhas de interpretação ideológica dos acontecimentos que se desenrolavam na Espanha. Da mesma forma, e com a mesma força, os debates em torno da luta contra o avanço fascista na Europa, ocuparam lugar de extrema importância no cotidiano da sociedade inglesa, devido tanto aos debates públicos entre intelectuais, por exemplo, em torno das argumentações do movimento fascista inglês e da figura de Sir Oswald Mosley, quanto da cobertura da BBC dos eventos da guerra pelo mundo.

Em todos estes momentos, o que se colocou em jogo foram as várias versões da verdade sobre os temas em questão, traduzidos pelos múltiplos discursos políticos e ideológicos que

⁶⁰ Todas questões com impacto político profundo nos debates públicos da sociedade inglesa das décadas de 1930 e 1940 – aos quais grande parte da obra de Orwell se refere – mas que também tiveram papel importante em outros países, especialmente devido a conjuntura mundial estabelecida pela crise dos anos 30 e, mais tarde, pela Segunda Guerra Mundial, que transformou uma série de debates – como o anti-semitismo, por exemplo – em debates de relevância internacional.

permeavam estes debates na sociedade. A obra de Orwell assim, como veremos mais a frente neste mesmo capítulo, não apenas representou em suas reflexões um excelente exemplo do processo de circulação dessas ideias, como, ao mesmo tempo, permitiu ver, através dos debates a qual incorporou e das próprias críticas que sofreu, as múltiplas perspectivas de apreensão das principais questões de sua geração.

Pensar então numa definição do conceito de “esfera pública”, no sentido de construir as bases para uma reflexão sobre os temas discutidos na obra jornalística de Orwell, nos parece o caminho mais viável para compreendermos os debates sobre os quais o próprio léxico de Orwell estava assentado. Ao mesmo tempo, nos parece também o caminho mais indicado numa tentativa de escrutinar os laços intelectuais de sua obra, tanto no sentido de buscar seus interlocutores contemporâneos – aqueles com quem Orwell travou seus principais debates – quanto na busca de algumas de suas influências intelectuais, como no caso daqueles autores que compuseram sua rede de leituras, expresso, por exemplo, em sua crítica literária. É muito claro também o caráter “público” desses debates, justamente pela publicação de seus trabalho que, em vários momentos, representavam uma extensão desses debates para além dos círculos intelectuais em que estes eram travados. Da mesma forma, este “movimento” de circulação entre a recepção dessas ideias (sejam tomadas dos debates contemporâneos, sejam tomadas da leitura de autores do passado), sua incorporação no léxico de Orwell e sua efetiva transmissão, através justamente da publicação de seus trabalhos, nos dá também um caminho interessante em relação a apreensão das diversas “redes de contatos intelectuais”, a(s) qual(is) Orwell estava inserido neste período.

1.2.2 – O espaço dos debates: a esfera pública e a imprensa

Ao buscarmos uma definição sobre o conceito de “esfera pública”, no sentido de definir um espaço em que se travam os debates e as discussões dentro de uma sociedade para além dos círculos fechados do universo acadêmico e de seus vários grupos intelectuais, somos inevitavelmente levados a seguir as análises de Jurgen Habermas em seu clássico estudo, *Mudança estrutural da esfera pública* (2003). Em seu trabalho, Habermas busca as definições do que ele chamou de uma “esfera pública burguesa”, definida essencialmente com a ascensão do sociedade burguesa, no final da Idade Média. Essa “categoria”, historicamente definida, tal qual a conceitualiza Habermas (op.cit:9), representa a ascensão de uma nova forma de organização política dos indivíduos na sociedade, em detrimento do poder absoluto do Rei ou do Estado. Sua categorização enquanto “burguesa”, no entanto, marca sua distinção com as esferas de representação pública do poder do Estado, ao mesmo tempo, que sua distinção do povo, que não tinha acesso ao debate público.

Habermas nos dá a seguinte definição do conceito:

A esfera pública burguesa pode ser entendida inicialmente como a esfera das pessoas privadas reunidas em um público; elas reivindicam esta esfera pública regularmente pela autoridade, mas diretamente contra a própria autoridade, a fim de discutir com ela as leis gerais da troca na esfera fundamentalmente privada, mas publicamente relevante, as leis do intercâmbio de mercadorias e do trabalho social. (Habermas, 2003:42)

Essa nova categorização de um espaço de discussão e reunião, se consolida primeiro, segundo Habermas (op.cit:75), no própria Inglaterra, em meados do século XVIII, quando “(...) *forças que queriam passar a ter influência sobre as discussões do poder estatal apelam para o público pensante afim de legitimar reivindicações ante esse novo fórum.*” Já na França, este novo espaço de debates firma suas bases às vésperas da Revolução Francesa, como um “princípio burguês” de contestação do domínio absolutista. É ponto interessante na análise proposta por Habermas, denotar que, contudo, as origens disso que ele defini como “esfera pública”, não são políticas, ou, não tem origem de contestação política do poder hegemônico instituído. Este novo “espaço” de comunicação entre os indivíduos tem suas origens então, segundo as análises de Habermas, no que ele chamou de uma “*esfera pública literária*”, que consistiam nos espaços burgueses de discussão e reflexão dos problemas da sociedade, tal qual os salões e os cafés – até então, sem estar permeado pelo “raciocínio político” contestador do poder absoluto do Estado:

(...) Ainda antes que a natureza pública do poder público tenha sido contestada pelo raciocínio político das pessoas privadas para, a final, ser-lhe totalmente subtraída, forma-se sob sua proteção uma esfera publica sem configuração política – o esboço de uma esfera pública a funcionar politicamente. Ela é o campo de manobras de um raciocínio publico que ainda gira em torno de si mesmo – um processo de auto-compreensão das pessoas privadas em relação as genuínas experiências de sua nova privacidade. (op.cit.:44)

Este “novo espaço” de debates surge na França em especial, como uma contraposição estrita da *corte*, em seu papel ritualístico de reafirmação do poder absoluto do Rei e do Estado. Com a ascensão política da burguesia – em especial nas *cidades*, que segundo Habermas (ibid.:45), mas também Erich Auerbach (2007), é o núcleo dessa “esfera pública burguesa” – aumenta também sua representatividade enquanto classe. Sua preponderância em setores importantes da economia do século XVIII, por exemplo, através do comércio, permite também sua ascensão política na sociedades, principalmente de suas opiniões perante o poder estatal. O fator que marca a distinção

entre os espaços burgueses de discussão em detrimento dos antigos espaços aristocráticos é a definição histórica de um novo “*público*” – agora mais especializado, e que se difere do povo, no sentido do “populacho”, do *peuple*, francês⁶¹. A conceitualização desse novo “público”, é analisada também por Roger Chartier (op.cit.). No mesmo sentido que analisa Auerbach (op.cit.), Chartier estabelece sua distinção da “multidão” – representada pelo “povo” – basicamente por sua alfabetização e sua capacidade em “*ler e produzir material escrito*” (op.cit.:75). Esse “público especializado”, é identificado então, como o “*público leitor*” da sociedade, ou aquele que consegue acompanhar os debates através de suas várias formas de veiculação.

A ascensão do “novo público”, diferenciado do restante da sociedade por sua capacidade de leitura e, por sua vez, apreensão dos debates que se desenrolavam neste novo espaço público, marcará definitivamente o papel da *imprensa* na sociedade. É através dela, por exemplo, às vésperas da Revolução Francesa (Chartier, op.cit.; Darnton, 1998; 1996), que se dará o grande fluxo dos debates públicos sobre a situação do Estado e o declínio da imagem do Rei e do absolutismo. A imprensa, desta forma, segundo a análise de Chartier (ibid.:64), torna-se o “tribunal da opinião”: ou seja, o meio de articulação, de “conexão”, entre a “*universalidade de julgamentos e a dispersão [física] das pessoas*”, visando então “*construir uma opinião uniforme que, diferentemente dos antigos, não tinha localização física onde se expressar e experienciar sua unidade.*”⁶² É através desse papel “aglutinador” que a imprensa terá, das várias “opiniões individuais”, dispersas pela sociedade, que será possível chegar ao ponto culminante de formação de uma “*opinião pública*” – essa sim, na visão de Habermas (op.cit.:68-9), como motor da “refuncionalização” da “esfera pública literária”, para atuar (politicamente) como contestadora do Estado.⁶³

É importante ressaltar que o conceito de “esfera pública”, não será considerada em nossa análise por sua tipificação jurídica e/ou filosófica, tal qual faz Habermas. Nosso interesse aqui, não é considerar toda a história da gênese do conceito, tal qual o fazem Habermas, Chartier e Auerbach. Sua definição, contudo, é para nós fundamental, pois marca uma nova forma de relacionamentos dos indivíduos na sociedade, e, ao mesmo tempo, do relacionamento dos indivíduos para com o Estado, através de uma participação mais efetiva nos debates públicos (no sentido de se

⁶¹ Erich Auerbach em seu clássico estudo *Ensaio de Literatura Ocidental* (2007), apresentara, num grande texto onde analisa o teatro de Molière – *La cour et la ville* – a ascensão de uma nova categoria de espectadores no teatro francês – *le public* – e que, se diferenciará do *peuple* – primeiro através do próprio espaço físico do teatro, mas que, ao longo do século XVII, definirá uma nova categoria dentro da esfera pública francesa.

⁶² Aqui, Chartier tomará como ponto de reflexão, a argumentação de Kant, segundo a qual a “comunicação escrita” é o ponto de unificação dos indivíduos, diante de sua dispersão na sociedade, pois permite o “intercâmbio de ideias na ausência do autor”, criando assim, “uma área autônoma para debates de ideias” – princípio fundamental na reestruturação do conceito de público e no exercício individual da razão. (op.cit.:57)

⁶³ Para Chartier, a categoria de “*opinião pública*” surgida na nova esfera pública constituída às vésperas da Revolução Francesa, inaugura uma nova forma de *representação* da razão, para além de qualquer domínio institucional (estatal, municipal ou parlamentar).

estabelecerem para além da vida privada dos indivíduos) da sociedade. O caráter “político” da esfera pública, tal qual colocado por estes autores que nos servem de guia para a problematização do conceito, é justamente o ponto de nosso interesse⁶⁴. E ele se estabelece justamente com a consolidação dessa “opinião pública”, que, na verdade, representa a totalidade das opiniões individuais (ou privadas, se pensarmos no termo proposto por Habermas), consolidada através dos mecanismos que tornam as discussões das várias questões de interesse coletivo públicas, como no caso a imprensa.

Nosso interesse é então, ao pensarmos a obra de Orwell e os debates aos quais ele próprio e sua obra estavam inseridos, dentro dessa problematização que a conceitualização de uma “esfera pública política” (Chartier, op.cit.:50) permite compreender, é estabelecer um terreno que nos permita pensar num processo de circulação das ideias que permeavam esses debates – tendo também o conceito de *circulação de ideias*, tal qual o propõe, por exemplo, Carlo Ginzburg (2000)⁶⁵, como fundamental em nossa apreensão metodológica de uma história intelectual. Com isso, propomos então considerar o espaço público do período em que nosso autor escreve e publica seus textos, enquanto esse espaço de circulação de ideias, tendo então a imprensa – como o local principal de atuação de Orwell como crítico – como sua mediadora.

Ainda em seu estudo, Habermas considera que a partir da década de 1870, dá-se um processo de declínio daquilo que ele define como “esfera publica burguesa”, por sua cooptação pelo Estado (o Estado de bem-estar). A análise da obra de Orwell nos permite posicioná-la no

⁶⁴ Tal qual analisa Habermas (2003:69), Chartier (2009:50) também considera a consolidação de uma “esfera pública política”, no momento em que aqueles locais em que a burguesia se encontrava para debater as questões corriqueiras do sociedade, como os cafés e os salões, passam a assumir uma postura de contestação do poder político do Estado. Este momento marca, na verdade, a transição de uma ordem social assentada no caráter privado da vida, em que a autoridade do Rei ou da Igreja era soberana sobre os indivíduos e suas opiniões, para um ordem “pública” da vida em sociedade, em que a participação política dos indivíduos na sociedade crescem junto com o poderio econômico da burguesia.

⁶⁵ O conceito de “circulação”, tal qual é empregado por Ginzburg em seu livro *O Queijo e os Vermes* (2000), tem um valor importantíssimo em vários estudos de história intelectual, justamente por permitir a estruturação de um mecanismo de compreensão do processo entre a produção, a comunicação e a recepção das ideias por indivíduos diferentes. Ele tem sido largamente utilizado em várias modalidades de estudos da chamada Nova História Cultural – história editorial e dos livros, história da educação, história intelectual e das ideias, etc – ao mesmo tempo que em modalidades da também chamada Nova História Política, como por exemplo, os vários tipos de estudo sobre a imprensa e sua função de veículo de comunicação de massas, etc. É importante aqui, contudo, uma definição do uso do termo tal qual proposto por Ginzburg em seu estudo. Ao pensar a figura do moleiro italiano Menocchio em meio as disputas pelo conhecimento e a interpretação do mundo na Friuli do século XVI, Ginzburg recusa vê-lo como um “produto típico” da Idade Média. Seu processo perante a Inquisição, mostrou-lhe, não apenas um homem complexo, mas fruto de uma cultura complexa, em que vários elementos da cultura popular (subalterna, nas palavras de Ginzburg) se mesclavam a outros da cultura hegemônica. O conceito de “circularidade”, empregado por Ginzburg (2003:21), o qual denota então um processo em que essas culturas (ou essas ideias) se mesclam na cosmovisão de Menocchio, é então apropriado de Mikhail Bakhtin, e seu estudo sobre Rabelais e a cultura popular de seu tempo. Ali, Bakhtin enxergava também um processo de “circularidade cultural”, entre o popular e o erudito, expresso principalmente através do ritual simbólico que se instituiu com o carnaval. É então, justamente dessa “circularidade” entre a cultura popular e a cultura dominante, desse “influxo recíproco entre cultura subalterna e cultura hegemônica”(Ginzburg, op.cit.), que nasce, segundo a visão de Bakhtin, a comicidade exposta na obra de Rabelais.

intercurso desse processo; ou seja, daquilo que Habermas aponta serem as origens de seu declínio enquanto “*esfera publica burguesa*”, ou, representante de “homens privados” que, por sua posição intelectual, econômica e política, podiam atuar como força política no Estado de Direito burguês. Esse processo de declínio atinge seu ápice (que, porém, Habermas não considera), com os governos autoritários europeus, nas primeiras décadas do século XX, e nas ideologias de massa do totalitarismo. Nestes, a concepção (qualquer uma delas) de “esfera publica” é desintegrada completamente: a atomização da sociedade civil e sua integração no Estado, evapora os conceitos de público e privado em qualquer esfera. Não há mais indivíduos (no sentido burguês de *citoyen* – cidadãos com direitos garantidos por um Estado); há membros de uma unidade totalizante, o Estado. Desta forma, o próprio caráter individual (“privado”, segundo Habermas) que gera a base para a esfera publica burguesa, não existe mais. A “esfera publica” como um conjunto de homens privados que atuam politicamente, é esmagada pelo Estado, que a absorve e à sociedade enquanto sua continuidade.

Em muitos momentos, a obra de Orwell reflete sobre esse processo ao longo das décadas de 1930 e 1940. Como veremos ao longo das páginas que se seguem, inclusive nos próximos capítulos, o discurso político oficial dos Estados, especialmente nos anos de beligerância da Segunda Guerra Mundial, constroem, inclusive nos países “democráticos”, como a Inglaterra e os EUA, uma série de mecanismos que inviabilizam outras formas de discursos políticos, desautorizando-os como subversivos e até anti-patrióticos. Desta forma, outra questão que nos surge diante de uma análise da concepção de “esfera publica” neste momento, é considerar como o imaginário coletivo é transformado neste processo. E a obra de Orwell, é um caminho extremamente frutífero neste projeto. Como veremos, por exemplo, quando sua obra tratará do discurso oficial britânico ao longo da Segunda Guerra, veiculado através da BBC – seu principal canal de propaganda na década de 1940 – é possível considerar diversas formas de “re-invenção” dos mecanismos de articulação do imaginário – como por exemplo, a linguagem. No caso de nossa análise da obra de Orwell, enfocaremos especialmente, o papel da imprensa diante desse esmagamento do imaginário coletivo e sua rearticulação, tanto pela ideologia totalitária, quanto de outras formas de autoritarismo, como também, e principalmente, já que é o grande foco das críticas de nosso autor, na Inglaterra – cuja face da repressão se manifestava, por exemplo, nas várias formas de censura ao pensamento desempenhada pelos diversos órgãos oficiais do Estado.

1.2.3 – A “radicalização das ideias” na Inglaterra dos anos 1930

Em grande parte, as dificuldades de compreensão das ideias de Orwell nos anos que se seguiram a sua morte, em 1950, são responsáveis diretas pela imagem que o autor e sua obra adquiriram nos vários círculos da crítica a sua obra. Esta imagem, por sua vez, que desenha uma “caricatura” do homem e do intelectual⁶⁶ – seja ela positiva ou negativa – constrói uma figura isolada, deslocada de seu tempo e dos debates de sua geração. Esse “deslocamento histórico” do homem George Orwell, tal qual defende John Rodden (2006), ao mesmo tempo que desconecta ele próprio de seu tempo, desconecta suas ideias da rede de debates estabelecidos nos anos de 1930 e 1940⁶⁷. Tem-se, por exemplo, na Inglaterra, até a eclosão da Segunda guerra Mundial, em 1939, quando todas as atenções inevitavelmente se voltaram para o combate a Hitler e ao avanço nazista pela Europa, uma série de problemas que tomaram conta dos debates, tanto nos círculos intelectuais, quanto no espaço público, através da imprensa. Dois deles são emblemáticos,

⁶⁶ A imagem que essa crítica constrói de Orwell nos anos posteriores a sua morte é muito interessante. Como escreve John Rodden (2006), no trabalho em que analisa a construção do que ele chama de “reputação literária” do autor, Rodden analisa as várias faces dessa “reputação”, construída pela crítica a sua obra. Nas análises de Rodden, especialmente na II parte de seu trabalho emerge então a figura de Orwell em vários espectros: o “Rebelde”, o “Homem comum”, o “Profeta”, e finalmente o “Santo”. Através de todas estas faces, Rodden propõe uma devassa da recepção de Orwell nos vários círculos de sua crítica – da crítica liberal, principalmente nos EUA, em cuja figura de Orwell se estabeleceu um “libertador cultural” da luta anti-comunista ao longo da Guerra Fria, até chegar interpretação dos círculos intelectuais comunistas da obra e do pensamento de Orwell, onde ambas se configuram como o retrato do ocidente imperialista de ódio aos trabalhadores do mundo e a causa socialista. Em detrimento das várias faces da leitura da obra de Orwell, possibilitada pelo estudo de sua recepção, o que o trabalho de Rodden nos indica sempre, é uma desconexão do “homem Orwell” com seu tempo. Ambos os extremos de sua crítica, que o colocam de um lado como um herói, ou um “santo”, na imagem que emerge de seus primeiros biógrafos, todos amigos pessoais de Orwell, até a outra ponta, que o estabelece como um demônio a ser exorcizado – sua colocação na sociedade é sempre tida como isolada, única e solitária. Esse “deslocamento histórico” que Rodden reconhece nos dois extremos da crítica à obra de Orwell, é por ele considerada como a principal causa das várias dificuldades de interpretação de suas ideias, principalmente expressa nas leituras de seus livros de maior repercussão internacional, o *1984* e o *Animal Farm*.

⁶⁷ Rodden, como um estudioso da história intelectual e de uma história dos intelectuais, defini esse processo de desconexão histórica por qual passa a figura de Orwell, como um problema maior, que concerne aos próprios estudos da história intelectual, em especial na Inglaterra e nos EUA. Ele toma como base de sua argumentação a chamada “sociologia dos intelectuais” que, segundo sua visão: “[...] é puramente descritiva, ou pior: pobre em relação a definição dos conceitos (a 'função social própria' dos intelectuais e ' regra política única') que dominam a história dos intelectuais, em contrapartida a extensa produção teórica sobre o comportamento político dos intelectuais e seus relacionamentos de mobilidade” (Rodden, 1990:252) [tradução livre]. Ou seja, um tipo de paradigma epistemológico que guia esse tipo de estudo dos intelectuais, através de suas “afiliações políticas”, consideradas como aceitação acrítica de um “tipo-ideal” de intelectual, “passivo” às contingências históricas que o cerca. Rodden tomará então como arcabouço argumentativo para sua reflexão em torno dos problemas dessa metodologia de trabalho em torno de uma “história dos intelectuais” alguns trabalhos produzidos ainda na década de 1960 e 1970, em especial nos EUA, como os de Noam Chomsky, *American Power and New Mandarins* (1967), e *Intellectuals and the State* (1978), e o trabalho de Robert Brym, *The Jewish Intelligentsia and Russian Marxism: A sociological study of Intellectual Radicalism and Ideological Divergence* (1978). Rodden ainda considerara outros estudos sobre os intelectuais e suas relações políticas dentro da sociedade, como o clássico estudos de Julien Benda, *The Betrayal of the Intellectuals* (1955). Os estudos sobre Orwell tomam então, principalmente nos EUA, esse caráter “parcial” advindo de um certo tipo de sociologia dos intelectuais, que considera sua figura como um resultado direto de um certo tipo de aceitação passiva dos ideais político-ideológicos de um determinado grupo ou partido, sem porém considerar a rede de contatos entre os vários círculos intelectuais de sua geração e a consequente troca de ideias entre esse grupos, em vários níveis diferentes dentro da sociedade.

permeando profundamente a obra de Orwell nos anos de 1930: os debates em torno da crise econômica dos anos de 1930 e as possibilidades, políticas e econômicas de resposta a crise, ao desemprego em massa e a miséria que assolava as classes trabalhadoras britânicas – debate bipolarizado pela ascensão das ideias socialistas entre os intelectuais ingleses, que passam então a dinamizar as críticas ao liberalismo e ao conservadorismo da política britânica, ainda arraigada nas tradições econômicas e culturais da era de ouro vitoriana. Essa, por exemplo, vai ser a face que permeará as discussões de Orwell no livro *The Road to Wigan Pier*, de 1936. Livro no qual nosso autor vai reverberar grande parte dos debates sobre a situação da classe trabalhadora britânica nos anos de 1930, através das condições de vida dos mineiros do norte da Inglaterra, ao mesmo tempo que vai se ocupar polemicamente, segundo seus críticos, das condições da própria esquerda nos anos de 1930 na Inglaterra.

Mais tarde, com o irrompimento da Guerra Civil espanhola em 1936, outra questão que irá multi-polarizar opiniões no espaço público britânico, é a emergência do fascismo pela Europa. Inclusive a Inglaterra, se tornará um foco do movimento fascista internacional, sob a figura de Sir Oswald Mosley, e a British Union of Fascists⁶⁸. Mosley, ex-membro do Partido Liberal britânico e político de reputação reconhecida, trás a questão do fascismo como ideologia política para os debates públicos da sociedade britânica, através de embates na imprensa, no rádio e da publicação de manifestos de defesa das ideias fascistas. A proeminência de sua figura, faz o partido fundado por ele ganhar notoriedade nacional e suas opiniões se tornam grande alvo de debates nos círculos da esquerda do país. Orwell, por exemplo, ocupará inúmeros artigos, inclusive em sua coluna para a revista nova-iorquina *Partisan Review*, sobre a questão do fascismo na Inglaterra e a figura de Mosley. Da mesma forma, seu livro sobre a Espanha e a Guerra civil, o *Homage to Catalonia*, de 1938, irá também, como se deu com seu livro anterior *The Road to Wigan Pier*, incorporar grande parte dos debates que se desenrolavam na Inglaterra na metade dos anos de 1930. Como veremos no capítulo 3 deste trabalho, suas discussões em torno da repercussão da guerra espanhola na imprensa britânica representava em grande parte a face dos debates políticos do país no período. A divisão de opiniões em torno do que a imprensa reportava sobre o conflito e seus atores, claramente direcionada por determinações político-ideológicas particulares, transmitiu a Orwell, na verdade, os próprios horizontes políticos fragmentados da Inglaterra às vésperas da irrupção da Segunda Guerra Mundial.

Pensando então novamente nesse processo de desconexão histórica de Orwell com seu tempo, produzida pela figura canônica erigida em torno do nome “George Orwell”, temos, antes

⁶⁸ A figura política e o simbolismo de Sir Oswald Mosley, representara também um ponto importante de discussão na obra crítica de Orwell.

mesmo dessa série de debates dos anos de 1930, uma série de problemas históricos que nos são trazidos pelos anos anteriores, correspondentes a sua formação intelectual. Por exemplo, os anos passados entre os muros da tradicional escola de *Eton*, imprescindíveis em sua formação burguesa.⁶⁹ Por outro lado, mas tão importantes talvez em sua formação, são os anos em que Orwell passou na Birmânia, servindo na Policial colonial indiana, por quase toda a década de 1920. E esse período guarda ainda uma importância fundamental na formação de suas ideias, pois representaria o *turning point* em sua formação política, como veremos, por exemplo, no capítulo 2 deste trabalho, onde analisaremos as relações de Orwell com o *passado*, individual e coletivo, através, principalmente, de seu rompimento com essa tradição burguesa que lhe formou e à sua geração. Há ainda um terceiro ponto de fundamental relevância, que se refere às suas experiências com um cosmopolitismo tardio na Europa do final dos anos de 1920. Sua vida nas cidades de Paris e Londres, relatadas com um realismo fantástico no livro *Down and Out in Paris and London*, de 1933, quando a intelectualidade europeia começava a sentir os primeiros efeitos da Depressão dos anos de 1930, é fundamental também, pois lhe dá uma apreensão tardia dos efeitos culturais do modernismo europeu dos anos 20⁷⁰ – do exílio intelectual que Paris representou para muitos de seus contemporâneos, da ascensão da cultura e das ideias modernistas, etc..⁷¹

Historicamente, essa desconexão “temporal”, podemos assim dizer, de Orwell com as ideias hegemônicas que permearam os principais círculos intelectuais de sua geração entre o final dos anos de 1920 e o início da década de 1930, é em parte atribuída por comentadores que pensam a obra de Orwell nos anos de 1930, tal qual Kristin Bluemel (2004) e John Rodden (1990), como fator determinante de sua não-colocação entre os principais grupos de intelectuais de sua geração – notadamente, os grupos formados nos grandes centros acadêmicos de Oxford e Cambridge. Sua

⁶⁹ Formação que Orwell analisa em parte também no ensaio *Such, Such Were the Joys*, publicado postumamente, em Nova York, em 1953. Este texto, na verdade, tem como objeto principal retratar os anos passados no começo da adolescência no internato de St. Cyprian, onde Orwell caracteriza o que ele definiu como uma “experiência terrível”, vivida na escola e que se torna também uma análise sociológica do sistema de ensino privado britânico nas primeiras décadas do começo do século XX. Tal experiência porém, que segundo ele próprio, marcaria toda sua vida, representaria ao mesmo tempo, o contra-ponto a outra experiência estudantil de Orwell, passada alguns anos mais tarde no *Eton College*. Em ambos os casos, é muito interessante a proposta de Orwell em analisar “características psicológicas” das elites britânicas, através de seu sistema de ensino: seu snobismo, seu racismo, sua indiferença aos problemas coloniais, seu tradicionalismo conservador, etc.. Todas estas, segundo Orwell, refletidas na própria sociedade britânica e em sua política.

⁷⁰ O marco cultural e intelectual para a ascensão do modernismo na Inglaterra nos é dado por Bluemel (2004) e Rodden (1990), com as publicações dos livros *The Waste Land*, de T.S. Eliot, e do livro *Ulysses*, de James Joyce, ambos em 1922.

⁷¹ Como veremos, essa é uma perspectiva controversa, pois, como defendem por exemplo, Kristin Bluemel (ibid.) e John Rodden (ibid.) - ambos comentadores que analisam a obra de Orwell neste momento histórico – Orwell sequer pegou as ondas do modernismo cultural europeu iniciado no começo da década de 1920 entre os círculos intelectuais britânicos. Em sua volta para a Europa, em 1928, o contexto intelectual na Inglaterra já era outro, já inserido nos duros efeitos da crise econômica que já assolava o país desde meados dos anos de 1920. Orwell assim, não sentiu os efeitos culturais das ideias modernistas, disseminadas entre seus contemporâneos, e que seria determinante no posicionamento desses intelectuais ao longo da década de 1930, principalmente em meio aos círculos hegemônicos da intelectualidade britânica, como os grupos de Bloomsbury e de Auden.

condição de *outsider*, colocada assim por estes dois estudiosos da obra de Orwell e dos debates que permearam suas relações intelectuais no período, como central em sua orientação política e ideológica, é então determinada por condicionantes históricas claramente definidas. a) Sua *origem social*: como membro da “classe-média”, Orwell incorporou todo o peso da desestruturação econômica dos anos de 1920-1930, e a pressão da convivência imposta pelo preconceito social; b) A questão de ser *mais velho* que os grandes nomes de sua geração, o que lhe possibilitou viver ainda a atmosfera decadente do período pré-Primeira Guerra Mundial (lembramos, nosso autor nasceu em 1903) e toda a conjuntura histórica de transição que a Guerra de 1914-18 representou; c) Seu período de trabalho na *Índia*, que, por um lado, aproximou-lhe de um universo quase intocável para grande parte de sua geração – presenciar de perto as contradições do domínio imperial britânico e a subjugação de um povo por meio da coerção política e física, de um exército invasor; de outro, essa experiência, como dito acima, afastou-lhe dos principais acontecimentos políticos de sua geração na década de 1920, como, por exemplo, a chegada ao governo inglês do Partido Trabalhista, em 1924. (Rodden, 1990:259-60). Argumentação que nos parece suficientemente importante pois reconstrói historicamente as “origens intelectuais” de Orwell, e o contrapõe a de seus contemporâneos intelectuais. Fator que, conseqüentemente, ira posicioná-lo de uma forma particular nos debates que se seguirão nas décadas de 1930 e 1940. Por esta importância então, retomaremos essa argumentação mais a frente, ainda neste capítulo, analisando com mais cuidado suas implicações para a formação intelectual e política de Orwell.

A posição crítica da obra de Orwell, mesmo que posicionada num ângulo particular dos círculos intelectuais britânicos do entre-guerras europeu, contudo, nos oferece uma perspectiva interessante nos estudos da história intelectual do período. Na verdade, é essa condição de *outsider* de sua figura pessoal, que transforma a obra de Orwell num caminho *sui generis* para a interpretação deste momento histórico determinado. Os caminhos de sua crítica social e política, ao mesmo tempo que seu não-engajamento às correntes hegemônicas da intelectualidade britânica das décadas de 1930 e 1940, não nos fazem perder de vista um problema maior no estudo da história dos intelectuais ingleses: a ascensão de um conjunto de ideias que transformou a própria condição crítica de vários grupos de intelectuais, mesmo aqueles colocados nos grandes centros do pensamento britânicos, onde tradicionalmente se formava a elite intelectual, política e administrativa da Grã-Bretanha. É interessante aqui, retomarmos mais uma vez uma citação que já fizemos acima, do artigo de Rodden, “On the Political Sociology of Intellectuals: George Orwell and the London Left Intelligentsia of the 1930s” (op.cit.), pois ela elucida um outro aspecto que nos interessa muito em nossa reflexão. Como analisa mais uma vez John Rodden, ao considerar a própria condição histórica da obra de Orwell em meio ao seus contemporâneos:

(...) The example of Orwell, however, possesses more than merely historical interest, for it represents not just one man's dispute with his fellow literary intellectuals. Rather, it signals the emergent position of the modern writer-intellectual in Britain, responding to two new, related historical developments in the 1930's: the birth of a radical intelligentsia and the rise in Europe of totalitarianism. (Rodden, 1990:252-3)

Na argumentação de Rodden, uma das questões nos parece muito clara em termos de consideração histórica. Os efeitos do que ele chama de “ascensão do totalitarismo na Europa”, em meio a classe intelectual britânica, responde em grande parte a uma continuidade dos debates que a ascensão do fascismo, inclusive na própria Inglaterra, gerou nestes círculos intelectuais. O ponto a ser observado contudo, está na própria definição histórica de “totalitarismo”, e na forma de sua apreensão pelos diferentes quadros políticos e intelectuais na década de 1930. As definições, por exemplo, de um *totalitarismo de direita*, notadamente se referindo ao nazismo na Alemanha, parecem muito claras nos círculos intelectuais da esquerda do entre-guerras de uma maneira global. A definição de um *totalitarismo de esquerda*, contudo, é muito mais problemática. Ela aparece notadamente nos círculos dissidentes da esquerda ligada aos PC's pelo mundo, na década de 1930, logo após as primeiras revelações dos crimes de Stalin – os Kulags, as prisões e deportações de criminosos políticos para as minas de sal da Sibéria, e os expurgos em massa, inclusive de quadros internos do partido bolchevique, durante o processo de ascensão política de Stálin, após a morte de Lênin. A definição do stalinismo como um regime corrupto e autoritário pelos círculos da esquerda não-stalinista, que rompe com os ideias revolucionárias de Outubro de 1917, se constituindo numa forma de poder total – no qual o Estado, através de sua máquina política e administrativa, se torna um Estado policial, baseado no controle total da sociedade, atomizada dentro do Estado, aproxima o regime stalinista do *totalitarismo de direita*, ou mais especificamente, do nazismo, na Alemanha.

Já a segunda questão apontada por Rodden, como motivação histórica da formação, ou em suas palavras do “nascimento” do que ele chama de uma “intelligentsia radical” na Inglaterra dos anos de 1930, merece aqui uma análise mais cuidadosa. Primeiro, por se referir a um conjunto de ideias específicas até então não-pertencentes ao contexto dos debates intelectuais britânicos, mas que irrompem nestes círculos intelectuais no limiar da década de 1930, fazendo daí, nascer esse grupo que ele definiu como “radical”. Segundo, por este conjunto de ideias – que dinamizam a emergência desse “radicalismo” intelectual – responder a questionamentos históricos específicos do entre-guerras europeu, possibilitando então sua ascensão em detrimento dos grupos intelectuais até então existentes na vida pública britânica. Porém, a que conjunto de ideias Rodden se refere então em sua argumentação? Quais as condições históricas para seu “surgimento”? Qual o peso dessas “novas ideias” para os debates intelectuais da década de 1930? Elas seriam suficientes para definir

como “radical” o posicionamento desses grupos intelectuais em meio a esses debates? E ainda, “radical” seria um termo correto na definição desse grupo de intelectuais? Por fim, qual o peso dessas “ideias radicais” para Orwell e sua obra da década de 1930 e 1940?

Algumas dessas questões que colocamos aqui como um norte para nossa reflexão, são respondidas pelo próprio Rodden em seu artigo. O autor aponta (op.cit.:254), que as tradições continentais europeias de um radicalismo intelectual datam do século XVIII, tendo claramente como referencia central a França revolucionária. A Inglaterra, contudo, segundo suas análises, não possuía uma esquerda dissidente até a década de 1930. Como Rodden escreve, sobre as correntes intelectuais britânicas da primeira metade do século XIX:

(...) The “philosophical Radicals” of the 1820's, including James Mill, were parliamentary reformers, and they numbered in any case no more than a coterie of twenty. The nineteenth-century intellectual “Light of Liberalism” - led by John Stuart Mill, Herbert Spencer, James Bryce, and Henry Sidwick – were similarly in or close to the corridors of power and fully assimilated into the governing classes by birth and education. Edwardian Fabians like H.G. Wells and Sidney and Beatrice Webb likewise invested their progressive hopes in gradualism, social planning, technological advance, and administrative efficiency. With occasional exceptions like Robert Owen, William Morris, and Bernard Shaw, English intellectuals were traditionally Liberal or Conservative, or frequently apolitical. (Rodden, 1990:254)*

A diferença estabelecida por Rodden em sua análise disso que ele atribui como característica da classe intelectual britânica na década de 1930, esta justamente concebida no adjetivo “radical”, com o qual ele “qualifica” a posição política “dissidente” desse grupo, em detrimento dos intelectuais britânicos ao longo do século XIX⁷². Assim, por exemplo, mesmo

* “(...) Os radicais “filosóficos” da década de 1820, incluindo James Mill, foram reformadores parlamentares, não passaram mais do que uma confraria de vinte. O intelectual do século dezanove, “Luz do Liberalismo” - liderado por John Stuart Mill, Herbert Spencer, James Bryce, e Henry Sidwick - ficou igualmente perto/dentro de corredores do poder e totalmente assimilado as classes dirigentes por nascimento ou educação. Edwardianos fabianos, como HG Wells e Sidney e Beatrice Webb igualmente investiram suas esperanças progressistas no gradualismo, o planejamento social, o avanço tecnológico e eficiência administrativa. Com raras exceções, como Robert Owen, William Morris e Bernard Shaw, os intelectuais ingleses foram Liberais ou Conservadores, ou frequentemente apolítico.” (Rodden, 1990:254) [tradução livre]

⁷² O uso do termo “radical” – neste caso, um adjetivo que qualifica a posição política e ideológica de um determinado grupo intelectual em meio aos debates políticos e intelectuais da década de 1930 – é, contudo, extremamente complexo. Na Inglaterra, a historiografia que trata da história do país desde a Revolução gloriosa de 1640, usa largamente o termo para definir várias formas de movimentos populares de contestação política e social. E.P. Thompson (2002), em seu clássico estudo sobre a *Formação da Classe operária Inglesa*, vai se referir ao “radicalismo popular”, que simbolizou, por exemplo, os primeiros protestos contra os efeitos da Revolução Industrial, na primeira metade do século XIX. Da mesma forma, Thompson vai falar, no volume 3 de seu estudo, em um “radicalismo” político reformador na Inglaterra entre o final do século XVIII e o início do século XIX, influenciado por Napoleão e pela Revolução Francesa de 1789. Com o mesmo sentido, Engels (2008), em seu também clássico estudo sobre *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, vai se referir às revoltas operárias que se seguiram aos processos de desenvolvimento da indústria e implementação do maquinário industrial na produção desde os primeiros momentos da Revolução Industrial, como expressão de um radicalismo social nos movimentos operários contra a burguesia industrial. O emprego do termo “radical” ou de um certo tipo de

reconhecendo as vertentes socialistas e comunistas do pensamento intelectual britânico como mostra de uma certa “dissidência” no pensamento político do país – na primeira metade do século XIX, por exemplo, com Robert Owen, e na segunda metade do mesmo século, por exemplo, com William Morris – o que Rodden exalta, é a ligação desses grupos intelectuais (e notadamente os grupos hegemônicos) com o *establishment* político e social – tal qual se dá com o *Fabianismo*⁷³, que o autor utiliza como exemplo em sua argumentação.⁷⁴ Essa posição, quase que hegemônica dos intelectuais britânicos constitui, segundo Rodden, uma “tradição de cooperação desses intelectuais, através de sua participação no governo e na política”. Como Rodden escreve:

(...) British intellectuals have typically maintained access to important official channels of communication and power, and have thereby constituted an “intellectual aristocracy”, in Noel Annan's phrase, closely bound to the ruling classes and to one another by family, school, and professional ties. (Rodden, *ibid.*)*

Outro autor que vai refletir sobre esse processo, quase natural, de cooptação dos intelectuais por várias instâncias da vida pública britânica, é E.P. Thompson. Isso a que o autor chamou de “peculiaridade dos ingleses” (Thompson, 2001), trata na verdade, da acomodação da classe intelectual britânica na sociedade. Thompson porém, não vai recusar uma herança “revolucionária” nos movimentos político-intelectuais britânicos, já na segunda metade do século XIX, principalmente considerando a existência do que ele considerou ser uma “tradição de dissidência”

“radicalismo”, é então utilizado para definir uma série de movimentos populares ou de ideias que marcam as relações sociais entre as classes dirigentes do país e as classes baixas – em especial, no século XIX, as relações entre as classes trabalhadoras industriais e a burguesia, nas várias formas de protestos e levantes populares contra as formas de opressão e exploração da mão-de-obra pela Indústria nascente. Raymond Williams (1969), parece, contudo, em seu *Cultura e Sociedade*, concordar em parte com a relativização que Rodden faz em sua análise da classe intelectual inglesa na década de 1930, do uso do termo “radical” ou a existência de ideias “radicais”. Segundo Williams, as várias formas de manifestação intelectual ao longo do século XIX, que manifestavam uma posição contrária a situação social do país em meio ao processo desencadeado pela Revolução Industrial, se configurava como uma oposição à máquina e aos novos tipos de relações sociais e pessoais produzidas por sua ascensão na sociedade inglesa. As expressões de um pensamento social a favor das classes exploradas por este processo, notadamente o proletariado industrial urbano, numa defesa da revolução social como saída para sua exploração, só surgiram tardiamente, na segunda metade do século XIX, com pensadores como William Morris.

⁷³ Para outras análises do *Fabianismo* como um movimento intelectual de esquerda do final do século XIX e início do século XX, que incluiu nomes como George Bernard Shaw, H.G. Wells, Sidney e Beatrice Webb, mas que defendia uma posição política moderada, ver por exemplo os trabalhos de Thompson (2001) e Williams (1969). A *Fabian Society* teria, por exemplo, papel fundamental na fundação do Partido Trabalhista na Inglaterra, em 1906.

⁷⁴ Rodden escreve na nota 5, da página 254 de seu artigo (1990): “Indeed, the example of the Fabians makes clear that there was a socialist, if not radical and dissident, intelligentsia in Britain before the 1930s, but it was a respectable, moderate, anti-revolutionary, Establishment coterie. It was as ‘unalienated’ from British society as it was possible to be.”. Ou seja, mesmo constatando a presença de ideias comunistas e socialistas em meio a classe intelectual britânica ao longo do século XIX, inclusive através do pensamento de intelectuais renomados e de importância política óbvia, o que Rodden ressalta, é uma posição majoritariamente “moderada” e até “anti-revolucionária” nos grupos intelectuais hegemônicos do país. Posição ideológica que responde a própria posição social da maioria desses intelectuais entre os quadros do *establishment* social e político britânicos do período.

* “(...) Os intelectuais britânicos normalmente mantinham acesso aos canais oficiais importantes da comunicação e do poder, e, deste modo, constituíam uma “aristocracia intelectual”, na frase de Noel Annan, estreitamente ligada às classes então vigente e um ao outro pela família, escola e laços profissionais.” (Rodden, *ibid.*) [tradução livre]

entre esses grupos intelectuais – e que na verdade se opunha muitas vezes, a essa “moderação” dos grupos intelectuais hegemônicos.⁷⁵

Quais então, as condições históricas que permitiram a ascensão de “ideias radicais” em meio a classe intelectual britânica, nos anos de 1930? Rodden define esse processo que possibilitou a criação das bases que permitiriam a ascensão de um conjunto de ideias em meio ao pensamento intelectual britânico no entre-guerras europeu, essencialmente como um processo de “marginalização” dos intelectuais na sociedade. A quebra de suas “conexões tradicionais de prestígio e poder”, advindos principalmente dos círculos em *Oxbridge*, ao mesmo tempo, que o rompimento das “conexões familiares tradicionais”, que inseriam muitos desses “filhos abastados” na vida pública, administrativa ou política do sociedade britânica, marca, na verdade, novas formas de relacionamento social nas primeiras décadas do século XX, motivados então por condicionantes históricas claramente definidas: a decadência da sociedade liberal vitoriana, a crise da década de 1930, o período final do Imperialismo britânico, a Segunda Guerra Mundial.

Temporalmente então, a causa magna desse processo de “radicalização das ideias” entre a classe intelectual britânica, na análise de Rodden, é a crise da década de 1930. A grande depressão que se seguiu pelo mundo após o crash da bolsa de Wall Street, em 1929, produziu uma onda devastadora, principalmente nos países industrializados europeus, provocando, já nos princípios da década seguinte, um efeito quase que imediato nas economias locais. A produção, em países como a Inglaterra e a Alemanha, por exemplo, atingiu em todos os setores uma queda vertiginosa (Hobsbawm, 2002; Mazower, 2001) transformando o desemprego numa pandemia global.⁷⁶ E os intelectuais não escaparam da Depressão dos anos de 1930: ela acabou por forçar inúmeros

⁷⁵ Neste livro, *A peculiaridade dos Ingleses e outros ensaios* (2001), que acaba por ser um complemento de seu *A miséria da Teoria*, Thompson complementa o clássico debate desencadeado no seio do círculo intelectual da esquerda britânica, em torno da revista *New Left Review*. Sua argumentação responde as de Perry Anderson, em relação a uma estagnação intelectual da esquerda ao longo do século XIX e primeiras décadas do século XX na Inglaterra, não podendo pensar então em qualquer tipo de “tradição revolucionária” entre esses grupos intelectuais, tal qual se dera na França, pré-1789. Para Thompson, contudo, como ele escreve: “Outros países podem ter produzido uma 'verdadeira intelligentsia', uma 'comunidade intelectual internamente unificada', mas é absurdo sugerir que há alguma mutilação incapacitadora no fracasso dos intelectuais britânicos em forma de 'um enclave intelectual independente' no interior do corpo político. Em vez disso, no século XVIII haviam-se formado dúzias de enclaves intelectuais dispersos pela Inglaterra, País de Gales e Escócia, compensando a perda em termos de coesão com a multiplicidade de iniciativas proporcionadas por tais bases e (como todo registro do avanço técnico e científico testemunha) com as oportunidades criadas para a interpretação entre teoria e práxis. Muito do melhor de nossa cultura intelectual sempre veio não das antigas universidades bem dos círculos metropolitanos autoconscientes, mas de indistintos e longínquas regiões. O que nossos autores negligenciam [Perry Anderson e Tom Nairn] é a enorme importância dessa parcela de herança revolucionária que pode ser descrita, em sentido secular, como a tradição da dissidência”. (Thompson, 2001:121). Essa argumentação é de grande relevância para nossa reflexão aqui neste trabalho, assim como os debates sobre a história intelectual inglesa que ela representa no círculo da *New Left Review*, porque Thompson vai considerar Orwell como integrante dessa “tradição da dissidência”, na história intelectual da Inglaterra.

⁷⁶ Hobsbawm (2002:97) estima que a taxa de desemprego no período mais drástico da depressão europeia, entre 1932 e 1933, atingiu na Inglaterra a faixa dos 22% a 23% - seguindo um longo caminho desde a década de 1920 – e na Alemanha, uma faixa de 44% dos trabalhadores não tinha emprego.

estudantes universitários, mesmo advindos dos tradicionais centros de formação da elite intelectual, política e administrativa britânicos, como Oxford e Cambridge, a se dedicar, entre outras profissões, ao jornalismo e o ensino privado, ou ainda, se voltar para as colônias, como saída para o desemprego. Rodden analisa de maneira muito significativa esse processo:

Hard times forced middle-class graduates to make ends meet as journalists, publishers, schoolmasters, and private tutors. W.H. Auden, C. Day-Lewis, Evelyn Waugh, Rex Warner, Orwell and hundreds of others took poor-paying jobs in private schools. Other graduates travelled to Europe, or (like Malcolm Muggeridge, William Empson, and Orwell) observed how the British Empire operated away from home. (Rodden, op.cit:255)*

Essas experiências, quase que simbolizando formas de exílio sociais e econômicos para a maioria desses graduados (advindos quase todos das classes-médias), representaram pontos fundamentais no processo final de sua formação. Elas estão marcadas, com tinta forte, nas memórias de proeminentes membros dessa geração de intelectuais, como D.H. Lawrence, T.S. Eliot, W.H. Auden, Evelyn Waugh. O próprio Orwell teve essa experiência. Sua ida para a Índia, em 1922, logo após o término de seus estudos no *Eton College*, marcou, como suas memórias registram, a falta de perspectivas quanto a seu futuro naquele momento⁷⁷. Da mesma forma que para Orwell, sair da Inglaterra parecia ser uma boa opção, diante da incerteza que o horizonte da sociedade inglesa oferecia, para esses jovens recém-formados.

Como Rodden aponta, as condições sociais e econômicas da Inglaterra nos anos de 1920 e início de 1930, forçaram muitos desse jovens graduandos recém-saídos das universidades, a procurar outras formas de sustento para suas formações intelectuais. Muitos deles também viriam na possibilidade de viajar para fora da Inglaterra, uma perspectiva de encontrar novas oportunidades intelectuais e econômicas. E um desses destinos, foi a URSS. O novo Estado socialista, fundado a partir da Revolução de outubro de 1917, iluminou os sonhos de renovação das relações econômicas e sociais daqueles que viam (e sentiam na pele), a falência total do liberalismo vitoriano. A imersão das economias nacionais numa grave crise e a incapacidade de seus governos em responder

* “Os tempos difíceis forçaram graduados da classe média para fazer face às despesas a atuar como jornalistas, editores, mestres e professores particulares. W.H. Auden, C. Day-Lewis, Evelyn Waugh, Rex Warner, Orwell e centenas de outros se ocuparam em empregos de baixa remuneração em escolas privadas. Outros graduados viajaram pela Europa, ou (como Malcolm Muggeridge, Empson William e Orwell) observaram a forma como o Império Britânico funcionava fora de casa.” (Rodden op.cit: 255) [tradução livre]

⁷⁷ Como Orwell relata em várias passagens de sua obra, a falta de perspectivas econômicas, que lhe possibilitassem, por exemplo, a continuidade de seus estudos numa das tradicionais universidades britânicas – caminho natural de muitos de seus colegas de *Eton* – logo após o término de seus estudos secundários, transformou a Índia numa opção interessante, ao menos por um período curto, afim de buscar a estabilidade financeira que sua família não poderia oferecer-lhe e que nem os horizontes econômicos da sociedade britânica no período parecia oferecer num espaço razoável de tempo.

efetivamente a ela, elevou o socialismo e a União Soviética, a condição de grande esperança dessa geração desiludida. Rodden escreve ainda, sobre esse fascínio que o novo Estado socialista soviético provocou neste grupo de jovens intelectuais deslocados, como saída para a crise em seus países, na década de 1920:

(...) They [esse grupo de intelectuais] saw conditions no better abroad; capitalism seemed to be failing everywhere. As the sometime, the new Soviet state and its romantic promise of equality and prosperity – and its celebration, rather than merely toleration, of intellectuals – struck many young intellectuals as a cultural paradise. (ibid.)*

O melhor reflexo dos efeitos dessa conjuntura histórica, na formação desses jovens intelectuais ingleses, é a chamada *Geração de Auden*. O grupo se constituiu nos anos de 1920, como o primeiro grupo “radical” de intelectuais na Inglaterra. Formado em Oxford, em torno de um grupo literário de elite conhecido como “Left Poets”, era constituído por nomes como W.H. Auden, Stephen Spender, C. Day-Lewis, Louis MacNeice, Hugh Gaskell, Isaiah Berlim, Edward Upward, A.J.P. Taylor, entre outros. No início da década de 1930, Auden, Spender, Isherwood, Upward, David Guest, e outro integrantes do grupo, encontraram em Berlim, seu refugio intelectual. O grupo foi atraído pela “*decadência, que transformou a Berlim de Weimar no que Paris havia sido alguns anos antes.*” (Rodden, op.cit.:256). Porém, mais uma vez, os efeitos da crise da década de 1930, alcançaram o grupo, que além da queda no abismo da economia alemã, o desemprego e a miséria que acompanhou a depressão, logo no início dos anos 1930, viu ascender, como resposta quase imediata a crise, a reação autoritária através do discurso nacional-socialista e da ascensão do partido nazista na vida pública alemã. No retorno a Inglaterra porém, logo depois da ascensão de Hitler no Reichstaag, em 1933, muitos desses intelectuais encontraram condições sociais ainda piores, no momento mais dramático da crise na Grã-Bretanha.

A reação intelectual a essa conjuntura foi quase imediata. A primeira aparição do grupo (e de suas ideias) se daria através da publicação de uma revista, em 1932, intitulada *New Signatures*. Como Rodden denota, “[...] *foi primeiramente uma rebelião contra um tipo de poesia esotérica, desregrada, e [que] também marcou o início dos primeiros passos dos Left Poets, para a definição de um tipo [de] posicionamento político.*” (Rodden, ibid.:257). Em seguida, aparece a publicação intitulada *New Country*, de 1933. Nesta, já estava claro um “*posicionamento de crítica aos valores burgueses e o grito pela revolução socialista*” (ibid.). Nas palavras de Spender, em 1936, como cita

* “(...) Eles [Esse grupo de intelectuais] não viu condições melhores no estrangeiro, o capitalismo parecia estar falhando em todos os lugares. Como a algum tempo, o novo Estado soviético e sua promessa romântica de igualdade e prosperidade - e sua celebração, e não apenas tolerância, dos intelectuais - surpreendeu muitos jovens intelectuais como um paraíso cultural.” (Ibid.)[tradução livre]

Rodden (ibid.), os intelectuais “se distanciavam do liberalismo” em busca de novas saídas – estéticas e políticas – para a crise que atingira em cheio sua geração.

A adoção de ideias socialistas, como resposta direta a falência cultural, ideológica e econômica do liberalismo, por vários intelectuais na década de 1930, respondeu também a um ensejo maior por mudanças sociais. Rodden mais uma vez é nosso guia, quando assinala que, no início da década de 1930, o Partido Comunista britânico contava com um número de 1,356 filiados, para, em 1938, atingir o número de 15,570 filiados (Rodden, ibid.:257). Muitos desses novos membros, advindos de estratos da classe-média, onde inúmeros intelectuais se encontravam socialmente colocados. O início da participação em massa dos intelectuais na vida política britânica, teve um efeito imediato nas ideias que circulavam entre esses grupos. Inúmeras organizações e movimentos artísticos – entre grupos de teatro, produtoras cinematográficas, editoras, além de revistas e jornais – aparecem na cena pública, reivindicando novas formas de organização política e ideológicas para a Inglaterra, todas concebidas através dos ideais revolucionários socialistas. Como Rodden escreve:

(...) Inspired by Lenin's conception of the Party as revolutionary vanguard, intellectuals began to spearhead left-wing activities, raising workers' consciousness by organizing societies and sponsoring publications. Led by John Strachey, whose *The Coming Struggle for Power* (1932) proved one of the most influential books of the decade, middle-class intellectuals set upon 1934 a section of Writers' International, chaired by Day-Lewis and represented by the journal *Left Review*. A British branch of Artists' International was formed that same year. Politically minded leftist dramatic groups, like Unity Theatre, Left Theatre, and Group Theatre, sprang up. John Grieson's GPO Film Unit also launched a revolutionary movement in documentary film. (Rodden, op.cit.:257)*

Nesta toada, outras organizações intelectuais são criadas, como forma de aglutinar esse novo conjunto de ideias e manifestações políticas. Em 1935, por exemplo, é fundado em Londres por Victor Gollancz, o *Left Book Club* – editora que fazia as bases também de círculo intelectual – que tinha como função básica promover e difundir as ideias socialistas na Inglaterra. Gollancz fora o primeiro editor de Orwell, publicando o livro *The Road to Wigan Pier*, em 1936 – o qual tratava das

* “(...) Inspirado pela concepção de Lenin do Partido como vanguarda revolucionária, os intelectuais começaram a liderar as atividades de esquerda, de conscientização dos trabalhadores através da organização de sociedades e patrocinando publicações. Liderados por John Strachey, cujo *The Struggle for Power Coming* (1932) demonstrou ser um dos livros mais influentes da década, os intelectuais de classe média em 1934, formaram uma secção de Writer's International, presidido por Daniel Day-Lewis e representados pelo jornal *Left Review*. A filial britânica da International Artists 'foi formada no mesmo ano. Grupos dramaticos de esquerda, como Theater Unit, Left Theater, e o Theater Group, surgem. O grupo GPO Film Unit, de John Grieson, se constitui como um movimento revolucionário no filme documentário.” (Rodden, op.cit.: 257) [tradução livre]

condições de vida e trabalho dos mineiros do norte da Inglaterra. Em 1938, Rodden estima que o *Lef Book Club* contava com um número de 57,000 associados, servindo como “guarda-chuva para muitos desses intelectuais e suas atividades culturais”. (Rodden, *ibid.*)

Esse movimento de transformação das ideias rumo a um radicalismo revolucionário – contestador das bases culturais, políticas e econômicas tradicionais da Inglaterra – contudo, não se tornou popular. Não atingiu a sociedade, no âmbito dos debates públicos, sobre formas de solucionar a crise que abalava a sociedade britânica na década de 1930. Como essa historiografia reconhece, esse movimento de ideias restringiu-se quase que totalmente aos círculos intelectuais, permeando porém, seus estratos “periféricos” – ou seja, grupos que se formaram longe dos grandes centros universitários e das grandes cidades.

E de muitas maneiras, a obra de Orwell é um reflexo desse processo de circulação de ideias entre o “centro” e a “periferia” desses grupos “radicais”, porém, hegemônicos, do pensamento intelectual britânico na década de 1930. Como veremos a seguir, sua não-colocação entre esses grupos intelectuais, não o impossibilitou, contudo, principalmente pelos diversos contatos que manteve com membros renomados desses círculos hegemônicos, de refletir e debater com eles. Muitas das questões que trata, por exemplo em seu ensaísmo político ou em seus textos sobre estética e sociologia da literatura inglesa, respondem a debates maiores colocados no esfera pública, através da imprensa, de manifestos intelectuais, de debates transmitidos pelo rádio, da própria recepção de sua obra e de suas ideias por seus contemporâneos, etc. Seu diálogo constante com o “centro” e a “periferia” desses grupos de intelectuais, para utilizar aqui a imagem pensada por Kristin Bluemel (*op.cit.*), coloca-o então como uma importante figura em meio a estes debates, fazendo-o emergir como uma espécie de interlocutor desses vários grupos, ao mesmo tempo, que mediador entre estes “estratos intelectuais” diferentes. Da mesma forma, muitas das ideias discutidas nestes vários “níveis” de redes de intelectuais, vão também permear sua obra e suas reflexões sobre a sociedade das décadas de 1930 e 1940.

1.2.4 – A face de uma dissidência: o intercurso dos debates intelectuais nos anos de 1930

Orwell sempre esteve a margem disso que se pode definir como o centro desses grupos intelectuais hegemônicos. Sua formação educacional tradicional, no *Eton College*, não foi, contudo, tal qual muitos de seus colegas, como Cyril Connolly⁷⁸, seguida de uma graduação em uma das

⁷⁸ Uma espécie de interlocutor indireto do ensaio *Such, Such Were the Joys*, Connolly, amigo pessoal de Orwell, havia publicado, no final da década de 1930, intitulado *Enemies of Promise*, também um texto que fazia referência a St. Cyprian, onde também estudará ao lado de Orwell. Texto que é comentado em uma carta trocada pelos dois, datada de 8 de Julho de 1938. Nesta carta, Orwell escreve: “Não entendo como você consegue escrever sobre St. Cyprian. Para mim, é tudo ainda um pesadelo horrível [...]” (Orwell, 1938[1968[1]:343])

tradicionais universidades inglesas, como Oxford ou Cambridge. Seus comentadores, por exemplo, escrutinam possíveis razões em sua trajetória pessoal nos anos de 1920, que resultaram numa exclusão, política e ideológica, mas também estética, de muitos de seus contemporâneos, alguns deles amigos pessoais, pertencentes a, por exemplo, os dois principais grupos intelectuais de sua geração – o Grupo de Auden e o Grupo de Bloomsberry.

Rodden mais uma vez, em seu estudo sociológico dos intelectuais ingleses nos anos de 1930, nos dá algumas pistas, pensando agora na figura de Orwell em primeiro plano, do que ele entendeu serem razões para a construção do que podemos entender como sua visão intelectual “à margem” do pensamento hegemônico da *intelligentsia* britânica. Em primeiro lugar, Rodden (op.cit.:259), examina as origens sociais de Orwell: seu pertencimento ao que ele próprio insistia em afirmar, ser um substrato empobrecido da classe-média. Fator que influenciou em muitos aspectos em sua formação inicial, diante dos contatos com outros jovens cujas famílias proporcionavam uma segurança econômica maior que a sua própria poderia lhe oferecer. Esse fator sócio-econômico, afirmado pelo próprio Orwell em vários textos, tal qual no próprio *The Road to Wigan Pier*, como uma das causas de um primeiro distanciamento emocional de suas origens sociais⁷⁹, é contudo, contestada por alguns estudos que consideram o caso. (cf. Bluemel). Em segundo lugar, Rodden (ibid.) elenca a fato de Orwell ser mais velho que alguns de seus contemporâneos “radicais”: por exemplo, um ano mais velho que C. Day-Lewis; quatro anos mais velho que Auden e MacNeice; e seis anos mais velho que Stephen Spender. Para Rodden, essa diferença etária estabeleceu em Orwell uma relação diferente com o passado recente da Inglaterra e da Europa, em detrimento de seus contemporâneos – como Rodden escreve: “*uma ligação [em termos culturais] mais forte com a Inglaterra pré-Primeira Guerra e com as 'memórias Edwardianas'* ” (ibid.:259). Em terceiro lugar, Rodden sinaliza como fator definitivo, suas experiências na Polícia Imperial britânica na Índia. Orwell passou praticamente toda a década de 1920 – entre 1922 e 1927 – servindo a administração colonial na Índia britânica. Para Rodden, esse distanciamento geográfico, mas também cultural, teve papel decisivo na formação de suas ideias:

(...) Indeed Blair had missed the relatively prosperous 1920's and the dramatic political events that would give rise to 1930's radicalism: Lloyd George's fall from grace in 1922; the rise to power in 1924 of the first, short-lived Labour government; and the May 1926 General Strike, prompted by proposed reductions in miners' wages. Numerous upper – and middle-class families viewed the strike as a possible syndicalist

⁷⁹ A obra de Orwell, em vários momentos, perpassa essa questão. Além da segunda parte do texto do *The Road to Wigan Pier*, como já nos referimos, também no ensaio *Why I Write*, de 1946, Orwell fala do peso de sua formação social para sua obra. Outro texto importante sobre essa questão, é o próprio ensaio *Such, Such Were the Joys*. Neste texto, Orwell repassa suas experiências entre seus colegas ricos – o snobismo, as humilhações, o desprezo, etc. - as quais marcaram sua formação e sua visão das classes abastadas. Retornaremos em parte a esta questão no próximo capítulo deste trabalho.

revolution in the making. (Rodden, op.cit.:260)*

E esse distanciamento também teve um grande peso em sua formação cultural e estética:

Blair had also missed the hayday of the literary revolution. By early 1920's Eliot's *The Waste Land* (1922), and Joyce's *Ulysses* (1922), and also the doctrines of the publicists of modernism (e.g., Ezra Pound, T.E. Hulme, Ford Madox Ford), had begun to filter down to the Oxbridge undergraduates. When Blair returned from Paris at Christmas 1929, having spent little more than six months in England during the previous seven years, many of his peers were already well-established in literary London and the new Auden era of committed political art was dawning. (Rodden, op.cit.)*

Para Rodden, a perda do início do movimento artístico-literário modernista europeu no início da década de 1920, com as publicações de Eliot e Joyce, ambos em 1922, tiveram papel fundamental na formação de Orwell (ou ainda do jovem Eric Blair), por distanciá-lo dos paradigmas estéticos e culturais que guiariam as primeiras ideias intelectuais desses grupos até a ascensão das ideias socialistas nestes círculos intelectuais, no final da década de 1920 e início da década de 1930. Consequentemente, as formas de apreensão do passado – do próprio passado britânico, através da cultura, por exemplo – se estabelecem de maneira diferente na percepção crítica de Orwell, tal qual seu ensaísmo ou sua crítica literária, por exemplo, tão bem atestam:

This personal history [de Orwell] may suggest that Orwell was always “one step behind” his generation and therefore forever playing intellectual “catch-up” in the 1930's. By choice and circumstance, he never felt completely at home with the modernists and the “committed” Thirties' writers: the Victorian and Edwardian avangarde of his boyhood (Dickens, Charles Reade, Butler, Gissing, Wells) remained his favorite novelists. Thus, he was still reading the advanced writets of two decades earlier, went to Paris to live like bohemian when the “poet-in-the-garret” vogue about Paris was ending, and saw lower-class from the gutter up when the university youths were editing manifestos and publishinh books. (Rodden, po.cit.:260)*

* “(...) Na verdade Blair tinha perdido os relativamente prósperos anos de 1920 e os eventos políticos dramáticos que daria origem ao radicalismo dos anos de 1930: a queda em desgraça de Lloyd George em 1922, a ascensão ao poder em 1924 das primeiras ondas de governo trabalhista, e as Greves Gerais de maio 1926, impulsionada pelas propostas de redução dos salários dos mineiros. Numerosas famílias aristocráticas – e de classe média – viram a greve como a possibilidade de uma revolução sindicalista em curso.” (Rodden, op.cit.: 260) [tradução livre]

* “Blair também tinha perdido o Hayday da revolução literária. No início de 1920 o lançamento do *The Waste Land* (1922), de Eliot e o *Ulysses* (1922), de Joyce, e também as doutrinas dos adeptos do modernismo (por exemplo, Ezra Pound, TE Hulme, Ford Madox Ford), começou a influenciar os graduandos de Oxbridge. Quando Blair voltou de Paris no Natal de 1929, tendo passado pouco mais de seis meses na Inglaterra durante os últimos sete anos, muitos de seus pares já estavam bem estabelecidos nos círculos literários de Londres, e as novas reflexões políticas da geração de Auden já tinha grande força.” (Rodden, op.cit.) [tradução livre]

* “Esta história pessoal pode sugerir que Orwell sempre esteve “um passo atrás” de sua geração e, portanto, sempre tentando alcança-los na década de 1930. Por escolha e circunstancia, nunca se sentiu completamente à vontade com os modernistas e os “comprometidos” escritores dos anos trinta: manteve a preferência por seus escritores da

Isso que Rodden chama, na primeira citação, de uma “ligação com a Inglaterra pré-Primeira Guerra e com as 'memórias Edwardianas' ”, se refere a um tipo diferente de compreensão das estruturas culturais e políticas da Inglaterra, em meio ao complicado processo de transição que a Primeira Guerra Mundial estabeleceu – ou seja, entre o rompimento, mesmo que parcial, com a sociedade burguesa vitoriana, e a ascensão da nova sociedade de massas das primeiras décadas do século XX. Suas ligações intelectuais, ao menos pelo que podemos evidenciar pelo conjunto de textos que compõe seu quadro de leituras, e de onde se baseiam a grande parte de suas análises de crítica literária, se estreitam muito mais com esse conjunto de autores que Rodden classifica como aqueles que compuseram a vanguarda vitoriana e edwardiana, do que seus contemporâneos diretos, ou mesmo com a ascensão do movimento modernista europeu desencadeado por Eliot e Joyce. Qual é então o tipo de relação que a obra de Orwell estabelece com o passado – cultural e político – britânico, já que não responde a muitos dos anseios modernistas da década de 1920-1930? Essa questão será central em nossa reflexão do próximo capítulo deste trabalho.

Por hora, cabe ainda refletirmos quais então as relações que Orwell estabeleceu com esses círculos intelectuais e com essas ideias hegemônicas de transformação social, impelidas na transição da década de 1920 para a década de 1930, pela inserção das ideias socialistas entre os círculos intelectuais britânicos. Seu caso é emblemático, primeiro por sua não-filiação e estes grupos e a estas ideias “hegemônicas”, tanto artístico-culturais, quanto políticas. Segundo, pela existência em sua obra de uma defesa do socialismo, como única forma de superação da crise que mergulhara a Europa no caos da década de 1930, e das respostas autoritárias que essa conjuntura produziu. Concomitantemente, sua obra crítica mostra uma clara negação da tradição vitoriana e das estruturas sociais e culturais do liberalismo novecentista, que se refletiam diretamente nas relações sociais e políticas da Inglaterra das primeiras décadas do século XX.

Sua colocação intelectual fora desses grandes círculos intelectuais hegemônicos (cf. Rodden; Bluemel; Thompson) nos permite analisar de que forma as ideias, por exemplo, de um socialismo revolucionário, circularam entre os intelectuais na Inglaterra dos anos de 1930 e 1940, ao mesmo tempo, que entre “níveis” diferentes dessas redes de contatos intelectuais. Ainda, quais os tipos de respostas a conjuntura político-social da Inglaterra nos anos de 1930, esses diferentes “níveis” produziram – em especial, os grupos “marginais”, “periféricos”, estabelecidos em contraponto aos grandes centros intelectuais e do pensamento britânico no entre-guerras, e do qual, por exemplo, Orwell participara. Porém, é preciso admitir, que escrutinar todos os diferentes tipos e discursos

avanguarda vitoriana e edwardiana de sua infância (Dickens, Charles Reade, Butler, Gissing, Wells). Assim, ele ainda estava lendo os escritores avançados de duas décadas antes, foi a Paris para viver como boêmio quando a voga do poesia boêmia estava terminando, e viu de baixo quando os jovens universitários publicavam manifestos e livros.” (Rodden, po.cit.: 260) [tradução livre]

produzidos entre “níveis” diferentes da classe intelectual de um determinado período histórico, precisando ainda de que forma ideias comuns circularam entre esses “níveis”, permeando perspectivas diferentes sobre um mesmo tema, seja, ele o socialismo, seja uma ideia de revolução social, seja de rompimento com a cultura vitoriana, demandaria um fôlego que uma pesquisa de mestrado não nos permite ter. O que queremos demonstrar, são as possibilidades que a análise da produção de um autor – e no caso de nossa pesquisa, da produção de George Orwell – dá ao historiador das ideias e do pensamento, nas análises de um determinado período histórico.

O que podemos estabelecer aqui, são os indícios preliminares de uma investigação sobre essa rede de circulação de ideias, tomando a obra de Orwell como um foco irradiador dessa investigação. Suas relações com isso que Bluemel chamou de “centro” e “periferia” desses grupos intelectuais na Inglaterra das décadas de 1930 e 1940, nos dão uma mostra singular das possibilidades de análises dessas redes de contatos entre intelectuais, e, em meio disso, da circulação de ideias que elas possibilitam rastrear. Nossa intenção é então, sem querer esgotar as possibilidades que um estudo desse tipo permite, especialmente em possíveis trabalhos posteriores, buscar algumas dessas ligações de Orwell e, conseqüentemente, sua obra, com essa rede de circulação de ideias, especialmente pelos diálogos travados entre Orwell e muitos dos integrantes desses círculos intelectuais – sejam eles de seu centro, sejam eles de sua periferia.

Um caminho que nos parece viável para isto, é a análise da recepção da obra de Orwell por alguns dos integrantes desses grupos de intelectuais⁸⁰. Muitos deles, com uma relação muito próxima a Orwell – fator que pode ser atestado, por exemplo, pelas correspondências entre nosso autor e alguns destes intelectuais. Na coleção *The Collected Essays, Journalism and Letters of George Orwell* (op.cit.), de 1968, temos uma boa parte das correspondência de Orwell com vários de seus contemporâneos, trocadas entre a década de 1920 e a década de 1940. Através destas, nos é possível reconstruir parte da rede de contatos de Orwell no período em que o autor produziu e

⁸⁰ O estudo da recepção da obra de Orwell pode ser empreendido em duas etapas: primeiro, em relação a leitura de sua obra por seus contemporâneos. Como assinalamos na primeira parte deste capítulo, a difusão da obra de Orwell nas décadas em que o autor produziu, se restringiu em relação ao grande público, devido principalmente, aos vários problemas que Orwell deteve na editoração de seus trabalhos por inúmeras questões diferentes, tal qual a censura a parte de seus textos na década de 1940, devido ao teor anti-stalinista de suas críticas. Segundo, na recepção posterior da obra de nosso autor, após sua morte, em 1950. A leitura da obra de Orwell nesta “segunda fase” de sua recepção é permeada por uma série de elementos extrínsecos a sua produção ou a seu pensamento, referindo-se então muito mais a determinados tipos de leitura político-ideológica de sua obra e apropriação de seu léxico, que levou a construção de uma “reputação” muito específica. Nosso objeto na presente pesquisa, não nos permite devassar a fundo a segunda fase de recepção da obra de Orwell – questão para a qual, inclusive, existe larga historiografia especializada – já que nos propomos aqui a entender a crítica de Orwell a um objeto específico, no caso, as diversas formas de apropriação e utilização da memória coletiva e individual nas sociedades da Europa das décadas de 1930 e 1940. A primeira forma de estudo da recepção da obra e do pensamento de Orwell, é, contudo, possível de ser, mesmo que brevemente, escrutinada, pois simboliza uma relação de circulação de ideias e construção de redes de contatos intelectuais que se tornam fundamentais para a compreensão dos debates intelectuais aos quais Orwell esteve inserido quando da produção e publicação de seus textos.

publicou seus textos. Da mesma forma, através desta documentação, é possível rastrear os indícios de algumas das ideias que circulavam no espaço público e nos debates intelectuais do período. Algumas delas, por exemplo, contando com a adesão de parte desses intelectuais através de Manifestos artísticos e intelectuais, assinados por eles. Enfim, esse conjunto documental acaba por se constituir numa fonte riquíssima para o estudos de uma história das ideias no período.

Outra maneira muito interessante para este tipo de estudo, se dá com a análise da recepção da obra de Orwell, através de revisões sobre sua obra. Publicadas logo em seguida ao lançamento de seus textos – ficção ou coleções de ensaios – elas nos dão uma mostra muito interessante da leitura de Orwell por parte de seus contemporâneos.

É fundamental lembramos, contudo, como já o fizemos na primeira parte deste capítulo, que a obra de Orwell não teve grande difusão entre seu público contemporâneo. Seja pela pequena tiragem de alguns dos locais em que nosso autor publicou seus textos – entre eles inúmeros jornais e revistas sem grande expressão crítica, contando com um público leitor extremamente restrito – seja, mais tarde, na década de 1940, especificamente, por uma dura censura a sua obra, devido a suas opiniões políticas e sua posição anti-stalinista – suas ideias não tiveram grande repercussão fora dos círculos intelectuais de sua geração ou dos círculos de leitores dos locais em que seu trabalho era publicado de maneira mais efetiva, como por exemplo, para citarmos um caso importante, no círculo em torno da revista *Partisan Review*, em Nova York. Com isso, as primeiras formas de recepção de sua obra, restringiu-se também a um pequeno núcleo intelectual, formado em sua maioria por pessoas próximas a Orwell, alguns deles, inclusive, seus amigos pessoais. Os locais de publicação dessas primeiras “visões” acerca de suas ideias, também eram familiar a nosso autor – na maioria, jornais em que o próprio Orwell publicava seus trabalhos e/ou tinha uma contribuição regular estabelecida.

A análise disso que definimos de primeira fase da recepção da obra de Orwell – entre a recepção de sua obra por seus contemporâneos e a recepção de sua obra no pós-mortem⁸¹ – é estudada, por exemplo, por Jeffrey Meyers (1975). Em seu livro *George Orwell: The critical heritage*⁸², Meyers propõe um estudo da herança de seu pensamento, através da recepção a sua obra por seus

⁸¹ Nossa classificação entre duas “fases” da recepção a obra de Orwell, é aqui, meramente uma maneira de compartimentalizar os dois conjuntos de leituras com as quais lidamos na fortuna crítica de Orwell que compõe parte da bibliografia desse nosso trabalho. Porém, é preciso elucidar aqui, que isso que chamamos de “segunda fase” da recepção a obra de Orwell, estabelecida após sua morte em 1950, não é, de maneira alguma monolítica, nem política e nem ideologicamente. Como demonstra de maneira fundamental por exemplo o estudo de John Rodden (2006), que analise a construção da “reputação” de Orwell, do mito que se estabeleceu sobre sua figura enquanto homem e intelectual, e que se estabelece como fonte básica para qualquer tipo de estudo neste sentido, as leituras da obra de Orwell após 1950 ganham diversas perspectivas, tanto crítico-interpretativas, quanto político-ideológicas. Essa recepção pode, inclusive, ser dividida em fases distintas, tal qual Rodden o faz em seu trabalho, que por sua vez, constroem “imagens” distintas de Orwell, dando um caráter histórico a sua recepção e a interpretação de seu léxico.

⁸² Esse livro compõe uma série de estudos sobre a recepção de autores famosos, intitulada *Critical Heritage Series*.

contemporâneos. O autor divide seu trabalho cronologicamente, acompanhando as leituras da obra de Orwell, desde o lançamento de seu primeiro livro, *Down and Out in Paris and London*, em 1933, passando por importantes ensaios como o *Inside The Whale*, de 1940, o *The Lion and the Unicorn*, de 1941, e o *Critical Essays*, de 1946, até seus dois últimos romances e trabalhos de maior repercussão crítica, o *Animal Farm*, de 1945 e o *1984*, de 1949. Cada um dos textos, é acompanhado por uma seleção de importantes comentadores, também dividida cronologicamente. Entre estes, por exemplo, importantes nomes do pensamento político, filosófico e intelectual do século XX, como Bertrand Russel, que em Junho de 1950, publica na revista *World Review*, um obituário crítico relativo a morte de Orwell, em janeiro do mesmo ano; E.M. Forster, que em 2 de novembro de 1950, publica na revista *Listener*, um revisão do livro *Shooting an Elephant*, publicado postumamente, no mesmo ano; um pouco antes, Edmund Wilson, que publica várias resenhas sobre trabalhos de Orwell lançados nos EUA; George Woodcock, entre outros.

Mayers divide então essa “primeira fase” da recepção à obra de Orwell e suas ideias, que corresponde na verdade a sua leitura por seus contemporâneos, em quatro momentos muito específicos em relação a consideração de seus trabalhos por seus críticos. O primeiro deles pode ser estabelecido entre a publicação do livro *Down and Out in Paris and London*, em 1933, e a publicação do livro *Keep the Aspidochelone Flying*, em 1936. Neste primeiro momento, a leitura de sua obra pode ser considerada, através da seleção de textos críticos de Meyers, breve e insipiente, quase divulgações dos textos de Orwell. Meyers escreve sobre isto:

[...] his books were often discussed with some other mediocre works, and he received those brief and sometimes superficial 600-word reviews that contained more plot summary than serious criticism. But the reviewers showed more indulgence than discrimination about his early novels, which surprisingly good notices. (Meyers, 1975:4)*

Pode-se ler, por exemplo, na revisão do livro *Down and Out in Paris and London* assinada por C. Day Lewis – membro do proeminente Grupo de Auden – para a revista *Adelphi*, de fevereiro de 1933, uma imagem elogiosa, quase que recomendativa do livro:

Orwell's book is a tour of the under-world, conducted without hysteria or prejudice, and if the discovery of facts made any real impression on the individual conscience, the body of active informers in this country would be inevitably increased by the number of readers of this book. (...) The facts he reveals should

* “[...] Os seus livros eram frequentemente discutidos com algumas outras obras medíocres, e ele recebeu breves comentários de 600 palavras que continham muito mais um resumo do que qualquer crítica séria. Mas os comentadores mostravam mais indulgência do que a discriminação sobre seus primeiros romances, o que surpreendia pela boa apreciação.” (Meyers, 1975:4) [tradução livre]

shake the complacency of twentieth century civilisation, if any could; they are 'sensational', yet presented without sensationalism. He has no illusions about the extremely poor; he finds the effects of hunger and poverty upon himself and the rest compelling to shame, lying, servility, self-pity, bestial fatalism, apathy [...]. (Meyers, op.cit.:42)*

No segundo momento, Meyers divide as leituras da obra de Orwell entre a publicação do livro *The Road to Wigan Pier*, em 1937 e a publicação do ensaio *The Lion and the Unicorn*, em 1941. E esse momento pode ser encarado como o grande início das controvérsias em torno das críticas de Orwell e a seu posicionamento político. No primeiro texto, que corresponde justamente a reportagem encomendada pelo *Left Book Club*, dirigido por Victor Gollancz, com fins de proporcionar um retrato das condições de vida e trabalho dos mineiros das cidades de Yorkshire e Lancashire, no norte da Inglaterra, devastada pela crises das década de 1930, Orwell tece duras críticas a esquerda britânica. Para nosso autor, a situação de miséria, desnutrição, insalubridade e abandono, de várias famílias de mineiros nas regiões industriais da Inglaterra, contrastava de maneira muito clara com a situação das classes intelectuais nas grandes cidades, como Londres. Para Orwell, o distanciamento social e econômico entre a intelligentsia de esquerda britânica e as classes trabalhadoras, em meio a derrocada social provocada pela Grande Depressão, contrastava com o distanciamento entre o discurso dessa classe intelectual – principalmente do Partido Trabalhista Inglês – e a realidade cotidiana efetiva desses milhares de trabalhadores mergulhados na miséria e da degradação daqueles anos. Meyers considera contudo, que apesar da polêmica causada por esse posicionamento diante da *intelligentsia* de esquerda britânica, suas opiniões proporcionaram uma maior atenção dos críticos e o crescimento do interesse por sua obra. Como Meyers escreve:

[...] Orwell published his idiosyncratic and unpopular attacks on Socialism and Stalinism, became a controversial but respected and sympathetic figure, and received longer and more perceptive reviews. (op.cit.)*

* “O livro de Orwell é uma excursão da sub-mundo, conduzido sem histeria ou prejuízo, e se sua descoberta dos factos é feita sem nenhuma impressão real sobre a consciência individual, o corpo de informantes ativos neste país inevitavelmente aumentará o número de leitores de este livro. (...) Os fatos que ele revela devem agitar a complacência da civilização do século XX, se alguém poderia; pois eles são "sensacionais", ainda que apresentados sem sensacionalismo. Ele não tem ilusões sobre os extremamente pobres, ele descobre os efeitos da fome e da pobreza em si mesmo e o resto obriga-o a vergonha, a mentira, ao servilismo, a auto-piedade, ao fatalismo bestial, a apatia [...].” (Meyers op.cit.: 42) [tradução livre]

* “[...] Orwell publicou seus ataques idiossincráticos e impopulares ao socialismo e ao estalinismo, tornando-se uma figura controversa, porém respeitado e simpático, e passou a receber análises perceptivas e cuidadosas.” (op.cit.) [tradução livre]

É interessante aqui, consideramos também as próprias análises de Meyers sobre essa fase da crítica, já que ele próprio confunde, como se pode ver na citação acima, as críticas de Orwell ao stalinismo com críticas ao “socialismo”. Lembremos que Meyers publica seu livro em 1975, numa fase em que os próprios estudos sobre a obra de Orwell estavam ainda numa fase de amadurecimento diante daquilo que havia até então, sido publicado sobre sua crítica, como vimos no início deste capítulo. E é nessa perspectiva (podemos dizer então, também parcial, da análise de Meyers) que ele considera as críticas as opiniões de Orwell, tecidas no *The Road to Wigan Pier*, as quais causaram alguns dos principais problemas que nosso autor teria com a publicação de seus trabalhos nos anos seguintes, inclusive com seu próprio editor, o diretor do *Left Book Club*, Victor Gollancz.

Gollancz aliás, foi o primeiro a criticar duramente a posição de Orwell no livro, e seus ataques a intelligentsia de esquerda na Inglaterra. Numa “nota introdutória”, que Gollancz insistiu que fosse incluída na edição lançada apenas para os membros assinantes do *Left Book Club*⁸³, o editor tratou de “pacificar os sentimentos ultrajados” de seus membros, como assinala Meyers (op.cit.;12). Nessa nota, publicada junto a primeira edição do livro, em 1937, é possível ler uma clara tentativa de Gollancz em se distanciar (e ao clube), das opiniões de Orwell e sua visão sobre a intelligentsia de esquerda de então. A análise dessa crítica de Gollancz, mesmo que brevemente, é muito interessante, pois denota em parte o ambiente intelectual em que Orwell esteve inserido, e no caso específico, em meio aos grupos intelectuais da esquerda britânica, da qual o *Left Book Club* representava um importante centro aglutinador.

Gollancz inicia a nota, esclarecendo aos leitores do clube, sua própria posição enquanto editor, e dos outros dois diretores – John Strachey e Harold Laski –, os três responsáveis pela escolha dos títulos e autores que comporiam as edições selecionadas para publicação pelo clube. Ao mesmo tempo, Gollancz trata de definir as linhas editoriais do clube, e seus critérios para a escolha dos títulos. Pode-se ler então, nas palavras de Gollancz que,

(...) The Left Book Club has no 'policy': or rather it há no policy other than that of equipping people to fight against war and Fascism. As I have said elsewhere, it would not even be true to say that the People's Front is the 'policy' of the Left Book Club, though all three selectors are enthusiastically in favour of it. What we rather feel is that by giving a wide distribution to books which represent many shades of Left opinion (and perhaps, most of all, by providing facilities for the discussion of those books in the 300 local centre and circles that have sprung up all over the country) we are creating the mass basis without which a genuine People's Front is impossible. In other words, the People's Front is not the 'policy' of the

⁸³ O livro *The Road to Wigan Pier* foi lançado pela primeira vez em 1937, pela editora dirigida por Gollancz – simultaneamente em edição pública e em edição especial para os membros do *Left Book Club*, em tiragem de 43.000 cópias. (Meyers, 1975:12)

Left Book Club, but the very existence of the Left Book Club tends towards a People's Front. (Gollancz, 1937. Cf. Meyers, 1975:92)*

Vê-se claramente nesta passagem, as linhas editoriais do clube muito bem definidas. Em resumo, segundo as palavras de seu editor e co-fundador, o *Left Book Club*, tinha como intenção, e não “política” (editorial), difundir as ideias socialistas entre os grupos e círculos intelectuais britânicos que se formavam em bom número, ao longo dos anos de 1930. A intenção, nas palavras de Gollancz, era criar “as bases de massa”, sem a qual uma “genuína Frente popular” seria impossível de se estabelecer. Aqui, podemos desdobrar a argumentação de Gollancz em dois sentidos, buscando as aspirações para a formatação das próprias linhas editoriais do clube: primeiro, essa ideia da criação de uma “base de massas” - ou seja, de um *público*, pronto para receber e deglutir as ideias socialistas que, como vimos, chegaram de maneira mais contundente na Inglaterra, na década de 1930, em grande parte, favorecidas pela Grande Depressão e a falência do discurso liberal. Vê-se aí também uma intenção quase pedagógica, em educar esse “novo público”, para a compreensão das ideias socialistas, com o intenção de criar “bases populares” com fins de promover a ascensão do socialismo na Inglaterra⁸⁴. Neste sentido, a intenção de seus editores era financiar, tal qual se dera com Orwell, livros que proporcionassem “várias faces das opiniões da esquerda”, que “contribuíssem de maneira geral no combate à guerra e ao Fascismo”. Segundo, há claramente uma influência da Guerra Civil espanhola nas ideias de Gollancz, ao menos, das organizações populares que empreendiam a defesa da República e a luta contra Franco. A ideia das “Frentes populares” como forma de organização social e política, definida nos debates do VII Congresso da Internacional comunista (Dassú: 1988), e aplicada profundamente na organização popular de defesa da República espanhola, estabeleceu ao longo dos anos da guerra civil na Espanha, uma série de debates nos círculos da esquerda pela Europa. Tanto anarquistas quanto certa parte da esquerda, discordava dessa forma de organização para o combate ao fascismo e a Franco, devido, especialmente, a centralização do comando das Frentes populares espanholas, nas mãos comunistas das Brigadas Internacionais, e, conseqüentemente, da URSS. Sua formação, para outra

* “(...) O Left Book Club não tem uma “política”: ou melhor, não tem uma política diferente das pessoas que encampam a luta contra a guerra e o fascismo. Como eu disse em outro lugar, não seria sequer correto dizer que a Frente Popular é a política do “Left Book Club”, embora todos os três editores sejam entusiasticamente a favor dele. O que sinto é que em vez de dar uma ampla distribuição de livros que representem vários tons da Esquerda (e talvez, acima de tudo, por possibilitar a instalações para a discussão desses livros em 300 locais e círculos que surgiram em todo do país), estamos criando a base de massas, sem a qual uma verdadeira Frente Popular é impossível. Em outras palavras, a Frente Popular não é a “política” do Left Book Club, mas a própria existência do livro Left Book Club tende a promover uma Frente Popular.” (Gollancz, 1937. Cf. Meyers, 1975:92) [tradução livre]

⁸⁴ Fator que, como vimos também, não passou de intenção inicial, devido a restrição dos debates em torno da difusão das ideias socialistas restringir-se aos círculos intelectuais da década de 1930, não alcançando a mesma popularidade fora destes círculos e grupos de intelectuais. Como vimos, o *Left Book Club* contava com um número de 57.000 membros em 1938.

parte, se estabeleceu como uma organização genuinamente popular, em prol da liberdade e da revolução social na Espanha.

Veja-se que, ao estabelecer como intenção primordial do clube a divulgação de “várias faces da esquerda”, Gollancz mantém, ao mesmo tempo, a legitimidade editorial do clube – seu caráter não ortodoxo ou restrito a uma linha partidária claramente definida – e a própria capacidade do livro de Orwell, em proporcionar uma dessas “faces”, contribuindo justamente na criação dessa “base de massas”. E a primeira referência ao livro *The Road to Wigan Pier*, segue essa linha, reconhecendo a relevância de sua visão:

But we feel that a Foreword to *The Road to Wigan Pier* is desirable, not merely in view of the misconception to which I have referred, but also because we believe that the value of the book, for some members, can be greatly increased if just a hint is given of certain vital considerations that arise from a reading of it. The value can be *increased*: as to the positive value itself, no one of us has the smallest doubt. For myself, it is a long time since I have read so living a book, or one so full of a burning indignation against poverty and oppression. (ibid.)*

Depois desse “reconhecimento” do trabalho de Orwell, ao menos, em se “indignar com a pobreza e a opressão”, Gollancz inicia uma dissecação do livro, parte por parte, no que ele entende serem pontos importantes na argumentação de Orwell e da qual ele próprio, e, como consequência o próprio clube, discordavam. A primeira parte do livro, que trata descritivamente, numa prosa jornalística, das observações de Orwell das condições de vida e trabalho dos mineiros nas cidades de Lancashire e Yorkshire, e descrita por Gollancz como um retrato vívido das reais condições da classe trabalhadora na Inglaterra dos anos de 1930:

(...) In Part I Mr. Orwell gives a first-hand account of the life of the working class population of Wigan and elsewhere. It is a terrible record of evil conditions, foul housing, wretched pay, hopeless unemployment and the villainies of the Means Test: it is also a tribute to courage and patience – patience far too great. We cannot imagine anything more likely to rouse the 'unconverted' from their apathy than a reading of this part of the book; and we are announcing in the current number of *The Left News* a scheme by means of which we hope members may make use of the book for this end. These chapters really *are* the kind of thing that makes converts. (op.cit)*

*“Mas nós sentimos que um prefácio para *The Road to Wigan Pier* é desejável, não apenas tendo em vista o equívoco a que me referi, mas também porque acreditamos que o valor do livro, para alguns membros, pode ser aumentado se apenas uma dica é dada de certas considerações vitais que surgem a partir de uma leitura do mesmo. Seu valor pode ser aumentado: quanto ao valor positivo em si, nenhum de nós tem a menor dúvida. Para mim, é um longo tempo desde que eu li um livro tão vivo, tão completo de uma ardente indignação contra a pobreza e opressão.” (Ibid.) [tradução livre]

*“(...) Na parte I o Sr. Orwell faz um relato em primeira-mão da vida da classe trabalhadora e da população de Wigan. É um registro das condições de terrível mal, falta de habitação, miseráveis salários, desemprego e falta de esperança: é também uma homenagem à coragem e paciência - paciência muito grande. Não posso imaginar nada mais provável para

A capacidade descritiva e informativa de Orwell, como está colocado nas palavras e no reconhecimento de Gollancz, é inquestionável. A força de sua indignação com aquilo que presenciara constituiu um retrato de tal forma vívido, que, como pode-se ler no final da citação, Gollancz entendia como passível de “fazer conversões” à causa socialista. É, porém, a partir da segunda parte do livro, que, segundo o editor do clube e patrocinador do livro, os “problemas” começam. Para Gollancz, toda a segunda parte, baseada num “estudo autobiográfico”, no qual Orwell, ao mesmo tempo que admite sua conversão ao socialismo, critica duramente a intelligentsia de esquerda na Inglaterra, reflete, única e exclusivamente, sua própria trajetória pessoal. Gollancz escreve:

[...] Mr. Orwell is still a victim of that early atmosphere, in his home and public school, which he himself has so eloquently exposed. His conscience, his sense of decency, his understanding of realities tell him to declare himself a Socialist: but fighting against this compulsion there is in him all the time a compulsion far less conscious but almost – though fortunately not quite – as strong: the compulsion to conform to the mental habits of his class. That is why Mr. Orwell, looking at a Socialist, smells out [...] a certain crankiness in him; and he finds, as examples of this crankiness, a hatred of war (pacifism), a desire to see woman no longer oppressed by men (feminism), and a refusal to withhold the knowledge which will add a little happiness to certain human lives (birth control). (op.cit.:95)*

A argumentação de Gollancz segue então por toda a nota introdutória ao livro, a linha argumentativa de um membro do partido comunista nos anos de 1930; para ele as opiniões de Orwell, além de refletirem seu “dogmatismo” e seu “ódio a Rússia” (op.cit.:97), refletiam apenas a posição de um membro da classe-média em relação ao socialismo. É preciso esclarecer aqui, que nossa intenção não é opor as visões sobre o socialismo de Gollancz, em relação as visões de Orwell sobre o mesmo tema. Da mesma forma, não pretendemos estabelecer um debate entre “duas linhas” teóricas em relação ao socialismo nos anos de 1930, tentando aí, encontrar o “lugar” de Orwell, nestas discussões. O que pretendemos aqui, ao expor as visões de seu primeiro editor – e no caso, um intelectual com visões políticas diferentes da de nosso autor – em relação a seu trabalho e,

despertar os “não convertidos” de sua apatia do que uma leitura desta parte do livro, e estamos anunciando o número atual da Left News um esquema através do qual esperamos que os membros podem fazer uso de o livro para este fim. Estes capítulos são realmente é o tipo de coisa que fazem conversões. “(Op.cit) [tradução livre]

* “[...] O Sr. Orwell ainda é uma vítima deste atmosfera primitiva, em sua casa e da escola pública, que ele próprio tenha exposto de forma tão eloquente. Sua consciência, seu senso de decência, sua compreensão das realidades dizem-lhe para declarar-se socialista, mas lutar contra essa compulsão que existe nele o tempo todo, uma compulsão muito menos consciente, mas quase – embora, felizmente, não é bem assim – tão forte: a compulsão em conformidade com os hábitos mentais de sua classe. É por isso que o Sr. Orwell, olhando para um socialista, cheira a [...] a desconfiança; e ele acha, como exemplos desse mau humor, um ódio de guerra (pacifismo), um desejo de ver a mulher já não oprimida pelo homem (feminismo), e uma recusa em negar o conhecimento que irá adicionar um pouco de felicidade para certas vidas humanas (controle de natalidade)”. (Op.cit.: 95)

consequentemente, ao pensamento exposto ali, são os debates em que Orwell esteve inserido, inclusive dentro dos círculos intelectuais do qual fizera parte. É preciso lembrar também, os efeitos dessa simples “discordância de opiniões” de seu editor. Gollancz deteve os direitos de publicação da obra de Orwell até 1946, recusando, depois da publicação do *The Road to Wigan Pier*, vários outros trabalhos de Orwell, entre eles, seu livro sobre a Espanha, o *Homage to Catalonia*, que seria lançado logo depois do *The Road to Wigan Pier*, em 1938, e o *Animal Farm*, sete anos depois, em 1945 – ambos por seu teor anti-stalinista. Orwell só conseguiria se “libertar” do contrato com Gollancz, após acertar contrato com Frederic Warburg, que passou a ser seu editor na Inglaterra, a partir de 1946.

O terceiro momento da recepção de sua obra por seus contemporâneos, é dividido por Meyers entre a publicação do livro *Animal Farm*, em 1945, até a publicação do livro *1984*, em 1949. E essa é sem dúvidas, a fase mais complexa da recepção da obra de Orwell. Primeiro, pelo sucesso quase que imediato que os dois livros alcançam⁸⁵. Já após seu lançamento, Orwell adquiriu renome internacional, como um dos principais críticos de sua época⁸⁶. Segundo, pelo tipo de leitura “politizada” que ambos suscitaram. Imediatamente, a crítica aos dois trabalhos remeteu o imaginário de Orwell diretamente a uma crítica ao stalinismo, e, consequentemente, ao socialismo, enquanto sistema político. Como Meyers escreve:

[...] when unlike Conrad, Joyce and Lawrence, he became both popular and wealthy in his own lifetime. After the publication of his beast fable Orwell attracted the best critics of the time, receives brilliant as well as appreciative reviews on the front page of the New York Times Book Review, in the head review of the New Yorker, and in all the proeminent periodicals, and was reconized as on the major witters of the twentieth century. Most of the reviews after 1945 an valuable for their intrinsic interest as well as for what they say about Orwell, and many were substantial enough to be reprinted in books. (Meyers, 1975:4)*

A transformação de ambos os livros em *best-sellers* quase que imediatamente a sua publicação, transformou Orwell em um dos escritores mais comentados entre os círculos

⁸⁵ Segundo dados levantados por Rodden (2006:44), o *Animal Farm* vendeu, entre 1946 e 1949, 460,000 cópias. Já o *1984* vendeu em cinco meses desde seu lançamento 22.700 cópias na Inglaterra, atingindo o patamar de vendas de 190.000 cópias entre 1949 e 1952.

⁸⁶ O *Animal Farm* foi selecionado em Setembro de 1946 como membro do Book-of-the-Month Club. Em 1947, ele ganhou sua primeira adaptação para o rádio, na BBC e foi traduzido para nove línguas. Já o *1984* foi escolhido para o Book-of-the-Month Club em Julho de 1949, alcançando o status de *Best-seller* nos EUA, em 1951. (Rodden, *ibid.*;45)

* “[...] Ao contrário de Conrad, Joyce e Lawrence, ele tornou-se popular e rica em sua própria vida. Após a publicação de sua fábula animal Orwell atraiu os melhores críticos da época, recebendo brilhantes resenhas apreciativas na primeira página do New York Times Book Review, na revisão principiapl do New Yorker, e em todos os grandes periódicos, e foi reconhecido como um dos maiores escritores do século XX. A maioria das opiniões a partir de 1945 tem um valor poro seu interesse intrínseco, bem como pelo que dizem sobre Orwell, e muitas destas foram suficientemente importante para serem reproduzida em livros.” (Meyers, 1975:4) [tradução livre]

intelectuais do final da década de 1940, dos dois lados do Atlântico. Veja-se, por exemplo, a opinião do romancista inglês Graham Greene sobre o *Animal Farm*, publicada em Londres, no jornal *Evening Standard*, em 10 de agosto de 1945, pouco tempo depois do lançamento da primeira edição do *Animal Farm*:

It is a welcome sign of peace that Mr. Orwell is able to publish his ' fairy story' *Animal Farm*, a satire upon the totalitarian state and one state in particular. I have heard a rumour that the manuscript was at one time submitted to the Ministry of Information, that huge cenotaph of appeasement, and an official there took a poor view of it. ' Couldn't you make them some other animals', he is reported as saying in reference to the dictator and his colleagues, ' and not pigs?' (Greene, 1945; Cf. Meyers, 1975:195)*

E completa, sugerindo:

If Mr. Walt Disney is looking for a real subject, here it is: it has all the necessary humour, and it has, too, the subdued lyrical quality he can sometimes express so well. But is it perhaps a little too real for him? There is no appeasement here. (ibid.:196)*

Com a mesma simpatia, é a resenha que Edmund Wilson, o renomado crítico literário e historiador intelectual estadunidense, escreve em Nova York, para o jornal *New Yorker*, em 7 de setembro de 1945. Para Wilson, o *Animal Farm*, fez emergir um intelectual até então desconhecido do grande público, tanto na Inglaterra quanto nos EUA pelos anos de caos da guerra, através de um interessante trabalho até então pouco considerado pela crítica. Como ele escreve:

Mr. Orwell, before the war, was not widely know in America or even, I think, in England. He is one of several english writers who were only just beginning to be reconized in those years of confusion and tension and whose good work was obscured and impeded while the war was going on. But I think that he is now likely to emerge as one of the ablest and most interesting writers that the England have produced in this period, and, since he is now getting a reputation in this country, I should like to recommend to publishers that they look up his early novels and memoirs. (Wilson, 1946; Cf. Meyers, 1975:2004)*

* “É um sinal de paz que recebemos com boas-vindas que o Sr. Orwell é seja capaz de publicar o seu "conto de fadas" *Animal Farm*, uma sátira sobre o Estado totalitário e um Estado em particular. Eu ouvi um boato de que o manuscrito foi ao mesmo tempo submetido ao Ministério da Informação, sob um enorme clamor de apaziguamento, e um funcionário teve uma visão deficiente do mesmo. "Não foi possível fazer-lhes como outros animais", ele é relatado como dizendo, em referência ao ditador e seus colegas, “e não os porcos?” (Greene, 1945, cf. Meyers, 1975:195)

* “Se o Sr. Walt Disney está procurando um tema real, aqui está: ele tem todo o humor necessário, e tem, também, a qualidade lírica moderada com a que ele às vezes se expressar tão bem. Mas é talvez um pouco demasiado real para ele? Não há apaziguamento aqui.” (Ibid.: 196) [tradução livre]

* “O Sr. Orwell, antes da guerra, não era muito conhecido na América, ou mesmo, penso eu, na Inglaterra. Ele é um dos vários escritores ingleses que estavam apenas começando a ser reconhecidos nesses anos de confusão e tensão, e cujo bom trabalho foi obscurecido e entravado enquanto a guerra estava acontecendo. Mas acho que agora ele é

Alguns de seus textos críticos e ensaísticos lançados neste intervalo, embarcam nessa onda favorável, produzida a partir do lançamento do *Animal Farm*. Em especial a coleção *Critical Essays*, lançada em 1946, que acaba ganhando também boa repercussão, especialmente nos EUA. A partir dela, Orwell torna-se também um crítico literário valorizado. Alguns dos textos que compõe a coleção, como suas análises de Swift, Dickens, Gissing e Kipling, tornam-se fundamentais nas fortunas críticas desses autores. (Mayers, op.cit.:5). Seu “talento para a crítica” passa a ser reconhecido por intelectuais do *mainstream*, inclusive acadêmico, que viram ali, um certo traço de perspicácia que definiria o estilo de seu pensamento para seu público, recém-constituído, dali em diante. Veja-se, por exemplo, a análise de Herry Levin, professor de língua e literatura inglesa da Universidade de Harvard, publicada no jornal *New Republic*, em 6 de maio de 1946. Levin escreve, comparando Orwell a outros críticos e intelectuais contemporâneos:

[...] T.S. Eliot can impose his opinions with a schoolmaster's authority, while William Empson exerts his perceptions with a schoolboy's precocity. Even Cyril Connolly, though morbidly conscious of the obsolescent institutions behind him, cannot say good-bye to all that; he can merely shore up personal fragments for some historical museum; with Connolly the critical faculty seems to have turned inside out. It opens up and ranges afield, however, with his Eton classmate and fellow-travelling free-lance, George Orwell. In this, the first book of Orwell's criticism to be published here – as in his political writing, his Burmese novel and his column for *Tribune* (London) – the critic seems to have rolled up his shirt-sleeves, discarded the old school tie and shouldered the difficult task that confronts English writers today. (Levin, 1946; Cf. Meyers, 1975:215-6)*

E, demonstrando o ponto-de-vista liberal de sua crítica, elege Orwell como um “herói” que, conseguiu se desvencilhar da “ideia fácil” da “troca de sistemas políticos” como solução para os “males da humanidade”:

But few of us, happily, must be yogis or commissars; most of us may be something in between; and Orwell is much too English, too pragmatic, to be stalemated by Arthur Koestler's rhetorical dilemmas. When Koestler offers facile pessimism as a consolation for the lost optimism of the Left, Orwell reminds us that

provável que surja como um dos escritores mais capazes e mais interessante que a Inglaterra tenha produzido nesse período, e, uma vez que ele está começando agora uma reputação neste país, gostaria de recomendar aos editores que olhem seus primeiros romances e memórias.” (Wilson, 1946, cf. Meyers, 1975:2004) [tradução livre]

* “[...] T.S. Eliot pode impor suas opiniões com autoridade a um professor, enquanto William Empson exerce suas percepções com a precocidade de um menino. Mesmo Cyril Connolly, embora consciente das mórbidas instituições obsoletas atrás dele, não pode apenas dizer adeus a todos os fragmentos pessoais que serviriam para algum museu histórico; com Connolly a faculdade crítica parece ter virado do avesso. As coisas mudam muito com seu colega de Eton e companheiro de viagem free-lancer, George Orwell. Neste, o primeiro livro de crítica de Orwell que é publicado aqui - como em seus escritos políticos, o seu romance *Burmese* e sua coluna para o *Tribune* (Londres) - o crítico parece ter arregaçado as mangas de camisa, encarado a apatia da velha escola e carregado nos ombros a difícil tarefa que é enfrentar os escritores ingleses hoje.” (Levin, 1946, cf. Meyers, 1975:215-6) [tradução livre]

life involves a continuous choice of evils; that the world can still be bettered albeit never perfected, by socialism. (ibid.:217)*

É muito interessante, pois a visão de Levin sobre o trabalho de Orwell reflete, já na metade da década de 1940, muito do que seria sua imagem, principalmente nos EUA, nas décadas seguintes a sua morte, em 1950. Essa figura de “herói”, que teve a capacidade em reconhecer as “perversões do comunismo”, através de sua crítica ao stalinismo, tal qual sua obra seria lida por parte da crítica do lado liberal estadunidense, contrasta com a imagem oposta, construída nos círculos intelectuais da esquerda, onde Orwell não passava de um mero representante da classe média e cuja visão distorcida por uma ótica ideologicamente definida, tornava-o um mero reacionário, ou conservador. E, sem dúvida, a melhor expressão para essa dualidade de opiniões acerca de Orwell e seu trabalho, que ocupa até hoje os debates em torno de sua figura e pensamento, poder ser apreendida pelas críticas ao livro *1984*.

Ao mesmo tempo concebido por praticamente todos os críticos que se ocuparam em comenta-lo após seu lançamento, como um *continuun* terrificante do universo criado por Orwell no *Animal Farm* alguns anos antes, e um passo além em seu anti-stalinismo, o *1984* criou um turbilhão no qual as ideias de Orwell se encontraram com a imaginação do público recém-saído da guerra e cujas expectativas para o futuro, com o novo desenho do mundo após-1945⁸⁷, eram incertas. Muito do “cheiro da morte, da decadência, da sujeira, do diabolismo e desespero”, que, nas palavras de seu editor, Frederic Warburg, escritas em 1948, podem ser lidos na trama narrativa que Orwell constrói em seu livro, representava os próprios sentimentos do público e de seus leitores com o mundo pós-Hitler, pós-Holocausto, pós-Hiroshima.

De todas as opiniões que surgiram sobre o livro após seu lançamento, primeiro em Londres, pela editora Secker and Warburg, em 8 de Junho de 1949, e logo em seguida nos EUA, pela editora Harcourt and Bance, em 13 de Junho do mesmo ano – nenhuma delas hesitou em reconhecer a

* “Mas poucos de nós, felizmente, devem ser yogis ou comissários; a maioria de nós pode ser algo entre ambos; e Orwell é muito Inglês, muito pragmático, para ser paralisado pelos dilemas retóricos de Arthur Koestler. Quando Koestler oferece pessimismo fácil como um consolo para o otimismo perdido da esquerda, Orwell lembra-nos que a vida implica uma escolha contínua dos males; que o mundo ainda pode ser melhorado ainda que nunca aperfeiçoado, pelo socialismo.” (Ibid., p. 217) [tradução livre]

⁸⁷ A “mágica” de Orwell talvez tenha sido, justamente, a de incorporar, em meio a narrativa do livro, diversos elementos que compunham o imaginário do público internacional, do final da década de 1940: a “divisão do mundo”, em super-Estados, como uma referência direta a Conferência de Teerã (1947), na qual os líderes Aliados já discutiam a “partilha” dos territórios nazistas reconquistados; a já clara tensão entre o ocidente, sob a influência estadunidense, e a URSS, cuja força no continente europeu era reforçada pela presença das tropas vermelhas por grande parte do Leste da Europa; as discussões, iniciadas anos antes, diante dos grandes expurgos, na Rússia, e a eliminação interna do Partido bolchevique – e, depois, a morte de Trotsky, no México, etc. Todos elementos que compunham o turbilhão político do processo de transição entre o fim da Segunda Guerra Mundial e os anos que estavam por vir, e que, por isso, transformou rapidamente o livro, numa estória facilmente compreendida em vários contextos de recepção diferentes.

força esmagadora daquelas ideias colocadas no papel. Das críticas favoráveis àquelas que viram ali a imagem do diabo, a figura de Orwell ganhou ares de um pensador, ao mesmo tempo, profundo, que tivera a capacidade de enxergar as dores do mundo na dura transição que se desencadeava desde o fim da Segunda Guerra Mundial, até obscuro, cujo pessimismo não deixava lugar para a humanidade nas décadas seguintes. É sem dúvida a partir deste trabalho, que a figura “mítica”, em torno da qual o nome 'George Orwell' iria pairar nas próximas décadas após seu lançamento, é erigida.

Um bom retrato da crítica a qual a obra de Orwell⁸⁸ iria mergulhar, nos é dada numa resenha prévia justamente por seu editor, Frederic Warburg, em 1948, alguns meses antes do lançamento do livro. Amigo pessoal de Orwell, e seu editor desde 1946, após Orwell romper contrato com Victor Gollancz, Warburg fora também o editor inglês do *Animal Farm*. Em sua resenha, contudo, o editor não hesitou em fazer inúmeras generalizações, estabelecer um série de paralelos precipitados e transformar a obra de Orwell da segunda metade da década de 1940, num mar revolto de ideias confusas. Warburg escreve:

1984 is Animal Farm write large and in purely anthropomorphic terms. One hopes (against hope?) that its successor will supply the other side of the picture. For what is 1984 but a picture of man unmanned, of humanity without a heart, of a people without tolerance or civilization, of a government whose sole object is the maintenance of its absolute totalitarian power by every contrivance of cruelty. Here is the Soviet Union to the nth degree, a Stalin who never dies, a secret police with every device of modern technology. (Warburg, 1948; Meyers, 1975:247)*

Inevitavelmente, como fica claro na imagem que Warburg faz do livro, a primeira grande associação do imaginário do *1984*, remeteu diretamente a URSS, ao stalinismo, e, conseqüentemente, por associação natural, ao comunismo. As ideias apresentadas por Orwell ali, construiriam, através das opiniões de seus críticos, a máscara que afirmaria sua posição não mais apenas como um dissidente, mas definitivamente, como um intelectual anti-socialista. E essa imagem é muito clara na visão de Warburg sobre o livro:

⁸⁸ Também seus outros trabalhos até então desconsiderados pela crítica, mas cujo interesse começa a crescer devido ao sucesso que o *1984* ganharia, tal qual acontecera com o *Animal Farm* anos antes.

* “1984 é o *Animal Farm* escrito em grandes termos puramente antropomórficos. Esperam (ou não?), que seu sucessor forneça o outro lado da da imagem. Pois o que é o 1984, além de um retrato do homem não-dirigido, a humanidade sem um coração, de um povo ou civilização, sem tolerância, de um governo cujo único objectivo é a manutenção do seu poder absoluto, por todos os cruéis artifícios de crueldade. Aqui é a União Soviética à enésima potência, e Stalin, que nunca morre, uma polícia secreta, com todos os dispositivos da tecnologia moderna.” (Warburg, 1948; Meyers, 1975:247) [tradução livre]

The political system which prevails is Ingsoc = English Socialism. This I take to be a deliberate and sadistic attack on socialism and socialist parties generally. It seems to indicate a final breach between Orwell and Socialism, not the socialism of equality and human brotherhood which clearly Orwell no longer expects from socialist parties, but the socialism of marxism and the managerial revolution. 1984 is among other things an attack on Burnham's managerialism; and it is worth a cool million votes to the conservative party; it is imaginable that it might have a preface by Winston Churchill after whom its hero is named. (op.cit:248)*

Mais contundente ainda, são as críticas ao trabalho de Orwell nos círculos de esquerda pelo mundo. A contundência em afirmar as posições reacionárias e conservadoras de Orwell, transformaram sua figura, já combatida por certa parte da esquerda britânica desde o fim da Guerra Civil espanhola, devido a suas opiniões sobre o conflito, num inimigo mortal do proletariado mundial e da causa socialista internacional. Uma visão muito ilustrativa dessa perspectiva crítica nos é dada por I. Anisimov, publicada no jornal oficial do Partido Comunista Russo, o *Pravda*, em 12 de maio de 1950, poucos meses após a morte de Orwell. Ali, o autor escreve:

In recent times there has been wide dissemination of fantastic novels and stories which contain the most gruesome predictions of what mankind may expect in the near future. The authors of such prognostications confidently anticipate third and even fourth world wars and relish the horror of mass extermination of people with atomic and bacteriological bombs. With evil they predict that and end will necessarily be put to culture, art and mankind as a whole. (Anisimov, 1950; Meyers, 1975:282)*

E continua mais a frente, esclarecendo quais são estes autores sobre os quais faz referência:

The works of misanthropic fantasy very closely resemble one another. Especially monstrous are two books which are fervently advertised and published every place corrupted by the activity of American imperialism. These books, written by Anglo-American cosmopolitans A. Huxley and G. Orwell, are entitled respectively 'Ape and Essence' and '1984'... (ibid.)*

* “O sistema político que prevalece é o Ingsoc = socialismo inglês. Isto que eu preciso ser um ataque deliberado e sádico contra o socialismo e os partidos socialistas em geral. Isso parece indicar uma violação final entre Orwell e o socialismo, não o socialismo da igualdade e da fraternidade humana que claramente Orwell já não espera dos partidos socialistas, mas o socialismo do marxismo e da revolução burocrática. 1984 é entre outras coisas, um ataque ao burocratismo de Burnham, e vale a pena uns milhões de votos para o partido conservador; é imaginável que se possa ter um prefácio escrito por Winston Churchill depois que seu herói é nomeado.” (Op.cit: 248) [tradução livre]

* “Nos últimos tempos tem havido uma ampla divulgação de romances fantásticos e histórias que contêm as previsões mais terríveis do que a humanidade pode esperar no futuro próximo. Os autores de tais prognósticos antecipam a terceira e quarta guerras mundiais, o horror do extermínio em massa de pessoas com bombas atômicas e bacteriológicas. Com o mal que eles prevêem, será está declarado o fim da cultura, a arte e a humanidade como um todo.” (Anisimov, 1950; Meyers, 1975:282) [tradução livre]

* “As obras de fantasia muito se assemelham umas as outras. Especialmente monstruosos são dois livros cuja publicação são fervorosamente anunciados em todo lugar corrompido pela atividade do imperialismo americano. Estes livros, são escritos pelos cosmopolitas Anglo-Americanos A. Huxley e G. Orwell, e são intituladas,

E, por fim, faz uma comparação entre Huxley e Orwell:

Mr. Orwell is in every way similar to Mr. Huxley, especially in his contempt for people, in his aim of slandering man. And while the one cries out, 'The voice of the proletariat is the voice of the devil', the other, slobbering with poisonous spittle, does not lag far behind him. For in describing a most monstrous future in store man, he imputes every evil to the people. He is obliged to admit that in 1984, when the events in the novel take place, capitalism will cease to exist, but only for opening the way to endless wars and the degradation of mankind, which will be brought down to the level of robots called 'proles'.

(...) It is clear that Orwell's filthy book is in the spirit of such a vital organ of American propaganda as the Reader's Digest which published this work, and Life which presented it with many illustrations. (op.cit.)*

Não menos odiosa, é a opinião de James Walsh, publicada em Londres, no jornal *Marxist Quarterly*, alguns anos depois, em Janeiro de 1956. Veja-se que, mesmo algum tempo depois, o tipo de repercussão do livro de Orwell nos círculos de esquerda permanece praticamente a mesma, intocada em suas generalizações da imagem de Orwell como o diabo. Walsh escreve, sem porém, muita originalidade:

1984 continues the same trend as Animal Farm, except that it is more neurotic and that the depressing hatred of everything approaching progress is more evident: it is directed, remember, not against the Soviet Union or even the British Communist Party alone, but against 'English Socialism'.

(...) The same basic lack of knowledge of what Orwell is writing about is as significant as his hatred of it. The book contains long theses on politics and economics and, Lord bless us, the English language, which must be as silly to the informed as they are boring to the ordinary reader. But it is not so much in these, which are after all written by one or other of his characters and possibly intentionally ridiculous, as in the attitudes and philosophical assumptions out of which 1984 is constructed that Orwell reveals his ignorance about people, about the working class and about the Communist Party. (Walsh, 1956; Meyers, 1975:287)*

respectivamente, 'Ape and Essence' e '1984' ...” (Ibid.) [tradução livre]

* “O Sr. Orwell é similar em todos os sentidos ao Sr. Huxley, especialmente em seu desprezo pelas pessoas, no seu objectivo de difamar o homem. E enquanto o clama, "A voz do proletariado é a voz do demônio", o outro, babando com saliva venenosa, não fica muito atrás dele. Para descrever num futuro mais monstruoso, o homem como mercadoria, ele atribui todo o mal para o povo. Ele é obrigado a admitir que, em 1984, quando os acontecimentos do romance se passam, o capitalismo deixará de existir, mas apenas para abrir caminho para as guerras intermináveis e a degradação da humanidade, que serão levados até o nível de robôs chamados "proles". (...) É claro que o livro de Orwell é sujo no espírito de um órgão tão vital de propaganda norte-americana como o Reader's Digest, que publicou esse trabalho, e apresentou sua vida com muitas ilustrações.” (op.cit.) [tradução livre]

* “O 1984 continua a mesma tendência do Animal Farm, exceto que é mais neurótico e que o ódio deprimente de tudo o que aproxima o progresso é mais evidente: e dirigido, lembre-se, não contra a União Soviética, ou mesmo contra o Partido Comunista Britânico sozinho, mas contra "Socialismo Inglês". (...) A mesma falta de base de conhecimento do que Orwell está escrevendo é tão importante como o seu ódio por ela. O livro contém longas teses sobre política e economia e, o Senhor nos abençoe, o idioma Inglês, que deve ser tão bobo ao leitor comum. Mas não é tanto neles, que são, afinal, escrito por um ou outro de seus personagens e, possivelmente, intencionalmente ridículo, como as atitudes e os pressupostos filosóficos sobre os quais o 1984 é

Aqui, Walsh, numa espécie de “comunismo cristão”, toma Orwell como inimigo, não mais da URSS, mas da própria Inglaterra. Para o crítico, Orwell não escreve sua heresia contra os comunistas do mundo todo: Orwell escreve contra o “socialismo inglês”. O que nos parece mais interessante na leitura de Walsh do *1984*, não é o tipo de crítica que ela repercute, representando uma visão muito comum sobre as posições políticas de Orwell entre uma esquerda mais dogmática e ligada aos PC's pelo mundo; mas o sincretismo de seu crítico: além de conciliar suas posições políticas comunistas com o cristianismo, ele consegue concilia-las também com um nacionalismo evidente, no qual Orwell aparece então como um inimigo da própria Inglaterra e de sua classe trabalhadora.

Orwell respondeu a algumas dessas leituras de seu *1984*. Assim como se dera com uma pessoa tão próxima a seu autor, como Warburg, inúmeras outras opiniões pulularam em várias partes sobre as imagens a que o livro remetia, muitas delas em cartas endereçadas diretamente a Orwell, ou mesmo, questionamentos públicos através da imprensa, tanto nos EUA quanto na Inglaterra. A resposta mais contundente a elas foi dada por Orwell numa carta-resposta a Francis A. Henson, da United Automobile Workers (Sindicato dos trabalhadores da Indústria Automobilística)⁸⁹, publicada na revista *Life*, de 25 de Julho de 1949 e no *New York Times Book Review*, de 31 de Julho de 1949. Nela pode-se ler, nas palavras de Orwell:

My recent novel is NOT intended as an attack on Socialism or on the British Labour Party (of which I am a supporter) but as a show-up of the perversions to which a centralised economy is liable and which have already been partly realised in Communism and Fascism. I do not believe that the kind of society I describe necessarily *will* arrive, but I believe (allowing of course for the fact that the book is a satire) that something resembling it could arrive. I believe also that totalitarian ideas have taken root in the minds of intellectuals everywhere, and I have tried to draw these ideas out to their logical consequences. The scene of the book is laid in Britain in order to emphasise that the English-speaking races are not innately better than anyone else and that totalitarianism, if not fought against, could triumph anywhere. (Orwell, 1949; Orwell, 1968:502)*

construído, para que Orwell revele sua ignorância sobre as pessoas, sobre a classe trabalhadora e sobre o Partido Comunista.” (Walsh, 1956; Meyers, 1975:287) [tradução livre]

⁸⁹ Mas que porém, a coleção *The Collected Essays* (op.cit), onde o excerto da carta foi republicado, não nos dá indicações a qual país pertencia o sindicato. Imaginamos assim que se trata do sindicato dos Trabalhadores da Indústria automobilística dos EUA, pela repercussão da resposta no país, em importantes veículos de comunicação, como o *New York Times*.

* “Meu recente romance não pretende ser um ataque ao socialismo ou o Partido Trabalhista britânico (do qual eu sou um apoiante), mas pretende mostrar as perversões de uma economia centralizada e que já foram parcialmente realizados no comunismo e ao fascismo. Não acredito que o tipo de sociedade que eu descrevo necessariamente chegará, mas eu acredito (que permite, evidentemente, pelo fato do livro ser sátira), que algo semelhante poderia chegar. Creio também que as ideias totalitárias criaram raízes nas mentes dos intelectuais em todos os lugares, e eu tentei tirar as consequências dessas. O livro se passa na Grã-Bretanha, a fim de enfatizar que as raças falantes do inglês não são naturalmente melhores do que ninguém e que o totalitarismo, se não for combatido, pode triunfar em qualquer lugar.” (Orwell, 1949, Orwell, 1968:502) [tradução livre]

Este é, em parte, o cenário de debates em que a obra de Orwell e suas ideias se inseririam nos anos que se seguiriam a sua morte, em janeiro de 1950. Aliás, período que corresponde também ao quarto e último momento da recepção a obra de Orwell, na divisão proposta por Jeffrey Meyers em sua ontologia. Neste último momento, que se estabelece na cronologia proposta por Meyers, a leitura de sua obra pode ser dividida entre a publicação de sua primeira coleção póstuma, *Shooting and Elephant*, em 1950 (op.cit.), até a publicação da primeira grande reunião póstuma de sua obra, que abarca de maneira global sua produção, a *The Collected Essay, Journalism and Letters of George Orwell*, em 1968. (op.cit.)

Como já dissemos anteriormente, não nos ocuparemos neste trabalho dessa fase póstuma da crítica a obra de Orwell e de sua recepção nas décadas que se seguiram a sua morte. Apesar, devemos reconhecer, contudo, da relevância fundamental deste período da recepção a sua obra, que na verdade, transforma o próprio pensamento de Orwell, através da apropriação de seu léxico crítico pelas várias faces da crítica a seu pensamento. O estudo deste momento porém, devido, em primeiro lugar as dificuldades que exigiria, e, em segundo lugar, por abarcar uma série de problemas históricos que não nos compete relacionar, acabaria por nos desviar de nosso objeto central que é entender as críticas de Orwell, contida principalmente em sua produção ensaística, das formas de apropriação das memórias – individuais e coletivas – como forma de manipulação das sociedade das décadas de 1930 e 1940.

Sua recepção por seus contemporâneos porém, nos mostra a complexa rede de debates intelectuais que nosso autor estava inserido quando produziu seus textos. As várias faces da crítica a sua obra, atestam na verdade, os vários tipos de discursos políticos que circulavam no espaço público europeu, no longo período que correspondeu a produção de nosso autor, e no momento em que ele publicou seus principais textos – entre ensaios e romances. Desde renomados intelectuais dos anos de 1920 e 1930, como C. Day-Lewis, integrante da renomada Geração de Auden, e cujos membros foram responsáveis pela primeira grande inserção das ideias socialistas no espaço público britânico nos anos de 1930, e que resenhou o livro *Down and Out in Paris and London*, justamente neste momento de “radicalização” do pensamento e dos debates políticos britânicos em meio a Grande Depressão; passando por membros filiados ao Partido Comunista britânico na década de 1930, como Gollancz – seu editor, mas que, nem por isso, exitou em fazer duras críticas a Orwell por sua não-ortodoxia e suas opiniões independentes sobre o que presenciara ainda como efeito da grave crise econômica dos anos de 1930, consequentemente, dificultando a publicação de seus textos nos anos seguintes; da mesma forma que a membros da esquerda não-stalinista nos EUA, tal qual Edmund Wilson, que também fora membro grupo constituído em torno da revista nova-iorquina *Partisan Review*, da qual Orwell fora integrante nos anos de 1940; passando ainda pelo

crivo crítico de liberais anti-comunistas, como H. Levin, nos EUA e Frederic Warburg – também seu editor na Inglaterra a partir da metade da década de 1940; até chegar ao extremismo ideológico das críticas comunistas com Anisimov, na Rússia, e Walsh, na Inglaterra.

Todas estas vertentes da crítica a seu pensamento, a maioria das que apresentamos aqui, formuladas por seus contemporâneos – ou seja, ainda não mergulhadas no “mito” em torno da figura criada pelo nome “George Orwell” – demonstram as várias linhas de pensamento que constituíam os debates do período. É muito interessante, nestas várias faces da crítica a Orwell, notar como as perspectivas sobre suas ideias mudam de um círculo intelectual ao outro – das mais exaltadas, em relação ao suposto ataque ao comunismo depreendido na obra de Orwell, como exposta na crítica liberal a seu pensamento, as mais arredias, inconformadas e neuróticas, que liam nos mesmos textos uma negação da humanidade, das classes trabalhadoras e do socialismo, tal qual na crítica comunista. Uma vertente porém, na qual emerge uma crítica mais cuidadosa, inclusive pela acessibilidade a um conjunto maior de textos, e cujo debate com o próprio Orwell era muito mais estreito, devido inclusive aos laços de amizade pessoal comuns, é sem dúvidas, as opiniões que emerge dos círculos da esquerda não-stalinista, tanto na Inglaterra – da qual faziam parte, por exemplo, nomes como Arthur Koestler, Richard Rees, Cyril Connolly – quanto nos EUA – Philip Rahv, Irving Howe, Edmund Wilson, George Woodcock.

Muitos dos questionamentos destes críticos, são respondidos pelo próprio Orwell ao longo de sua obra. O próprio espaço em que nosso autor tomou como meio de divulgação principal de suas ideias, ou seja, a imprensa, favorecia os debates entre as diferentes correntes de pensamento existentes no período. Muito de seus textos, principalmente ao longo da década de 1940, são então respostas a outros autores e debates públicos que corriam na imprensa, especialmente na Inglaterra. E como veremos nos próximos capítulos, sua crítica aos usos políticos da memória, de certa forma, estava ligada também a esta rede de circulação de ideias que tentamos aqui mapear brevemente. Como ficará claro, por exemplo, em sua crítica literária, grande alvo do capítulo dois deste trabalho, a transformação da “cultura britânica” – através da literatura e da língua inglesa – em arma de coesão social por organismos oficiais do Estado, tal qual no papel que a BBC desempenhou durante a Segunda Guerra Mundial, será um grande nicho para as reflexões de Orwell sobre os usos políticos do passado em seu país. Da mesma maneira, como veremos, por exemplo mais detalhadamente no capítulo três, os debates públicos em torno da repercussão da Guerra Civil espanhola na Inglaterra, produzira com a mesma intensidade (ao menos na crítica de Orwell), uma grande oportunidade para as reflexões sobre os processos institucionais de manipulação e construção da memória coletiva, através das várias manobras diante da repercussão dos fatos da guerra, na imprensa do período.

Em ambos os momentos onde analisaremos conjuntos específicos de textos contidos em sua produção não-ficcional, e que destacaremos em capítulos diferentes, tentaremos evidenciar, ao mesmo tempo, os ecos dos debates que se seguia as argumentações e reflexões de Orwell naquele exato momento. Nossa intenção é dupla: primeiro, pretendemos “humanizar” Orwell, no sentido de ligá-lo historicamente a seu tempo (e, conseqüentemente, ao passado que permeava os embates de sua geração); segundo, no mesmo caminho, ligar sua obra a seu tempo, demonstrando que ela, em muitas maneiras, respondeu a argumentações colocadas pela conjuntura histórica das décadas de 1930 e 1940, e que suas argumentações, em certo sentido, e nem por isso perdendo sua “originalidade”, repercutiam vários dos debates postos ali, na cena pública britânica, tanto quanto nos grupos intelectuais, aos quais Orwell estava, direta ou indiretamente, inserido.

Capítulo 2

Numa época como essa...: Memória e tradição na crítica de Orwell

(...) Ser membro de uma comunidade humana é situar-se em relação ao seu passado (ou da comunidade), ainda que apenas para rejeitá-lo. O passado é, portanto, uma dimensão permanente da consciência humana, um componente inevitável das instituições, valores e outros padrões da sociedade humana. O problema para os historiadores é analisar a natureza desse 'sentido do passado' na sociedade e localizar suas mudanças e transformações.

Eric Hobsbawm, *Sobre História*.

A conquista da terra, que significa basicamente tomá-la dos que possuem uma compleição diferente ou somente um nariz um pouco mais achatado do que o nosso, não é uma coisa bonita se você olhar bem de perto. O que redime é apenas a ideia. Uma ideia por trás dela; não uma ficção sentimental, mas uma ideia; e uma crença altruísta na ideia – algo que você pode erigir, e curvar-se diante dela, e lhe oferecer um sacrifício...

Joseph Conrad, *Heart of Darkness* [Coração das Trevas]

2.1 – Cultura e tradição no pensamento social de Orwell e a visão de dois críticos: Edward Said e Raymond Williams

As relações de Orwell com o passado, estabelecem um tema de discussão particular em sua obra. De seu passado individual, através do peso de sua formação educacional burguesa e do pertencimento as classes médias britânica, até o passado coletivo da sociedade inglesa, cuja força fora possível sentir nas bases culturais de sua geração, Orwell estabeleceu uma relação de constante debate com aquilo que permeou por muito tempo suas reflexões acerca de sua época: o peso da *tradição*, principalmente na Inglaterra. Numa sociedade arraigada num tipo de estrutura social estática, como no caso da Inglaterra, as relações sociais adquirem as bases de um formalismo rígido, representado na própria estrutura hierárquica da sociedade. A *tradição* surge assim, como justificativa quanto a “natureza” dessas relações: a força de suas instituições políticas; a solidez de sua economia; a rigidez de sua organização social, etc. - transformam-se em consequência “natural”, “orgânica”, de um passado glorioso, e no qual o presente tem que se espelhar.

Logo cedo, Orwell refletira em sua obra o peso desta questão para si próprio e para a sociedade de seu tempo. Diante dos novos paradigmas impostos pelo fim da Primeira Guerra em 1918, a consequente manutenção da ordem social, política e econômica britânica, intocada em suas bases liberal-conservadora, indicava o contexto social inglês nas primeiras décadas do século XX como *sui generis* diante do restante da Europa. Para Orwell, nada mais do que indicava o quão

arcaica eram as instituições de seu país. E isto ficava muito claro para nosso autor, através de dois pontos específicos: a manutenção de um ensino tradicional, que, principalmente nas velhas escolas das elites britânica, continuavam a formar a elite administrativa e burocrática que durante todo o século XIX compôs os quadros da administração colonial e do governo metropolitano inglês; e a velha ordem liberal burguesa, que arregimentava, desde os tempos da Rainha Vitória, não apenas a economia do país, mas a estratificação de classes rigidamente consolidada.

A consolidação dessas estruturas sociais pode ser observada através da própria cultura de seu tempo. Cultura que passa a, não apenas incorporar esse discurso, como a legitimá-lo em suas próprias estruturas internas. *Cultura* aqui definida *lato sensu*, se referindo a uma produção maciça de ideias comuns em torno de temas macro históricos, como a industrialização, o imperialismo, etc. - questões que por muito tempo, permearam o imaginário inglês, influenciando inúmeros pensadores a refletir sobre seus efeitos para a sociedade (Hauser, 1998; Williams, 1969; Said, 2002). Muitos foram os casos de estudos em que se considerou o peso de algum tipo de tradição, transformada então num *ethos cultural*, dentro do pensamento intelectual na Inglaterra. Tomemos como exemplo, o caso da literatura vitoriana. Num mesmo período, o século XIX, a literatura britânica aglutinou (em fases distintas é verdade) nomes completamente diferentes quanto a seu léxico reflexivo. De um Disraeli, na primeira metade do século, onde as glórias do imperialismo impulsionaram não apenas a economia neo-colonial, mas a própria criação imaginativa, especialmente na Inglaterra⁹⁰; a um Dickens, já incorporando, na segunda metade do mesmo século XIX, as mazelas do industrialismo para a sociedade inglesa⁹¹. Em ambos, a sociedade burguesa e o imperialismo, tomam a forma de um paradigma: em Disraeli, como forma de exaltação do progresso burguês e do auge da civilização ocidental; em Dickens, na forma do egoísmo, da ganância, da exploração das classes trabalhadoras, que o processo de industrialização iria incorporar, em suas bases subjetivas.

Os questionamentos quanto as “bases” da cultura que formou Orwell e sua geração nas primeiras décadas do século XX, estariam presentes, por exemplo, em sua crítica literária. Por toda

⁹⁰ O caso de Benjamin Disraeli é considerado por exemplo por Edward Said (2001). Figura emblemática, incorporou, como romancista, erudito e político, toda a tradição do que Said chamou de “orientalismo” em sua visão mítica do oriente. Perspectiva que ajudou a moldar a visão da Europa sobre o “oriente” e o “oriental” (duas categorias míticas também), primeiro intelectualmente, como forma de conhecer o outro a que se queria dominar, e depois administrativamente, como forma de sistematizar o tipo de dominação a que se queria implementar nas colônias.

⁹¹ Já o caso de Charles Dickens é considerado por exemplo por Raymond Williams (1969). Um dos maiores nomes da literatura vitoriana, a obra de Dickens adquiriu grande relevância em meio ao pensamento social inglês, devido a sua grande capacidade em retratar as mazelas da industrialização, a degradação das cidades, transformadas em lúgubres dormitórios, e a própria degradação da vida humana em meio a todo esse processo. Williams aponta contudo, uma outra característica que considera central na obra e no pensamento de Dickens: a presença de uma tradição de contestação do industrialismo, que permeou os grandes nomes do pensamento social inglês, entre o final do século XVIII e as primeiras décadas do século XX, transformando essa crítica a degradação humana, numa ideia comum, compartilhada em imaginários diferentes de autores dentro deste período.

a década de 1930 e a de 1940, Orwell trará os questionamentos presentes em sua crítica política e social às estruturas hierárquicas inglesas, para o cerne da cultura: ou, como uma determinada cultura dominante corroborava as estruturas sociais e econômicas da Inglaterra nas primeiras décadas do século XX. Sua análise da literatura vitoriana, e de nomes fundamentais na formação intelectual de sua geração como Kipling, Wordsworth, Thomas Hardy, etc., procurou a todo momento indicar o peso de uma *tradição intelectual* na cultura que definiu as bases de sua formação.

As análises de Orwell desses autores, contidas especialmente em sua crítica literária, como dissemos acima, mas que se transformam numa crítica mais profunda sobre a cultura de seu país ao longo de sua obra crítica, tomam uma dupla forma. Em primeiro lugar, a do questionamento quanto as bases em que a cultura britânica que formava a classe dirigente do país, estava assentada. A permanência de um conjunto monolítico de ideias, que se estendeu desde meados do século XIX, até sua época, através da exaltação de autores que representavam o cânone da cultura britânica nas primeiras décadas do século XX, indicavam uma continuidade no pensamento político dirigente britânico – das bases fundadoras do neo-colonialismo novecentista até depois do fim da Primeira Guerra Mundial. Autores como Rudyard Kipling e T.E. Lawrence, etc. – cujas obras ajudaram a fundamentar as bases culturais do imperialismo britânico – eram leitura obrigatória nas escolas para crianças e jovens. A exaltação do patriotismo, da nação britânica, do orgulho britânico, nas cerimônias, nas festas, nos jogos esportivos das escolas, eram alimentadas por sua representação na literatura desses autores. Em segundo lugar, a crítica de Orwell toma a forma de contestação de sua própria formação intelectual. Esse tópico será fundamental, pois lhe permitirá contestar suas origens sociais, em detrimento de suas experiências pessoais. É aí, que suas experiências em relação ao imperialismo, principalmente na Índia, se transformaram num divisor de águas em sua formação crítica, pois lhe permitirá confrontar toda sua formação intelectual, de exaltação das glórias do imperialismo, da grandeza do homem branco e do progresso ocidental, em detrimento das mazelas da realidade colonial de miséria, de violência, de opressão, a que eram submetidos os povos dominados. Esses questionamentos iniciais serão fundamentais na formação crítica de Orwell, pois lhe permitirão mais tarde uma aproximação com aquilo que ele acreditava ser a antítese daquilo que a cultura tradicional britânica exaltava, em suas bases liberais – o socialismo.

Estas questões são contudo terrivelmente complexas, para o historiador que se põe a pensar qual o tipo de relação entre a *cultura* de uma época e as bases políticas e econômicas de sua sociedade. Ainda mais, quando nos propomos a rastrear a permanência de *ideias comuns*, dentro do imaginário de mais de um autor, as quais nos permitam atribuí-las o caráter de uma *tradição*, arraigada no pensamento intelectual de uma geração. Questão que suporia uma relação de

continuidade no pensamento de uma época, em detrimento das diferenças e peculiaridades que nos cabe, como um paradigma de nossa profissão, destacar, ao risco de cairmos num grau de generalização imperdoável para o fazer historiográfico. Ao pensar contudo em *tradição* (como conceito), somos inevitavelmente levados a buscar traços comuns na cultura das sociedades, que nos permitam tal grau de generalização. Pensar em *tradição*, implica em escrutar práticas comuns aos membros de uma mesma sociedade: ritos, comemorações, festas, costumes, etc., que são definidos por práticas cotidianas, simbólicas ou rituais – como nos lembraria Eric Hobsbawm (2002), comumente tidos como muito antigas, herdadas dos avós e dos pais, e que por isso, devem ser respeitadas e seguidas como uma forma de preservação da “cultura” de um “povo”.

Existem, dentro das ciências humanas, um lastro vastíssimo de referências se buscássemos definições para o conceito de *tradição*. A própria história, enquanto disciplina, tem admitido cada vez mais, diante da interdisciplinaridade tomada em seu referencial metodológico, a importância da compreensão das relações cotidianas, para a compreensão dos eventos dentro da longa duração do tempo histórico. Relações estas, em muitas medidas, definidas também como relações políticas, não apenas entre o Estado e a sociedade civil, mas entre os próprios indivíduos. Na historiografia do século XX, a retomada dos questionamentos sobre as funções políticas da memória, por exemplo, indicam um ponto fundamental nestas relações. Sua consideração como um recurso fundamental nas relações entre os Estados e as sociedades, tal qual em Pierre Nora (1997), Jacques Le Goff (1996) e antes, no pensamento sociológico de Maurice Halbwachs (1990), indicam o peso de questões como a manutenção de *práticas tradicionais* nas relações sociais diárias, como laços estabelecidos de construção da identidade dos indivíduos ou dos grupos sociais envolvidos nestas relações.

Em nosso caso aqui, tratamos da manutenção de uma “tradição cultural vitoriana” nas primeiras décadas do século XX na sociedade britânica. Contexto aliás, definido pelos adjetivos “literatura vitoriana”, “período vitoriano”, que já foi apontado anteriormente (Hobsbawm; Ranger, 2002), como o de maior “produção” de “tradições” dos últimos séculos. Eric Hobsbawm (ibid.) nos dá, neste sentido, uma interessante definição do conceito de *tradição* à luz do século XIX, em meio a suas implicações culturais (e também políticas) para o período. Ele escreve na introdução ao livro *A Invenção das tradições*, diferenciando isso que ele chama de “tradição”, daquilo que ele define também por “costume”:

A “tradição” [...] deve ser nitidamente diferenciada do “costume”, vigente nas sociedades ditas “tradicionais”. O objetivo e a característica das “tradições” [...] é a invariabilidade. O passado real ou forjado a que elas se referem impõe práticas fixas (normalmente formalizadas), tais como a repetição. O

“costume”, nas sociedades tradicionais, tem a dupla função de motor e volante. Não impede as inovações e pode mudar até certo ponto, embora evidentemente seja tolhido pelas exigências de que deve parecer compatível ou idêntico ao precedente. Sua função é dar a qualquer mudança desejada (ou resistência à inovação) a sanção do precedente, continuidade histórica e direitos naturais conforme o expresso na história. (Hobsbawm, 2002:10)

Como uma característica fundamental das sociedades do século XIX, suas relações com o passado definirão uma clara tentativa de legitimação do presente. As ligações com um passado remoto, quase mítico, serão fundamentais para afirmar os valores culturais, políticos, estéticos, etc., da sociedade atual, amenizando assim as tensões cotidianas e as desigualdades sociais aparentes. Hobsbawm vai pensar então, ainda no que ele definiu como uma prática comum às sociedades do século XIX, num processo de “invenção” dessas “tradições”, como forma de construir as bases culturais de legitimação dos poderes e dos atores políticos hegemônicos. Como ele defini, quando vai pensar neste processo de “invenção das tradições”:

Por “tradição inventada” entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado. (ibid.:9)

Por “tradição”, e aqui ainda adjetivada com a palavra “inventada”, Hobsbawm entende um conjunto de práticas culturais, definidas política ou ideologicamente, que visam construir uma ponte entre o presente e o passado, como forma de legitimar o primeiro através do segundo. A relação de “continuidade” que essa “tradição” estabelece nas relações interpessoais, defini um conjunto de práticas diárias incorporadas como orgânicas às relações em sociedade. A questão que se coloca aqui é de que forma essa “tradição” é assimilada pela cultura? Ou, de que forma essa “tradição” *cria* uma cultura que legitime a si própria e às estruturas sociais a qual arregimenta?

Existem também um cem números de exemplos que consideram as relações entre *tradição* e suas formas de representação no pensamento. A literatura comparada é a grande mestra em rastrear a permanência de um conjunto de ideias em autores diferentes, mas cujas formas de representação particular dessa mesma ideia, não a dissipa. E a história intelectual tem nos últimos tempos incorporado parte desta prática metodológica em “rastrear ideias” dentro de um conjunto definido de autores ou grupos intelectuais, que não necessariamente pertençam a um mesmo contexto temporal, político, ideológico, etc. Dois exemplos, que argumentam em muitos aspectos com essas

duas correntes das ciências humanas, nos parecem aqui interessantes de serem destacados, justamente por se referirem a temas que se cruzam também na obra de Orwell. O primeiro deles é o de Edward Said.

Critico literário palestino radicado nos EUA, onde lecionou na Universidade de Columbia, até seu falecimento em 2003, Said se destacou no cenário intelectual internacional, principalmente por seu trabalho *Orientalism*, publicado pela primeira vez em 1978, nos EUA. Neste trabalho, traduzido no Brasil com o título de *Orientalismo* [2001], o mais interessante é seu subtítulo: “*o oriente como invenção do ocidente*”. Assim como em outros trabalhos muito interessantes, Said irá rastrear na cultura ocidental, a construção de uma *ideia* de “*Oriente*” e de “*Oriental*”, baseada numa representação imaginária do outro, como forma de compreendo-lo para, por fim, domesticá-lo. Analisando diversas formas de representação dessa *ideia* na cultura ocidental, o autor devassará cânones do século XVIII e do XIX – na literatura, na pintura, nos relatos de viagem, etc. Said chegará por fim ao âmbito acadêmico das grandes universidades da Europa (neste primeiro trabalho, mas que se estenderá aos EUA, mais tarde [1995]), onde disciplinas e carreiras acadêmicas são criadas por “especialistas” nessa região do globo⁹². Esses “orientalistas”, ou os intelectuais especialistas no “Oriente”, se baseiam principalmente numa tradição intelectual erigida a partir dos primeiros contatos entre a Europa e o continente asiático, em particular com o Oriente médio, durante a segunda fase do colonialismo europeu, a partir do final do século XVIII. Essa “tradição” inclui um número infindável de nomes importantes da cultura ocidental como Delacroix, Balzac, Goethe, Baudelaire, Flaubert, Spengler, Durkheim, Comte, Marx, etc. O que mais nos interessa aqui, contudo, e justamente a institucionalização dessa *ideia*, através de sua transformação em campo do conhecimento, passível de estudo acadêmico. A partir da imagem que esta *ideia* repercute nos meios intelectuais europeus (e não só nos meios intelectuais e acadêmicos, haja vista as várias formas de representação “popular” da imagem sobre o *diferente*, na fotografia, nos *cart de visit*, na pintura e nos relatos de viajantes a lugares exóticos do mundo, nos folhetins e nas novelas populares, em suas primeiras representações no cinema), ramos do conhecimento serão criados – como a Antropologia, a Filologia, a Craniometria, a Geografia no século XIX – com o fim de dar arcabouço científico ao imperialismo. A relação entre a imaginação criativa de seus autores e uma realidade humana, social, política, cultural efetiva parece, nestas representações transformadas numa visão oficial sobre toda a região e seus habitantes, dispersar-se na própria *forma* do *olhar* sobre o *outro*. E a *cultura* – criada como forma de representação dessa *ideia* – ajuda a

⁹² O “orientalismo” como um campo de erudição acadêmica é, contudo, bem mais antigo. Criado na Europa, como assinala Said (op. Cit.: 60), no século XIV, com a decisão do Concílio de Viena, de 1312, em criar uma série de cátedras de “árabe, grego, hebraico e sírio, em Paris, Oxford, Bolonha, Avignon e Salamanca.”, a área tinha como definição “[...] considerar não apenas o orientalista profissional e sua obra como também a própria noção de um campo de estudos baseado em uma unidade geográfica, cultural, linguística e étnica chamada Oriente.” (ibid.)

institucionalizar esse olhar. Como Said escreve:

O mais importante é que tais textos podem *criar*, não apenas o conhecimento, mas também a própria realidade que parecem descrever. Com o tempo, esse conhecimento e essa realidade produzem uma tradição, ou o que Michel Foucault chama de discurso, cuja presença ou peso material, e não a autoridade de um autor, é realmente responsável pelos textos que dá origem. (Said, 2001:103)

Temos aqui então a *ideia*, na forma de sua representação imaginativa do “Oriente” e do “Oriental”, transformada em *tradição* dentro da cultura ocidental. Um conjunto de referências simbólicas comuns que afirmam, re-afirmam e auto-afirmam, num âmbito macro-histórico, de sociedades e épocas diferentes.⁹³ Num outro trabalho mais tarde, intitulado *Culture and Imperialism*, de 1993 [*Cultura e Imperialismo*, 1995], Said analisará ainda a produção de uma *cultura* específica como produto das relações entre metrópoles e colônias, muitas vezes, baseada no olhar de estranhamento pelo *outro*. O que Said assinala neste outro trabalho, que vem, assim como ele faz questão de destacar no prefácio à edição brasileira, complementar as discussões contidas no *Orientalism*, é a produção de uma *cultura* de dupla face: tanto do lado metropolitano, que domestica o colonizado afim de domina-lo, quanto do lado colonial, que constrói sua resistência, intelectual e material, também na construção de uma imagem estereotipada e generalizante de seu dominador. Em ambas o que persiste contudo, é a *ideia* mestra que se produz sobre o *outro*, transformada em tradição no pensamento que guia as relações produzidas pelo imperialismo.

Nosso outro exemplo, nos é dado por Raymond Williams. Crítico literário de formação, Williams integrou a primeira geração da New Left Review, junto a outros nomes destacados da chamada “nova esquerda” na Inglaterra, na segunda metade do século XX. Junto com pensadores como E. P. Thompson, Christopher Hill, Charles Taylor, Stuart Hall, etc., colaborou na corrente que deu novos rumos ao pensamento da esquerda na Inglaterra, depois da denuncia dos crimes de Stalin no 20º Congresso do Partido Comunista Soviético, em 1956. Numa obra riquíssima, Williams buscou conciliar as bases interpretativas do materialismo dialético marxista, às análises da cultura e da sociedade, buscando compreender em seu *materialismo cultural*, a série de *redes* produzidas entre a “base” e a “superestrutura” das sociedades. Na interpretação de Williams, a cultura aparece como resultado da própria vida ordinária dos indivíduos, e de suas experiências históricas, num

⁹³ Said escreve sobre a inter-relação entre a política e a cultura, que produz, nas relações coloniais, isso que ele defini como uma “tradição orientalista”: “(...) [a tradição orientalista] É antes uma distribuição de consciência geopolítica em textos estéticos, eruditos, econômicos, históricos e filológicos; é uma elaboração não só de uma distinção geográfica básica (o mundo é feito de duas metades, o Ocidente e o Oriente), como também de toda uma série de ‘interesses’ [...]; é, acima de tudo, um discurso que não está de maneira alguma em relação direta, correspondente, ao poder político em si mesmo, mas que antes é produzido e existe em um intercâmbio desigual com vários tipos de poder, moldado em certa medida pelo intercâmbio com o poder político [...] com o poder intelectual [...] com o poder cultural [...] com o poder moral [...]” (Said, op.cit.: 24)

processo contínuo de produção e comunicação dessas experiências. (Cevasco, 2001)

O que nos interessa aqui contudo, são as reflexões de Williams em um trabalho específico. Em seu livro intitulado *Culture and Society, 1798-1950* [*Cultura e Sociedade*, 1969], o autor traça uma linha reflexiva dentro do pensamento social inglês do final do século XVIII, até as primeiras décadas do século XX. De Edmund Burke a Orwell, passando por nomes importantes do pensamento crítico britânico do século XIX, como William Cobbett, John Stuart Mill, John Ruskin, Thomas Carlyle, Charles Dickens, Matthew Arnold, etc., Williams traça as transformações de significado de alguns conceitos fundamentais para a cultura ocidental contemporânea: “democracia”, “indústria”, “classe”, “arte”, “cultura”, “massa”. Para Williams, o grande paradigma de transformação semântica dessas palavras em suas representações no pensamento social inglês ao longo do século XIX e primeiras décadas do século XX, é justamente o processo de industrialização e seus efeitos para a sociedade inglesa. Neste, não apenas são transformadas as relações de produção na sociedade, impelindo a novas formas de organização social, espacial, econômica e política, mas também são transformadas as formas de apreensão da vida cotidiana e das relações interpessoais, no novo espaço político e social que se reestrutura em meio ao processo de industrialização. Assim, a maneira que Burke apreende os conceitos de “progresso” ou de “revolução”, em sua obra que trata da Revolução Francesa, por exemplo, na Inglaterra do final do século XVIII, é completamente diferente da maneira que, por exemplo, Dickens, vai tratar os mesmos conceitos em sua obra, na segunda metade do século XIX. O que permanece contudo, ligando a obra de autores tão diferentes, é a permanência de um conjunto de ideias comuns, dentro daquilo que Williams chamou de uma “*tradição no pensamento social inglês*”, de crítica à industrialização e à proletarianização da sociedade inglesa. Ideias comuns, contudo, reelaboradas dentro de ideários reflexivos historicamente diferentes, cada um respondendo aos questionamentos epistemológicos de seu tempo.

Não pretendemos aqui esgotar a reflexão sobre estes dois autores que utilizamos como exemplo no tratamento das ideias, dentro de uma metodologia interpretativa de história intelectual. Muito menos, pretendemos qualquer tipo de reflexão quanto aos paradigmas epistemológicos que cada um deles pretende responder em suas obras ou em seu arcabouço teórico-reflexivo. A rememoração dos estudos de Edward Said e Raymond Williams nos serve aqui, principalmente porque ambos citam Orwell em suas reflexões de problemas complexos na história intelectual ocidental. Desta forma, ambos o colocam de alguma maneira, dentro disso que definem como “tradição” do pensamento europeu, situando sua obra em algum momento reflexivo dessa “tradição”.⁹⁴

⁹⁴ A aproximação da crítica destes dois autores em relação a produção de Orwell, também é possível aqui, pois

No *Orientalismo*, Said vai fazer uma breve citação de Orwell (Said, op. cit.: 257), relativo a seu ensaio *Marrakech*, publicado na revista *New Writing*, no inverno de 1939. Said escreve, recortando um trecho de um longo ensaio que trata justamente da indiferença do europeu médio em relação às colônias:

Os súditos coloniais, tal como George Orwell os viu em Marrakech em 1939, não podiam ser vistos senão como uma emanção continental, africana, asiática, oriental. (...) Além dos caracteres pitorescos oferecidos aos leitores europeus na ficção exótica de escritores menores (Pierre Loti, Marmaduke Pickthall e outros do gênero), o não-europeu que o europeu conhece é precisamente aquilo que Orwell diz dele. Ou é uma figura de risos, ou um átomo em uma vasta coletividade designada, no discurso ordinário ou culto, como um tipo indiferenciado chamado oriental, africano, amarelo, pardo ou muçulmano.

E na sequência do mesmo parágrafo, o crítico definiu a visão de Orwell, tal qual em sua leitura deste ensaio, como característica do discurso “orientalista” produzida nesta *tradição* “ocidental”

(...) Para estas abstrações o orientalismo contribuiu com seu poder de generalização, convertendo exemplos de uma civilização em portadores ideais dos seus valores, ideias e posições, que por sua vez os orientalistas haviam encontrado no “Oriente” e transformado em moeda cultural corrente. (ibid.)

Já no livro *Cultura e imperialismo* (op.cit), serão sete citações de Orwell, todas elas, contudo, breves. A primeira delas (página 53) se referindo ao ensaio de crítica literária *Inside the Whale* (op.cit.); outra citação interessante é a da página 199, e a referência ao ensaio de Orwell “Rudyard Kipling”, de 1936. Said contudo, é, como outros comentadores não-especialistas, muito generalizante ao falar de Orwell, principalmente no que tange a seu posicionamento em relação ao imperialismo, sem se preocupar, pelo menos em suas análises neste livro, nos nexos de continuidade e/ou descontinuidade no pensamento reflexivo de Orwell. Neste sentido, é relativamente fácil para ele, “encaixar” Orwell em meio a essa tradição cultural ocidental que trata de maneira monolítica o “Oriente” e o “Oriental”, nisso que ele chama de uma “visão consolidada” acerca da região e seus habitantes nativos.

Williams representou uma grande influência intelectual na visão de Said sobre a cultura do século XIX e até mesmo sobre o imperialismo. Como ele faz referência, por exemplo, na introdução de seu *Orientalismo*, quando justifica sua tentativa de análise de uma conjuntura cultural macro-histórica, na qual autores diferentes são aproximados pela discussão de temas correlatos: “[...] quero dizer [...] que podemos entender melhor a persistência e a durabilidade de sistemas hegemônicos saturantes como a cultura quando nos damos conta de que as suas coações internas sobre escritores e pensadores eram *produtivas*, e não unilateralmente inibidores. Esta é a ideia que Gramsci, Foucault e Raymond Williams estiveram tentando ilustrar, cada um à sua maneira. Até mesmo uma ou duas páginas de Williams sobre ‘os usos do Império’ em *The great revolution* dizem-nos mais sobre a riqueza cultural do século XIX que muitos volumes de análises textuais herméticas.” (Said, 2001:26)

Já o caso de Williams é muito mais complexo de ser considerado. O autor vai apresentar Orwell, dentro da reflexão proposta no seu *Cultura e Sociedade* (op.cit.), como o último representante dessa “linhagem” intelectual do pensamento social inglês, que tem como tema central a crítica ao industrialismo. Com isso, Orwell nos é apresentado, segundo a visão de Williams, como herdeiro dessa “tradição intelectual”. Williams contudo, não é simplista ao tratar de Orwell, assim como dos outros autores que destaca em seu livro. Dentro de uma análise macro-histórica do pensamento social inglês, e a busca por uma continuidade neste pensamento, ele, contudo, não deixará de avaliar os paradoxos e também as descontinuidades em cada um dos autores analisados, tendo como parâmetro reflexivo, a própria peculiaridade histórica que serviu como pano-de-fundo para as reflexões de cada um deles. Para Williams assim, Orwell encarnaria o “paradoxo” entre a tradição herdada do pensamento social inglês e sua crítica à sociedade e ao industrialismo, e a assimilação material (e até cultural) de seus efeitos. Como ele escreve:

(...) Transformamos Orwell no retrato desse paradoxo: compreendendo-o, estamos a compreender uma situação comum. A Inglaterra aceitou o primeiro choque do industrialismo e de suas inevitáveis consequências. Devido a isto, por um lado, a resposta humana que se seguiu veio cedo e nobre e profunda, formando uma verdadeira tradição; mas, por outro lado, a constituição material do que vinha sendo criticado incorporou-se a nossas vidas, como uma realidade poderosa e incontável. A interação entre aquela tradição e esta realidade tem sido lenta, constante e, as vezes, desesperada. O homem, que vive em seus próprios nervos esse permanente conflito, passa pelas maiores tensões. Orwell viveu esse drama e o conta com extrema franqueza: por isto é que o ouvimos. Mas, embora a situação seja comum a todos nós, a respostas de Orwell é a sua própria resposta e temos que distingui-lo como tal. (Williams, op.cit.:295-6)

Fica claro aqui, a complexidade que Williams lia em Orwell. Seu pensamento assim, não é tido simplesmente como um “reprodutor” de ícones e signos linguísticos presentes na cultura intelectual inglesa dos séculos que o precederam. Contudo, ao tratá-lo como “herdeiro” de uma “tradição”, Williams o coloca inevitavelmente num beco sem saída: não há como escapar (ideologicamente) de sua formação cultural e de todo o peso de suas origens intelectuais burguesas. Ao contrário, todas as tentativas para tal, acabam deslocando-o e fragmentando-o ainda mais, para além do quadro complexo imposto por sua realidade histórica, das primeiras décadas do século XX.

Com isso, o conceito de “paradoxo” que Williams emprega, toma uma importância extremamente grande, principalmente quando ele assumir um outro emprego na argumentação de Williams: a definição do que ele chama de “paradoxo do exílio” – conceito que será fundamental para explicar essa fragmentação a qual o autor (no caso Orwell) é impelido, neste conflito irrefutável com a *tradição*. Como Williams escreve:

(...) Com efeito, Orwell foi um dentre um número significativo de homens que, privados de uma vida regular, ou de uma fé, ou por ter abandonado as crenças herdadas, acham virtude um tipo de vida improvisada e na afirmação de independência. A tradição é, na Inglaterra, de alta distinção. Implica inúmeras virtudes liberais: empirismo, certa integridade, franqueza. Também tem, decorrente da virtude contingente à situação de exílio, certas qualidades de percepção: em especial, a capacidade de reconhecer os erros e inadequações dos grupos que foram rejeitados. Dá, ainda, a aparência de força, embora isso não passe, comumente, de ilusão. Mas essas qualidades, ainda que salutares, são, em boa parte, negativas; há uma aparência de dureza (a crítica austera da hipocrisia, da complacência, da impostura) mas esta é participação substancial na comunidade, o que, para homens de qualidade, produz grandes estudos de tensão. Ao lado da forte rejeição do espírito de transigência, que dá à tradição as suas virtudes, há o sentimento de impotência social, de incapacidade de fazer e expandir as relações. D.H. Lawrence, ainda o mais inteligente dentre tais homens, em nosso tempo, conheceu essa condição e a descreveu. Orwell também pode tê-la conhecido; viveu pelo menos suas rejeições com uma inteireza que força nossa atenção. (Williams, op.cit.:299)

Williams faz aqui, uma análise psicológica dessa estrutura que ele chama de “um tipo de vida improvisada e na afirmação de independência”, a qual ele defini como “paradoxo do exílio”, e que também identifica na obra de Orwell. Ou seja, Williams vai argumentar que situações de desestruturação da vida cotidiana, situações que desestabilizam uma “harmonia” formal sócio-cultural, provocam uma reação espontânea ativa, obrigando o indivíduo a re-inventar a si próprio e, conseqüentemente, a buscar novas formas de afirmação do ego (o que concordamos, particularmente na análise de Orwell). Contudo, como Williams coloca, especialmente em relação a Orwell, faz soar como algo inconsciente e involuntário.

É fundamental lembrar que a reação de Orwell contra a tradição liberal vitoriana – contra o sistema de classes, o ensino formal, o colonialismo, como algumas de suas características formais – é fundamentalmente (e isso é essencial em sua obra e psicologia), ao contrário, consciente e proposital. A transição psicológica que a adoção do pseudônimo marca, e que é expressa em parte em seu primeiro livro, o *Down and Out in Paris and London*, de 1933, traduz, por exemplo, essa intencionalidade muito claramente. São vários os trabalhos em que Orwell tece reflexões autobiográficas, inclusive sobre a questão da adoção do pseudônimo, como uma forma de ruptura ou “re-invenção” de si próprio. Alguns deles, inclusive já citados aqui – o ensaios *Why I Write*, de 1946 e o livro *The Road to Wigan Pier*, de 1938. É seu principal biógrafo, contudo – Bernard Crick (1980) – que melhor trata da questão sobre a “transição” Blair/Orwell. Crick escreve:

[...] 'George Orwell' era uma máscara de escritor que tinha adotado, tal como antes, na Birmânia, adotara uma máscara de sahib. Nele, havia sempre um impressionante contraste entre, por um lado, a implacável recusa de compromissos que as suas opiniões políticas revelam e, por outro, a sua afabilidade privada, a

sua atitude tolerante e flexível nas relações pessoais e profissionais. Nunca havia uma verdadeira harmonia entre duas personagens. Mesmo o seu aspecto exterior era singularmente compósito. Vestia-se como colonialista decadente, em parte (o que lhe vinha da sua época de Paris) como um pseudo-operário francês, com suas camisas azul-forte, o seu bigodinho francês e os cigarros que ele próprio enrolava com tabaco e azeite. Talvez a criação de 'George Orwell', dessa personagem real e bastante diferente de Eric Blair, lhe desse um especial vigor como escritor.” (Crick, op.cit; citado por Leys, 1986:14).

E Simon Leys (1986), numa pequena biografia bem interessante completa essa imagem que Crick faz de nosso autor:

Há ainda o fato talvez profundo de 'George Orwell' ser para ele um imperativo ético e estético à escala do qual Eric Blair devia necessariamente parecer senão inadequado, pelo menos sem qualquer pertinência. (ibid:15)

Outra mostra dessa intencionalidade no rompimento com essa tradição intelectual, pode ser apreendida nos questionamentos quanto as formas de representação dessa tradição, tanto no contexto social da Inglaterra, quanto nas colônias, através do imperialismo e do colonialismo, tal qual analisaremos a seguir.

2.2 – A Inglaterra e o imperialismo: a crítica de Orwell ao colonialismo e a tradição vitoriana.

O imperialismo constituiu uma questão central na formação do jovem Blair. Advindo de uma família constituída a mais de um século na Índia britânica, suas ligações com o “longínquo império”, eram verdadeiramente concretas, diferentemente de muitos de seus contemporâneos, que só o conheciam das fábulas narradas pelos viajantes, pelos romances naturalistas do século XIX e pelo crônica oficial do governo sobre suas províncias na Ásia e na África. Nascido em Motihari, na Índia, em 1903, Orwell (batizado Eric Arthur Blair) era filho de Richard Walmesley Blair, um funcionário inglês do departamento de Ópio do Serviço Civil indiano, e Ida Mabel Limouzin, uma jovem de origem francesa. Seu avô paterno servira no exército colonial indiano, na segunda metade do século XIX, e se tornara depois pastor anglicano. Seu avô materno se estabelecera na Índia também no século XIX, como comerciante de madeira, em Burma, e depois se tornaria agricultor de arroz. Orwell contudo, voltaria com sua mãe e irmãos para a Inglaterra em 1907, e se estabeleceriam na cidade de Henley (seu pai ficaria na Índia até sua aposentadoria em 1912). Orwell voltaria mais tarde à Índia, depois de concluir seus estudos no tradicional *Eton College*, pela falta de condições financeiras para custear seus estudos universitários, carreira comum a grande parte de seus colegas da tradicional escola. Nesse novo período, de 1922 até o final 1927, Orwell serviria na polícia imperial britânica na região de Burma, voltando definitivamente à Europa, em 1928.

É possível argumentar que Orwell tinha então, uma dupla imagem das colônias: por um lado, aquela proposta pela tradição cultural sob a qual fora educado. Tradição que encarna justamente aquilo a que Said se referiu quanto a representação de um “Oriente” “exótico” e “longínquo”, presente no imaginário ocidental; por outro, a de suas experiências empíricas em terras coloniais. Experiências que seriam, por sua vez, fundamentais para a observação das relações sociais estabelecidas em suas terras. A imagem advinda deste duplo contexto – um intelectual/cultural outro material/empírico – tomava então, nas representações de Orwell sobre o império, seja em sua ficção, seja em seu ensaísmo, uma dimensão complexa.

Sem dúvida, tal qual apontou Said ao encaixar Orwell dentre aqueles que encarnam um tipo particular de representação desse *oriente exótico*, comum contudo na cultura ocidental, nosso autor tinha sim um certo “encanto” ao falar das colônias: suas belezas naturais; suas paisagens; seu exotismo; suas cores peculiares; seus sabores característicos. Coisa natural, para uma geração versada em autores como Kipling, Conrad, T.E. Lawrence – para tratarmos da Inglaterra – que praticamente era alfabetizada lendo seus poemas, seus contos e suas crônicas. Esse “encanto”, quase natural, que ressoava a juventude de *Kim* e as peripécias de *Mogli* (personagens famosos de Kipling) em suas aventuras no *Punjab*, era, contudo, contrastado ao peso da dominação colonial, o

qual o próprio Orwell pudera sentir em sua posição de *sahib*.

Anos mais tarde, o peso dessa origem social e intelectual, contrastada com a experiência real na colônia, repercutiria diretamente na formação do ideário crítico de Orwell. Já na publicação de seu primeiro romance, o *Burmese Days*, de 1934, nosso autor contrapôs o duplo universo que o colonialismo representava no imaginário europeu – entre o empírico e o imaginativo. Estruturado na forma dos grandes romances naturalistas que tinham o império como pano-de-fundo – a descrição minuciosa das paisagens, das cores, do cheiro, das mulheres, dos “costumes locais” em contraste com a vida dos brancos europeus – o livro de Orwell, contudo, expunha uma característica peculiar à sua obra, já neste momento: a crítica, também minuciosa, do tipo de relações sociais produzidas pela inter-relação entre a minoria branca dominante e a maioria nativa dominada. Os efeitos disso, estão claramente marcados em seu ensaísmo dos anos posteriores. Ali, principalmente, quase como uma forma de catarse, esse “duplo universo” tomaria os contornos de um princípio irradiador em sua obra. Como ele escreve, por exemplo, no ensaio *Why I Write*, de 1946:

[...] I spent five years in an unsuitable profession (the India Imperial Police, in Burma), and then I underwent poverty and the sense of failure. This increased my natural hatred of authority and made me for the first time fully aware of the existence of the working classes, and the job in Burma had given me some understanding of the nature of imperialism [...] (Orwell, 1946 [2004; 6])*

Vê-se aqui, neste texto de 1946, uma rede de ideias muito mais complexa do que aquele em que se principiou suas reflexões sobre o tema, no início da década de 1930. Orwell une num mesmo léxico reflexivo sobre o imperialismo, o que ele chamou de “ódio pela autoridade”; a constatação da existência do que ele chama de “classes trabalhadoras”; e a compreensão da “*natureza* do imperialismo”. A união de conceitos tão complexos, dentro das reflexões sobre um mesmo tema, só se tornaria possível a Orwell, num quadro de reelaboração do próprio significado de “imperialismo”, concebido então no pós-Segunda Guerra, já tendo antes, passado pelas reflexões sobre os outros conceitos. Mais adiante retomaremos esta questão fundamental para a crítica de Orwell da década de 1930, analisando alguns trabalhos específicos. Por enquanto é imprescindível que adentremos em sua crítica a esta ideia de “tradição cultural” da qual falam autores como Said e Williams, em que a relação entre as colônias e as metrópoles aparecem caracterizadas no pensamento social e imaginativo europeu, principalmente ao longo do século XIX, mas que perdura com uma força inquestionável nas primeiras décadas do século XX.

* “[...] Eu passei cinco anos numa profissão inadequada (a Polícia Imperial Índia, em Burma), e então eu me submeti a pobreza e a sensação de fracasso. Isto aumentou o meu ódio natural pela autoridade e me fez pela primeira vez, plenamente consciente da existência das classes trabalhadoras, e o emprego na Birmânia tinha-me dado uma certa compreensão da natureza do imperialismo [...]” (Orwell, 1946 [2004, 6]) [tradução livre]

Em outro texto importante de seu ensaísmo, de um período anterior ao ensaio *Why I write*, vê-se, por exemplo, uma ideia menos problemática sobre o que Orwell entendia ser o imperialismo. Nos referimos a outro texto central em sua crítica política e social: o livro *The Road to Wigan Pier*, publicado pela primeira vez em Londres, em 1936. Ali Orwell também nos dá algumas ideias quanto ao tema, vinculando-as, mais uma vez, às suas experiências pessoais:

Eu estava na polícia, o mesmo que dizer que fazia parte do mecanismo do despotismo em si. Além disso, na polícia vê-se de perto o trabalho sujo do império, e há uma sensível diferença entre o trabalho sujo e apenas lucrar com ele. A maioria das pessoas aprova a pena capital, mas a maior parte delas não faria o papel do carrasco. (Orwell, 1936 [1986;143])

Orwell se refere nesta passagem, retirada de um texto escrito dez anos antes do primeiro trecho citado, a imagem que a sociedade inglesa, dentro de suas perspectivas médias, fazia das colônias e do imperialismo: da necessidade de sua manutenção, por fins estritamente econômicos; ou o imperialismo, como um mecanismo essencial da economia metropolitana, tal qual era justificado no discurso político oficial dos grandes impérios novecentistas. O autor contudo, em meio a uma linguagem simples e direta, que se caracterizou como uma marca indelével de sua obra, elabora uma crítica refinada sobre o tipo de relações estabelecidas pelo imperialismo. A reelaboração em sua visão acerca do sistema em si, tal qual nos é apresentada nestes dois textos de períodos diferentes, nos diz muito também.

Orwell foi apontado por grande parte de seus comentadores como uma figura paradoxal. Característica que sempre o colocou numa zona limítrofe entre o bem e o mal, o livre-pensador e o inconveniente, o intelectualmente independente e o ideologicamente comprometido. Suas reflexões sobre o imperialismo, da mesma forma, foram encaradas por alguns desses interpretes, entre eles os próprios Said e Williams, que citamos anteriormente aqui, como mais um traço deste imenso paradoxo chamado “George Orwell”. Nestas leituras, os textos contidos no que costuma-se definir em algumas práticas de estudos intelectuais e sobre suas figuras, em sua “primeira fase”, ou seja, aqueles do início de sua carreira como literato e jornalista, apresentam uma crítica meio tosca, porém sincera, do imperialismo. Suas visões do sistema como um mal, baseado na exploração, na submissão, na violência e na repressão das populações nativas das colônias europeias por todo o globo, decorriam diretamente de suas experiências traumáticas como parte integrante da máquina repressiva do colonialismo britânico na Índia. Visão que permeou toda sua crítica sobre o imperialismo ao longo da década de 1930. Na década posterior, contudo, lê-se nestas mesmas interpretações de alguns de seus comentadores, uma mudança, bem drástica aliás, na concepção de

Orwell sobre o Império e a manutenção das colônias. Grande parte destas leituras tomam como base alguns textos de Orwell que tratam, por exemplo da figura de Mahatma Gandhi, e da questão do nacionalismo indiano, ambos temas centrais da política britânica na década de 1940⁹⁵. Nestes textos da década de 1940 principalmente, lê-se uma *defesa* do imperialismo, através de sua argumentação da necessidade de manutenção do controle sobre a Índia e outras colônias, o que constaria numa inevitável contradição com sua postura anterior de ataque ao sistema como opressor, tirânico, etc.. O que se desconsidera nestas leituras, em nossa visão no mínimo precipitadas, é sim o próprio contexto histórico em que estes textos foram produzidos. Há sim nos textos de Orwell, irremediavelmente, uma “defesa” da manutenção do domínio colonial, principalmente sobre a Índia, na década de 1940. Porém a argumentação apresentada nestes textos colocam muito claramente a questão em jogo: a manutenção estratégica de territórios sob controle Aliado, durante a Segunda Guerra.

É fundamental lembrar, que Orwell sempre esteve no olho do furacão. Muitas das questões tratadas por ele em sua obra, foram então pensadas, argumentadas e defendidas no momento exato em que estavam acontecendo, sem o benefício e o perdão do distanciamento temporal que, nós, historiadores, nos valem, para crucificar ou beatificar, nosso problema. A defesa da manutenção do controle britânico sobre a Índia dá-se então, em meio a um momento em que as tropas nazistas, comandadas por Hommel, detinham controle quase total do norte da África (a exceção do Egito, ainda sobre controle britânico). Dentro do contexto militar da Segunda Guerra, a perda do controle da Índia, significava espaço livre para o controle da Ásia pelo fascismo – grande parte de seu território, da China às ilhas do pacífico, já sob controle militar do Japão. E Orwell tinha muito claro esta problemática quando teceu comentários sobre o tema. Não pretendemos aqui, porém, escrutinar a fundo as discussões acerca da crítica de Orwell sobre a questão, justamente por não ser o foco central deste capítulo. Sua rememoração, contudo, nos parece essencial, justamente por apontar o que muitos críticos definem como uma mudança na crítica política de Orwell, da qual, consequentemente, não podemos nos desprender.

Essa discussão contudo, não nos desvia de nosso tema central, que é pensar a crítica de Orwell à *tradição do pensamento social inglês*, em meio a sua crítica ao imperialismo. Entender as transformações nos paradigmas críticos de Orwell (para uma análise internalista de sua obra), ao contrário, nos ajuda a localizar melhor, pontos específicos de sua crítica sobre a questão que nos interessa aqui. Sua crítica ao imperialismo se transforma sim; contudo essa transformação responde

⁹⁵ Como por exemplo o ensaio “Reflexions on Gandhi”, escrito em 1949, mas apenas publicado postumamente na coleção *Shooting an Elephant*, publicada simultaneamente em Londres e Nova York, em 1950. Neste ensaio, Orwell comenta o então lançamento da auto-biografia de Gandhi na Inglaterra. Nele, serão comentados temas importantes presentes ainda no contexto do pós-guerra, como o totalitarismo, o nacionalismo indiano, o pacifismo e a própria figura de Gandhi – seu carisma e a efetividade de seu discurso político no contexto da Segunda Guerra Mundial.

a uma re-problematização do tema em meio a sua crítica. E é justamente aí, nesta re-problematização, que novos elementos são incorporados a esta crítica, dentro também de um contexto histórico e editorial particulares em cada texto.

Como Orwell escreveu em seus textos sobre o tema, era muito claro a qualquer europeu minimamente instruído, a subjugação de milhares de pessoas na Índia, a principal colônia britânica, por uma minoria burocrática estrangeira. Minoria que necessitava então da mobilização de um aparato repressivo que pudesse equilibrar as forças dissonantes e legitimar a presença estrangeira ali. A “força em si”, porém, não era, e nem podia ser, o único meio de dominação. A fragmentação da sociedade colonial, aparente é verdade, em toda sua hierarquia, marcava ainda a produção de um “capital simbólico”, para usarmos um termo cunhado por Pierre Bourdieu (1989), que extrapolava a simples dominação corpórea entre dominante e dominado. Capital simbólico que produzia a ideologia que justifica teórica e culturalmente a presença e a dominação europeia sobre todas as colônias.

Lá, esse capital simbólico se manifestava de uma maneira muito explícita: nos rituais de celebração do poder imperial; na manutenção de determinadas práticas culturais que afirmavam cotidianamente as posições hierárquicas entre dominantes e dominados (como o chá da tarde nos clubes privados ingleses); na existência de espaços físicos particulares (clubes, residências, casas de chá, etc.); até na manutenção de práticas esportivas tradicionais na Inglaterra, como o cricket, o tênis, a canoagem, o polo, as quais a população nativa era proibida de praticar. Não queremos contudo, esgotar a discussão sobre este tema aqui, aliás, por também não ser nosso foco e por existir uma vasta fortuna crítica sobre o tema, que sem dúvida, o trata de maneira muito mais qualificada do que nós o trataríamos⁹⁶. Ao mesmo tempo esse capital simbólico também era produzido nas sociedades metropolitanas, na busca de uma afirmação intelectual para a dominação. O “fardo do homem branco”, do qual falara Kipling, e que justificou (ao menos existencialmente) por todo o período vitoriano a subjugação colonial, foi o *símbolo* da “missão civilizadora” que o homem branco acreditava cumprir nas terras coloniais. E é desse tema que queremos aqui nos ocupar. É ele que se refere a crítica de Orwell a grandes nomes da literatura e do pensamento social inglês, os quais erigiram em sua obra o monumento intelectual que guiou ideologicamente o imperialismo.

É muito interessante de ser pensado, que grande parte da crítica de Orwell a essa “tradição”, da qual viemos falando até agora, esteja relacionada à sua crítica literária. É óbvio contudo, se considerarmos que o próprio imaginário social de sua geração ainda era permeado pelos mesmos homens (e seus conceitos) que alimentaram a imaginação expansionista do século XIX: Joseph

⁹⁶ Sobre este tema, ver por exemplo o texto de Bernard S. Cohn, “A representação da autoridade na Índia vitoriana”. In HOBBSBAWM, E. E RANGER, T. *A invenção das tradições*. (op. cit.:175-219).

Conrad, T.E. Lawrence, Somerset Maugham, Rudyard Kipling, entre outros. Todos esses autores, constituíram parte essencial na formação intelectual de Orwell, assim como de seus contemporâneos. Todos eles também resenhados por Orwell e/ou comentados em seus principais ensaios de crítica literária.

De todos estes, Kipling fora talvez, o autor de maior destaque na obra de nosso autor, devido ao grande número de ensaios individuais dedicados a análise de sua obra e figura. O mesmo Kipling que, aliás, era um dos favoritos de Orwell desde a infância, exercendo sobre ele uma grande influência ao longo de toda sua vida. Na leitura de um artigo intitulado com o mesmo nome do autor (“Kipling”), publicado na revista *New English Weekly*, de 23 de Janeiro de 1936, quando da morte de Kipling, Orwell confessa:

(...)For my own part I worshipped Kipling at thirteen, loathed him at seventeen, enjoyed him at twenty despised him at twenty-five, and now again rather admire him. The one thing that was never possible, if one had read him at all, was to forget him (Orwell, 1936[1968[1]:159])*

Não a toa, a obra de Kipling é analisada por Orwell em vários momentos. Inúmeros textos como seu livro *The Road to Wigan Pier* (op.cit.), a coleção *Critical Essays* (op.cit.), e o ensaio *Inside the Whale* (op. cit.), entre outros, analisam sua obra e sua influencia para a imaginação britânica. Num outro artigo, também intitulado com o mesmo nome do autor, e publicado inicialmente na revista *Horizon*, em fevereiro de 1942, e que seria republicado na coleção *Critical Essays*, Orwell escreve:

In so far as a writer of verse can be popular, Kipling has been and probably still is popular. In his own lifetime some of his poems travelled for beyond the bounds of the reading public, beyond the world of school prize-days, Boy Scout sing-songs, limp-leather editions, poker-worth and calendars, and out into the yet vast world of the music-halls. (Orwell, 1942 [1968[2]:195])*

Aqui fica muito claro a força assumida pela obra de Kipling na cultura britânica do final do século XIX e início do século XX. A difusão de seu discurso, como Orwell nos apresenta neste trecho que destacamos, era quase que incomensurável. Em termos atuais, poderíamos dizer que sua

* “(...) De minha parte adorava Kipling aos treze anos, detestava aos dezessete anos, me divertia com ele aos vinte e o desprezava aos vinte e cinco, e agora de novo o admiro. A única coisa que nunca foi possível, como para todos aqueles que o leram alguma vez, foi esquecê-lo.” (Orwell, 1936 [1968 [1]: 159]) [tradução livre]

* “Na medida em que um escritor de versos pode ser popular, Kipling foi e provavelmente ainda é popular. Em sua própria vida alguns dos seus poemas ultrapassaram os limites do público leitor, alcançando os prêmios escolares, as canções de escoteiros, edições de capa dura, jogos populares e calendários, alcançando ainda a popularidade das casas de musica.” (Orwell, 1942 [1968 [2]: 195]) [tradução livre]

figura representava o ícone de uma geração, que tinha no império, uma grande *carreira* a ser seguida, para usarmos um termo que Said emprega tão bem. E Orwell tinha grande clareza do papel ideológico da obra de Kipling para o imperialismo. Isto fica claro mais ainda, em outro artigo, escrito como uma análise crítica do prefácio assinado por T.S. Eliot, de uma coleção de poemas de Kipling, intitulada *A Choise of Kipling's Verse*. Ali, Orwell reavalia muito mais do que a obra canônica de Kipling: vai retomar o peso lendário que sua *figura* constituiu durante a era de ouro da burguesia vitoriana e que repercutia ainda na década de 1940, quando Eliot escrevia sobre ele :

[...]before one can speak about Kipling one has to clean away a legend that has been created by two sets of people who have not read his works. Kipling is in the peculiar position of having been a by-word for fifty years. During five literary generations every enlightened person has despised him, and at the end of that time nine-tenths of those enlightened persons are forgotten and Kipling is in some sense still there. (Orwell, 1968[2]:184)*

Como afirmam Said (1995) e Raymond Williams, em seu outro grande livro *O campo e a cidade na história e na literatura* (1990), a própria relação entre as metrópoles europeias – em especial a Inglaterra – e suas colônias, estabeleceu uma grande influência para a constituição do imaginário social europeu (e também, como aponta Said, ao analisar a relação cultural entre o oriente e o ocidente, para as sociedades colonizadas). Said escreve, por exemplo, aproximando o romance do século XIX e o imperialismo:

[...] o romance, como artefato cultural da sociedade burguesa, e o imperialismo são inconcebíveis separadamente. Entre todas as principais formas literárias, o romance é a mais recente, seu surgimento é o mais datável, sua ocorrência, a mais ocidental, seu modelo normativo de autoridade social, o mais estruturado: o imperialismo e o romance se fortalecem reciprocamente a um tal grau que é impossível, diria eu, ler um sem estar lidando de alguma maneira com o outro. (Said, 1995:109)

E Williams corrobora a análise de Said, quanto as ligações entre o romance novecentista e o imperialismo, quando escreve, em seu *O campo e a cidade na história e na literatura*, que “[...] *pelo menos a partir de meados do século XIX, e até com importantes exemplos anteriores, toda ideia e toda imagem era consciente e inconscientemente afetada por esse contexto maior.*” (ibid:376). Aqui, Williams se refere ao período que se estende da consolidação do império britânico, na década de 1870, até a eclosão da 1ª Guerra Mundial, em 1914, quando se encerra, como classifica Eric

* “[...] Antes que se possa falar de Kipling é preciso considerar a lenda que foi criada por dois grupos de pessoas que não leram suas obras. Kipling está na posição peculiar de ter sido um sinônimo de cinquenta anos. Durante cinco gerações literárias cada pessoa iluminada desprezou-o, e no final desse período nove décimos dessas pessoas iluminadas estavam esquecidos e Kipling, de certa forma, ainda está lá.” (Orwell, [op.cit 2]: 184) [tradução livre]

Hobsbawm (2003), a chamada “era dos impérios”.

Parte dessa “ideia”⁹⁷ que acompanhou todo o período vitoriano, mas que ainda podia (e de forma estridente) ser sentida no período pós-1918, foi erigida na obra de Kipling. Conceitos como o “fardo do homem branco”, concebida na obra-prima *Kim* (1900), que, em 1907, daria o Nobel de literatura a Kipling, e a “missão civilizadora” que o ocidente exercia sobre o oriente, da qual falava Joseph Conrad em sua obra, fundamentaram a expansão imperialista europeia, tanto quanto disciplinas como a antropologia e a filologia. Contudo, como dissemos acima, a questão se desdobra na obra de Orwell de uma maneira mais complexa. Esse deslocamento entre incorporação e a ruptura com essa *tradição* dá ao tema um caráter pouco linear nas discussões de Orwell. É possível porém, facilmente identificar os pontos em que o tema é reelaborado ao longo de sua obra crítica, principalmente aquela publicada ao longo dos anos de 1930.

É possível acompanhar a re-problematização que o conceito sofre ao longo da década de 1930 dentro do ideário de Orwell, numa análise comparativa de três textos fundamentais para a análise de sua crítica ao imperialismo. Cada um deles, concebidos em momentos muito particulares da elaboração de sua crítica. Nos três porém, além da permanência do tema, confluem-se também um conjunto de ideias muito claras quanto as posições de Orwell sobre o colonialismo. Os três também, são anunciados por Orwell como observações baseadas em auto-experiências – nas duas primeiras no período que passou na Índia britânica, quando atuou lá como funcionário na polícia imperial; na segunda, como visitante no Marrocos francês, num período de retiro médico, no final dos anos de 1930.

No primeiro deles, o ensaio *A Hanging*, publicado pela primeira vez em Londres, na revista *Adelphi*, de agosto de 1931, o tema aparece centrado numa questão muito específica: o uso “legítimo” da força pelas autoridades coloniais, expresso através do enforcamento de um criminoso de origem Hindu. Orwell inicia o ensaio, com uma descrição quase naturalista do cenário, como que para introduzir o leitor ao ambiente:

It was in Burma, a sodden morning of the rains. A sickly light, like yellow tinfoil, was slanting over the high walls into the jail yard. We were waiting outside the condemned cells, a row of sheds fronted with double bars, like small animal cages. Each cell measured about ten feet and was quite bare within except for a plank bed and a pot of drinking water. In some of them brown silent men were squatting at the inner bars, with their blankets draped round them. These were the condemned men, due to be hanged within the

⁹⁷ Baseada, segundo Said (op.cit:107), numa das mais famosas passagens do livro *Heart of Darkness*, de Joseph Conrad: “A conquista da terra, que significa basicamente tomá-la dos que possuem uma compleição diferente ou somente um nariz um pouco mais achatado do que o nosso, não é uma coisa bonita se você olhar bem de perto. O que redime é apenas a ideia. Uma ideia por trás dela; não uma ficção sentimental, mas uma ideia; e uma crença altruísta na ideia – algo que você pode erigir, e curvar-se diante dela, e lhe oferecer um sacrifício...”

next week or two. (Orwell, 1931 [1968[1]:44])*

A mistura de universos, característica das descrições sobre as colônias, se destaca logo neste primeiro parágrafo: a tarde chuvosa, iluminada por uma luz característica, contrasta com a presença física dos homens, que intervêm neste ambiente natural, tendo como mediadora a prisão e suas celas. A figura humana aparece pela primeira vez contudo, diferente de outras descrições “orientalistas”, não personificada pelo homem ou pela mulher brancos, contrastando, com suas características físicas e culturais europeias, com a paisagem rústica e selvagem das colônias; aparece sim na figura do prisioneiro silencioso, de pele escura, que, como um animal assustado, aguarda seu fim, na forca. Logo no início então, duas características peculiares à obra de Orwell quando trata do tema ficam explícitas ao leitor: a violência, aqui expressa neste uso da força que a prisão representa, e a opressão das populações locais, expressa na caracterização da figura do prisioneiro. E Orwell continua sua descrição inicial, no segundo parágrafo:

One prisoner had been brought out of his cell. He was a hindu, a puny wisp of a man, with a shaven head and vague liquid eyes. He had a thick, sprouting moustache, absurdly too big for his body, rather like the moustache of a comic man on the films. Six tall Indian warders were guarding him and getting him ready for the gallows. Two of them stood by with rifles and fixed bayonets, while the others handcuffed him, passed a chain through his handcuffs and fixed it to their belts, and lashed his arms tight to his sides. They crowded very close about him, with their hands always on him in a careful, caressing grip, as though all the while feeling him to make sure he was there. (...) But he stood quite unresisting, yielding his arms limply to the ropes, as though he hardly noticed what was happening. (ibid.)*

O foco aqui, no segundo parágrafo do ensaio, se volta totalmente para o prisioneiro. A descrição física, procura, ao mesmo tempo, humanizá-lo, através, por exemplo, da caracterização de seu olhar, e diferenciá-lo das outras figuras da cena – os guardas que o mantêm sob controle. A

* “Foi na Birmânia, numa manhã encharcada pelas chuvas. A luz mortiça, como papel laminado amarelo, se inclinava sobre as paredes altas para o pátio da cadeia. Estávamos esperando fora das celas os condenados, uma fila de galpões a frente com barras duplas, como as gaiolas dos animais de pequeno porte. Cada cela mede cerca de dez metros e ficou vazia com exceção de uma prancha nua como cama e um pote de água potável. Em algumas delas homens marrons silenciosos agachados, nos cantos internos, com os cobertores enrolados sobre eles. Estes eram os homens condenados, que deveriam ser enforcados dentro de uma semana ou duas.” (Orwell, 1931 [1968 [1]: 44]) [tradução livre]

* “Um prisioneiro tinha sido interposto fora de sua cela. Era um hindu, um punhado insignificante de homem, com a cabeça raspada e olhos vagos. Ele tinha um grosso bigode, absurdamente desproporcional para seu corpo, um pouco como o bigode de um homem de filmes cômicos. Seis guardas indianos altos estavam aguardando-o para levá-lo para a forca. Dois deles ficaram por dentro de fuzis e baionetas, enquanto os outros algemaram-no, fixando uma corrente através de suas algemas e prendendo-o a seus cintos, e os braços amarrados firmemente a seus lados. Eles se juntaram muito perto dele, sempre com as mãos sobre ele segurando-o com cuidado, como se o tempo todo houvesse a necessidade de se certificar de que ele estava lá. (...) Mas ele ficou bastante desconfortável, rendendo os braços molemente para as cordas, mal percebendo o que estava acontecendo.” (Ibid.) [tradução livre]

violência continua presente de maneira absurdamente viva: através do controle excessivo que os guardas exercem sobre o prisioneiro algemado, mas que porém, não é, em minuto algum, afastado daqueles que o escoltam lado a lado, enquanto outros guardas aguardam próximos com rifles e baionetas. A submissão do prisioneiro, expressa na última frase do parágrafo, que destaca a permanência do silêncio quase mórbido do homem, assim como no primeiro parágrafo do ensaio que destacava o silêncio dentro das celas, quase que vem para reforçar a submissão humana ao domínio colonial.

É muito interessante também observarmos como Orwell se coloca em meio a este cenário. Em sua descrição, ele não está diretamente envolvido na cena. Ao contrário, aguarda ao longe, como que esperando por ordens, se necessário fosse sua participação de alguma maneira. O ponto porém, é que ele não intervém em momento algum, se colocando quase como um observador, alheio ao que acontecia. Ele escreve:

(...) I watched the bare brown back of the prisoner marching in front of me. He walked clumsily with his bound arms, but quite steadily, with that bobbing gait of the Indian who never straightens his knees. At each still his muscles slid nearly into place, the lock of hair on his scalp danced up and down, his feet printed themselves on the wet grave. And once, in spite of the men who gripped him by each shoulder, he stepped slightly aside to avoid a puddle on the path. (op. cit: 45)*

E é nesta condição de “observador”, que ele irá se posicionar quanto a opressão que toda a cena representava:

It is curious, but till that moment I had never realised what it means to destroy a healthy, conscious man. When I saw the prisoner step aside to avoid the puddle, I saw the mystery, the unspeakable wrongness, of cutting a life short when it is in full tide. This man was not dying, he was alive just as we were alive. All the organs of his body were working (...). His nails would still be growing when he stood on the drop, when he was falling through the air with a tenth of a second to live. His eyes saw the yellow gravel and the gray walls, and his brain still remembered, foresaw, reasoned even about puddles. He and we were a party of men walking together, seeing, hearing, feeling, understanding the same world; and in two minutes, with a sudden snap, one of us would be gone – one mind less, one world less. (ibid.: 45-6)*

* “(...) Eu vi as costas marron nua do prisioneiro marchando a minha frente. Ele caminhou desajeitadamente com os braços amarrados, mas, de forma contínua, como a marcha dos indianos que nunca endireitam os joelhos. Cada um de seus músculos ainda estava no lugar, a mecha de cabelo no couro cabeludo dançou para cima e para baixo, seus pés se imprimiam sobre o túmulo molhado. E, apesar dos homens que o escoltavam por cada ombro, ele saiu um pouco de lado para evitar uma poça d'água no caminho.” (Ibid: 45) [tradução livre]

* “É curioso, porém até aquele momento eu nunca tinha percebido o que significa destruir um homem saudável e consciente. Quando vi o prisioneiro dar o passo para o lado para evitar a poça, eu vi o mistério, o erro indizível, de cortar uma vida, quando ela está plena. Este homem não estava morrendo, ele estava vivo tanto quanto nós estávamos vivos. Todos os órgãos do seu corpo estava funcionando (...). Suas unhas ainda cresciam, enquanto ele era jogado pelo ar, com um décimo de segundo para viver. Seus olhos viram o cascalho amarelo e cinza das paredes,

Mais uma vez, é a contraposição da humanidade do prisioneiro à violência que cerca o ritual do enforcamento, que irá expressar a oposição de Orwell ao colonialismo. Orwell em sua condição de *outsider* a cena, pode também, se diferenciar daqueles que executam o ritual e conduzem o prisioneiro a força. Essa condição parece autorizá-lo a não apenas traçar um panorama descritivo de tudo que acontecia, pelo distanciamento físico do prisioneiro e dos guardas que o conduziam, como a traçar um arquétipo moral sobre o ato que se desenrolava, por fim, humanizando a si próprio.

Ao final, o prisioneiro estava morto. O ritual havia se completado, e o homem havia sido enforcado. As últimas cenas que Orwell descreve, falam da volta a vida corrente na prisão: os guardas relaxam a postura, guardam as baionetas e se dirigem aos alojamentos ou ao refeitório; alguns cantarolando, outros rindo, etc. De volta a vida normal. A cena também logo se apaga para Orwell, pois a presença física do homem pendurado pelo pescoço, se contorcendo em seus últimos suspiros, logo se dispersa, tal qual a violência exercida nas colônias. E ele escreve no último parágrafo do ensaio:

We went through the big double gates of the prison, into the road. "Pulling at his legs!" exclaimed a Burnese magistrated suddenly, and burst into a loud chuckling. We all began laughthing again. (...) We all had a drink together, native and European alike, quite amicably. The dead man was a hundred yards away. (op.cit.: 48)*

O segundo texto se trata de outro ensaio cujo tema central é o imperialismo e as relações sociais na Índia britânica. Intitulado *Shooting in Elephant*, o ensaio foi publicado pela primeira vez em Londres, na revista *New Writing*, número 2, no outono de 1936. Esse seria também o título de um conjunto de ensaios, publicado simultaneamente em Nova York e em Londres mais tarde, em 1950, sendo a primeira coleção póstuma publicado de seus trabalhos. Já sob uma perspectiva crítica diferente em relação ao primeiro texto analisado acima, este segundo ensaio, publicado pela primeira vez na segunda metade da década de 1930, também se centra nas experiências pessoais de Orwell na Polícia colonial indiana, em Burma. Mais uma vez, são suas lembranças de um fato isolado, tal qual ele nos apresenta no ensaio, que darão ensejo a uma reflexão de maior proporção sobre o colonialismo e o imperialismo.

Neste porém, o próprio Orwell será a figura central de toda a cena. Nosso autor descreve um

e seu cérebro ainda se lembrava, raciocinava sobre poças. Ele e nós éramos um grupo de homens andando juntos, que víamos, ouvíamos, sentíamos, e compreendíamos o mesmo mundo, e em dois minutos, com uma pressão súbita, um de nós teria ido - uma mente menos, um mundo menos." (Ibid.: 45-6) [tradução livre]

* "Nós atravessamos os dois grandes portões da prisão, saindo na estrada. "Puxe suas pernas!", Exclamou um magistrado birmanês de repente, e explodiu em um riso alto. Todos começaram a rir novamente. (...) Todos nós fomos tomar uma bebida juntos, nativos e europeus da mesma forma, bastante amigavelmente. O homem morto tinha ficado a cem metros de distância." (op.cit.: 48) [tradução livre]

momento inusitado em que fora obrigado a caçar um elefante que fugira de seu dono e que aterrorizava os habitantes das aldeias locais, sendo obrigado, por fim, e contra sua vontade, a matar o animal.⁹⁸ O ponto fundamental do ensaio contudo, é o simbolismo que a figura de Orwell representava – enquanto um policial armado, mas principalmente, como “homem branco”. O que Orwell vai repercutir neste ensaio, é justamente *a ideia*, construída pela tradição colonial, que cercava o “*homem-branco-civilizador*”: toda a autoridade, a onipotência, representada na figura do colonizador europeu, intelectual e culturalmente superior ao nativo, centralizando sob sua figura o universo de relações sociais produzida cotidianamente pelo contato entre dominantes e dominados. Orwell escreverá:

And suddenly I realized that I should have to shoot the elephant after all. (...) The people expected it of me and I had got to do it; It could feel their thousand wills preessing me forward, irresistibly. And it was at his moment [...] that I first grasped the hollowness, the futility of the white man's domination in the East. (...) I perceived in this moment that when the white man turns tyrant it is his own freedom that he destroys. He becomes a sort of hollow, posing dummy, the conventionalized figure of a sahib. (Orwell, 1936 [1956:6])*

O simbolismo do ato em que Orwell é forçado a se “impor” como *sahib* – forçado pela pressão advinda de sua posição enquanto o “homem-branco” perante os próprios nativos, ou, perante aquilo que acaba tornado-se um conceito objetivo para além da inter-relação cultural entre dominantes e dominados – descreve o que ele chamou da “necessidade de se portar enquanto sahib”. Esta é a mesma “necessidade” da qual fala Kipling, quando em sua obra vai desenhar a caricatura do “fardo do homem-branco”, e cuja postura por si só, prenunciava a atitude a ser tomada em qualquer tipo de ocasião pelo homem-branco: aquele a quem se atribuíam as responsabilidades inerentes a sua condição de dominador.

Veja-se que esta é uma questão muito complexa. Ela se refere a transformação de uma *ideia* (tal qual exposta na preposição de Edward Said, por exemplo, quando este vai falar da obra de

⁹⁸ Existem na verdade, alguns questionamentos sobre a total veracidade dos acontecimentos narrados neste texto, por Orwell. Bernard Crick, seu principal biógrafo (op.cit.), por exemplo, questiona, assim como em outros textos de Orwell também, a totalidade dos acontecimentos narrados ali. Para ele, tal qual se dá no *Shooting in Elephant*, Orwell, com sua extrema capacidade criativa e aguçado olhar crítico, mesclava um pouco de ficção em algumas de suas experiências pessoais, para dar-lhes a tinta forte que julgava necessária para destacar o problema que ele queria evidenciar para seu público. Para Crick porém, a questão em se considerar a total veracidade de tudo o que é narrado por Orwell neste texto, é irrelevante, principalmente por sua minuciosa capacidade em destacar problemas até então praticamente ignorados.

* “E de repente eu percebi que eu teria que atirar no elefante depois de tudo. (...) As pessoas esperavam de mim e eu teria que fazer isso, ele poderia sentir os seus mil rostos me pressionando para a frente, irresistivelmente. E foi em um momento [...] que me atingiu o vazio, a futilidade da dominação do homem branco no Oriente. (...) Percebi naquele momento que, quando o homem branco se torna o tirano é sua própria liberdade de que ele destrói. Ele se torna uma espécie de manequim vazio, a figura convencional de um sahib.” (Orwell, 1936 [1957:6]) [tradução livre]

Joseph Conrad) – construída por uma *tradição cultural* que argumentava sobre a superioridade do homem-branco em relação aos povos nativos das colônias – em uma *ação*. Neste texto, Orwell se mostra muito mais ligado a esta *tradição cultural* “orientalista” (da qual falara Said), do que no primeiro texto que analisamos acima, onde a ruptura com esta mesma tradição nos parece muito mais clara. Ao assumir as “responsabilidades” que sua “posição de homem-branco” lhe impinge, quase que de maneira inerente, Orwell admite por um instante essa condição de superioridade. Contudo, a adesão explícita a esta *tradição*, se mostra mais a frente neste mesmo texto, muito mais como uma técnica de sua redação, quase que romaneando a cena, através da tinta dramática que o ato emprega, do que a assunção de uma posição política e/ou cultural. E isto fica-nos claro no seguinte trecho:

For it is the condition of his rule that he shall spend his life in trying to impress the “natives” and so in very crisis he has got to do what the “natives” expect of him. He *wears a mask*, and his face grows to fit it. I had got to shoot the elephant [...]. A sahib has got to act like a sahib; he has got to appear resolute, to know his own mind and definite things. (...) And my whole life, every man's life in the East, was one of long, struggle not to be laughed at. [grifos meus]. (op.cit.:6-7)*

Aqui tudo nos parece muito claro. E a sentença definitiva do parágrafo é a frase “vestir a máscara”. Ela revela a intenção, ao mesmo tempo que o posicionamento de ruptura, existente no ensaio. Ao assumir sua posição como *sahib*, o homem-branco é investido de toda a autoridade que cerca a ideia do que a posição de *sahib* representa – cultural e politicamente. *Autoridade* também como um produto cultural construído pela mesma *tradição* que transformou o homem-branco em superior às populações coloniais. E ao “vestir a máscara de sahib” o homem-branco herda essa tradição, mesmo sem fazer ideia de sua existência. Este é um traço presente em toda a obra de Orwell que trata do imperialismo. E em muitos pontos, sua clareza argumentativa quanto a esta *tradição*, transformada em “fardo”, que “perseguiu” os europeus que habitavam as várias possessões imperiais europeias ao redor do globo, nos revela muito de sua posição política em relação a questão. Posição também inevitavelmente produto de suas experiências empíricas nas colônias, onde o peso desse fardo pode ser sentido.

Nesse ponto, Orwell também se liga à tradição cultural orientalista. Tal qual outros autores que basearam seus imaginário em suas experiências concretas em terras coloniais, ele tira dali o

* “Pois é a por sua condição de dominador que ele deve passar a vida na tentativa de impressionar os “nativos” e em qualquer crise fazer o que os “nativos” esperam dele. Ele usa uma máscara e seu rosto se molda a ela. Eu tinha começado a olhar o elefante [...]. Um sahib tem que agir como um sahib, ele tem que aparecer com determinação, para construir em sua própria mente coisas definitivas. (...) E toda a minha vida, e a vida de cada homem no Oriente, foi uma longa luta para não ser ridicularizado.” [Grifos meus]. (op.cit. :6-7) [tradução livre]

léxico para a defesa ou o ataque ao sistema. Orwell, assim como Joseph Conrad, por exemplo, se utiliza tanto da observação concreta do ambiente colonial – o qual ambos presenciaram – como também do imaginário criado pela tradição orientalista, podendo por isso ligá-los a linha em que outros autores, como Kipling, emergem como integrantes. E é nesse jogo de ruptura e adesão que sua argumentação segue.

É interessante também as circunstâncias da elaboração deste ensaio. Tal qual o ensaio *Why I Write*, de 1946, este ensaio “Shooting an Elephant”, foi produzido sob encomenda pelo editor da revista na qual fora publicado pela primeira vez, em 1936. Como assinala Peter Marks (op.cit.:273), a revista *New Writing*, que publicou pela primeira vez o ensaio, em seus primeiros números compunha-se, assim como diversas outras revistas literárias da década de 1930, de uma série de “manifestos” de vários autores diferentes, em grande parte, de jovens autores europeus. Ao ser convidado por seu editor, John Lehmann, a publicar um artigo na revista, Orwell respondeu-lhe em carta de 27 de maio de 1936, (Orwell, 1968[1]:221) que estava ocupado na produção de um novo livro, e que não poderia aceitar o convite até ter em mãos uma cópia da revista afim de avaliar suas pretensões intelectuais e objetivos editoriais. Lehmann enviou-lhe então uma cópia do primeiro número da revista, que continha várias traduções de jovens autores europeus, convencendo Orwell a contribuir com a publicação. Como assinala Marks (ibid.:274), o texto do “Shooting an Elephant”, considerado por muitos comentadores como um texto fundamental em suas reflexões sobre o imperialismo, assim, fora produzido quase que por acaso, para responder ao convite de Lehmann.

O terceiro texto que pretendemos analisar aqui, se trata do ensaio intitulado *Marrakech*, publicado pela primeira vez também na revista *New Writing*, no natal de 1939. Antes de analisarmos diretamente o ensaio, é interessante pensarmos no contexto intelectual (interno e externo) no qual emerge. No final da década de 1930, o quadro dos debates políticos e intelectuais, assim como todas as outras questões, estavam fortemente influenciados pelo início da Segunda Guerra Mundial. A bipolarização internacional entre os que apoiavam e os que combatiam o fascismo já estava definida. Inúmeras outras questões são retomadas então na baila dos debates dos círculos intelectuais dentro e fora da Europa, como o pacifismo e o anti-semitismo, que ressurgem com uma força tremenda, motivado pela política alemã e italiana desencadeada nos últimos anos, de separação e confinamento de seus cidadãos de origem judaica em guetos ou mesmo em prisões especiais. Ambas questões que permearam também o léxico crítico de Orwell por toda a década de 1940, retornando várias vezes em seus escritos, em momento diferentes.

O ensaio *Marrakech*, em grande parte, é também produto deste contexto político e intelectual do final dos anos de 1930. Em muitos aspectos suas páginas irão incorporar inúmeras das questões que estavam sendo discutidas no espaço público europeu daquele momento, dentro de um

contexto específico de reflexão sobre o imperialismo. Assim, o texto pode ser lido através desta dupla ótica: como uma continuação de suas reflexões críticas sobre o imperialismo, e no caso, numa perspectiva diferente de seus outros textos, pois neste, Orwell tem a oportunidade de analisar o colonialismo francês e a dominação imperial sobre um país árabe; e como uma peça de reflexão intelectual sobre os acontecimentos políticos da Europa, do final da década de 1930.

O ensaio se estrutura então, como em seu primeiro texto do início da década de 1930 que analisamos anteriormente, como o relato de um observador. Mais uma vez, o relato de um observador que não se envolve na cena. Por isso, transmite ao leitor a ideia de um distanciamento - físico e crítico – daquilo a que observa e narra. E a narração é também um grande trunfo: ela constrói uma ponte de ligação entre o observador-crítico e o leitor, ligando consequentemente o último à perspectiva crítica do primeiro, através das cenas e do recorte selecionado.

O texto pode ser dividido em cinco partes. Cada uma delas quase que distintas umas das outras. Em cada uma das partes, uma cena. Um pedaço da cidade que emerge, ao mesmo tempo ao observador-descobridor e ao leitor-passageiro da viagem. Em cada uma delas também um grupo diferentes de personagens; tipos específicos dentro da diversidade de um país do norte da África, de origem árabe, sob o controle colonial francês. Cada grupo de personagens representando uma identidade, um conjunto simbólico de traços étnicos, culturais e sociais; todos misturados sob o olhar curioso do observador-europeu (do qual Orwell não consegue se desvencilhar). Várias aspectos dessa realidade diversa chocam o observador 'Orwell': a quantidade de pessoas; de rostos diferentes de várias cores e nacionalidades; o barulho intenso; os animais (camelos, cavalos, gazelas, burros, cachorros) que perambulam pelas ruas; a pobreza da cidade e das pessoas. Tudo misturado. Tudo ao mesmo tempo. A questão central do ensaio porém, permanece a mesma. O imperialismo e seu peso para quem vivia sob sua ordem. A pobreza e as condições de vida dos habitantes locais, renegadas pelo europeu médio, parecem motivar um destaque maior do problema. Orwell escreve:

[...] where the human beings have brown skins their poverty is simply not noticed. What does Marocco mean to a Frenchman? An orange-grove or a job in government service. Or to an Englishman? Camels, castles, palm-trees, Foreign Legionnaires, brass trays and bandits. One could probably live here for years without noticing that for nine-tenths of the people the reality of life is an endless, back-breaking struggles to wring a little food out of an eroded soil. (Orwell, 1939 [1968[1]:390])*

* “[...] Onde os seres humanos têm pele marrom sua pobreza simplesmente não é notada. O que significa para um francês o Marrocos? Um laranjal ou um emprego no serviço público. Ou a um inglês? Camelos, castelos, palmeiras, a Legião Estrangeira, bandejas de bronze e bandidos. Pode-se provavelmente viver aqui durante anos, sem perceber que, para nove décimos da população a realidade da vida é uma luta sem fim, para arrancar um pouco de comida de um solo erodido.” (Orwell, 1939 [1968 [1]: 390])[tradução livre]

A pobreza das colônias e a indiferença dos colonizadores vai motivar uma outra questão, comum contudo nas reflexões de Orwell: o sofrimento humano. Na terceira parte do ensaio (Orwell, 1939 [1968[1]:389]), por exemplo, Orwell vai destacar a grande impressão que o bairro judeu lhe causara. Não apenas o tipo físico, diferente dos judeus europeus, mas também as condições de vida e trabalho. Condição que irá lhe remeter diretamente ao anti-semitismo, em voga na Europa, mas também presente naquele contexto, dentro de um país árabe. Mais interessante é que, assim, como no Marrocos, Orwell vai remontar a questão do anti-semitismo entre europeus pobres, quase que na difusão de um discurso comum de ódio ao “judeu” (como uma categoria mítica).

Na última parte do ensaio (op.cit.:392), mais uma vez, o tipo humano será o destaque da discussão. Agora o que chama a atenção do Orwell observador-narrador é a população negra da cidade. Mais especificamente, de um grupo militar que marchava em sua direção. A fila de homens, ordenada sob o calor escaldante do Saara, se destaca para o olhar do europeu ainda mais pelos rostos negros de seus soldados, brilhando pelo suor que escorria das testas, em seus uniformes caqui. O olhar dos homens, marcado por um ar de submissão perante os brancos-dominadores, também expressa algo a Orwell. Ao mesmo tempo, a pressão que o imperialismo impunha sobre os indivíduos; algo que transcendia a lógica do sistema de dominação em si. Ao mesmo tempo, a dúvida sobre quanto tudo aquilo iria durar - até quando aquelas pessoas iriam aceitar a dominação que lhes era imposta.

O final deste texto diz também muita coisa sobre a obra de nosso autor. Sem dúvida alguma, Orwell era um humanista. Alguém que acreditava acima de tudo na capacidade humana em se desvencilhar dos percalços impostos por uma realidade histórica determinada. E sua obra lida numa totalidade confirma isso. Muitas vezes, nosso autor foi acusado injustamente de um suposto determinismo catastrófico que justificaria, por exemplo, o pessimismo em seus últimos trabalhos da década de 1940, entre eles o próprio *1984*. Neste último aliás, alguns críticos conseguem ler até um *anti-humanismo*, que se definiria pela incapacidade dos indivíduos em se levantar contra o sistema que lhes oprime. O que, na verdade, segundo nossa própria leitura, é um erro crasso, porque ali, Orwell não se propôs a avaliar as capacidades humanas, sejam elas inerentes ou não. Ali, Orwell se propôs a avaliar a força do totalitarismo enquanto sistema, que além de forçar a atomização da sociedade, dinamita as esferas individuais de convivência. Na verdade, a força do homem em resistir (dentro do que lhe é possível) a esse processo também é destacada, através do papel que a memória individual (através da figura de seu personagem principal) representa em detrimento da manipulação coletiva da sociedade, como já tivemos a oportunidade de analisar em trabalho anterior (Silva, 2008).

O que nos interessa aqui contudo, neste momento, é o fator humano presente em sua obra.

Fator que seus textos sobre o imperialismo retomam de uma maneira muito concreta. O destaque às expressões dos rostos; ao olhar; a postura corporal; ao caminhar; a própria submissão, expressa no gestual, etc., denota muito mais do que uma apurada capacidade descritiva. Denota a capacidade de atentar ao homem; de destacá-lo, diante de um contexto político, social e econômico, que o subjuga. Para um europeu médio num país colonial, o que significaria o olhar de um homem negro? De um velho judeu-árabe? De um *coolie* indiano? Olhares dispersos em meio a tantos outros, cujos rostos formam muita vezes, nestas narrativas que a tradição orientalista produziu, uma massa amorfa de seres quase sub-humanos. Porque então dar destaque a estes olhares? A estes gestos? A estas expressões? Do outro lado também: porque destacar a indiferença do europeu médio ao que se passava nas colônias e às condições de vida dos povos colonizados? Ou ainda, porque destacar a pressão exercida por uma tradição cultural sobre o europeu habitante das colônias em se portar como um “homem-branco”, um “*sahib*”, na Índia? É interessante diante dessas interrogações, notarmos que Orwell não nega sua condição de europeu – de homem-branco – nas coloniais. Na leitura de seus textos, tal qual pode-se ver brevemente nos trechos citados acima, era claro para ele próprio que carregava uma autoridade atribuída a ele sem mérito algum. Autoridade, como ele refletiu nos dois primeiros textos que viemos analisando até agora, erigida pela violência e pela repressão imposta pela sistema imperial, pela subjugação pela força e pelo medo, impostos às populações nativas, e transformada em *ethos* cultural por uma tradição do pensamento europeu no século XIX. E, de certa forma, é contra isso que Orwell se voltou muito de sua crítica política, e também de sua crítica literária, diante dos cânones dessa cultura, no qual fazia sempre questão de destacar em sua leitura destes autores a submissão dos dominados e a indiferença dos dominadores.

2.3 – Leitura, crítica e jornalismo literário

Como viemos analisando até aqui, várias são as formas de manifestação de uma crítica à tradição (e à cultura) da Inglaterra das primeiras décadas do século XX, na obra de Orwell. De sua crítica ao imperialismo e todo o arcabouço ideológico que o cercou ao longo do século XIX e início do XX, até o socialismo nas décadas de 1930 e 1940, as críticas e análises de Orwell sempre tomam como base a história intelectual e a circulação de ideias, em meio aos debates políticos e intelectuais de sua geração. Neste sentido, são considerados em seu léxico reflexivo temas fundamentais para este tipo de estudo, numa perspectiva materialista-histórica, poderíamos dizer, do papel das ideias dentro de um determinado contexto político-social: o papel político das ideias; a posição dos intelectuais na sociedade; a rede em que se estabelece a circulação dessas ideias dentro das sociedades; a forma de apreensão dessas ideias pelas sociedades, etc..

Orwell não tinha, contudo, em sua formação, qualquer tipo de predileção para os estudos científicos da história intelectual inglesa. Sua educação formal, ainda sim, num dos principais colégios particulares da Inglaterra, lhe proporcionou uma sólida base cultural, o que lhe valeu um profundo conhecimento de todo o panteão dos grandes autores canônicos da cultura inglesa. De Shakespeare, passando por Defoe e Swift; a toda a tradição do romance social inglês da primeira metade do século XIX; o cânone da literatura imperialista, na segunda metade do mesmo século – Kipling, T.E. Lawrence, Joseph Conrad, etc.; até a literatura *fin-de-siècle*, inclusive nos EUA, de onde se originam grandes nomes das primeiras décadas do século XX, como T.S. Eliot, Ezra Pound, James Joyce, H.G Wells, John dos Passos, etc. Também tinha grande familiaridade com nomes que surgiam no cenário literário do final da década de 1920 e por todo o entre-guerras, muitos deles, ainda desconhecidos do grande público, como o estadunidense Henry Miller, ou o russo E. Zamyatin, ou o indiano Mulk Haj Anand. A amplitude de seu interesse se explica em grande parte, por sua ocupação profissional de jornalista, revisor e crítico, que ocupou praticamente toda sua vida. Funções que passou a exercer também a partir de 1928, quando retornou da Índia para a Inglaterra. Como já nos referimos no primeiro capítulo, a partir de 1939 até o fim de sua vida, em 1950, seu trabalho enquanto ensaísta, crítico literário e revisor, ocupa praticamente toda sua produção, emergindo, por exemplo na década de 1940, apenas duas peças de ficção – o *Animal Farm* (1946) e o *1984* (1949).

Neste período, ao contrário, emergem seus principais ensaios e artigos de crítica literária e política – alguns destes, fundamentais para qualquer análise de seu léxico. Entre estes, temos por exemplo, o ensaio de crítica literária *Inside The Whale*. Publicado pela primeira vez em Londres, na revista *New Directions in Prose and Poetry*, em 1940, este é considerado seu principal ensaio de

crítica literária. Foi também considerado um dos principais textos de crítica intelectual da Inglaterra das décadas de 1930 e 1940. Neste ensaio, Orwell traça um panorama da cultura intelectual e da literatura, na Inglaterra e nos EUA, nas primeiras décadas do século, analisando principalmente, a inserção de ideias políticas no imaginário criativo de vários autores. Orwell analisa também neste ensaio, o papel do intelectual nas primeiras décadas do século XX, e seu engajamento nos vários debates políticos que permeavam o espaço público de então – outra questão fundamental em suas reflexões, praticamente por toda sua obra crítica. Outro grande texto que emerge neste período é o ensaio *The Lion and the Unicorn*. Considerado seu principal manifesto político, este ensaio, cuja primeira parte, *England your England*, seria publicada pela primeira vez em Londres, na revista *Horizon*, em dezembro de 1940, é publicado em texto integral também em Londres, em 1941. Este é outro texto fundamental, pois nele Orwell refletirá o contexto político da Inglaterra no início da década de 1940, num momento crucial do desenrolar da Segunda Guerra Mundial. Os debates internos da política britânica, o papel da intelligentsia de esquerda e seu alinhamento com o stalinismo e as possibilidades de implementação de um tipo de socialismo democrático (em contraposição ao “socialismo ortodoxo” irradiado da URSS stalinista), como forma de superação dos fascismo e da democracia liberal – todos serão temas centrais nas discussões daquele texto. Na década de 1940, a ainda um terceiro texto fundamental no ensaísmo de Orwell. Também considerado um de seus principais textos de crítica literária, a coleção *Critical Essays*, é publicada pela primeira vez em Londres, pela editora Secker and Warburg, em 1946. Ela seria publicada também nos EUA, por Reynal and Hitchcock, no mesmo período, porém, sob o título *Dickens, Dali and Others*.⁹⁹

Estes três textos, entre os inúmeros publicados por Orwell ao longo deste período, aparecem como fundamentais para a compreensão de sua crítica, pois aglutinam as duas esferas cujo trabalho de Orwell jamais conseguiu dissociar – a literatura e a política. E este ponto é fundamental, tanto para a análise de sua crítica estética dos vários autores que ele analisa, por exemplo, em sua crítica literária, quanto para uma análise macro-intelectual, considerando, por exemplo, a posição de suas ideias nos debates que cercavam estes autores. Ao compreendermos assim, que Orwell não enxergava a criação artística em separado da militância política – visão consolidada com o decorrer da década de 1930 (Orwell, 1946[2004:6-8]) – fica-nos claro também qualquer consideração sobre sua posição como crítico. E é a partir daí que devemos rastrear os primeiros indícios de sua posição como leitor, tanto destes autores analisados por ele, quanto da sociedade ao seu redor.

⁹⁹ O *Critical Essays*, na verdade, é a reunião de uma série de grande ensaios produzidos e publicados por Orwell anteriormente, entre 1939 e 1946. São eles: “Charles Dickens” (1939); “Boy’s Weeklies” (1940); “Wells, Hitler and the World State” (1941); “The Art of Donald MacGill” (1941); “Rudyard Kipling” (1942); “W.B. Yeats” (1943); “Benefit of Clergy: Some notes of Salvador Dali” (1944); “Arthur Koestler” (1944); “Raffles and Miss Blandish” (1944); “In Defense of P.G. Wodhouse” (1946).

Mais uma vez, o ensaio *Why I Write*, de 1946 (op.cit.), nos é útil aqui. Nele, como seu próprio título nos diz, a indagação (ao mesmo tempo resposta), “por que escrevo”, é a irradiadora da discussão. Neste trabalho – encomendado a vários autores, como já nos referimos anteriormente no capítulo um – na forma de um panfleto literário¹⁰⁰, onde estes autores contavam ao público suas motivações e impulsos literários, políticos, estéticos, etc. - o objetivo era, segundo Peter Marks, “[...]apresentar uma revisão de uma carreira estabelecida[...]” (Marks, op.cit.:272). Neste ensaio, Orwell nos dá então algumas pistas sobre suas próprias motivações estéticas, que, contudo, reverberaram em sua crítica. Ele escreve:

I do not think one can assess a writer's motives without knowing something of his early development. His subject-matter will be determined by age he lives in – at least this is true in tumultuous, revolutionary ages like our own – but before he ever begins to write he will never completely escape. It is his job, no doubt, to discipline his temperament and avoid getting stuck at some immature stage, or in some perverse mood: but if he escapes from his early influences altogether, he will have killed his impulse to write. (Orwell,1946[2004:4])*

Fica muito claro aqui, o papel que o contexto histórico exerce sobre o escritor, inclusive para sua criação ficcional, na ideia que Orwell faz da inter-relação entre autor e o meio que o cerca. E nesse sentido, suas considerações tomam uma forma quase determinista, em relação a sobredeterminação do meio sobre a obra. Ele escreve em seguida, na continuação do mesmo parágrafo:

(...) Putting aside the need to earn a living, I think there are four great motives for writing at any rate for writing prose. They exist in different degrees in every writer, and in any one writer the proportions will vary from time to time, according to the atmosphere in which he is living. They are: 1. Sheer egoism. Desire to seem clever, to be talked about, to be remembered after death, to get your own back on grown-ups who snubbed you in childhood, etc. Etc. (...) 2. Aesthetic enthusiasm. Perception of beauty in the external world, or, on the other hand, in words and their right arrangement. Pleasure in the impact of one sound on another, in the firmness of good prose or the rhythm of a good story. Desire to share an experience which one feels is valuable and ought not be missed. (...) 3. Historical impulse. Desire to see

¹⁰⁰ Segundo Marks (op.cit: 271-2), este foi um projeto da obscura revista literária de Londres *Gangrel*, editada por J. B. Pick e Charles Neil, que na década de 1930, publicou em suas páginas uma série intitulada “Why I Write”, contendo a colaboração de vários autores, como o próprio Orwell, Reyner Heppenstall, Henry Miller, Alfred Perles, entre outros. A revista não teve uma longa vida, tendo apenas quatro números publicados.

* “Eu não acho que se pode avaliar as motivações de um escritor sem saber alguma coisa do seu desenvolvimento precoce. Seu tema será determinado pela época em que vive – pelo menos isso é verdade em períodos de tumulto revolucionário, como o nosso – mas, antes mesmo que ele comece a escrever ele nunca vai escapar completamente. É o seu trabalho, sem dúvida, disciplinar seu temperamento para evitar ficar preso em algum estágio imaturo ou, em alguns humor perverso, mas se ele escapa de suas primeiras influências totalmente, ele terá matado seu impulso de escrever.” (Orwell, 1946 [2004:4]) [tradução livre]

things as they are, to find out true facts and store them up for the use of posterity. (...) 4. Political purpose. (...) Desire to push the world in a certain direction, to alter other people's idea of the kind of society that they should strive after. (ibid.:4-5)*

Veja que Orwell elenca com o mesmo peso isso que ele chama de “entusiasmo estético”, que ele define simplesmente como o “ritmo de uma boa história”, e o que ele chama de “intenções políticas”, que ele define como “a vontade de levar o mundo para uma certa direção”. Definições, ao mesmo tempo simples, tal qual sua escrita, e belas. Mas que porém, não definem qualquer ponto de vista científico, ou sequer ideológico. Mesmo assim, essa série de possíveis “motivações” de um escritor, tal qual Orwell as aponta, denotam a complexidade que nosso autor enxergava sobre uma obra de pensamento, e, conseqüentemente, sobre aquele que a cria. E ele não se excluía de todo esse processo, tal qual escreve adiante neste mesmo ensaio, insistindo ainda no peso do contexto histórico para a criação estética:

In a peaceful age I might have written ornate or merely descriptive books, and might have remained almost unaware of my political loyalties. As it is I have been forced into becoming a sort of pamphleteer. (Orwell, op.cit.:6)*

Este ensaio, o *Why I write*, é escrito em 1946 – pouco tempo depois do lançamento do *Animal Farm* nos EUA. Lançado em Londres em 1945, o romance chega aos EUA, no ano seguinte, quando é lançado em Nova York, em 26 de agosto, pela editora Harcourt and Brace. Parte das reflexões do ensaio *Why I write* então, pode ser interpretado como resposta aos primeiros questionamentos da crítica internacional sobre o *Animal Farm*, cujo sucesso nos EUA – devido a sua crítica explícita a URSS e a Stálin – fora quase imediato. Lembremos que foi a partir deste texto, que a fama internacional de Orwell começou a despontar. Isto também explica o interesse, por exemplo, dos editores da *Gangrel*, em conhecer seus impulsos estéticos – objetivo da série de artigos da revista, e que Orwell contribui com o texto que estamos analisando.

* “(...) Deixando de lado a necessidade de ganhar a vida, eu acho que existem quatro grandes motivos para escrever em prosa. Eles existem em diferentes graus em cada escritor, e em qualquer escritor as proporções variam e tomam forma com o tempo, de acordo com o ambiente em que vive. São eles: 1. Puro egoísmo. Desejo de parecer esperto, de ser comentado, de ser lembrado após a morte, para fazer suas próprias costas crescerem diante daqueles que o esnobaram na infância, etc etc (...) 2. Entusiasmo estético. A percepção da beleza no mundo externo, ou, por outro lado, em arranjá-la corretamente em palavras; Prazer no impacto de um som ou outro, na firmeza da boa prosa ou o ritmo de uma boa história; Desejo de compartilhar uma experiência que valiosa e que não deve ser desperdiçada. (...) 3. Impulso histórico. Desejo de ver as coisas como elas são, para descobrir os fatos verdadeiros e guardá-los para o uso da posteridade. (...) 4. Propósito político. (...) O desejo de empurrar o mundo em uma certa direção, e alterar a ideia das outras pessoas do tipo de sociedade que eles devem procurar.” (Ibid. :4-5) [tradução livre]

* “Em uma época de paz eu poderia ter escrito livros ornamentados ou meramente descritivos, e poderia ter permanecido quase inconsciente de minha orientação política. Contudo, fui forçado a me tornar uma espécie de panfletário.” (Orwell, op.cit.: 6) [tradução livre]

Veja-se que nesta última passagem, o determinismo histórico de Orwell (ao menos em relação a criação estético-criativa) fica completamente explícito. E ele o fará, analisando a si próprio, atribuindo ao contexto histórico da segunda metade da década de 1930 e toda a década de 1940, seu engajamento e de sua obra. Ele tenta, de certa maneira, assim, justificar um tipo de posicionamento político explícito no texto do *Animal Farm*, que remete-o diretamente a um ataque ao stalinismo.

O mais interessante contudo, é a ressonância desta questão para sua crítica. O que resultará dessa posição, ao mesmo tempo política e estética, já que ela vai permear também sua própria condição criativa, tendo grande influência em seus romances (óbvio caso do *Animal Farm* e do *1984*, mas que também está presente em seus trabalhos anteriores), é uma visão pautada em muitos momentos por uma crítica quase moralizante, do ponto-de-vista de sua ideologia. E isto é muito claro ao longo de sua carreira como crítico e revisor literário, nas análises, por exemplo, de grandes nomes desse panteão de autores canônicos, cujas análises estão também entre seus principais textos de crítica estética, tal qual sobre Charles Dickens. Este aliás, também um dos autores mais comentados por Orwell, que revelava uma paixão aberta pelo autor, considerado um dos grandes heróis dos oprimidos na Inglaterra vitoriana. Paixão que, contudo, não o exime de uma crítica contundente a sua posição política, como veremos mais a frente, pois representa um exemplo muito interessante de nossa discussão aqui.

E talvez o local que essa posição crítica seja mais evidente, é justamente em seu principal trabalho de crítica literária, o *Inside the Whale*. Antes da passarmos a análise mais detida deste trabalho, é preciso pensar no contexto intelectual, interno e externo à obra de Orwell, em que este ensaio surge e é publicado. Como dissemos acima, sua primeira publicação dá-se em 11 de Março de 1940. O ensaio é publicado por Victor Gollancz, proprietário do *Left Book Club* de Londres, e que antes já havia publicado vários trabalhos de Orwell, entre eles o *The Road to Wigan Pier*, em 1936.¹⁰¹

Neste momento, já no início da década de 1940, a obra de Orwell se encontrava num importante estágio de amadurecimento, político e estético. Os eventos do final da década de 1930 – inclusive sua participação na Guerra Civil espanhola, entre 1936 e 1937 – ajudariam a definir muitos dos horizontes críticos de sua obra que viria a se materializar ao longo da década seguinte. É deste momento, ou seja, a partir da segunda metade da década de 1930, como já analisamos anteriormente, que se estrutura definitivamente, por exemplo, sua crítica ao totalitarismo (Orwell, 1946 [2004:8]). Ao mesmo tempo, sua convicção num tipo de socialismo, que ele chama de

¹⁰¹ Como também já nos referimos no capítulo um, Gollancz também havia recusado a publicação de seu livro sobre a Guerra Civil espanhola, o *Homage to Catalonia*, por seu teor anti-stalinista. Mesmo assim, o livro seria publicado, em 1938, na cidade de Londres, pela editora Secker and Warburg.

“democrático”, vai definir as bases de sua crítica política por toda a década de 1940. Assim, muito de sua crítica, por exemplo, aos grupos hegemônicos da intelligentsia de esquerda, na Inglaterra principalmente, quanto ao papel político do intelectual diante dos vários debates correntes no espaço público britânico – como em relação ao fascismo ou ao stalinismo – reverberará também em sua crítica estética contido em seus textos de crítica literária. E entre estes, o próprio *Inside the Whale*. Neste texto, Orwell escreve, por exemplo, pensando no papel político dos intelectuais naquele momento da história europeia, convulsionada pelos eventos da Segunda Guerra:

Of course a novelist is not obliged to write directly about contemporary history, but a novelist who simply disregards the major public events of the moment is generally either a fooler or a plain idiot. (Orwell, 1940 [1968[1]:498])*

Aqui, obviamente, o que Orwell chama de tratar da “história contemporânea”, se refere aos eventos da Guerra, que tomavam conta de todas as discussões pela Europa, mas também às outras questões em xeque, como o anti-semitismo e o pacifismo, por exemplo. E o norte da discussão fica mais claro ainda, quando nosso autor se refere a quase que inevitabilidade, mesmo na criação ficcional, de trazer à baila as questões presentes no espaço público das sociedades, ou, no contexto dos debates intelectuais do presente. Para ele, fica-nos claro então, a quase que obrigação dos intelectuais em participar destes debates, ou mesmo fazer deles, parte de seu processo criativo.

O tema da participação dos intelectuais nos debates políticos das décadas de 1930 e 1940, será corrente na obra de Orwell, de uma maneira bem significativa. Como veremos no capítulo seguinte deste trabalho, essa questão retornará em seu ensaísmo por várias vezes ao longo da década de 1940. Ali, por exemplo, o tema será tratado a partir da participação pública dos intelectuais na sociedade, principalmente atuando em órgãos oficiais do governo, como a BBC (como no caso do próprio Orwell) ou nos vários ministérios governamentais, inclusive de inteligência, que empregaram vários intelectuais durante os anos da Segunda Guerra. Muitos destes órgãos, desempenharam papel importantíssimo durante o conflito, na batalha pelos imaginários que acompanhou a guerra propagandística entre os lados envolvidos na guerra. A questão da cooptação dos intelectuais (e de seu discurso crítico) pelo Estado, desta forma, representará outra discussão fundamental para a compreensão da crítica de Orwell durante todo o período (como também analisaremos no próximo capítulo), inclusive reverberando no imaginário de seu grande livro, o

* “Claro que um escritor não é obrigado a escrever diretamente sobre história contemporânea, mas um escritor que simplesmente ignora os grandes eventos públicos do momento é, em geral, um tolo ou um simples idiota.” (Orwell, 1940 [1968:498]) [tradução livre]

1984, no final da mesma década.

Aqui, no texto do *Inside the Whale*, a questão do engajamento dos intelectuais será então o norte reflexivo central da discussão. Orwell contudo a conduzirá de outro ponto de vista, enfocando a produção de vários autores estadunidenses, entre eles James Joyce, Walt Whitman, Mark Twain, Eric Maria Remarque, (alemão, mas radicado nos EUA desde 1939), entre outros – assim como a poetas obscuros da geração “naturalista” como Richard Jefferies, W.H. Hudson, Rupert Brooke, etc. A discussão contudo, será conduzida a partir da obra de Henry Miller, *Tropic of Cancer*, de 1934. Miller, que viria a se tornar amigo e admirador de Orwell, com o qual trocara uma larga correspondência, foi considerado por muito tempo um autor maldito nos EUA – o *Tropic of Cancer*, por exemplo, seria proibido lá até 1961, por seu conteúdo considerado pornográfico. Miller, como outros nomes de sua geração, emigraria para Paris, no período do entre-guerras, devido ao clima de liberdade intelectual que cercava a capital francesa, atraindo inúmeros intelectuais de todas as partes do mundo. O *Tropic of Cancer*, narrado em primeira pessoa, seria assim, quase que um relato de suas experiências na França, representando um grande retrato dos intelectuais auto-exilados em Paris e do próprio ambiente intelectual criado na cidade entre as duas guerras mundiais – o desenraizamento, a liberdade, a falta de dinheiro, etc.. E para Orwell, o livro de Miller seria também um grande retrato da condição do intelectual no entre-guerras – fator de grande crítica de Orwell, principalmente pelo descompromisso político dessa geração, segundo a análise de Orwell. Outra questão que nosso autor se refere, é a campanha pública desencadeada contra Miller nos EUA. Assim como acontecera com Oscar Wilde na Inglaterra no final do século XIX, Miller foi execrado publicamente pelo conteúdo de seus livros, tidos então como imorais. O autor contudo, não seria preso como Wilde. Suas obras porém foram quase todas proibidas nos EUA até a década de 1960, e em outros diversos países (inclusive no Brasil).

O mais interessante na análise que Orwell faz de Miller, é justamente o uso de sua figura, como retrato dessa condição intelectual estática e descomprometida, no entre-guerras europeu. Para Orwell, Miller encarnava em seu texto, justamente o desenraizamento do intelectual no período que separou as duas Guerras Mundiais; a postura da “*arte pela arte*”, que já não era mais aceitável, do ponto de vista ideológico, na luta contra Hitler e o fascismo, desencadeada na década de 1930. Como ele escreve:

To say “I accept” in an age like our own is to say that you accept concentrations camps, rubber truncheons, Hitler, Stalin, bombs, aeroplanes, tinned food, machin-eguns, putsches, purges, slogans, Bedaux belts, gas-masks, submarines, spies, *provocateurs*, prees censorship, secret prisons, aspirins, Hollywood films and

political murders. Not only those things of course, but those things among others. (op.cit.: 499-500)*

E escreve mais a frente, justificando agora a impossibilidade da arte (no caso da literatura), em se desprender das questões históricas de seu tempo :

During the past ten years literature has involved itself more and more deeply in politics, with the result that there is now less room in it for the ordinary man than at any time during the past two centuries. One can see the change in the prevailing literary attitude by comparing the books written about the Spanish civil war with those written about the war of 1914-18. The immediately striking thing about the Spanish war books, at any rate those written in English, is their shocking dullness and badness. But what is more significant is that almost all of them, right-wing or left-wing, are written from a political angle[...].” (Orwell, op.cit.:501)*

Nestas duas citações, Orwell faz importantes comentários sobre a criação estética e o engajamento político, na literatura de sua geração. Na primeira, fica clara a postura de Orwell de negação dessa condição de não-engajamento, que alguns intelectuais preservavam ainda depois de iniciada a Segunda Guerra, quando ele escreve e publica o ensaio. E muito dessa visão de Orwell vai reverberar também em suas críticas ao *pacifismo*, por toda a década de 1940. Para nosso autor, como ele escreve quando vai tratar do tema do pacifismo (enquanto corrente política que tinha inúmeros defensores entre os intelectuais de sua geração) em inúmeros textos a longo deste período, em muitos aspectos, repercutindo alguns pontos já colocados neste texto do início da década, manter posições e defender ideias pacifistas no contexto de então, era, numa postura quase lógica, apoiar a Hitler e ao avanço nazista pela Europa. Essa será, em grande medida, a base de sua crítica a Mahatma Gandhi, por exemplo, cujo discurso político, pensado num plano macro-político para além do movimento de independência da Índia, correspondia a uma neutralidade impossível de ser levada a cabo no contexto da Segunda Guerra e do avanço do fascismo pelo mundo, inclusive pela Ásia. E isto valia também, segundo as considerações de Orwell, diretamente para a obra de pensamento e para o trabalho intelectual. Optar por uma postura de *outsider* – tanto em relação aos

* “Para dizer "eu aceito" em uma época como a nossa é preciso dizer que você aceita campos de concentração, cassetes de borracha, Hitler, Stalin, bombas, aviões, conservas, metralhadoras, golpes, expurgos, slogans, cintos Bedaux, máscaras de gás, submarinos, espiões, provocadores, censura à imprensa, prisões secretas, aspirinas, filmes de Hollywood e assassinatos políticos. Não só essas coisas naturalmente, mas essas entre outras.” (Op.cit.: 499-500) [tradução livre]

* “Durante os últimos dez anos a literatura tem se envolvido mais e mais profundamente na política, com o resultado que há nela menos espaço para o homem comum do que durante os últimos dois séculos. Pode-se ver a mudança na literatura, comparando os livros escritos sobre a guerra civil espanhola com os escritores sobre a guerra de 1914-18. A coisa que imediatamente salta à vista sobre os livros de guerra espanhola, pelo menos aqueles escritos em Inglês, é a sua chocante estupidez e maldade. Mas o que é mais significativo é que quase todos eles, de direita ou de esquerda, são escritos a partir de um ângulo político [...]” (Orwell, op.cit.: 501) [tradução livre]

debates políticos, como quanto ao próprio engajamento intelectual – no final das contas, era quase que apoiar ao fascismo. Já na segunda citação, e de uma maneira até ambígua, Orwell critica a politização da literatura, nas primeiras décadas do século XX – tomando como referência, a historiografia sobre a Guerra Civil espanhola, e a Primeira Guerra Mundial. Na comparação das duas, o teor “político-ideológico” de suas análises, aparecem para nosso autor, como uma espécie de corrupção na narrativa desses eventos, moldando-os de acordo com a leitura (parcial, segundo a análise de Orwell), dos eventos. Essa crítica ambígua exposta no mesmo texto, que se torna maior ainda quando colocada lado a lado, expressa a complexidade das análises de Orwell sobre as relações entre política e estética. Ao mesmo tempo que cobra um engajamento necessário aos intelectuais, que reverberará na luta direta contra o fascismo e a difusão de suas ideias, Orwell renega isso a que ele atribui como uma espécie de “parcialidade” na literatura do entre-guerras, motivada, segundo sua visão, por perspectivas tendenciosamente ideológicas. E daí surge então, uma espécie de tentativa de preposição de uma posição colocada entre dois extremos: a posição da crítica de direita e a posição da crítica de esquerda (ou da crítica comunista, ligada ao stalinismo). Esse ponto é muito interessante, ao mesmo tempo que complexo, pois vai, mais uma vez, ligar Orwell aos círculos intelectuais nos quais estava envolvido durante o final da década de 1930 e por toda a década de 1940, principalmente o círculo em torno da revista *Partisan Review*, nos EUA. Lá, centro aglutinador de um dos principais grupos da chamada esquerda não-stalinista, as preposições de um alinhamento político que ao mesmo tempo, combatia o fascismo, e se distanciava do comunismo soviético e do stalinismo, moldou grande parte dos discursos de seus membros durante o período. Tal qual suas argumentações em favor do que ele chama de um “socialismo democrático” - claramente numa oposição ao “socialismo real” soviético – que também é defendido no círculo da *Partisan Review* (Cooney, 1986; Wald, 1987; Bloom, 1986), as preposições de uma crítica estética (e também de uma “historiografia”, como no caso da Guerra Civil espanhola), também situadas no intercurso destes dois “extremos” ideológicos, parece evidenciar a influência desses debates, diante da crítica de Orwell. Não queremos contudo, esgotar essa discussão aqui neste trabalho, principalmente pela amplitude que ele exige, restando-nos apenas, apresentar o problema aqui, o qual será desenvolvido em um trabalho específico posteriormente.

Esta postura de engajamento dos intelectuais, quase como uma obrigação do contexto da década de 1930, representa ainda para Orwell, também um importante ponto de ruptura com o passado. Ele escreve, ainda no *Inside the Whale*:

(...) The fight that always occurs between the generations was exceptionally bitter at the end of the Great War; this is partly due to the war itself, and partly it was an indirect result of the Russian Revolution, but

an intellectual struggle was in any case due at about that date. Owing probably to the ease and security of life in England, which even the war hardly disturbed, many people whose ideas were formed in the eighties or earlier had carried them quite unmodified into the nineteen-twenties. Meanwhile, so far as the younger generation was concerned, the official beliefs were dissolving like sand-castles. (Orwell, 1940 [1968[1]:505])*

Orwell se centra aqui, mais uma vez, no caso específico da seu país, a Inglaterra. Historicamente, a “segurança” que o isolamento da ilha ofereceu a suas classes intelectuais e dirigentes (geográfica e culturalmente), manteve o país afastada dos inúmeros “perigos” advindos do continente – as ideias revolucionárias de 1789, de Napoleão, dos campos de batalha da Primeira Guerra. Todos estes eventos e personagens, além dos inúmeros outros de importância continental para a Europa, não atingiram as ilhas britânicas com a mesma força que aos países continentais. E é desta suposta “segurança” sobre a qual Orwell se refere. Nas primeiras décadas do século XX, no limiar da Grande Depressão da década de 1930 e as portas de um novo conflito de proporções mundiais, Orwell podia constatar que esta “segurança” enclausurou a classe dirigente britânica em si mesma – em suas tradições econômicas, políticas e patrimonialistas. Ao mesmo tempo, toda uma superestrutura acompanhava a manutenção (ao menos ideológica) das bases conservadoras do liberalismo vitoriano, e a cultura ensinada nas escolas, principalmente nas grandes escolas tradicionais de formação da elite dirigente do país, era a base dessa superestrutura, através da canonização de alguns autores e de suas obras, como monumentos culturais da “cultura britânica”.

E Orwell podia tratar deste assunto com certa propriedade. Como dissemos acima, ele viveu na pele o peso dessa formação cultural em seus anos em *Eton*. Suas críticas, ao mesmo tempo, às bases que estruturavam o discurso político britânico ao longo da década de 1930, tornam-se também auto-críticas veladas. Suas críticas a isto que viemos chamando aqui de “tradição” cultural assume, em nossa leitura, uma dupla função: primeiro, o reconhecimento dessa “tradição” em sua formação, através de ensaísmo e em textos auto-biográficos, tal qual os exemplos citados ao longo desta capítulo; segundo, a ruptura com essa tradição do pensamento inglês, através da negação de sua fundamentação como base da cultura britânica – no começo do século XX, ainda fortemente apregoada aos principais alicerces do século XIX, como o imperialismo e a industrialização. E esse duplo aspecto fica claro na leitura de Orwell de alguns desses autores canônicos, através de sua

* “(...) A luta que sempre ocorre entre as gerações foi excepcionalmente amarga no final da Grande Guerra, isto é, em parte devido à guerra em si, e, em parte, foi um resultado indireto da Revolução Russa, mas foi uma luta intelectual em qualquer caso devido a este período. Provavelmente devido à facilidade e segurança da vida na Inglaterra, que até as guerras dificilmente perturbam, muitas pessoas cujas ideias foram formadas na década de 1880, ou mais cedo, tinham sido completamente modificadas na década de 1920. Enquanto isso, a medida em que a geração mais jovem estava crescendo, as crenças oficiais foram se dissolvendo como castelos de areia.” (Orwell, 1940 [1968:505]) [tradução livre]

crítica literária, como analisaremos a seguir.

2.3.1 – A tradição do pensamento social revisitada: a ruptura com o passado através do olhar do crítico

A questão que viemos tratando até aqui, diante da crítica de Orwell ao pensamento social que permeava os debates intelectuais de sua geração denota, estabelece um ponto importante para a compreensão de sua obra. Principalmente em sua crítica literária, que ocupa uma parte significativa de sua produção ao longo das décadas de 1930 e 1940, é possível rastrear uma série de tópicos importantes que complementam suas análises políticas e sociais, inevitavelmente permeando também grande parte de sua produção ensaística. Assim, o foco de nossa discussão nas últimas páginas, indica quase que diretamente – por considerar a influência dessas correntes de pensamento ou mesmo desses vários autores individuais analisados por Orwell – as relações de nosso autor para com a tradição do pensamento que permeava sua geração. Ao mesmo tempo, sua crítica a esses diversos autores, nos apresenta traços de possíveis rupturas – algumas delas apontadas pelo próprio Orwell, ou mesmo indicadas quando se tenta estabelecer ligações diretas de sua obra com essa tradição. E isso é aparente quando tentamos indicar possíveis influências para seu pensamento, especialmente na década de 1940, quando sua obra atinge de maneira evidente, um pessimismo avassalador, tanto em sua literatura, quanto em seu ensaísmo.

Várias vezes tentou-se estabelecer conexão entre a construção do imaginário de Orwell – especialmente em seus últimos trabalhos – e outros livros e autores. Buscou-se sempre, a aproximação do que nosso autor escreveu (principalmente em sua literatura, tomada como um reflexo de sua obra do final da década de 1940) com autores cujos imaginários tomaram como ponto de reflexão uma crítica pessimista da Europa nas primeiras décadas de século XX e uma visão anti-utópica de sua sociedade. Porém, é impossível considerar tais influências sem antes de tudo, considerar a própria posição de Orwell como crítico – especialmente em suas funções como crítico e revisor literário. Função que lhe permitiu um fluxo constante de novas leituras, muitas vezes, respondendo as demandas do veículo para o qual escrevia, ou mesmo a determinados assuntos específicos ao momento¹⁰². Isso lhe possibilitou flutuar quase que ininterruptamente entre

¹⁰² Isso é muito claro, por exemplo, se tomarmos como referência mais uma vez a Guerra Civil espanhola. Sobre esse evento, de marcas profundas na obra de Orwell, sua atuação como crítico, como analisaremos posteriormente, também marca traços importantes em sua produção. Ao longo da segunda metade da década de 1930, sua produção – inclusive como crítico literário – é voltada quase que exclusivamente para a primeira historiografia da guerra. Nesse momento, Orwell analisa os primeiros livros publicados sobre o conflito, a maioria deles, assim como o seu próprio, fruto de relatos de testemunhas oculares da guerra. Em sua obra de não-ficção (Orwell, 2001), são um total de quinze resenhas de livros sobre a Guerra Civil espanhola, publicadas entre 1937 e 1946. Desses trabalhos, nove são publicados na segunda metade da década de 1930 – entre 1937 e 1939.

os cânones do pensamento social, e os novos autores que surgiam nos últimos anos, publicando o que seria mais tarde considerado imprescindível para a crítica social e política na Europa. Com isso, é imprescindível que consideremos uma vez mais, sua atuação profissional como crítico ao longo do período em que emergem seus principais textos de crítica literária.

Na década de 1940, por exemplo, Orwell iria ocupar duas outras funções enquanto crítico literário e revisor. Primeiro, no Serviço Internacional da BBC, entre agosto de 1941 e novembro de 1943. Período que analisaremos mais detidamente, contudo, mais a frente, no próximo capítulo. Ali, Orwell, cuja função era um misto de propaganda oficial do governo britânico para sua colônia mais importante (a Índia) e “educação” das elites locais através da língua e da literatura inglesa, se ocupou com a leitura de poemas, peças e romances, além de outras leituras focadas em temas literários. Logo em seguida, entre 3 de dezembro de 1943 até 16 de fevereiro de 1945, Orwell trabalhou no jornal londrino *Tribune*, onde ocupou a função de editor literário, além de assinar uma coluna semanal intitulada “As I Please”. Estes dois momentos correspondem, talvez, a um período de maior restrição em sua atuação enquanto crítico, haja vista o trabalho pautado por uma “obrigação editorial”, principalmente durante o período em que passou na BBC – principal veículo de propaganda britânica durante a 2ª Guerra Mundial.¹⁰³

No restante do tempo, nosso autor atuou como *free-lancer* para diversas publicações na Inglaterra, França e EUA, entre outros países, produzindo um massa considerável de textos ao longo de mais de duas décadas de produção. Parte é verdade, tal qual afirma Marks (1995:272-3), encomendada por jornais e revistas literárias que já reconheciam o valor de Orwell como crítico¹⁰⁴, principalmente depois da repercussão que seu livro sobre a Guerra Civil espanhola (*Homage to Catalonia*, 1938) publicado na Inglaterra, tomou nos círculos intelectuais (especialmente por suas críticas a atuação comunista do lado republicano).

A importância em se considerar o *local* onde Orwell não apenas atuou enquanto crítico, mas também, onde publicou seus textos, tal qual aponta Peter Marks (op.cit.), é denotar os diversos periódicos, tanto em sua especificidade editorial e ideológica, quanto o contexto histórico de sua

¹⁰³ Aspecto que pode ser confirmado, no caso da BBC, em um memorando interno dirigido ao diretor de serviços orientais, de 15 de outubro de 1942, publicado na coleção *The Collected Essays, Journalism and Letters of George Orwell* (1968). Neste, Orwell reivindica junto a diretoria da emissora, a liberdade de expressão no programa diário apresentado por ele para a Índia, mesmo que algumas de suas opiniões contrariassem as determinações da política externa britânica, transmitidas em forma de propaganda. No caso do jornal *Tribune*, ao contrário, tal qual aponta Sonia Orwell (1968[1]:XIX), na introdução ao primeiro volume dessa mesma coleção, Orwell gozou de um período de extrema liberdade reflexiva, tendo seus textos ganhado até um “tom autoral”, devido a liberdade que Orwell sentia num periódico de orientação socialista.

¹⁰⁴ Tal qual aponta Marks (ibid.), por exemplo, no caso de dois ensaios auto-biográficos fundamentais para o estudo da psicologia do autor, e os quais já analisamos aqui: o ensaio *Shooting na Elephant*, publicado pela primeira vez na revista *New Writing*, nº 2, de 1936, e o ensaio *Why I Write*, publicado pela primeira vez na revista *Gangrel*, nº 4, no verão de 1946. Ambos os textos, encomendados por editores, e cujo forma e o conteúdo de suas reflexões, correspondiam ao formato de “manifestos”, comuns a revistas literárias das décadas de 1930-40.

produção e, conseqüentemente, da publicação destes textos. Fator que é, em muitos momentos, desconsiderado por uma parte menos cuidadosa da crítica à sua obra. Neste sentido, é fundamental reconhecer também o espaço dessas reflexões, ou seja, a imprensa. Como espaço discursivo, a imprensa se estabelece como um local de debates e confrontação de ideias. Orwell, com isso, pode, tal qual aponta Marks (ibid.;267), não apenas estabelecer contatos com seus pares intelectuais através da crítica ou de semelhanças de opinião, mas também, pode decupar várias de suas próprias ideias através do debate. Ao mesmo tempo, nesse espaço que, nas sociedades modernas, torna-se um dos meios principais de circulação das ideias, Orwell pode assimilar diversos conceitos, mais tarde, apropriados e/ou reelaborados em sua crítica¹⁰⁵.

Contudo, a posição de Orwell enquanto leitor é muito mais complexa. Como toda atividade leitora, marcada por uma variada rede de conexões culturais, tal qual aponta Chartier (1993), diversos elementos (e conceitos) acabam por compor uma estrutura de significados produzida por eles. Da mesma forma, se compõe a variegada teia de dimensões teórico-reflexivas que se sobrepõe nesse processo, que é a inter-relação sócio-cultural da qual o imaginário coletivo de uma sociedade é produto. Em Orwell, conseqüentemente, não é diferente. O quadro que compõe sua rede de leituras, principalmente numa posição como crítico sistemático, tal qual no período que passou no jornal *Tribune*, é bem amplo. Nós poderíamos contudo – se buscássemos uma racionalização, nem sempre precisa do ponto de vista conceitual, mas que nos permitiria classificar grupos mais ou menos específicos através da produção crítica de Orwell – esquematizar a grosso modo esse quadro de leituras, em dois tipos: o de leituras que poderíamos classificar de “político-filosóficas”, e o de leituras “ficcional”. É óbvio que, por exemplo, nos casos dos vários romances lidos e analisados por Orwell, é muito difícil separar o teor imaginativo dos elementos sociológicos de sua composição narrativa. Contudo, é possível indicar através dessa organização tipológica elementos fundamentais para o processo, tanto de circulação dessas ideias, quanto de sua apropriação, direta ou indireta, por nosso autor.

No primeiro grupo, por exemplo, diversas leituras se sobrepõem. Da revisão do trabalho *Their Finest Hour*, de Winston Churchill, escrito em 9 de Abril de 1949 e publicado na revista *New Leader* (NY), em 14 de Maio de 1949; passando por *The Road to Serfdom*, de F.A. Hayek, publicado no jornal *Observer*, em 9 de abril de 1944; o trabalho *Power: A new Social Analysis*, de Bertrand Russell, publicado no jornal *Adelphi*, em janeiro de 1939; até a revisão do *Mein Kampf*, de Adolf Hitler, publicado na revista *New English Weekly*, em 21 de março de 1940. Vê-se aqui, que o quadro é bem amplo. Não podemos, ainda sim, nos deixar perder em meio a essa rede vasta de

¹⁰⁵ Neste sentido também o próprio ensaio, como forma, que caracteriza a maioria de seus textos, tanto literários como políticos, reflete justamente, essa confrontação de ideias, por não se estabelecer como um tratado (fechado e homogêneo), permitindo múltiplas leituras e interpretações.

títulos e de autores. Mesmo assim, esse quadro de leituras – totalmente amplo do ponto-de-vista político-ideológico – demonstra a complexidade da dimensão simbólica que compõe a condição de Orwell (assim como de qualquer outro indivíduo na sociedade industrial) como leitor.

O mais interessante nesta busca pelas possíveis influências (e seus pontos de ruptura) de Orwell, é que ele próprio nunca as negou. Sua crítica literária, que viemos tratando com mais cuidado nas últimas páginas, é, por exemplo, um grande retrato daqueles livros e daquelas ideias que, de uma forma ou outra, o influenciaram, da mesma forma que muitos de sua geração. Inúmeras são as influências, neste sentido, buscadas, por exemplo, para a concepção do *1984*: da suposta visão futurista de H.G. Wells e Aldous Huxley; até o anti-utopismo de autores como Arthur Koestler, James Burnham e E.I. Zamyatin. Todos estes autores – cada um com um peso significativo para a literatura do final do século XIX e início do XX – influências declaradas de Orwell. Influências também, no tipo de crítica social e política contida em sua obra ensaística da segunda metade da década de 1940 – exatamente pelo peso exacerbado em seu imaginário de um tipo de crítica pessimista das sociedades europeias.

Koestler, por exemplo. Amigo pessoal de Orwell, suas trajetórias se assemelham em muitos pontos¹⁰⁶. Integrou também o grupo da esquerda não-stalinista europeia nos anos de 1920-40 – sendo, assim como Orwell, execrado por sua crítica. Seu trabalho ganhou grande repercussão – assim como o de outros dissidentes, como Orwell e Franz Borkenau – depois da Guerra Civil na Espanha, na qual se colocou também como crítico das ações comunistas do lado republicano¹⁰⁷. Contudo, sua grande influência para o imaginário de Orwell se revela num ensaio intitulado com o mesmo nome do autor (assim como fora com Kipling), escrito em 1944, mas publicado pela primeira vez na revista *Focus* 2, em 1946. Ali, fica clara a influência que o livro *Darkness at Noon*, iria desempenhar na concepção de seus dois últimos romances, especialmente pelo anti-utopismo de Koestler em relação a análise que perpetra do regime stalinista.

Outra influência deste período, é o russo E. I. Zamyatin. Seu livro *We*, de 1923, cuja resenha de Orwell é publicada no jornal *Tribune*, em 4 de janeiro de 1946 – e ao qual Orwell foi acusado de plagiar! – é talvez, em relação a sua estrutura, principalmente na construção de seu personagem principal, Winston Smith – um espelho do *1984*. Nele, Zamyatin, que fora prisioneiro do governo

¹⁰⁶ Nascido na Hungria, em 1905, Koestler, de origem judaica, fugiu cedo de seu país natal para escapar dos *pogroms* stalinistas. Em 1938, após desfiliar-se do Partido Comunista, emigrou para a Inglaterra, estabelecendo-se em Londres, onde adquiriu a cidadania inglesa. Neste período, inicia sua carreira como escritor e romancista, depois de ter se dedicado quase que exclusivamente ao jornalismo até então.

¹⁰⁷ Koestler foi enviado como correspondente para Madri, em 1936, pelo jornal britânico *News Chronicle*. Lá, participou ativamente da defesa de Málaga, sendo preso por forças franquistas e condenado a morte, sendo salvo, posteriormente, por intervenção diplomática inglesa. Sobre a Espanha e a Guerra Civil, Koestler publicou em 1938, o livro *“The Spanish Testament”*. Livro que seria resenhado por Orwell em 5 de fevereiro de 1938, no jornal *Time and Tide*, de Londres.

czarista em 1906 e do governo bolchevique, em 1922 (no mesmo corredor da mesma prisão, assinala Orwell em sua resenha), reflete quase auto-biograficamente suas experiências enquanto pária político de dois regimes ideologicamente diferentes, mas cuja repressão para com seus dissidentes, os igualava. Orwell contudo, conseguia enxergar mais naquilo que foi considerado por muitos críticos como expressão máxima da literatura reacionária anti-socialista (até a publicação do *1984*!). Tal qual ele escreve no encerramento de sua revisão:

(...)What Zamyatin seems to be aiming at is not any particular country but the implied aims of industrial civilization. [...] his book is not simply the expression of a grievance. It is in effect a study of the Machine, the genie that man has thoughtlessly let out of its bottle and cannot put back again. (Orwell, 1946 [1968[4]:75])*

Burnham, da mesma forma que Zamyatin, reflete esse processo em seu imaginário. Orwell analisa dois textos fundamentais desse autor, que denotam sua influência sobre ele, especialmente em sua visão do mundo na segunda metade da década de 1940. O primeiro, intitulado *James Burnham and the Managerial Revolution*, publicado na Inglaterra pela revista *Polemic*, nº 3, em maio de 1946 e pelo *Socialist Book Center*, no verão de 1946 (e mais tarde nos EUA, pela revista *University Observer* (Chicago), no verão de 1947), se refere a análise do livro do autor, de mesmo nome, publicado em 1940. O segundo, intitulado *Burnham's view of the Contemporary world struggle*, publicado nos EUA pela revista *New Leader* (NY), em 29 de março de 1947, se refere a análise do livro *The Struggle of the World*, publicado nos EUA. De um ponto de vista liberal-conservador, principalmente no segundo livro, Burnham analisa o regime soviético e sua expansão (ideológica e territorial) pelo continente europeu, e defende a necessidade de uma expansão ideológica da “democracia” estadunidense pelo mundo, afim de reequilibrar as forças mundias no pós-guerra. Ideia, aliás, a qual Orwell se opõe, defendendo, ao contrário, a expansão do que ele chama de “socialismo democrático” (Orwell, 1968[4]:322-3). A influência de Burnham para Orwell, mesmo diante de sua clara posição liberal, totalmente anti-comunista, está no pessimismo de sua visão, já dentro do contexto do pós-Segunda Guerra Mundial. Burnham, assim como Orwell no final da década de 1940, já enxergava os problemas que se sucederiam da expansão militar soviética pela Europa ao longo dos últimos anos da guerra. O que provocaria, inevitavelmente, um “estrangulamento do mundo”, diante do choque com o outro lado vencedor da guerra (EUA, Inglaterra e França) na Europa. Para Burnham – e em muitos aspectos é daí que Orwell toma suas

* “(...) O que Zamyatin parece ter visado não é nenhum país em particular, mas o objectivo implícito da civilização industrial. [...] O seu livro não é simplesmente a expressão de uma queixa. É na verdade um estudo sobre a máquina, o gênio que o homem deixou sair de sua garrafa e não pode colocar de volta.” (Orwell, 1946 [1968 [4]: 75]) [tradução livre]

visões do que seria considerado uma previsão da Guerra Fria em sua obra – ao final da Segunda Guerra, o mundo já estava bipolarizado entre as duas grandes potências mundiais que emergiram da derrota do fascismo. Para o autor estadunidense, contudo, caberia a democracia estadunidense o papel de reconstrução da Europa devastada, ao mesmo tempo, freando a expansão ideológica do comunismo para outras partes do mundo.

Acompanhar a leitura de Orwell desses três autores, além das particularidades da visão de cada um e de suas contribuições efetivas para o trabalho de Orwell, revela-nos ainda uma outra dimensão de análise, nisto que visualizamos como um processo de circulação de ideias no imaginário europeu do período. Em suas análises dos três autores, o próprio Orwell indica-nos uma característica comum: a crítica à sociedade industrial, ao sufocamento do mundo com a crise que resultaria na eclosão da 2ª Guerra Mundial, e das respostas autoritárias (de ambos os lados) dos Estados europeus. Como Orwell denota, por exemplo, ainda em sua primeira análise de Burnham, seu pensamento advém de uma linha muito clara no imaginário literário europeu:

Jack London, in *The Iron and the Heel* (1909), foretold some of the essential features of Fascism, and such books as Wells's *The Sleeper Awake* (1900), Zamyatin's *We* (1923), and Aldous Huxley's *Brave New World* (1932), all described imaginary worlds in which the special problems of capitalism had been solved without bringing liberty, equality, or true happiness any nearer. (Orwell, 1946 [1968[4]:162-3])*

London, Wells, Zamyatin, Huxley. Todos com uma característica comum: a crítica a nova sociedade de massas, a industrialização desenfreada, a proletarização da mão-de-obra, a massificação da produção cultural, etc., todos elementos que compõe a gestação do novo século. Da mesma forma, todos também escrevendo antes do advento de Hitler, em 1933, e do III Reich. O que se pode pensar com isso é a conjunção de fatores anteriores ao totalitarismo como também constitutivos de sua crítica. É fundamental pensar então no movimento de ruptura e transição provocado pela Grande Guerra em 1914-18. Lembremo-nos aqui, como em parte já o fizemos neste trabalho, que além da ruptura com os valores tradicionais do liberalismo vitoriano, os paradigmas do novo século exigiram uma reelaboração das relações entre os Estado e as sociedades, afim de recuperá-las da crise que assolou o continente no pós-Primeira Guerra. Respostas as quais, os novos valores da sociedade industrial, tecnológica e de massas, vieram suprir. Lembremos ainda, por exemplo, da ascensão da ideia da violência como valor legítimo na reelaboração das relações sociais, primeiro com George Sorel, e depois repercutindo também como valor fundamental no

* “Jack London, em seu *The Iron and the Heel* (1909), predisse algumas das características essenciais do fascismo, e livros como *The Sleeper Awake* (1900), de Wells, *We* (1923), de Zamyatin, e *Admirável Mundo Novo* (1932), de Huxley, descrevem mundos imaginários em que os problemas específicos do capitalismo tinham sido resolvidos sem trazer a liberdade, a igualdade, ou a verdadeira felicidade.” (Orwell, 1946 [1968 [4] :162-3]) [tradução livre]

futurismo de Marinetti – a qual representaria, em muitos aspectos, a base cultural do movimento fascista. Quais os efeitos, então, desse contexto para o imaginário europeu? E quais os efeitos para o imaginário dessa geração que nascia (ou produzia) neste interstício, da qual pertencera Orwell?

Parte dessa complexa resposta, ele mesmo tenta dar num ensaio fundamental para nossa análise, intitulado *The Rediscovery of Europe*. Neste ensaio, transmitido pelo serviço oriental da BBC, em 10 de março de 1942, e publicado no jornal *Listener*, em 19 de março de 1942, Orwell analisa alguns dos principais autores dessa geração que ele definiu como a da “literatura moderna” mundial: “(...) Joyce, Eliot, Pound, Huxley, Lawrence, Wyndham Lewis.” (Orwell, 1942 [1968[4]:101]). Para nosso autor, todos fortemente influenciados por uma noção negativa do “progresso” (ibid.). Todos também, “politicamente reacionários”, “ou na melhor das hipóteses, desinteressados por política” (ibid.). Como contraponto, Orwell (ibid.:199-200), estabelece uma comparação com aqueles que escreveram antes de 1914: Thomas Hardy, Shaw, Wells, Kipling, Bennett, Galsworthy, Pole, Conrad. Todos, segundo Orwell, com a característica central do “otimismo” de suas visões: seja na crença da ideia do “progresso” burguês imperialista (Conrad e Kipling), seja na crença da melhoria das condições de vida através da tecnologia e da ciência (Wells).

Mesmo reconhecendo rupturas entre estes autores (e entre essas diferentes gerações intelectuais), Orwell identifica a permanência de questões comuns, permeando comumente seus imaginários. Todos são, direta ou indiretamente, influenciados por dois temas centrais: o progresso e a máquina. Qual é então o ponto de ruptura? O próprio Orwell o assinala, comparando as “utopias” de Wells – *A modern utopia*, *The Dream*, *Men Like Gods* – com o livro *Brave New World*, de Huxley (ibid.:2005). Para ele, autores significativamente diferentes em sua abordagem do tema:

The obvious explanation of this sharp difference between the dominant writers before and after the war of 19+14-18 is the war itself. Some such development would have happened in any case as the insufficiency of modern materialist civilization revealed itself, but the war speeded the process, partly by making England has prosperous and therefore less isolated.*

Dos avanços da “humanidade”, propiciados pelo progresso científico e da modernização industrial da sociedade, como tema central da literatura pré-1914, após 1918, a própria ruptura toma a forma de tema central. Ruptura ideológica, mas também ruptura moral e dos costumes. Nessa toada, por exemplo, a figura de autores com Oscar Wilde e Henry Miller (ambos, apesar das

* “A explicação óbvia dessa diferença nítida entre os escritores dominantes antes e depois da guerra de 1914-18 é a própria guerra. Algum desenvolvimento teria acontecido em qualquer caso, se a insuficiência da civilização materialista moderna tivesse se revelado, mas a guerra fez acelerar o processo, em parte, tornando a Inglaterra próspera e, portanto, menos isolada. [tradução livre]

críticas, admirados por Orwell), cujas posições intelectuais em meio aos debates das sociedades de seu tempo, são centrais.¹⁰⁸

Contudo, é necessário assinalar também, que a crítica à sociedade moderna e industrial, é, nas leituras de Orwell, anterior a esse período (da Primeira Guerra Mundial) que ele define como central para a literatura europeia. Muitas de suas próprias referências já reconheciam o fato – o que, em alguns casos, é desconsiderado na leitura crítica de Orwell sobre esses autores. Poderíamos destacar como grande exemplo, Charles Dickens.

Outro dos escritores mais analisados por Orwell, é contudo num longo ensaio intitulado com o mesmo nome do autor, escrito em 1939, mas publicado junto com o *Inside The Whale* (op.cit.), que Orwell “relativiza” a posição crítica do autor, porém, sem deixar de reconhecer a obra de Dickens como uma das maiores críticas da industrialização inglesa no século XIX. Muito da crítica de Orwell a Dickens advém, sem dúvida, de sua admiração por ele. Assim como outros cânones da literatura e do pensamento inglês novecentista, Dickens fora um daqueles autores lidos e relidos durante a infância de Orwell e de sua geração; suas histórias eram decorados pelas crianças, como um retrato fiel das dificuldades que transformaram a Inglaterra na potência mundial do século XIX.

Dickens era, acima de tudo, um escritor popular. Suas novelas, contos e fábulas, publicadas em sua maioria em folhetins semanais, atraíram grande atenção do público inglês, já na primeira metade do século XIX. Já em 1836, quando da publicação dos primeiros fascículos de *Pickwick*, Dickens adquiriu grande notoriedade, com uma venda estimada de aproximadamente 40.000 exemplares – coisa impressionante para os padrões editoriais da época. Mais tarde, quando da publicação de *Oliver Twist*, entre 1837 e 1839, Dickens já contava com renome internacional. Tanto que alguns anos depois, em 1842, foi convidado para uma viagem aos EUA, por conta da grande repercussão que sua obra já tinha na Inglaterra.

A grande fama de Dickens, contudo, está, ainda hoje, em suas representações das mazelas da industrialização na Inglaterra vitoriana. Por este motivo, fora considerado um dos precursores da crítica social na literatura inglesa, e como um dos maiores críticos da industrialização de seu tempo. Livros como o *Hard Times*, de 1854, ganharam notoriedade pelo retrato vívido das condições de vida nas novas cidades industriais inglesas: a deteriorização das condições de vida, de higiene e moradia, nas novas cidades dormitórios das zonas industriais; a proletarização das populações, das cidades e dos migrantes do campo; as péssimas condições de trabalho; os baixos salários e as longas jornadas diárias nas fábricas; a mudança da paisagem urbana, com o escurecimento das casas por conta da fuligem expelida das chaminés das fábricas, etc. A imagem de Dickens fora marcada

¹⁰⁸ Os dois resenhados por Orwell. Miller (ao qual Orwell mantinha uma amizade pessoal) fora um dos escritores mais resenhados por ele, entre 1930 e 1940. Ver em especial, a resenha do livro *Tropico of Cancer*, publicado na revista *New English Weekly*, de 14 de novembro de 1935.

assim, como um escritor “dos pobres”, tal qual o definiu o renomado escritor G. K. Chesterton, na introdução das obras de Dickens, intitulada *Appreciations and Criticisms of the Works of Charles Dickens* (1911).

E justamente é essa a imagem, em grande parte construída pela crítica simpática à sua obra, que o transformou num dos principais nomes do pensamento social inglês do século XIX. Raymond Williams, por exemplo, outro grande crítico do pensamento social inglês, classifica a obra de Dickens, em seu *Cultura e Sociedade* (1969:111), entre aqueles “romances industriais”, que, no século XIX, tomavam a própria industrialização como fio condutor de seus enredos. Em especial, o *Hard Times*, será considerado por Williams como, “[...] *antes uma análise do industrialismo do que uma experiência dele.*” O livro assim, se colocaria muito mais como um “sintoma” dos efeitos do industrialismo, do que uma resultante direta dele, ou das próprias experiências pessoais de Dickens. Williams, por exemplo, escreve sobre ele:

(...) Como reação global, *Hard Times* é mais um sintoma da confusão que é a sociedade industrial do que um documento revelador de sua realidade, afinal compreendida e interpretada.” (Williams, op.cit.:114)

É interessante notar que a análise de Williams sobre Dickens concorda em muitos pontos com a análise de Orwell sobre o grande escritor inglês – em termos específicos, principalmente quando ambos vão falar do *Hard Times*. Williams contudo, parece mais complacente em sua crítica, aceitando melhor aquilo que Orwell, mesmo com sua reverência ao autor, critica em Dickens.

Para Orwell, a grande notoriedade de livros como *Hard Times*, *A Tale of Two Cities*, *Great Expectations*, *Oliver Twist*, etc. – todos grandes representações da literatura e da crítica social inglesa no século XIX – não podem ser contestadas, principalmente em sua capacidade de discutir as mazelas do industrialismo na Inglaterra do século XIX. Orwell escreve, por exemplo, em seu ensaio:

He [Dickens] really hated the abuses he could understand, he showed them up in a series of novels which for all their absurdity are extremely readable, and he probably helped to alter public opinion on a few minor but important points. (Orwell, 1939[1968[1]:416])*

Segundo Orwell, mesmo diante dessa capacidade de atentar a sociedade para pontos importantes do processo de industrialização, estes mesmos livros, no entanto, em sua capacidade

* “Ele [Dickens] realmente odiava os abusos que ele pode entender, demonstrando em uma série de novelas que, por todos os seus absurdos que possam conter, são extremamente legíveis, e ele provavelmente contribuiu para alterar a opinião pública em alguns pontos menores, mas importantes. (Orwell, 1939 [1968 [1]: 416]) [tradução livre]

pictórica de representar a força dessas agruras, dissipam características fundamentais da obra de Dickens e, conseqüentemente, de sua própria posição política-social: seu ardor patriótico, que justifica o imperialismo e a xenofobia, através da imagem do “homem inglês” como superior (Orwell, 1939[1968[1]:428]); a representação de personagens “pitorescos”, quase extáticos (ibid.:439-40), sem, porém, demonstrar as causas dessa estagnação humana, ou seja, a exploração da força-de-trabalho (ibid.:442), etc. Orwell escreve mais a frente ainda:

(...) The “gentleman” and the “common man” must have seemed like different species of animal. Dickens is quite generally on the side of the poor against the rich, but it would be next door to impossible for him not think of a working-class exterior as a stigma.(ibid.:436)*

A crítica de Orwell à Dickens, nesse sentido, se estrutura através da crítica a sua posição política na sociedade inglesa, a qual aludia em seu imaginário. Para Orwell, tal qual na citação acima, Dickens sentia sim as dores dos pobres e oprimidos da sociedade industrial, a ponto de retratá-los com um realismo quase único, que tornou sua obra um retrato dessa dor. Porém, via-a de uma “distância segura”; uma distância que não abalasse sua própria posição social e nem mesmo seu status econômico, de escritor e intelectual renomado. Para Orwell, desta forma, a crítica de Dickens ao industrialismo e à sociedade vitoriana se constituía numa crítica quase “moral”(op.cit.:416). Como ele escreve:

His whole “message” is one that at first glance looks like an enormous platitude: If men would behave decently the world be decent. (...) Naturally this calls for a few characters who are in position of authority and who *do* behave decently. Hence that current Dickens figure, the Good Rich Man. (Orwell, op.cit.:417)*

Para Orwell assim, Dickens estava muito longe de ser um revolucionário; ou no mínimo, alguém que enxergasse na revolução qualquer tipo de saída para o mundo que retratava em seus livros. Orwell, na verdade, aponta o contrário: a revolução (para Dickens) era um mal que desestabilizava a sociedade; um “monstro” que engolia a si própria e a todos aqueles que a cercavam, produzindo um caos muito maior do que as mazelas da industrialização em si:

* “(...) O “cavalheiro” e o “homem comum” devem ter parecido diferentes espécies de animais. Dickens esta em geral, do lado dos pobres contra os ricos, mas seria impossível para ele não pensar, estando do lado de fora, na classe trabalhadora como um estigma”. (Ibid.: 436) [tradução livre]

* “Toda sua “mensagem” é, à primeira vista uma enorme quietude: Se os homens se comportam decentemente o mundo seria decente. (...) Naturalmente, isso exige alguns personagens que estão em posição de autoridade e que se comportam decentemente. Daí a usual figura Dickens atual, do homem rico bondoso.” (Orwell, op.cit.: 417) [tradução livre]

And Dickens is very sure that revolution *is* a monster. That is why everyone remembers the revolutionary scenes in *A Tale of Two Cities*; they have the quality of nightmare, and it is Dickens's own nightmare. Again and again he insists upon the meaningless horrors of revolution – the mass-butcheries, the injustice, the ever-present terror of spies, the frightful blood-lust of the mob. The descriptions of the Paris mob – the description, for instance, of the crowd of murderers struggling round the grindstone to sharpen their weapons before butchering the prisoners in the September massacres – outdo anything in *Barnaby Rudge*. The revolutionaries appear to him simply as degraded savages – in fact, as lunatics. (ibid.:422)*

Aqui fica claro, na leitura que Orwell faz de Dickens, o medo que a mudança brusca dos paradigmas sociais e econômicos da sociedade, através da revolução causava no autor. E se pensarmos dentro de um contexto histórico mais amplo, esse medo da revolução, que Orwell atribui a Dickens, representava o mesmo medo que a ideia da ascensão política das massas provocava no século XIX. A própria ideia de democracia, como um governo das *massas*, é, assim como todas as ideias de socialismo, fortemente combatida, inclusive por importantes estratos da classe intelectual mais sensível aos pobres e aos oprimidos. Esse medo advém, na verdade, da suposta compreensão da incapacidade dessas “*massas*” (também um conceito construídos historicamente, após a Revolução Francesa, para determinar um estrato do povo, antes comumente denominado por “populacho”) em se auto-governar, seja por sua incapacidade intelectual, seja por sua imperícia para os assuntos políticos.

Mais uma vez, recorremos aqui a Raymond Williams. E novamente a seu livro *Cultura e Sociedade*, de 1969 (op.cit). Ali Williams vai explorar com muita acuidade essa questão, inclusive denotando características muito peculiares a alguns dos autores exaltados como fundamentais na crítica social e no pensamento social inglês do século XIX, principalmente nos termos de uma crítica à industrialização e em uma defesa da classe trabalhadora. Autores que, na verdade, conciliaram em suas argumentações, ao mesmo tempo, uma crítica a proletarização da sociedade, mas também um medo latente da ascensão política dessa “*massa*” de homens e mulheres terrivelmente explorados pelos processo de industrialização ao longo do século XIX.

Caso muito interessante, que nos serve aqui como grande exemplo dessa questão, e ao qual Williams destaca em seu trabalho, é o de John Ruskin. Escritor, poeta, desenhista, historiador da arte, Ruskin é considerado um dos fundadores da crítica de arte contemporânea. Seus trabalhos sobre arte e arquitetura constituíram-se como referências fundamentais para áreas como a história

* “E Dickens tinha certeza que a revolução é um monstro. É por isso que todo mundo se lembra das cenas revolucionária em *A Tale of Two Cities*, pois elas têm a qualidade de pesadelo, e é o próprio pesadelo de Dickens. Novamente e novamente ele insiste no sentido do horrores da revolução - a massa, açougues, a injustiça, o terror sempre presente de espões, o terrível desejo de sangue da máfia. As descrições da multidão em Paris - a descrição, por exemplo, da multidão de assassinos lutando ao redor do reboło para afiar as suas armas antes de massacrar os prisioneiros nos massacres de Setembro - nada que supere *Barnaby Rudge*. Os revolucionários parecem-no simplesmente como selvagens degradados – na verdade, como lunáticos.” (Ibid.: 422) [tradução livre]

da arte, a arquitetura, os estudos do patrimônio histórico, a conservação e preservação de bens culturais. Suas reflexões sobre a arte e cultura na Inglaterra vitoriana contudo, tal qual Williams analisa, guardam grandes reflexões sociais sobre a sociedade inglesa de então. Como Williams escreve a respeito de Ruskin:

(...) Em suas críticas da arte, o padrão adotado era sempre a 'beleza típica', a evidência absoluta nas obras de arte do 'grande desígnio universal'. Em sua crítica social, preocupa-se mais com 'a feliz realização das funções nos seres vivos' e com as condições para o 'alegre e reto exercício da vida perfeita no homem'. O padrão absoluto de perfeição nas obras de arte; as condições de perfeição no homem: eis as bases comuns da tradição. As duas faces da obra de Ruskin fundam-se na mesma submissão a um termo único, beleza; a ideia de beleza (que nos seus escritos é, praticamente identificada á de verdade) assenta-se na crença de que existe uma ordem universal divina. A crítica da arte e a crítica social estão internamente relacionadas, não porque uma seja à outra, mas porque ambas são aplicações, em sentidos específicos, da mesma convicção fundamental. (Williams, 1969:150)

Ruskin vai estabelecer, dentro das linhas que Williams traça em sua leitura disso que ele define como tradição do pensamento social inglês, uma relação direta entre arte e crítica social. Relação então, grande parte, proposta por essa tradição do pensamento social inglês no século XIX. Com isso, ao mesmo tempo que proporá um tipo de análise para a história da arte, Ruskin representará uma crítica à industrialização: a submissão do homem – privado do pleno exercício de suas funções pela indústria. Tal qual Williams aponta (ibid.:152), a ideia de “civilização” em Ruskin, está diretamente ligada a arte. Segundo o crítico inglês, nascendo da mesma oposição entre o “orgânico” e o “mecânico”, ou, da capacidade “orgânica” de apreensão do artista, contra a “imposição mecânica” das formas sociais. Vê-se então, em sua teoria sobre a história da arte, uma crítica à sociedade moderna inglesa.

E em toda essa discussão, o conceito de “*orgânico*” – “sociedade orgânica”, “cultura orgânica”, “homem orgânico”, etc – é fundamental. Para Williams, ao longo do século XIX, em meio a essa tradição do pensamento social inglês, ele representou, tanto em suas vertentes marxistas, quanto em suas vertentes conservadoras, uma expressão da crítica ao liberalismo:

(...) Constitui, entretanto, um dos mais importantes fatos do pensamento social inglês do século XIX, o ter dado origem e desenvolvimento, em oposição à sociedade do laissez-faire, a essa concepção orgânica da sociedade, com ênfase em inter-relação e interdependência. Por um lado, fez-se essa concepção a base do ataque a condição dos homens na 'produção industrial', ao 'nexo-dinheiro' como princípio uno de relação ativa entre eles e aos reclames de democracia política da classe média. Ao mesmo tempo, por outro lado, foi a base do ataque ao capitalismo industrial e às humilhações do liberalismo triunfante da classe média.

Parecia assim, que um tipo de pensador conservador e um tipo de pensador socialista utilizavam-se de expressões semelhantes, não apenas para criticar uma sociedade *laissez-faire*, mas também para expressar a ideia de uma sociedade superior.” (Williams, 1969:154)

Ou seja, a ideia de categorias *orgânicas*, concebida na análise teórica de Ruskin, ao mesmo tempo que simbolizava um traço da tradição do pensamento social inglês de crítica à industrialização e ao liberalismo, representava também, segundo a análise materialista histórica de Williams, “a posição da classe média britânica”. Posição, concomitantemente intelectual e política, e que permeou em grande parte o imaginário crítico desses intelectuais que escreviam sobre as mazelas da sociedade industrial na metade do século XIX. Não queremos, contudo, esgotar aqui as reflexões de Williams sobre a obra e o pensamento de Ruskin. Seu exemplo contudo, é significativo dessa crítica, ao mesmo tempo, contrária às mazelas do industrialismo, e contrária à ascensão política das *massas* na sociedade.

Outro interessante exemplo presente na obra crítica de Orwell é George Gissing. Junto com outros autores como Dickens e William Morris, Gissing é considerado (inclusive por Raymond Williams) um dos grandes autores do realismo inglês da era vitoriana. Em um ensaio, intitulado também com o mesmo nome do autor, escrito em 1948, Orwell apresenta um ponto crítico bem similar à suas apreciações de outros autores, como Kipling e Dickens. Seu reconhecimento da relevância da obra de Gissing, não o priva, contudo, de uma crítica pontual à sua obra, como quase um reflexo de sua posição social – refletindo, com isso, parte dos ensejos políticos, ideológicos e culturais, de um estreito da sociedade britânica.

O elogio de Orwell à obra de Gissing se estabelece logo no início do ensaio. Para nosso autor, a grande maioria dos trabalhos de Gissing (a exceção de alguns outros do final de sua vida, tal qual Orwell assinala), constituem um grande ponto de ruptura com a tradição do pensamento vitoriano:

(...) Behind his rage and querulousness there lay a perception that the horrors of life in late-Victorian England were largely unnecessary. The grime, the stupidity, the ugliness, the manners, the censoriousness – these things were unnecessary, since the puritanism of which they were a relic no longer upheld the structure of society. People who might, without becoming less efficient, have been reasonably happy chose instead to be miserable, inventing senseless taboos with which to terrify themselves. (Orwell, 1948 [1968[4]:430])*

* “(...) Atrás de sua raiva e querela estava uma percepção de que a vida dos horrores na Inglaterra do final do período vitoriano foram amplamente desperdiçadas. A sujeira, a estupidez, a fealdade, os costumes, a censura - essas coisas são desnecessárias, uma vez que o puritanismo do qual eles eram relíquias não confirmou a estrutura da sociedade. Pessoas que poderiam, sem se tornar menos eficientes, terem sido razoavelmente felizes preferiram ser miseráveis, inventando tabus sem sentido com os quais se aterrorizavam.” (Orwell, 1948 [1968 [4]: 430])[tradução livre]

Fica claro aqui, a relevância da figura de Gissing para Orwell: o rompimento com a sociedade de seu tempo. A crítica de Gissing a moralidade, as maneiras, ao comportamento, enfim, ao “código social” da sociedade vitoriana, contida, segundo a visão de Orwell, em sua obra, transforma-a num documento de estudo psicológico de sua geração. O contraponto, entretanto, vem logo a seguir, na mesma página. Para ele, Gissing, na verdade, não estabelecia, com a crítica à moralidade e às formas de comportamento social de seu tempo, necessariamente, um rompimento com as bases econômicas e sociais da Inglaterra vitoriana. Ao contrário: para Orwell, Gissing defendia o “[...] *homem excepcional, o homem sensível, isolado dos bárbaros*” (Orwell, 1968[4]:430). Como Orwell escreve:

(...) He [Gissing] did not admire the working class as such, and he did not believe in democracy. He wanted to speak not for the multitude, but for exceptional man, the sensitive man, isolated among barbarians. (Orwell, *ibid.*)*

E mais uma vez, tal qual fora também com Dickens, a constatação de Orwell da presença de um certo teor de conservadorismo de classe na leitura do autor sobre a sociedade a qual retratava direta ou indiretamente em seus romances, denotava uma questão muito mais profunda, acerca de um tipo de sociologia dos intelectuais dentro dessa tradição do pensamento social inglês, especialmente ao longo do século XIX e nas primeiras décadas do XX. Com isso, a análise que Orwell depreende da obra de Gissing, estabelece um ponto importante na posição de nosso autor como crítico do pensamento e dos intelectuais dessa tradição: uma classe de intelectuais que, mesmo tratando da pobreza, do desespero, da humilhação, enfim, das mazelas da humanidade – muitas vezes refletida nos romances realistas da era vitoriana, pela crítica a industrialização – representavam um ponto de vista (não monoliticamente, é preciso ressaltar) das classes médias, ao mesmo tempo, confortáveis em suas posições sócio-econômicas, e indiferentes (quando não totalmente contrários) às alterações dos paradigmas políticos e sociais do mundo em que viviam.

Para Gissing, assim, como fora para Orwell também, no processo de sua formação, a pressão econômica exercida pela rígida estratificação social inglesa, deteve um caráter fundamental em sua crítica – em ambos, refletindo sua posição na chamada “lower-middle-class”. Fator que, para Williams (op.cit:111), confundiu suas próprias histórias pessoais como suas análises sociais. Neste sentido, a própria relação de ambos com o passado e o futuro é afetada, pois o desenvolvimento de sua trajetória se torna fator determinante, estruturando também sua visão sobre

* “(...) Ele [Gissing] não admirava a classe operária como tal, e ele não acredita na democracia. Ele não quis falar para a multidão, mas para o homem excepcional, o homem sensível, isolado entre os bárbaros.” (Orwell, *ibid.*) [tradução livre]

o presente. Como Williams escreve:

[...] a vulnerabilidade e os sofrimentos do escritor, em sua situação social própria, são identificados com os fatos de uma história social que o transcende. Não que ele não consiga ver a realidade dessa história social; pelo contrário, em muitos casos ele é particularmente sensível a ela, enquanto fato presente. Mas a identificação dos sofrimentos pessoais do escritor com os de um grupo social que o transcende termina inevitavelmente por ser negativa. O presente é visto de forma precisa e contundente, mas suas relações verdadeiras com o passado e o futuro são inacessíveis, porque o desenvolvimento do próprio escritor é o fator determinante: sentimentos acerca do passado e concepções a respeito do futuro nos quais, através de uma verdadeira interseção, um presente observado é estruturado. (Williams, op.cit.:111)

Da mesma forma que Gissing e Dickens, H.G. Wells é outro bom exemplo. Orwell contudo, não é menos caustico em sua crítica ao autor. Em uma série de artigos e revisões escritas e publicadas entre 1937 e 1946, Orwell critica arduamente a noção de Wells sobre o progresso, a ciência, e os benefícios do avanço tecnológico para a sociedade. Contudo, é no artigo *Wells, Hitler and the World State*, publicado na revista *Horizon*, em agosto de 1941, que Orwell atinge o ápice de sua crítica. Através da análise de uma série de textos jornalísticos publicados por Wells no início de 1941 e reunidos no livro *Guide to New World*, Orwell estabelece uma relação complexa entre a noção positiva de Wells sobre o progresso e a ciência, e as preposições totalitárias do nazismo. Para ele, a ideia de Wells, apresentada neste texto, da construção de um Estado mundial que suprisse as “necessidades comuns” dos indivíduos, através de organizações políticas comuns, e fazendo uso da tecnologia a seu favor, se assemelhava as ideias de Hitler e do nazismo para a construção de um Estado global sob sua égide. Para Orwell, o “espírito ingênuo” de Wells – do qual advinha também seu pacifismo – não o permitia ver a perversão da máquina pela sociedade moderna. Como ele escreve:

History as he [Wells] see it is a series of victories won by scientific man over the romantic man. Now, he is probably right in assuming that a “reasonable”, planned form of society, with scientists rather than witch-doctors in control, will prevail sooner or later, but that is a different matter from assuming that is just round the corner. (Orwell, 1941 [1968[2]:142])*

Orwell considerava que Wells havia “estacionado” no final do século XIX. Sua crença no progresso científico burguês, e da tecnologia como solução para todos os problemas da

* “A história para ele [Wells] é uma série de vitórias conquistadas pelo homem científico sobre o homem romântico. Agora, ele provavelmente está razoavelmente certo em supor que uma forma planejada da sociedade, com os cientistas, em vez de feiticeiros no controle, vai prevalecer mais cedo ou mais tarde, mas é diferente do que dizer que isso acontecerá ao dobrarmos a esquina.” (Orwell, 1941 [1968 [2]: 142]) [tradução livre]

humanidade, revelavam, segundo suas análises, uma clara imprecisão histórica diante dos eventos que cercaram as sociedades nas primeiras décadas do século XX – a Primeira Guerra Mundial, o nazismo, a Segunda Guerra, etc. Todos eventos que perverteram qualquer noção positiva quanto ao uso da máquina, diante dos olhos da geração de Orwell. Na verdade, ao contrário, a máquina, e o progresso científico e tecnológico que ela simbolizava nas últimas décadas do século XIX, fora substituída nas primeiras décadas do século XX, por seu simbolismo da força sem fim e ininterrupta, da velocidade, da violência como força criadora – todos explícitos por exemplo em seu grande símbolo cultural do início do século, o *Futurismo*, que teve na Primeira Guerra, seu grande ideal de transformação social (Sevcenko, 2003). E para Orwell, a visão positiva de Wells, desencadeava, devido a sua influência para sua geração como um escritor altamente popular, um certo tipo de contra-senso histórico, entre um tipo de pensamento positivista e sua ruptura:

But is it not a sort of parricide for a person of my age (thirty-eight) to find fault with H.G. Wells? Thinking people who were born about the beginning of this century are in some sense Wells's own creation. How much influence any mere writer has, and especially a 'popular' writer whose work takes effect quickly, is unquestionable, but I doubt whether any one who was writing books between 1900 and 1920, at any rate in the English language, influenced the young so much. The minds of all of us, and therefore the physical world, would be perceptibly different if Wells had never exist. (Orwell, 1941 [1968[2]:143])*

A visão de Orwell sobre Wells, é contudo, controversa. John Partington, por exemplo, num interessante e recente artigo, publicado em 2004, analisa especificamente a crítica de Orwell ao autor. Para Partington (2004:48), Orwell desconsiderava, entre outras questões, as próprias ressalvas de Wells, especialmente em seu trabalho ensaístico, à sua visão em relação a tecnologia e ao futuro. Auto-crítica que já aparecia inclusive, segundo Partington, em livros como *The Sleeper Awakes* (1899) e *The Invisible Man* (1897), onde Wells já tratava dos perigos da má utilização da tecnologia pelas sociedades. Como Partington escreve em seu artigo:

Orwell claims that Wells's flaw was his 'confusion of mechanical progress with justice, liberty and common decency'. Whereas, on the contrary, Wells argued that human rights required additional pretection in a world as greatly regulated as his socialist world state would need to be: 'The more highly things are collectivised the more necessary is a legal system embodying the Rights of Man'. Orwell claims that 'It never occurred to Mr Wells that his categories might have got mixed, that it might be the

* “Mas não é uma espécie de parricídio para uma pessoa da minha idade (trinta e oito) encontrar falhas em HG Wells? O pensamento das pessoas que nasceram por volta do início deste século são, em certo sentido, criação do próprio Wells. Quanta influência tem qualquer mero escritor, e especialmente um escritor "popular" cuja obra tenha efeito rápido, é indiscutível, mas duvido que qualquer um que tenha escrito livros entre 1900 e 1920, pelo menos no idioma Inglês, tenha influenciado tanto os jovens. As mentes de todos nós, e por isso o mundo físico, seria sensivelmente diferente se Wells nunca tivesse existido.” (Orwell, 1941 [1968 [2]: 143]) [tradução livre]

reactionary who would make the fullest use of the machine and that the scientist might use his brains chiefly on race-theory and poison gas', but Wells had been warning of such abuses of science since before Orwell's birth, in such scientific romances as *When the Sleeper Wakes* (1899), and *The Invisible Man* (1897), which tells the story of Griffin, a scientist who uses his powers for self-aggrandizement and tyranny. (Partington, 2004: 48)*

Fator que, contudo, também é considerado por Orwell no livro *The Road to Wigan Pier* (op.cit.), no qual ele a aponta como uma contradição na própria visão de Wells, quando compara-o a outros autores que criticam essa ideia de progresso da sociedade industrial moderna, tal qual, por exemplo, Aldous Huxley:

[...] Vale a pena comparar *The Sleeper Awakes* de H.G. Wells com *Brave New World* de Aldous Huxley, escrito quase 30 anos depois do primeira. Considerada apenas como uma obra de ficção, *The Sleeper Awakes* é, na minha opinião, muito superior, mas contem grandes contradições pelo fato de Wells, como um apologista do "progresso", não conseguir escrever com nenhuma convicção contra o progresso[...]. Ele parece sugerir que, se as classes privilegiadas forem derrubadas e haver mudança do capitalismo mundial para o socialismo, tudo estará bem. A civilização da máquina permanecerá, mas seus produtos devem ser divididos de forma equânime. Nem se atreve a encarar a possibilidade de ser a própria máquina o inimigo. (Orwell, 1986:196-7)

Ou seja: na visão de Wells, a máquina é o caminho para a solução dos males da humanidade. Mesmo que haja alguma ressalva em sua visão, tal qual defende Partington contra as críticas de Orwell, a crença na máquina e na ciência permanece. E é essa permanência a fonte da discórdia de Orwell. Para ele, Wells incorporava um movimento intelectual muito forte, presente também na Inglaterra: o de um pensamento arraigado ao século XIX, e às crenças políticas, econômicas e sociais da burguesia novecentista. Wells, assim como outros nomes de sua geração intelectual, não conseguia se desprender desses laços culturais; por isso, não conseguia estabelecer em suas obras, respostas aceitáveis para problemas presentes no contexto mundial das primeiras décadas do século XX, como a crise da década de 1930 e o fascismo.

Assim como fora com Gissing, Dickens, Henry Miller, Kipling, etc., a crítica de Orwell a

* "Orwell afirma que a falha Wells foi a sua "confusão do progresso mecânico, com justiça, liberdade e decência". Considerando que, ao contrário, Wells argumentou que os direitos humanos necessitam de proteção adicional em um mundo extremamente regulamentado, conforme o seu estado socialista mundial teria de ser: «Quanto mais as coisas são coletivizadas mais necessário é um sistema jurídico que proteja os direitos do homem". Orwell afirma que "Nunca ocorreu ao Sr. Wells que suas categorias podem ter se misturado, que poderia ser um reacionário, que faria o maior uso da máquina e que o cientista pode usar seu cérebro, principalmente na teoria da raça e em gases venenosos", mas Wells tinha sido avisado de tais abusos da ciência desde antes do nascimento de George Orwell, em seus romances científicos, *When the Sleeper Wakes* (1899) e *The Invisible Man* (1897), que conta a história de Griffin, um cientista que usa seus poderes para auto-engrandecimento e para a tirania." (Partington, 2004: 48) [tradução livre]

Wells, repercute de uma maneira fundamental em sua crítica ao pensamento e aos intelectuais no entre-guerra. O que pretendemos demonstrar com essa rápida análise da crítica de Orwell a esses autores, presente principalmente em sua crítica literária, não é, de forma alguma, simbolizar suas contradições, com a finalidade de mantê-los isolados. Ao contrário: nossa ideia em exaltar essas contradições é, justamente, de demonstrar a permanência de um quadro de conceitos no imaginário europeu, especialmente do período que se estende da segunda metade do século XIX (quando escrevia Dickens, por exemplo), até as primeiras décadas de século XX (quando escreviam o próprio Wells, Huxley e Orwell). Período em que essas ideias sofreram grandes transformações, na transição provocada pela Guerra em 1914-18, mas que, mesmo assim, permaneceram em meio a imaginação de seus intelectuais, num processo constante de circulação, apropriação e re-apropriação, em seus imaginários literários e em suas obras críticas e ensaísticas.

Processo constante, do qual o próprio Orwell, em sua obra, fora também consumidor, no sentido proposto por Michel de Certeau (2008). Orwell com isso, estabeleceu um duplo jogo em sua crítica: o de incorporação de alguns desses conceitos e ideias, ao mesmo tempo que de ruptura com essa tradição intelectual, principalmente na Inglaterra, tal qual define, entre outros, Raymond Williams (op.cit). Sua crítica reflete então, tanto quanto uma crítica ao totalitarismo e a outras formas autoritárias de governo e a própria supressão das liberdades individuais em países “democráticos” como a Inglaterra, uma crítica à sociedade de massas e industrial; a proletarianização das massas trabalhadoras e a perda contínua de direitos sociais; o sufocamento da vida nas cidades modernas, acinzentadas pelas chaminés das fábricas; aos subúrbios proletários e a desumanização das condições individuais de vida; a massificação da cultura e da arte, etc. Todas características das sociedades europeias dos anos de 1930 e 1940, porém, nenhuma delas inventada por Hitler ou Stalin.

Sua crítica, expressas através das análises desses autores canônicos, estabelece então, uma relação direta com nosso tema central neste trabalho, ou seja, suas considerações sobre a transformação da memória em arma política pelos Estados nas décadas de 1930 e 1940. Os usos da cultura – no caso, a cultura inglesa – como cimento identitário da nação, através, principalmente, da transformação do passado em algo a ser seguido e copiado pelas gerações futuras, estabelece um ponto fundamental neste processo. Como veremos no próximo capítulo, será através dessa cultura canônica, erigida como símbolo da superioridade britânica diante da inferioridade de outros povos, por exemplo, através das produções da BBC para a Índia colonial, que esse processo se manifestará de maneira explícita na crítica de Orwell. Suas análises individuais destes importantes autores, contudo, tal qual expomos neste segundo capítulo, revelam também, a força disso que autores como Edward Said e Raymond Williams, classificaram como uma “tradição” no pensamento de uma

época. Através das permanência – e também das rupturas, como a crítica literária de Orwell demonstra tão bem – de uma série de conceitos e temas comuns nos imaginários e na crítica desses autores, que atingiram grande fama diante de seu público leitor, que um discurso acaba sendo produzido e, por fim, toma a forma em seus usos políticos e ideológicos, de uma arma de coesão social.

As análises de Orwell desses autores toma a forma, não apenas de uma sociologia de sua produção intelectual, quanto de contestação das bases culturais em que a tradição cultural sobre a qual eles estão assentados no panteão da cultura inglesa das primeiras décadas do século XX, é erigido. Em cheque está, não apenas as bases culturais em que, por exemplo, a educação das elites britânicas é assentada nas grandes universidades e escolas preparatórias, mas também, de sua própria formação intelectual, baseada nestas mesmas bases culturais. A crítica de Orwell assim, ao “passado coletivo” britânico, expresso em algumas de suas principais manifestações intelectuais, toma a forma de uma auto-crítica evidente, a qual lhe permitirá estabelecer um ponto de ruptura com esse passado, e desvendar, nos caóticos anos da década de 1940, problemas até então obscurecidos pelo calor dos fatos para a maioria de seus contemporâneos.

Capítulo 3

A luta pela memória e pela história na obra de Orwell

Il faut d'abord rappeler une évidence: c'est que la mémoire ne s'oppose nullement à l'oubli. Les deux termes qui forment le contraste sont l'*effacement* (l'oubli) et la *conservation*; la mémoire est, toujours et nécessairement, une interaction des deux. [...] la mémoire, elle, est forcément une sélection: certains traits de l'événement seront conservés, d'autres sont immédiatement ou progressivement écartés, et donc oubliés.

Tzvetan Todorov, *Les abus de la mémoire*.

[...] na verdade, o Estado e o político não são os únicos a colocar a história sob vigilância. Também o faz a sociedade que, por sua vez, censura e auto-censura qualquer análise que possa revelar suas contradições, seus lapsos, que possa comprometer a imagem que uma sociedade pretende dar de si mesma.

Marc Ferro, *A história vigiada*.

Neste capítulo, consideraremos, o processo de sistematização de uma crítica aos diversos usos políticos da memória entre o final da década de 1930 e por toda a década de 1940, em meio a produção não ficcional da obra de George Orwell. Como viemos analisando até agora, nos capítulos precedentes deste trabalho, a crítica de Orwell a esses processos, já estava presente em sua produção, em especial em seu ensaísmo crítico, desde o início de sua carreira efetiva como jornalista no início da década de 1930, manifestando-se de maneiras diversas em sua produção.

A partir de sua participação na Guerra Civil espanhola, entre a metade do ano de 1936 e o início do ano de 1937, contudo, sua crítica se voltará, em muitos aspectos, a análise deste tema. Sobre a guerra, sua produção se concentrará num foco muito específico: a transformação da memória da guerra e de seus combatentes num campo de batalhas. Acompanhando desde o início as primeiras produções da historiografia do conflito, Orwell, que também fora espectador privilegiado, relatando suas experiências como testemunha ocular dos eventos da guerra, terá claro em sua produção crítica o papel fundamental que a memória – e suas diversas apropriações – detivera nos debates internos e externos sobre o que se passava em terras espanholas ao longo da Guerra Civil. Sua construção contínua, tanto quanto identificar um processo de institucionalização do passado pelas diversas linhas ideológicas em disputa, reafirmava a necessidade constante de construção identitária daqueles que empreendiam a luta contra Franco à favor da República espanhola. Como Orwell vai tão bem analisar em sua produção, com uma acuidade crítica que transformará sua obra em peça fundamental para a historiografia da Guerra Civil pós-franquismo, a necessidade de constante afirmação política daqueles diversos grupos que empreendiam a luta contra Franco, em meio a conturbada conjuntura partidária da Frente Popular, projetou uma situação que explodiria ao

longo do conflito nos processos que resultariam na supressão da dissidência comunista, por suas posições ideológicas contrárias a grande força (bélica e política) que as Brigadas Internacionais representavam. Tanto quanto as disputas físicas, as prisões e assassinatos de líderes desta dissidência – como Andreu Nin, líder do P.O.U.M – a “guerra paralela” travada no seio da Frente popular, produziu uma dura luta simbólica entre as diversas linhas de composição da defesa republicana, travada principalmente através da imprensa, dentro e fora da Espanha.

A força destas questões, que dominou a produção de Orwell por todo o final da década de 1930, até o lançamento do ensaio *Looking Back on the Spanish War*, em 1942, repercutiria fundo na obra e no pensamento crítico do autor por toda a década de 1940. Destes debates por exemplo, emergiriam suas críticas a propaganda, já assumidamente uma grande arma de guerra, mas que, ao longo da Segunda Guerra Mundial, ganha proporções fundamentais nas disputas entre Aliados e o Eixo. Tema que se desdobraria na obra de Orwell por vários caminhos em suas análises da conjuntura política, social e até estética britânica da década de 1940, tal qual em sua crítica literária, como em parte pudemos ver no capítulo anterior desse trabalho.

É esse caminho também, que possibilitará a Orwell estender suas crítica a outro ponto fundamental em sua obra na década de 1940; a transformação da linguagem em veículo de reificação do indivíduos. Aqui, nossa discussão iniciada no capítulo anterior, no qual consideramos parte da crítica literária de Orwell que via a transformação da literatura inglesa em cimento cultural das relações sociais na Inglaterra das primeiras décadas do século XX, assume um ponto adiante em sua própria consideração dos desdobramentos desse processo. O que se estabelecerá para Orwell, num contexto crítico pós-Guerra Civil espanhola e mergulhado nos debates (inclusive internos de sua própria obra) sobre o papel da propaganda durante a Segunda Guerra Mundial, será um conjunto de indagações sobre os efeitos desse processo para os imaginários coletivos. Isto ficará claro, por exemplo, em suas análises sobre o papel da BBC ao longo da década de 1940.

A partir da segunda metade da década de 1940, num contexto já estabelecido pelo lançamento e a grande repercussão crítica ao *Animal Farm*, lançado na Inglaterra em 1945 e nos EUA, em 1946, este tema ganhará novos elementos em sua discussão no ensaísmo de Orwell. O posterior lançamento simultâneo dos ensaios *The Prevention of Literature* e *The Politics of English Language*, ambos em 1946, reproblematicará os debates sobre a transformação da linguagem em campo de batalha na Europa da década de 1940. Seu grande alvo será mais uma vez a língua inglesa: por exemplo, com algumas das ideias em voga na Inglaterra de “simplificação” de seu vocabulário, através da redução do número de palavras existentes, ou a ascensão de um tipo de discurso político no EUA, onde a conjunção dos antônimos com os sinônimos, inaugurava uma nova forma “homogênea”, e, por consequência, de duplo sentido, na locução. Para Orwell, estes

projetos que começavam a emergir do imediato pós-Segunda Guerra, na já clara conjuntura de reestruturação da oposição “ocidente/oriente”, “democracia/comunismo”, reavivada logo após a queda do Reich alemão, demonstravam, em meio a euforia da vitória Aliada na guerra e da derrota de Hitler, uma outra face do autoritarismo que emergira no contexto da década de 1930, agora porém, muito mais difícil de ser detectado, em meio ao discurso de aclamação da democracia estadunidense que tomava conta da Europa. Para Orwell, o que ficará muito claro, tal qual essa série de textos vão aos poucos delineando em sua obra até o final da década de 1940, numa espécie de mosaico crítico, agora porém, mergulhado num pessimismo avassalador, é a persistência de um projeto totalitário de manipulação dos indivíduos e de suas consciências, através da reinvenção de seus mecanismos de poder, agora muito mais sutis e encobertos pelo discurso de reconstrução da Europa pós-Hitler.

É isso, por fim, que dará vida ao *1984*, no final desta década. Texto que emerge desta conjuntura de transição histórica, externa à sua obra, ao mesmo tempo que do pessimismo que aos poucos vai tomando conta das visões de Orwell sobre aquilo que restava para o mundo como resquício da Segunda Guerra Mundial. Este texto não é porém, como sua crítica iria mais tarde decretar, uma antevisão da Guerra Fria, ou alguma tentativa de Orwell em desvendar o que aconteceria como mundo nas décadas posteriores. O que Orwell nos apresenta ali, é sim, uma dissecação desses novos mecanismo de manipulação dos indivíduos construídos nos últimos anos, superlativados pela força de sua imaginação: a *teletela*, o *duplipensar*, a *crimidéia*, etc. E é esse processo que se desenvolverá na crítica de Orwell ao longo deste momento de sua produção ensaística, que nos ocuparemos de entender a partir de agora.

3.1 – As máscaras e a guerra¹⁰⁹: a luta pela memória na Guerra Civil espanhola

A Guerra Civil espanhola (1936-9) representou um dos pontos mais emblemáticos na obra crítica de George Orwell. O lançamento de seu livro *Homage to Catalonia* (1938), marcou não apenas o ponto mais alto de sua crítica como testemunha ocular do evento, em meio a larga produção ensaística do autor sobre o conflito entre o final da década de 1930 e o começo da década de 1940, mas representaria também papel fundamental na construção da crítica do autor a vários temas que retornariam à sua obra, ao longo da década de 1940, inclusive suas críticas aos diversos usos políticos da memória. É fundamental porém, antes de adentrarmos à análise da crítica do autor tecida nesta produção, consideramos brevemente a importância do evento para os debates intelectuais da Inglaterra da segunda metade da década de 1930, na qual a obra de Orwell, inevitavelmente, estava inserida.

É notório que a Guerra Civil na Espanha, guardou marcas profundas nos debates políticos da Inglaterra na segunda metade da década de 1930. Sua importância, não apenas como um conflito que cerrou um período de estabilidade democrática no Estado espanhol desde o fim do governo ditatorial de José Antônio Primo de Rivera, mas que encaminhou-o e sua sociedade, para uma das mais longas ditaduras do século XX, teve também grande importância para o cenário mundial de então. Em meio a um conturbado período de instabilidade política e social em todo o continente, já assolado pela crise que varria as economias nacionais desde o fim dos anos de 1920, e que, ao mesmo tempo, via a insurgência das primeiras respostas autoritárias à ela, como no fascismo italiano, que ascende ao poder em 1928 e com o partido nacional-socialista alemão, que chega ao poder em 1933 – a Guerra Civil espanhola, desencadeada pelo golpe militar das forças comandadas pelo General Francisco Franco contra o governo republicano eleito, se consubstanciou (politicamente, ao menos) como a ante-sala do que viria, poucos anos mais tarde, se configurar no cenário de oposição de forças da Segunda Guerra Mundial.

Ao mesmo tempo, a luta contra o que se desenhava, na visão estrangeira sobre o conflito, ser um embate entre as forças republicanas que defendiam a democracia do Estado espanhol contra a agressão fascista, que, ao menos ideologicamente, já se espalhara pela Europa, foi se transformando ao longo dos primeiros meses da guerra num conflito moral, que opunha todos aqueles que acreditavam e defendiam uma ideia de sociedade democrática contra o perigo que o fascismo já representava. Justamente essa imagem da Guerra Civil espanhola – imagem bipolar, de oposição de duas forças rivais que o decorrer da década de 1930 moldaria – que criou a atmosfera que tornou o

¹⁰⁹ Título de um poema de Pablo Neruda, escrito em 1937, depois da invasão de seu apartamento em Madri, por milicianos falangistas.

conflito quase que uma “obrigação” ética para tantos homens e mulheres que nele se engajaram.

Uma das marcas mais emblemáticas que a Guerra Civil espanhola guardou perante a história, foi assim, a solidariedade internacional dos muitos que se engajaram na defesa da Republica contra o levante militar comandado pelo general Franco. Sem o apoio internacional de outros países, além da URSS, que optaram por uma política de não-intervenção diante do assalto que o Governo Republicano sofreu pela insurreição militar falangista, a Frente Popular organizada para a defesa da Republica, se constituiu na ultima força de combate ao fascismo¹¹⁰. Entre aqueles que se engajaram nessa luta, diversos artistas e intelectuais, contribuíram, não apenas com seus esforços militares no *front*, mas com sua criatividade e também com seus relatos – cujo papel posterior seria de fundamental importância para a construção de uma memória coletiva da guerra e da Republica.

O peso político da guerra, dentro e fora da Espanha, em sua mobilização de diversas correntes do pensamento, inclusive dos inúmeros intelectuais que lá estiveram e depois se colocaram como testemunhas oculares de seus acontecimentos – deteve então, grande influência na constituição do imaginário político que se estabeleceu às vésperas da Segunda Guerra Mundial. Muitos desses intelectuais que lá estiveram e se engajaram de uma forma ou outra na guerra (a maioria do lado republicano, mas também com casos pró-Franco), contribuíram para a formação desse imaginário, alimentando o debate sobre a guerra e seus problemas políticos na esfera pública de seus países – ou após a volta da Espanha, quando a maioria publicaria trabalhos sobre o tema, ou mesmo ainda em terras espanholas, quando, principalmente aqueles que para lá se encaminharam como correspondentes para inúmeros periódicos, mandavam seus textos a seus editores.

E esse “bombardeamento” de informações e “versões” da guerra, teve especial importância para a Inglaterra. Seu cenário político e social já convulsionado pelos duros anos que precederam o início da Guerra Civil, em 1936 (a Inglaterra como um dos países europeus que mais os efeitos da crise econômica da década de 1930), foi estremecido pelas ondas que vinham da Espanha, em grande parte, devido a grande repercussão (e posterior importância) que o conflito espanhol tomou ali. A guerra não apenas desencadeou uma série de debates políticos na esfera pública britânica, mobilizando grande parte da imprensa, como corroborou num processo profundo de transformação das relações entre os intelectuais e a sociedade. Uma vertente da historiografia britânica, não tão recente,¹¹¹ já trata a algum tempo da importância do conflito espanhol para o pensamento político

¹¹⁰ E também, como a ampla historiografia da Guerra analisa, como forma de conciliar as várias correntes políticas espanholas, com o fim de organizar uma força militar minimamente eficiente para lutar contra o exército falangista, apoiado por alemães e italianos.

¹¹¹ Ver por exemplo, o excelente trabalho de Tom Buchanan (2006), e suas referência de uma vasta bibliografia que trata da importância da Guerra Civil espanhola, para os debates políticos da Inglaterra nos anos de 1930 e com importantes repercussões na década de 1940.

britânico, assim como para os debates desencadeados na esfera pública pelos vários grupos de intelectuais que, de uma posição política ou outra, tornaram a Guerra Civil, como um dos principais eventos daquela geração. Tom Buchanan (2006), por exemplo, que representa muito bem esta historiografia, considera a guerra o ápice do engajamento dos intelectuais na Inglaterra, nos debates políticos dos anos de 1930. Para o autor, o conflito provocou uma mobilização política até então nunca antes vista entre os intelectuais ingleses, ao mesmo tempo, afetados pelos efeitos da conjuntura histórica dos anos de 1930 e a ascensão de uma série de questões nos debates públicos de então. Como ele escreve em seu estudo:

The Spanish Civil War marked the highest point in a decade of rising involvement by intellectuals in British politics, a decade in which the barriers between politics and intellectual life had been progressively eroded. (Buchanan, 2006:147)*

Vimos no primeiro capítulo deste trabalho, a ascensão daquilo que alguns estudiosos classificaram como um conjunto de “ideias radicais” na esfera pública britânica da década de 1930, que permeou profundamente os debates intelectuais do período. Somaram-se àquela conjuntura histórica uma série de questões, que incluíam os efeitos da crise econômica e social da década de 1930 para a sociedade inglesa, a emergência do discurso político comunista entre os vários grupos intelectuais, e a própria ascensão do fascismo na Europa. Os efeitos da Guerra Civil na Espanha assim, acabaram por catalisar esses vários debates, concentrando-os nas disputas políticas que se davam em meio à guerra. Sua compreensão, porém, era completamente difusa dentro da Inglaterra. Por um lado, pelas diversas informações desencontradas que apareciam todos os dias nos diários e periódicos ingleses, cada um deles, exaltando ou criticando as ações militares, ou as batalhas, ou os combatentes, de acordo com a linha ideológica de seu editorial. Posição que, como veremos mais a frente através da obra de Orwell, produziu uma visão totalmente fragmentada sobre tudo que se passava em terras espanholas. Por outro, pela própria incompreensão do que se passava ali. Como Buchanan (op.cit: 146) aponta em seu estudo, também como produto das poucas informações precisas dos eventos da guerra, não se compreendia, entre os intelectuais ingleses, a enorme problemática política interna na Espanha, que naquele momento, representava um dos maiores entraves para a elaboração de um plano de defesa consistente do governo republicano contra Franco. Para a grande parte dos intelectuais ingleses que debatiam o conflito, a guerra resumia-se na luta entre as forças fascistas (internas e externas) comandadas por Franco contra aquelas que

* “A Guerra Civil Espanhola marcou o ponto mais alto de uma década de envolvimento crescente dos intelectuais na política britânica, uma década em que as barreiras entre a política e a vida intelectual tinham sido progressivamente corroídas” (tradução livre)

defendiam um governo legitimamente eleito. Sobre esta questão, Buchanan escreve:

The fact that in July 1936 most, with notable exceptions, knew little of Spain and spanish politics did nothing to prevent their mobilization behind the Republic, a movement that reached its peak in the June 1937 pamphlet *Authors Take Sides on the Spanish War*. Indeed, their ignorance positively encouraged intellectuals to commit themselves. (Buchanan, op.cit.:146)*

O que Buchanan aponta, é que essa incompreensão, resumida então, numa defesa da democracia contra o fascismo, representou, num primeiro momento dos debates sobre a guerra dentro da sociedade inglesa, a maior parte da visão de seus intelectuais sobre o conflito. O manifesto *Authors Take Sides on the Spanish War*, lançado em 1937, representou na verdade, a primeira grande mobilização coletiva (e pública) dos intelectuais britânicos a respeito da guerra. Através dele, inúmeros intelectuais manifestaram sua posição a favor da republica espanhola e sua luta contra Franco e o fascismo. O panfleto inaugurou também um movimento dentro da Inglaterra a favor do governo Republicano, repercutindo também as posições do governo britânico de “neutralidade” em relação ao conflito. Contudo, o grande papel desse movimento de intelectuais foi o de tornar os debates sobre o eventos da Guerra Civil na Espanha cada vez mais públicos dentro da Inglaterra, no sentido de permearem as discussões cotidianas na imprensa principalmente, para além dos círculos intelectuais e políticos britânicos. Por fim, há ainda outro ponto fundamental na argumentação de Buchanan sobre a posição dos intelectuais ingleses sobre a Guerra Civil espanhola: a ideia de que, a partir de seu engajamento, estruturou-se uma interpretação “liberal” da guerra:

(...) By the mid-1930s many [intelectuais] was deeply concerned at the threat intellectual freedom posed by the rise of fascism, and Spain appeared to provide the perfect battlefield for defense of liberal and progressive values. Accordingly, intellectuals rallied to what will be formed the 'liberal interpretation' of the Civil War. Here, they believed, was a democratically elected government committed to reforming a backward society, that had been attacked by fascists forces both from within and outside the country. While such an interpretation was in many respects accurate, at the same time it insured that, by presenting the war as a crusade for liberalism and glossing over the complexities of Spanish politics, many intellectuals would eventually come to question its validity. (Buchanan, op.cit.:146)*

* “O fato de que em julho de 1936, a maioria, com notáveis exceções, pouco sabia da Espanha e da política espanhola não fez nada para impedir sua mobilização a favor da República, num movimento que atingiu o seu pico em junho de 1937 com o panfleto *Authors Take Sides on the Spanish War*. Na verdade, esta ignorância encorajava positivamente os intelectuais para se envolverem. (tradução livre)”

* (...) Em meados da década de 1930 muitos [intelectuais] estavam profundamente preocupados com a ameaça a liberdade intelectual representada pela ascensão do fascismo, e Espanha apareceu para fornecer o campo perfeito para a defesa dos valores liberais e progressistas. Assim, os intelectuais reuniram-se para formar o que seria a “interpretação” liberal “da Guerra Civil. Ali, eles acreditavam, era um governo eleito democraticamente

Visão que seria combatida por uma série de releituras do conflito ao longo de seu desenrolar, dentro da Inglaterra, através de uma série de debates travados entre as várias linhas de interpretação da guerra e de seus atores – conservadores, católicos, direitistas, comunistas, outros grupos socialistas não-alinhados ao PC britânico, como o ILP (Independent Labour Party), etc.. Para Buchanan ainda, as interpretações teóricas sobre a guerra seria provida nestes debates principalmente pelo Partido Comunista britânico, que, desde Julho de 1936, mobilizava apoio (inclusive entre os vários grupos intelectuais) para o Governo Republicano, inclusive como suporte militar na luta contra Franco. Da mesma forma, toda a campanha propagandística que se desencadeou a respeito da guerra – de crítica ou de apoio as diversas linhas ideológicas que se opunham na guerra – também foi promovida inicialmente através dos esforços do PC britânico, provocando a partir daí – dos ataques, por exemplo, aos grupos anarquistas ou ao próprio POUM, como veremos a seguir – reações de outros grupos políticos e intelectuais, dentro e fora da Inglaterra. (Buchanan, op.cit.)

3.1.1 – A Guerra Civil e a obra crítica de Orwell: as várias faces da verdade

Em suas análises sobre os efeitos (políticos, principalmente) da Guerra Civil espanhola para a Inglaterra da segunda metade da década de 1930, Tom Buchanan considera também as várias formas de interpretação do evento que surgiram naquele momento. Entre perspectivas rarefeitas, a grande parte daqueles que teciam opiniões sobre os fatos da guerra, tal qual Buchanan defende, não tinham uma plena noção do que se passava em terras espanholas. A política interna espanhola era um mar de incompreensão para muitos daqueles analistas que passaram, a partir de julho de 1936, a se dedicar a reflexão dos eventos da Guerra Civil: as disputas que datavam do final do século XIX entre anarquistas e comunistas, por exemplo, ou, os problemas do nacionalismo e do regionalismo – fortes componentes políticos dentro do Estado nacional espanhol – ambos problemas políticos históricos, e que, com a irrupção da guerra, se tornaram componentes centrais, tanto na luta contra Franco, quanto na própria composição das forças pró-República, etc. Nem a presença de um número grande de enviados, correspondentes, diplomatas, etc., seria suficiente para tornar claro as disputas históricas que permeavam o conflito que irrompera em julho de 1936. Isso fica claro, através dos muitos relatos dos vários correspondentes internacionais que partiram para a Espanha, logo após o início do conflito. Cada um deles enxergando uma pequena peça do enorme quebra-cabeça que a

comprometido com a reforma de uma sociedade atrasada, que havia sido atacada por forças fascistas, tanto de dentro e de fora do país. Embora essa interpretação foi em muitos aspectos precisa, ao apresentar a guerra como uma cruzada pelo liberalismo e discorrer sobre as complexidades da política espanhola, muitos intelectuais acabaria por vir a questionar sua validade. (tradução livre)

guerra representava dentro do cenário político espanhol. Ao mesmo, as várias perspectivas desses relatos – e principalmente, como estes eram assimilados e repercutidos pelos jornais e editores na Inglaterra – construíram um mosaico de interpretações fora da Espanha, cada uma delas respondendo, por sua vez, a um tipo de interpretação da guerra, dentro do cenário político europeu da segunda metade dos anos de 1930.

E a obra de George Orwell respondeu, em muitos sentidos, a uma destas várias interpretações da Guerra Civil espanhola, desencadeada através dos debates em torno das interpretações do conflito no espaço público britânico¹¹². Ao mesmo tempo, sua visão, considerada pela historiografia da guerra como uma das mais emblemáticas entre todos aqueles que participaram efetivamente das ações, estando em território espanhol em algum momento do conflito, respondeu também a uma crítica a essa interpretação liberal da guerra da qual fala Buchanan em seu estudo, construída especialmente em meio aos debates intelectuais sobre a guerra. Ao mesmo tempo, as análises de Orwell, assim como a de todos aqueles voluntários que se engajaram na luta pela República espanhola contra o inimigo comum que o avanço fascista representava para o continente europeu, também sofreu grande influência, não só dos acontecimentos que se desenrolavam na Espanha, como também dos debates que ocorrera em torno das questões que ali estavam em jogo, tanto dentro quanto fora da Inglaterra.

É inegável, contudo, o peso do conflito para a obra crítica do autor. Sua participação na guerra repercutiria em sua obra em várias imagens ao longo do final da década de 1930 e de toda a década de 1940¹¹³, numa série de artigos, ensaio e resenhas publicadas em jornais e revistas da Inglaterra e EUA, além de um grande número de cartas pessoais, a maioria delas, trocadas com outras pessoas que estiveram na Espanha durante a guerra – constituindo assim, uma fonte muito interessante de análise do conflito, através das perspectivas individuais que as possíveis diferenças

¹¹² Buchanan (op.cit.:164) analisa em seu trabalho várias linhas disso que ele chama de uma “crítica a interpretação liberal da Guerra Civil”, desencadeada em meio aos debates públicos sobre o evento na Inglaterra. Para o autor, a perspectiva de Orwell, assim como a de Franz Borkenau e Arthur Koestler – ambos presentes também da Espanha ao longo da Guerra Civil, e que, como Orwell, publicaram livros compostos pelos relatos do que assistiram lá – representava, dentro das linhas dessa crítica a guerra na Inglaterra, aquela que tomou as ações comunistas diante de sua dissidência, como cristalização da ideia de que o comunismo (entenda-se, soviético) representava um regime totalitário, irreconciliável com o socialismo democrático, ou com o liberalismo.

¹¹³ As análises da obra de Orwell ao longo da década de 1940, demonstram as alterações claras de seu paradigma crítico após a Guerra Civil espanhola. O reconhecimento do totalitarismo como uma força esmagadora das liberdades individuais e sufocamento da sociedade, se consolida, ao mesmo tempo, que uma defesa aguda do que ele passa a caracterizar com mais força por “socialismo democrático” (conceito que, na verdade, já aparece anteriormente em sua obra, no livro *The Road to Wigan Pier*, de 1936), em oposição “ao socialismo ortodoxo”, claramente representado pela URSS. Sua própria crítica ao socialismo é definida como uma crítica direta a URSS, a qual Orwell passa definitivamente a classificar como um Estado totalitário, tão repressivo quanto a Alemanha nazista. E as influências dessas mudanças de paradigma crítico puderam ser sentidas em vários momentos de sua crítica por toda a década de 1940, ligando diretamente, por exemplo, o 1984, seu último trabalho publicado em vida, em 1949, com sua crítica do final dos anos de 1930.

sobre um fato ou outro, contém.¹¹⁴

A participação de Orwell no conflito pode, a grosso modo, ser considerada em duas fases. A primeira, pode ser compreendida como a de seu período de soldado voluntário. Com a intenção de atuar como correspondente, afim de produzir uma série de artigos sobre o conflito (função para a qual, não conseguiu patrocínio de nenhum jornal¹¹⁵), logo em seguida de sua chegada a Barcelona, em 26 de dezembro de 1936, Orwell se alista como combatente na milícia socialista do *P.O.U.M* (*Partido Obrero de Unificacion Marxista*), onde atuaria desde o início ao lado dos que compunham a dissidência das forças comunistas, que representavam a grande força bélica de resistência a Franco¹¹⁶. Meses mais tarde, já podendo ser compreendido como um segundo momento de sua participação, Orwell passaria a atuar como crítico ferrenho das ações organizadas pela liderança comunista a frente do governo republicano, logo após sua fuga como clandestino para a França junto com sua esposa Eileen, em 23 de junho de 1937¹¹⁷.

Para Orwell, contudo, suas experiência em terras espanholas guardaram especial relevância por dois motivos. Em primeiro lugar, indubitavelmente, suas experiências diante da máquina propagandística comunista, frente ao processo em massa de acusação e criminalização de toda sua dissidência, após os emblemáticos eventos de Maio de 1937¹¹⁸, em Barcelona, que culminaram com

¹¹⁴ Da mesma forma, as reverberações da Guerra Civil espanhola representaram mudanças crítica contundentes – ao menos para a definição do conceito de totalitarismo que passa a ser ligado também a URSS – em autores como Borkeneau, cujo livro *The Spanish Cockpit*, é resenhado por Orwell para a revista *Time and Tide*, em 31 de julho de 1937 (Orwell, 2001: 229-231); e Koestler, cujo livro *The Spanish Testament*, também é resenhado por Orwell para a revista *Time and Tide*, de 5 de fevereiro de 1938 (Orwell, *ibid*:263-269). Ambos amigos pessoais de Orwell, nosso autor trocou vasta correspondência com ambos, entre o final da década de 1930 e por toda a década de 1940. Ambos também, considerados duas das principais influência da obra imaginativa de Orwell do final da década de 1940, com forte peso, por exemplo, na concepção do *1984*. (ver capítulo 2)

¹¹⁵ Ver o texto “*Orwell’s Journey to Spain, December 1936*”, que abre a coleção *Orwell in Spain*, pp. 1-2. Fica claro que um dos objetivos de Orwell na busca por quem pagasse pelo material que ele queria produzir, era a possibilidade de conseguir o visto de correspondente que lhe permitisse a entrada em terras espanholas, já sob conflito. Com a negativa do Daily Harold, de Londres, um dos periódicos de orientação de esquerda, procurado por ele, Orwell conseguiu um salvo-conduto da Embaixada Espanhola em Paris, intermediado por Harry Pollitt, secretário-geral do Partido Comunista inglês. Mais tarde, Orwell conseguiria, as credenciais do I.L.P (Independent Labour Party), através de John McNeir, seu representante em Barcelona, com as quais conseguiria, por fim, a entrada em território espanhol, e depois, o alistamento no P.O.U.M.

¹¹⁶ A ligação de Orwell com o P.O.U.M, contudo, não é acidental. As relações políticas do ILP britânico – o qual lhe permitiu a entrada na Espanha com suas credenciais – e o P.O.U.M, permitiram a Orwell se engajar rapidamente como voluntário, logo após sua chegada a Barcelona, em 26 de dezembro de 1936, haja visto a imensa burocracia que a maioria dos voluntários enfrentava, tanto para conseguir entrar na Espanha, já sob conflito desde a metade do ano de 1936, quanto para se alistar como voluntário para lutar a favor do Governo Republicano.

¹¹⁷ O primeiro texto que Orwell publica após sua fuga da Espanha intitula-se “*Spilling the Spanish Beans*”, *New English Weekly*, 29 de julho e 2 de setembro de 1937.

¹¹⁸ Os acontecimentos iniciados em 3 de Maio de 1937 em Barcelona citados por Orwell, foram de suma importância para o Governo republicano, pois desnudaram a cisão definitiva entre anarquistas de um lado, representando a maior parte da dissidência às determinações soviéticas, e comunistas de outro, cuja preponderância bélica financiada pela Estado soviético, já lhe valia a ascensão a frente da resistência do Governo republicano. A crise se agravou ao ponto de ruptura, com a invasão da Central Telefônica de Barcelona – quartel general da CNT – por forças policiais comunistas, com a justificativa do roubo de armas do arsenal republicano, e cuja acusação, segundo a imprensa internacional comunista, indicava a participação de milícias anarquistas e de membros do P.O.U.M.. Esse questão justificou, posteriormente a cassação do P.O.U.M., com a prisão de toda sua cúpula, assim como a cisão definitiva entre comunistas e toda essa dissidência, sob a acusação de alta traição e apoio a Franco.

a cisão definitiva entre comunistas e anarquistas, teriam papel central na definição de sua crítica contra o totalitarismo já no final da década de 1930 – tema este que seria seu grande objeto do final da década de 1940, com suas duas principais peças ficcionais, o *Animal Farm* (1946) e o *1984* (1949). Em segundo lugar, a grande relevância de suas experiências durante o conflito guardariam enorme valor pela profusão de sua crítica (já a partir da publicação de seu primeiro texto) à ação comunista em relação aos demais integrantes da Frente Popular, que compunham a resistência do governo republicano. Outra importante consideração do valor da produção crítica de Orwell em relação a Guerra Civil, está em suas análises da primeira produção historiográfica sobre o conflito, através de várias resenhas dos primeiros livros – de todos os lados em disputa – que tratavam da guerra já no final da década de 1930. Livros que, em sua maioria escritos por testemunhas oculares dos acontecimentos, denotavam as várias perspectivas de apreensão dos próprios eventos da guerra, inclusive por quem esteve diretamente envolvido no conflito.

O que Orwell pode evidenciar enquanto espectador privilegiado foi a deflagração das disputas entre as diversas linhas ideológico-partidárias da resistência, as quais exporiam a cisão entre a liderança comunista e sua dissidência, composta por anarquistas e os demais partidos que não seguiam as determinações soviéticas¹¹⁹. A análise destas disputas, na verdade, ocupam local privilegiado na crítica de Orwell ao longo de toda sua produção sobre a Guerra. Elas representariam especial interesse, pois Orwell já reconhecia ali uma questão ainda maior (segundo suas próprias considerações) em detrimento das graves disputas ideológicas que minavam a resistência interna das forças republicanas: a disputa entre comunistas de um lado e anarquista (como a principal figura político-ideológica de oposição a liderança soviética) de outro, refletiam-se diretamente na repercussão dos fatos sobre a guerra na imprensa do período, dentro e fora da Espanha. Na “guerra paralela” que ali se desenhava diante dos leitores, opunha-se, de um lado, aquela que já se acreditava ser a única força capaz de deter o avanço fascista na Espanha – as brigadas comunistas – e, de outro, os assim chamados “rebeldes”, cuja imagem já se estruturava através do discurso propagandístico comunista em seus jornais oficiais pelo mundo, como bandos desorganizados que

¹¹⁹ Na verdade, como a historiografia do conflito e aquela que considera os movimentos sociais na Espanha no período anterior a deflagração da guerra, em 1936, consideram, as disputas ideológicas entre anarquistas, cuja presença política na Espanha data de meados do século XIX, fortemente incrustada principalmente entre as populações campesinas, e comunistas, cuja inserção nos movimentos sociais espanhóis data do final do século XIX e início do século XX, é anterior as próprias disputas deflagradas pela Guerra Civil. Como analisa James Joll (1977), por exemplo, antes da guerra a questão que se estabelecia era a forma de organização dos movimentos populares espanhóis. Em relação a anarquistas, em grande parte devido a sua própria filosofia política de auto-gestão, suas ideias eram melhor aceitas pela população campesina iletrada, devido a forma de transmissão oral dos panfletos e dos ideais políticos, passados de pessoa à pessoa nos vilarejos. Já em relação a comunistas, o problema, especialmente depois das delimitações da III Internacional, que definiam uma hierarquia político-administrativa para o movimento socialista internacional, a necessidade de delegados oficiais e uma cúpula política em cada vila afim de organizar o movimento, tinha restrições diante da cultura política do povo espanhol. Assim, o que a deflagração da guerra civil fez, com o levante falangista em Madri, foi acirrar estas disputas ideológicas, especialmente pelo aumento do poderio comunista, financiado pela URSS, em território espanhol, no decorrer da guerra civil.

atrapalhavam as ações do governo republicano. E estas disputas permearam também, em grande medida, as memórias individuais de muitos que combateram na guerra, dado, não apenas o caráter explícito com que eram presenciadas cotidianamente entre as forças republicanas, como amplamente divulgadas na própria imprensa republicana – representada também por uma série de periódicos e diários diferentes, respondendo cada um as determinações específicas do partido aos quais representavam. (Silva, 2009)¹²⁰

É muito interessante notar, por exemplo, dentre os inúmeros relatos de pessoas que viveram o período (entre eles, os das muitas testemunhas ilustres), a permanência de uma imagem de confusão e desordem causada pelas milícias anarquistas durante a guerra, em detrimento da organização e “seriedade” das forças e brigadas comunistas. Em grande parte, sem dúvida, se considerarmos todos os aspectos que compõe a reconstrução da memória individual, influenciado pela propaganda difundida por toda a Espanha, através de cartazes, jornais e comunicados oficiais transmitidos por rádio e panfletos.

Uma das imagens que mais chama a atenção, dentre estes relatos memorialísticos, que, assim como a obra de Orwell, compõe uma fonte rica de estudos da guerra, é o do poeta chileno Pablo Neruda, publicado em seu livro de memórias, *Confesso que vivi*, editado postumamente pela primeira vez em 1974. Para Neruda, essa imagem em relação a anarquistas e comunistas era muito clara, principalmente no período em que esteve em Madri, logo após a deflagração da guerra. Como ele escreve:

(...) Os anarquistas pintavam bondes e ônibus, metade vermelha e outra amarela. Com seus cabelos compridos e barbas, colares e pulseiras de balas, protagonizavam o carnaval agônico da Espanha. Vi vários deles calçando sapatos emblemáticos, a metade de couro vermelho e a outra de couro negro, cuja confecção devia ter custado muitíssimo trabalho aos sapateiros. E não pensem que era uma festa inofensiva. Cada um levava punhais, pistolas descomunais, rifles e carabinas. Em geral ficavam nas

¹²⁰ É notório, na análise cruzada de alguns destes testemunhos, a permanência de algumas questões fundamentais para a compreensão da problemática política e ideológica do conflito. Questões fundamentais na constituição da própria Frente popular e da organização da resistência do Governo Republicano, mas que foram obliteradas das poucas “fontes oficiais” que permanecem diante da construção da história da guerra. Entre outros aspectos poderiam ser destacados, por exemplo, a confusão criada pela quantidade de partidos diferentes que compunham a Frente Popular; a guerra propagandística que emergiu quase como um conflito paralelo à luta contra o fascismo e as forças de Franco; as disputas internas no Governo Republicano, e a cisão entre anarquistas e comunistas, etc. Muito interessantes, são, por exemplo, os relatos de Pablo Neruda e do brasileiro José Gay da Cunha, além de outros, que tivemos a oportunidade de analisar em outro local (Silva, 2009). Em ambos, é clara a presença, na reconstrução perpetrada por suas memórias individuais que compuseram um caminho para a reconstrução da história da Guerra Civil, assim como da memória republicana – a forte presença daquelas disputas inter-partidárias que permearam a própria constituição da Frente Popular. Em ambos, por exemplo – dois comunistas, com trajetórias diferentes na guerra (Neruda, diplomata do governo chileno, e Cunha, soldado voluntário nas Brigadas Internacionais) – é clara a oposição às forças anarquistas e sua presença na Frente Popular. Cunha, inclusive, tendo participado de importantes campanhas militares perto do final da guerra, relata em suas memórias (1946), a certeza de que as forças anarquistas representavam sim uma “quinta coluna de Franco” e, na verdade, não só atrapalhavam a ação organizada das Brigadas Internacionais, como também, minavam os esforços comunistas na luta contra Franco e o fascismo.

portas principais dos edificios em grupos que fumavam e cuspiam, fazendo ostentação de seu armamento. Sua principal preocupação era cobrar os rendimentos aos aterrorizados inquilinos, assim como fazê-los renunciar voluntariamente a seus adornos de valor, anéis e relógios. (Neruda, 1979:141).

E escreve mais a frente:

(...)Enquanto esses bandos [anarquistas] pululavam pela noite cega de Madri, os comunistas eram a única força organizada que criava um exército para enfrentar os italianos, os alemães, os mouros e os falangistas. E eram, ao mesmo tempo, a força moral que mantinha a resistência e a luta antifascista. (ibid.: 142).

O que mais interessa aqui nestas duas passagens é justamente a imagem que ambos os grupos passaram à Neruda em Madri. Nas duas, o esteriótipo construído durante o conflito e que se seguiram nas décadas posteriores permanece intocado. É claro que, para Neruda, o menos importante, na reconstrução perpetrada por sua memória individual, era considerar as ações das forças anarquistas ao longo de todo o conflito, ou mesmo contrapor suas lembranças individuais com as informações divulgadas no período enquanto esteve na Espanha, tal qual fizera Orwell numa preocupação muito mais meticulosa em contrapor o que presenciara ao que era publicado na imprensa internacional, em especial na Inglaterra. O que ficou marcado para Neruda, era a imagem da “ordem” e da organização militar das brigadas comunistas na luta contra Franco, em contraposição a sua total inexistência entre anarquistas.

Com o decorrer da guerra (e da guerra propagandística engendrada pela máquina comunista soviética), porém, a dissidência política comunista ultrapassa o mero contraponto entre organizados e desorganizados, tal qual nos é apresentado nas memórias de Neruda; o que resultaria desta disputa era a construção de uma imagem desta dissidência como “traidora” da causa republicana, para, por fim, assumirem o rótulo de “trotskistas” – ou aqueles que, como a propaganda oficial soviética argumentava, se constituíam no inimigo maior do proletariado internacional e da causa socialista mundial.

E esta questão é muito clara nas análises de Orwell, já em seu primeiro texto sobre o conflito, o ensaio *Spilling the Spanish Beans*, publicado no jornal *New English Weekly*, de 29 de Junho e 2 de Setembro de 1937. Neste primeiro artigo, escrito pouco tempo depois de seu retorno da Espanha, Orwell se ocupará em analisar as disputas internas das diversas linhas que compunham, junto ao Governo Republicano, a resistência à Franco. Tais disputas, como ele irá destacar, na verdade, simbolizaram a cisão que culminou com a cassação do P.O.U.M que, junto com anarquistas e outros partidos, compunham a dissidência à liderança comunista. Inevitavelmente, tais disputas, como este primeiro trabalho de Orwell já se preocupou em destacar, influenciariam

diretamente na construção da identidade dessa dissidência para o imaginário político internacional, devido à exposição que obtiveram na imprensa internacional, especialmente nos jornais de controle ou influencia comunista. Orwell se refere aqui, principalmente, a jornais como o *Daily Worker* – jornal oficial do partido comunista nos EUA – o *News Chronicle* e o *New Statesman*, de orientação comunista, ambos publicados na Inglaterra. Além destes, faz uma série de referências ao longo de sua produção a outros periódicos que encamparam a guerra propagandística que estendeu as disputas internas no governo republicano, muitos deles repercutindo a “versão oficial” (naquele momento comunista) sobre eventos passados em território espanhol durante a guerra.

Um outro texto fundamental em relação a crítica de Orwell, é talvez seu principal documento, junto com seu livro *Homage to Catalonia*, sobre o conflito. Editado em 1942, seu ensaio *Looking Back on the Spanish War* [no Brasil, publicado com o título *de Recordando a Guerra Civil* (2006)], é seu último texto específico sobre o tema. Neste ensaio, Orwell se propõe a um “balanço” final daquilo que havia representado a experiência da Guerra Civil, tanto em sua formação intelectual – quando vai repassar várias questões levantadas em suas análises em textos anteriores – quanto para o próprio imaginário político europeu, após a deflagração da Segunda Guerra Mundial.

Seu tópico mais importante, contudo, pensado num contexto posterior ao termino da Guerra Civil espanhola, é, como em seu primeiro ensaio de 1937, sua reflexão sobre o processo de construção da memória da Guerra, dentro e fora da Espanha. Neste sentido, o que nossa leitura aponta acerca deste texto, é o papel fundamental que a imprensa do período – pró e contra a Republica – deteve neste processo, através da construção da identidade de seus atores. É interessante notar que, assim como a historiografia da Guerra iria posteriormente reconhecer, estas disputas internas da resistência republicana – e sua repercussão através do discurso oficial comunista – tanto quanto o discurso oficial do governo franquista posteriormente, através das inúmeras políticas de (re)construção da memória coletiva da Guerra (Cenarro, 2002; Richards, 2002; Capelato, 2009) – iriam desempenhar papel fundamental para a construção das diversas memórias do conflito (tanto para o lado vencido, quanto para o lado vencedor).

Na obra de Orwell, desta forma, cujos textos contidos no intervalo entre a publicação de seu primeiro texto, em 1937, e seu último, em 1942, podem ser apreendidos como um *continuum* reflexivo sobre o tema, se coloca ao historiador um norte reflexivo sobre a função da imprensa (enquanto veículo de comunicação de massa) no processo de construção e (re)afirmação das identidades coletivas das sociedades, através também de sua participação na construção de sua memória pública (Enne, 2004). Nesta perspectiva, a imprensa pode ser analisada segundo as considerações de Pierre Nora(1984), como um “lugar de memórias”, por caracterizar-se como um

espaço discursivo, onde a própria memória é institucionalizada também enquanto discurso, para as diversas linhas ideológicas que à instrumentalizam no presente. É desta forma, que estas diversas “versões do passado” que se criam para as diversas linhas oficiais, apropriam a memória (e, conseqüentemente, a própria história) como um recurso de poder dos quadros políticos hegemônicos. Ao mesmo tempo, como aponta Michael Pollak (1992), esta questão é fundamental para a compreensão da construção das identidades coletivas dos atores, pois ela própria é o resultado da construção e desconstrução continua das memórias dos agentes envolvidos neste processo.

O que se evidenciará então na crítica de Orwell ao longo deste período, entre 1937 e 1942, enfocando principalmente sua análise das disputas internas da resistência republicana é, ao mesmo tempo, por um lado, a construção da identidade de seus agentes, tanto no sentido de construir uma imagem autorizada que legitimasse as ações comunistas, quanto que descaracterize as ações dos demais partidos dissidentes enquanto resistência ao fascismo espanhol. Por outro, um processo de construção da memória da guerra (e da memória da própria resistência republicana), através da identificação da dissidência comunista pela imprensa internacional, como traidores da causa republicana, à serviço de Franco e do fascismo na Espanha.

3.1.2 – Memória, identidade e imprensa: a repercussão da guerra e a crítica de Orwell

A edição do livro *Orwell in Spain* (2001), lançado na Inglaterra, e que reúne todos os textos de Orwell relacionados à Guerra Civil espanhola¹²¹, vem reafirmar para o público contemporâneo a importância de sua crítica sobre os acontecimentos de um dos conflitos mais importantes na Europa do século XX, tanto para a construção de seu léxico, quanto para a crítica política europeia das décadas de 1930 e 1940. Da mesma forma, sua tradução no Brasil – *Lutando na Espanha: homenagem a Catalunha, recordando a guerra civil e outros textos* (2006) – vem apresentar, pela primeira vez para o público brasileiro, uma versão completa de suas reflexões sobre a Guerra Civil espanhola, contida em sua obra de não-ficção.

Ambos os textos – o original lançado na Inglaterra e sua tradução brasileira – acompanham a linha do revisionismo da obra de Orwell que emerge a partir da década de 1980¹²². Nesta fase,

¹²¹ Da mesma forma como com o lançamento da *The Complete Works of George Orwell* (Secker and Warburg, 1986-1998. 20 vol.), na Inglaterra – coleção da qual os textos reunidos nesta coleção de 2001, foram retirados. Nesta nova edição, assim como nas *Obras Completas*, encontram-se muitos textos inéditos até então para o público, os quais não haviam sido incluídos na única coleção de não-ficção de Orwell editada até então – *The Collected Essays, Journalism and Letters of George Orwell* (1968).

¹²² Quando sua obra de não-ficção é reproblematicada em várias áreas de conhecimento – história, ciências políticas, economia, linguística, etc.- especialmente nos EUA. Tem-se, neste momento, a produção de uma larga bibliografia – principalmente através de artigos – que reproblematicam a obra de Orwell (especialmente sua não-ficção) em

principalmente, a crítica à sua obra reconhece sua participação na Guerra Civil Espanhola como fundamental para a compreensão de seus trabalhos do final da década de 1940, tal qual Jeffrey Meyers (1975) e Bernard Crick (1980). Da mesma forma, os debates que cercaram a ascensão fascista no continente Europeu na década de 1930 – especialmente nos círculos intelectuais da esquerda – transformaram a Guerra contra Franco na Espanha em um baluarte moral contra o fascismo na Europa.

Para Orwell, não diferente, lutar na Espanha contra o fascismo, tornou-se uma obrigação moral. Neste sentido, como o autor entendia, sua ação, como a de tantos outros combatentes anônimos, era não apenas frear o avanço de uma ideologia que se expandia para além de seus Estados irradiadores, a Itália e a Alemanha – mas, assegurar que o socialismo, tivesse terreno para assumir a dianteira no processo de reconstrução da Europa, assolada pela crise da década de 1930¹²³. Como o próprio Orwell reconheceria mais tarde, em um de seus principais textos autobiográficos, *Why I write*, publicado na revista *Gangrel*, número 4, em 1946, e que abre a primeira grande reunião póstuma de seus trabalhos de não-ficção¹²⁴:

Every line of serious work there I have written since 1936 has been written directly or indirectly against totalitarianism and for a democratic socialism as I understand it. (Orwell, 2004: 8)*

O que fica explícito aqui, nesta afirmativa feita quase dez anos após sua participação no conflito, é o papel psicológico, tanto quanto político e ideológico, que o conflito guardou na formação de Orwell. É fundamental lembrar que nosso autor não teria contato direto com a máquina totalitária em outros contextos, sendo, como ele próprio reconheceria posteriormente em seu livro *Homage to Catalonia* (1938), ali, sua grande experiência diante do totalitarismo – a qual, aliás, quase o vitimou, assim como a alguns de seus companheiros e correligionários do P.O.U.M., acusados de traição e presos por forças policiais comunistas, após Maio de 1937.¹²⁵

inúmeros tópicos. Com isso, assiste-se a uma ampliação do quadro interpretativo de suas análises e críticas sobre a sociedade europeia das décadas de 1930 e 1940.

¹²³ Essa questão é fundamental para a compreensão do desenvolvimento do pensamento de Orwell, pois reafirma sua orientação socialista, claramente explicitada em seu livro anterior, *The Road to Wigan Pier* (1936), lançado pouco tempo depois de seu embarque para a Espanha. Assim, diferentemente do que a crítica pós-Segunda Guerra Mundial estruturou, principalmente baseando-se numa leitura superficial de seus dois últimos romances (e os de maior repercussão) – *Animal Farm* e o *1984* – a crítica de Orwell, se tomada no contexto dos debates dos círculos de esquerda das décadas de 1930 e 1940, se estabelece não como um ataque a ideologia socialista (como sinônimo das ideias da Revolução de outubro de 1917). Mas, como sua obra de não-ficção atesta, seu discurso se estabelece como uma crítica ao stalinismo, diante das ações político-administrativas soviéticas, após a ascensão de Stalin, em 1928. Fator este que está claramente explicitado em sua análise dos acontecimentos na Guerra Civil espanhola, especialmente no que se refere às ações comunistas contra sua dissidência.

¹²⁴ *The Collected Essays, Journalism and letters of George Orwell*, 1968. 4 volumes.

* “Cada linha de trabalho sério que eu escrevi desde 1936 foi escrita, direta ou indiretamente, contra o totalitarismo e a favor de um socialismo democrático tal qual eu o entendo.” (tradução livre)

¹²⁵ Orwell narra o fato no capítulo XII (2001:154 e seguintes), do *Homage to Catalonia*: após a queda na ilegalidade do

A Guerra civil espanhola, como um marco de sua geração, simbolizou, para a figura do intelectual-militante que surgiu com as vanguardas do final do século XIX, segundo a visão de Orwell, a luta pela “integridade” com que este deveria assumir seu papel na esfera pública. Questão que para nosso autor (ibid:8-9), se consubstanciou numa obrigação ética imposta pelo contexto político-social dos anos de 1930. Esta concepção do papel que o “homem de letras” assume diante de sua imagem enquanto “homem-público”, fundamentará para o revisionismo de sua obra a própria definição da figura de Orwell (enquanto intelectual) para sua geração. Como analisa John Rodden (1990:252-3), ao considerá-la em meio ao círculo intelectual da esquerda britânica dos anos de 1930 (questão que já analisamos no primeiro capítulo deste trabalho):

(...) O exemplo de Orwell, contudo, possui mais que o mero interesse histórico, pois representa não apenas as disputas entre um homem e seus companheiros “intelectuais”. Sim, sinaliza a posição emergente do escritor-intelectual moderno na Inglaterra, respondendo a dois novos paradigmas históricos dos anos de 1930: o nascimento de uma intelligentsia “radical” e a ascensão do totalitarismo na Europa.

O livro *Homage to Catalonia* (1938), por exemplo, tido como um dos grandes trabalhos do realismo literário do século XX¹²⁶, assumiu, já na década de 1940, papel central na crítica político-social europeia sobre o conflito¹²⁷. Primeiramente concebido como um relato jornalístico de suas experiências na Guerra, o livro assume, logo em seguida a seu lançamento, um caráter de “denúncia”. Para Orwell, aquilo que ele pode presenciar em seu período como combatente na milícia republicana do P.O.U.M. (porém sem abandonar o olhar crítico do jornalista atento), compreendeu um processo que ele identificou ser a ação da liderança comunista em suprimir as demais linhas partidário-ideológicas que compunham a resistência do Governo republicano. Em particular, suas análises denotavam a clara cisão ideológica dos partidos anarquistas e os demais

P.O.U.M e, conseqüentemente, de todos os seus membros, após os eventos iniciado na tarde do dia 3 de maio, ele e outros membros do partido que ainda não tinham sido encarcerados pela polícia (sob controle comunista), passaram a se esconder, para evitar a prisão que, segundo se passara nos últimos dias, era inevitável a qualquer membro do P.O.U.M., até que conseguissem vistos para deixar a Espanha. Nas páginas 161-162 de seu *Homage to Catalonia*, Orwell narra um acontecimento especial, no qual o apartamento em que estava hospedado com sua esposa, Eileen Blair (que trabalhava também como voluntária na Espanha), fora invadido por forças policiais comunistas. A revista do quarto – no “estilo praticado pela OGPU ou pela Gestapo”, segundo palavras de Orwell – foi levada a cabo por seis policiais a procura de evidências incriminatórias. E a ação só não resultou em sua prisão, pois Orwell, junto com dois outros voluntários do P.O.U.M., foram avisado anteriormente da busca da polícia por membros do partido e dormiram na rua.

¹²⁶ É também, ao lado do livro de Franz Borkenau, *The Spanish Cockpit* (1937) – o qual Orwell resenha para o jornal *Time and Tide*, de 31 de Julho de 1937 (Orwell, 2001:229-31) – considerado um dos livros mais lúcidos sobre a Guerra Civil Espanhola, lançado até então – principalmente em relação a atuação anarquista durante a Guerra.

¹²⁷ Outro dado interessante, se refere a publicação deste livro nos EUA, pela primeira vez em 1952. Ali, já sob uma aura evocada pela Guerra Fria, as críticas de Orwell a atuação comunista durante a Guerra Civil espanhola, ajudariam a moldar sua imagem como anti-comunista. Imagem, na verdade, construída posteriormente, nas décadas de 1950 e 1960, quando seu discurso é apropriado por várias linhas ideológicas – entre elas, pela propaganda liberal estadunidense, que o transforma num ícone da luta anti-comunista internacional.

partidos socialistas de não orientação soviética, todos aqueles que não aceitavam as estratégias de ação imposta pela liderança comunista.

Tais críticas contra um processo que iria se confirmar pouco tempo depois do início da Guerra, com as disputas entre anarquistas e comunistas em Maio de 1937 em Barcelona, valeram ao próprio Orwell, por exemplo, uma dura censura a publicação de seus textos na Inglaterra. Como ele se queixou, por exemplo, em uma carta a Jack Common, de maio de 1938 (Orwell, 1968:329-30), seus textos – artigos, revisões e, inclusive, seu livro *Homage to Catalonia*, recusado por seu teor anti-stalinista, por seu editor¹²⁸ – sofreram duro boicote pela imprensa britânica, principalmente em meio aos círculos editoriais de orientação comunista.¹²⁹

O que Orwell pode apreender pouco tempo depois de sua chegada a Espanha, como seus textos demonstram, era a evidente divisão existente nas forças republicanas, que transformava a guerra num conflito “triangular”¹³⁰ (Orwell, 2001:176). Através das Brigadas internacionais e da ajuda logística e financeira da URSS – única potência estrangeira a auxiliar o Governo republicano, em detrimento do apoio de italianos e alemães à Franco – as forças comunistas assumiram, ao longo dos primeiros meses de conflito, posição central na resistência do Governo republicano frente a insurreição liderada por Franco. Contudo essa liderança não apenas ignorava a ação engendrada, principalmente pelas milícias anarquistas, fundamental para os primeiros meses da resistência republicana – como obrigava-a, junto as demais organizações não-alinhadas a se submeter às determinações soviéticas, e a se sujeitar às estratégias e definições do Comintern, que, na verdade, representavam muito mais os objetivos da política externa soviética nos anos de 1930, do que os interesses republicanos espanhóis.¹³¹

¹²⁸ Victor Gollancz, editor do Left Book Club, de Londres, que havia publicado seu livro anterior, *The Road to Wigan Pier* (1936).

¹²⁹ Buchanan, por exemplo, se refere em seu estudo, a recusa do editor do jornal britânico *New Statesman*, Kingsley Martin, em publicar algumas das revisões que Orwell escrevera, sobre livros que falavam sobre a guerra e suas disputas políticas, devido, essencialmente, a perspectiva crítica de Orwell que se opunha, não apenas a linha editorial do jornal (pró-comunista), mas as perspectivas da maioria dos correspondentes enviados a Espanha pela imprensa britânica. (Buchanan, 2006:153)

¹³⁰ Como Orwell descreve no cap. 5, do livro *Homage to Catalonia* (2001:179), enquanto se mantinha a guerra contra Franco, as disputas entre anarquistas e comunistas, no seio do Governo republicano, transformava a guerra numa disputa entre três ideologias diferentes. Em relação às forças republicanas, Orwell nota que se dividiam, já nos primeiros meses depois de iniciado o conflito, em três linhas ideológicas (e, consequentemente, estratégias em relação às ações militares) claras: de um lado, as forças comunistas, composta basicamente das milícias internacionais das Brigadas comunistas sob orientação do Comintern e representado em Barcelona pelo P.S.U.C. (*Partido Socialista Unificado de Cataluña*). De outro, as milícias anarquistas, representadas pela C.N.T. (*Confederación Nacional de Trabajo*) e pela F.A.I. (*Federación Anarquista Ibérica*). Num outro extremo, Orwell exemplifica através do P.O.U.M. (*Partido Obrero de Unificación Marxista*), um dos vários partidos socialistas de não-orientação soviética. Devido ao pensamento comum de que a guerra empreendida contra o levante fascista espanhol não podia se desatrelar do processo revolucionário socialista, o P.O.U.M. se alinhou as forças anarquistas, atuando junto à suas milícias desde o início do conflito em junho de 1936.

¹³¹ Esta é também, uma questão controversa em meio as debates historiográficos sobre a Guerra Civil, haja visto também as diversas linhas ideológicas de análise do evento. Há, porém, uma larga historiografia da Guerra que analisou esta questão, principalmente em livros como os de Victor Alba, Stephen Schwartz (1988). *Spanish*

Diante deste contexto, que não apenas colocava em disputa as forças que compunham a defesa do Governo Republicano contra Franco, mas, opunha as várias linhas partidário-ideológicas que compunha a Frente Popular, o relato das experiências de Orwell, tanto quanto sua análise destas disputas internas da resistência, assumem um papel historiográfico preponderante justamente por se focar na ação da liderança comunista no processo que culminou com a cassação do P.O.U.M.. Ou seja, outro partido de orientação socialista, mas que não seguia as determinações impostas pela liderança internacional comunista¹³². Outro fator fundamental na crítica de Orwell deve-se a suas considerações às ações posteriores à queda na ilegalidade do partido. A partir daí, o que se assistiu, foi todo um processo de incriminação, prisão e execução de muitos de seus membros acusados de alta traição e contra-espionagem¹³³. Por sua vez, estas ações repressivas desencadeadas por forças comunistas, resultariam em toda uma ação propagandística engendrada, tanto na imprensa comunista espanhola quanto na imprensa internacional, através dos veículos oficiais dos PC's, de construção de uma imagem de “traidores” da “causa republicana” dessa dissidência, ao mesmo tempo, para justificar a repressão violenta e se definir como a liderança política da Frente Popular.

Orwell dá inúmeros exemplos da campanha propagandística desencadeada contra a dissidência comunista que se seguiu aos eventos de maio de 1937, retirados especialmente da coleção de jornais e panfletos de propaganda do período que passou na Espanha e que acabará por reunir em uma coleção, que mais tarde, serviriam de base para suas análises¹³⁴. Um exemplo muito

marxism vs. Soviet communism: A history of the POUM., e Burnett Bolloten (1991). *The Spanish Civil War: Revolution and counterrevolution*. Em ambos, a cisão entre as forças do governo republicano, logo em 1937, ou seja, alguns meses depois de iniciado o conflito, apenas evidenciaram o conflito ideológico entre os interesses nacionais da política espanhola e os interesses regionais soviéticos, em relação a promoção da revolução socialista, concebida no plano de ação anarquista para a Guerra. Por outro lado, há também, por exemplo, a posição de Giorgio Rovida (1988), que argumenta que as disputas entre anarquistas e comunistas em meio a organização da Frente Popular, representaram muito mais a incapacidade do governo Largo Caballero em administrar as forças conflitantes que compunham a Frente Popular, do que qualquer tipo de intervenção direta da URSS.

¹³² Como demonstra, por exemplo, Victor Alba, *El Proceso del POUM: Documentos Judiciales y Policiales* (Barcelona, 1989) O caso do P.O.U.M ganhou notoriedade na historiografia da Guerra Civil espanhola depois da reabertura democrática na Espanha, na década de 1970. Diante de todas as dificuldades na recuperação da memória da guerra – de ambos os lados – devido ao longo processo de silêncio imposto pela ditadura franquista, o caso da cassação do P.O.U.M. e, posteriormente, todo o processo de incriminação de seus membros, demonstram toda uma ação de apropriação da memória da resistência, pelo discurso oficial comunista, através da identificação de seus dissidentes enquanto traidores da causa republicana e da luta contra Franco.

¹³³ Dois casos são emblemáticos: a prisão, em 15 de Junho de 1937, e posterior morte de Andrés Nin, líder do P.O.U.M. – a qual precedeu a de toda a cúpula do partido e sua posterior cassação. E a de Bob Smillie, também em Junho de 1937 – jovem militante socialista escocês, que, como Orwell, se integrou ao P.O.U.M, por sua ligação ao I.L.P. (Independent Labour Party). Para Buchanan (1997), a morte de Smillie, justificada misteriosamente como um agravamento de uma pneumonia numa prisão republicana pelas autoridades comunistas, na verdade, sinaliza o agravamento das relações entre o I.L.P (uma dissidência do comunismo na Grã-Bretanha) e o PC britânico, que o acusava abertamente de ser “trotskista”. Por esse motivo, as causas de sua morte foram encobertas pelas autoridades locais e por muitos membros do próprio I.L.P., que buscavam um maior alinhamento com as determinações comunistas britânicas.

¹³⁴ Coleção que integra, entre outros documentos, o arquivo com seu nome, localizado na biblioteca da London University, na Inglaterra, e que serviu como uma das bases de composição das Obras Completas, publicada em duas fases.

interessante desse trabalho de reconstrução do eventos da guerra através desse mosaico de informações retirados de jornais e panfletos publicados à época, está no artigo *Eye-Witness in Barcelona*, que Orwell publica no jornal *Controversy: The socialist Forum*, vol.1, nº 11, de Agosto de 1937. Ali, Orwell irá contrapor às diversas “versões” apresentadas na imprensa comunista internacional, com suas próprias lembranças pessoais sobre os fatores que levaram a cassação do P.O.U.M, e todos os acontecimentos a sua volta. Neste artigo, Orwell se refere essencialmente aos jornais *Daily Worker* (NY) e *New Statesman* (Londres), dos quais analisa as notícias que justificaram o rompimento comunista com a dissidência, e a construção de uma campanha difamatória contra o partido. Orwell se refere, por exemplo, a uma notícia publicada em 22 de Maio de 1937, no *New Statesman*, sobre as acusações contra o P.O.U.M., em relação a um suposto roubo de armas do arsenal republicano; fato que justificaria, em 16 de junho, a prisão de Andrés Nin, líder do partido, e que seria executado como traidor posteriormente por forças comunistas, e de toda a cúpula do P.O.U.M. (Orwell, 1937 [2001:237]).

Contudo, é também no *Homage to Catalonia* que Orwell fará o maior número de referências à artigos e notícias publicadas à época sobre os acontecimentos na Espanha, especialmente nos jornais comunistas. Temos, por exemplo, um outro trecho do livro no qual Orwell (1938[2001:199]) se referirá a uma matéria do *Daily Worker*, de 11 de Maio de 1937 (e a uma série de artigos publicados entre 6 de Maio e 21 de Junho do mesmo ano), que se referia ao P.O.U.M. e a seus militantes como “Quinta Coluna de Franco”, atuando como “espiões trotskistas” no Governo Republicano e responsáveis pelo conflito de maio de 1937 na cidade de Barcelona, que selou a cisão entre as forças republicanas. Com o mesmo teor, por exemplo, são as referências que Orwell faz a matérias publicada no jornal *New Republic* (op.cit:221), que afirmava terem os milicianos do P.O.U.M., jogado futebol com soldados fascistas na frente de batalha num ato de confraternização; ou a revista *Inprecor*, de 29 de maio, que também atribuía a culpa dos conflitos em Barcelona a integrantes do P.O.U.M. Em todos estes periódicos, lançados em meados dos eventos que culminaram com a cassação do P.O.U.M, é clara a construção de uma imagem definida do partido e seus membros. Sua associação – sempre amistosa, quando não diretamente comprometida – às forças fascistas, tinha como função clara estabelecer um paralelo político entre o partido e o inimigo, indicando por fim, uma ligação que visava assegurar, ao menos para o leitor desses jornais, a posição de traidores de seus membros. Orwell cita vários exemplos ao longo de seus textos, sobre matérias publicadas à época sobre os eventos controversos que culminaram na cisão da Frente popular. Em todas elas o mais interessante é uma espécie de “padronização” argumentativa na definição dos culpados pelos conflitos, ao mesmo tempo que parecem apoiar-se em boatos e supostas “verdades”, divulgadas em efeito cascata. Como exemplo, podemos analisar

algumas delas: A primeira, é justamente a notícia divulgada no jornal Nova Iorquino Daily Worker, de 11 de maio de 1937, na qual podia ser lido o seguinte:

“The German and Italian agents, who poured into Barcelona ostensibly to 'prepare' the notorious 'Congress of the Fourth International', had one big task. It was this:

They were – in co-operation with local Trotskyists – to prepare a situation of disorder and bloodshed, in which it would be possible for the German and Italians to declare that they were 'unable to exercise naval control of the Catalan coasts effectively because of the disorder prevailing in Barcelona' and were, therefore, 'unable to do otherwise than land forces in Barcelona'.

In other words, what was being prepared was a situation in which the German and Italian Governments could land troops or marines quite openly on the Catalan coasts, declaring that they were doing so 'in order to preserve order'...

The instrument for all this lay read to hand for the Germans and Italians in the shape of the Trotskyists organisation known as the POUM.

The POUM, acting in co-operation with well-known criminal elements, and with certain other deluded persons in the Anarchists organisations, planned, organised and led the attack in the rear-guard, accurately timed to coincide with the attack on the front at Bilbao, etc, etc.” (Daily Worker, 11 de maio de 1937; citado por Orwell, 1938[2001:199-200])*

A segunda, é um artigo publicado no jornal inglês News Chronicle, que Orwell porém não anota a data de publicação, mas pela alusão a que faz sobre os fatos, parece ser de poucos dias após os eventos de Maio de 1937, assinada por John Langdon-Davies. O título do artigo é emblemático: “*Uma revolta trotskista*”; diz o seguinte:

“Esta não foi uma revolta anarquista. É um golpe frustrado do "trotskista" POUM, trabalhando através de organizações sob seu controle, os "Amigos de Durruti" e a Juventude Libertária ... A tragédia começou na tarde de segunda-feira, quando o Governo mandou policiais armados ao edifício da Companhia Telefônica, para desarmar os trabalhadores de lá, a maioria homens da CNT. Irregularidades graves no serviço tinham sido um escândalo há algum tempo. Uma grande multidão reuniu-se do lado de fora, na

* “Os agentes alemães e italianos, infiltrados em Barcelona para 'preparar' o notório Congresso da Quarta Internacional”, tinham uma grande tarefa. Que era esta esta: Eles tinham – em cooperação com trotskistas locais – que preparar uma situação de desordem e derramamento de sangue, em que seria possível para os alemães e os italianos, declararem serem 'incapazes de exercer o controle naval da costa catalã efetivamente devido a desordem vigente em Barcelona' e portanto, 'incapazes de fazer o mesmo com as forças terrestres em Barcelona'. Em outras palavras, o que estava sendo preparado era uma situação na qual os Governos alemão e italiano poderia abertamente desembarcar tropas terrestres ou fuzileiros na costa catalã, declarando que o estavam fazendo, a fim de preservar a ordem...”
O instrumento para tudo isto estava disponível para alemães e italianos devido ao auxílio de uma organização trotskista local conhecida como POUM.
O POUM, agindo em cooperação com conhecidos criminosos, e com algumas outras pessoas iludidas pelas organizações anarquistas, planejou, organizou e liderou o ataque, a retaguarda, exatamente para para coincidir com o ataque [falangista] na frente na Bilbao, etc, etc ” (Orwell, *Homage to Catalonia*,” (tradução livre)

Praça de Cataluña, enquanto os homens da CNT resistiram, recuando andar por andar para o topo do edifício ... O incidente foi muito obscuro, mas soube-se que o Governo estava contra os anarquistas. As ruas cheias de homens armados ... Ao anoitecer, todos os centros de trabalhadores e edifícios do Governo foram barricados, e às dez horas ouviu-se a primeira saraivada de tiros e as ambulâncias começaram a tocar o seu caminho através das ruas. Pela madrugada toda Barcelona estava sob fogo ... Enquanto o dia passava e iam-se contando os mortos para mais de uma centena, já se poderia dar um palpite do que estava acontecendo. A CNT anarquista e a UGT socialista não estavam tecnicamente 'na rua'. Enquanto eles ficaram atrás das barricadas, eram apenas vigilantes a espera, numa atitude que incluía o direito de atirar em qualquer coisa armada na rua aberta ... (os estouros) em geral eram invariavelmente agravados por *pacos* – homens solitários escondidos, geralmente fascistas, que atiravam dos telhados sem alvo particular, fazendo tudo o que podiam para aumentar o pânico geral ... Até ontem à noite, no entanto, começou a ficar claro quem estava por trás da revolta. Todas as paredes foram cobertas com um cartaz inflamatório pedindo uma revolução imediata e a captura de líderes republicanos e socialistas. A ordem foi assinado pelos "Amigos de Durruti". Na manhã de quinta-feira os diários anarquistas negaram qualquer conhecimento ou simpatia com o cartaz, mas o *La Batalla*, jornal oficial do POUM, reimprimiu o documento com os maiores elogios. Barcelona, a primeira cidade da Espanha, fora mergulhada em sangue por agentes provocadores dessas organizações subversivas.” (News Chronicle, Londres, s.d, citado por Orwell, *Homage to Catalonia*, 1938 [2001:205-6])

A aproximação dessas duas notícias, dentre as várias citadas por Orwell ao longo de seus textos, elaboradas em correntes editoriais política e ideologicamente distintas, é possível, contudo, devido as generalizações, simplificações e imprecisões quanto aos atores e quanto as ações que definiram a cisão entre anarquistas e comunistas em 1937. Ambas demonstram na verdade um padrão de análise que a própria imagem da dissidência comunista adquiriu durante a Guerra Civil na Espanha.

Nas paginas que se seguem de seu livro, Orwell faz uma série de referências a outras notícias publicadas, em vários jornais e revistas à época, todas se referindo a suposta participação do P.O.U.M., nas lutas de maio de 1937 nas ruas de Barcelona – seja atribuindo a seus integrantes a culpa exclusiva pelo inicio dos confrontos, seja reproduzindo supostos “relatórios oficiais” das forças comunistas que “comprovavam” a culpa de membros do P.O.U.M no roubo do arsenal republicano que, segundo a versão oficial comunista, desencadeara o conflito, seja ainda diretamente acusando-os de participação num “plano fascista” de sabotagem ao governo republicano. E Orwell faz referências não apenas a jornais de orientação ou controle direto comunista, na Inglaterra e nos EUA, mas também a jornais franceses e espanhóis, circulares e panfletos distribuídos nas ruas das principais cidades espanholas, como por exemplo (Orwell, 1938[2001:212]), aos jornais franceses *Le Populaire* (7 de setembro), *La Flèche* (18 de setembro), e (ibid:213) aos jornais comunistas espanhóis *Verdad* e *Frente Rojo*, entre outros. E como Orwell

escreve em seu livro *Homage to Catalonia*, esta “campanha” era mais do que explicita:

In the Communist and pro-communist press the entire blame for the Barcelona fighting was laid upon the P.O.U.M. The affair was represented not as a spontaneous outbreak, but as a deliberate, planned insurrection against the Government, engineered solely by the P.O.U.M with the aid of a few misguided 'uncontrollables'. More than this, it was definitely a Fascist plot, carried out under Fascist orders with the idea of starting civil war in the rear and thus paralysing the Government. The P.O.U.M was 'Franco Fifth Column' - a 'Trotskyist' organisation working in league with the Fascists. (Orwell, 1938[2001:199])*

O que se projetava ao longo desse processo, onde o público internacional era bombardeado por falsas notícias, reconstruções fantasiosas de eventos verdadeiros e notas que pareceriam hoje meras fofocas incriminatórias – sem porém nenhuma base factual – era, na visão de Orwell, a construção de uma clara campanha difamatória contra todos aqueles que não se alinhavam às determinações comunistas. Mais tarde, quando da publicação de seu livro *Homage to Catalonia*, em 1938, esse processo ficaria ainda mais evidente (devido à sua consolidação), levando Orwell a acentuar suas críticas à imprensa comunista internacional:

(...) the POUM was declared to be no more than a gang of disguised Fascists, in the pay of Franco and Hitler, who were pressing a pseudo-revolutionary policy as a way of aiding the Fascist cause. The POUM was a 'trotskyist' organization and 'Franco's Fifth Column'. This implied that scores of thousand of working-class people, including eight or ten thousand soldiers who were freezing in the front-line trenches and hundreds of foreigners who had come to Spain to fight against Fascism, often sacrificing their lives and their nationality by doing so, were simply traitors in the pay of the enemy. And this story was spread all over Spain by means of posters, etc., and repeated over and over in the Communist and pro-communist press of the whole world. (Orwell, 1938[2001:184])*

O fato mais importante desta campanha engendrada pela propaganda comunista, dentro e fora da Espanha, desencadeada contra os anarquistas desde o início da Guerra, mas que atingi o

* “Na imprensa comunista e pró-comunista, a culpa toda para o combate de Barcelona foi colocado em cima do POUM. O caso não era representado como uma manifestação espontânea, mas como uma insurreição, deliberadamente planejada contra o Governo, produzida unicamente pelo POUM, com a ajuda de alguns 'incontravélveis'. Mais do que isso, foi definitivamente uma trama fascista, realizada sob ordens fascistas com a ideia de começar uma guerra civil na retaguarda e assim paralisar o Governo. O POUM era 'Quinta Coluna de Franco' - uma “organização” trotskista trabalhando em conluio com os fascistas.” (tradução livre)

* “(...) O POUM foi declarado ser não mais do que um bando de fascistas disfarçados, a soldo de Franco e Hitler, que estavam pressionando uma pseudo-política revolucionária como uma forma de ajudar a causa fascista. O POUM era uma "organização trotskista" e "Quinta Coluna de Franco". Isto implicava que dezenas de milhares de trabalhadores de classe, incluindo oito ou dez mil soldados que congelavam nas trincheiras da linha da frente e de centenas de estrangeiros que vieram à Espanha para lutar contra o fascismo, muitas vezes sacrificando a sua própria vida e sua nacionalidade por fazê-lo, eram simplesmente traidores a soldo do inimigo. E essa história foi espalhada por toda a Espanha por meio de cartazes, etc, e repetidas várias vezes na imprensa comunista e pró-comunistas de todo o mundo.” (tradução livre)

P.O.U.M, principalmente depois de Maio de 1937, é, entretanto, como Orwell descreve, a construção da imagem desta dissidência enquanto “trotskista”. É fundamental notar que, no imaginário político da década de 1930, o conceito “trotskista” assume, principalmente através do discurso oficial comunista, uma conotação muito mais abrangente do que simplesmente aquele (ou aquela dada organização) que se alinhava ao pensamento de Leon Trotsky. Como o próprio Orwell também analisaria em seu primeiro texto publicado sobre a Guerra Civil espanhola, *Spilling the Spanish Beans* (op.cit:219-220), quando ele vai pensar na ação da máquina propagandística comunista no processo de construção da imagem da dissidência - primeiro enquanto “fascista” – como sinônimo de “inimigo”, para apenas depois associar estes grupos ao conceito de “trotskista” – o próprio termo assumia na discurso oficial comunista, um caráter contraditório: entre aqueles que eram partidários de Leon Trotsky (e, conseqüentemente, partidários de seu pensamento estratégico para o movimento comunista internacional), e aqueles que, simplesmente, discordavam das determinações de Stalin e do Comintern, colocando-se com isso, automaticamente contra a causa socialista e o proletariado internacional.¹³⁵ Orwell vai ainda considerar a questão também em seu livro *Homage to Catalonia* (1938[2001:212-13]), analisando-a mais cuidadosamente dentro do contexto internacional dos debates internos do movimento socialista. Era muito claro, ao menos para ele, que o que ocorria na Espanha, era apenas o desenrolar das disputas ideológicas iniciadas com os expurgos de parte da liderança comunista russa por Stalin, que transformou Trotsky, de líder do Exército Vermelho durante a Revolução de Outubro de 1917, em inimigo número um da causa socialista e do proletariado internacional, através da longa campanha de propaganda desencadeada contra ele.

E esta questão no remete novamente a análise de seu primeiro ensaio, onde Orwell descreve a construção de uma imagem demonizada dessa dissidência, através da propaganda oficial stalinista, perpetrada por meio da imprensa internacional¹³⁶. Desta forma, o rótulo de “trotskista”, se enquadrava a todos aqueles que se opunham às determinações soviéticas durante a Guerra Civil – imagem que atingiu tanto o P.O.U.M., quanto aos partidos anarquistas. Como ele escreve no ensaio *Spilling the Spanish Beans*:

¹³⁵ Uma visão construída pelas determinações da III Internacional Comunista de 1919, que definiram as diretrizes de ação para o movimento comunista internacional. Neste momento, o Partido Comunista Russo e a liderança soviética, passaram a representar a liderança internacional do movimento, tendo, por isso, total respaldo na definição das diretrizes de ação para o movimento comunista. Desta forma, com a cisão entre Stalin e Trotsky, este passa a representar, segundo a propaganda stalinista, o ideólogo de um movimento internacional contra-revolucionário, inimigo da URSS e, conseqüentemente, do proletariado internacional, sendo todos os seus seguidores e partidários, inimigos dos ideais da Revolução de Outubro de 1917. (Agosti, 1988)

¹³⁶ Ver, por exemplo, a carta que Orwell envia a Frank Jellinek, de 20 de Dezembro de 1938 (Orwell, 2001:319-23), quando faz referência aos diversos meios que a propaganda comunista tinha para construir uma imagem maléfica de sua dissidência. O que Orwell se refere, especialmente na Inglaterra, é o grande espaço que este tipo de notícia tinha em jornais como o *News Chronicle* e o *New Statesman* (ibid.:321), enquanto a versão não comunista tinha pouco espaço para divulgação no jornal *Manchester Guardian*.

(...) In Spain, everyone whose opinions are to Left of those of the Communist Party, is soon or later discovered to be a 'trotskyist', or at least, a traitor. At the beginning of the war the POUM, an Opposition Communist Party roughly corresponding to the English I.L.P. [Independent Labour Party] was an accepted party and supplied a minister to the Catalan Government; later it was expelled from the Government; then it was denounced as 'Trotskyist'; then it was suppressed, every member that the police could lay their hands on being flung into jail. (Orwell, 2001::221)*

Nas mesmas linhas, Orwell escreverá no *Homage to Catalonia*, sobre a construção da imagem da dissidência comunista enquanto “trotskista” pela propaganda comunista. Em seu livro, porém, nosso autor argumentará que essa imagem se acomodará, por exemplo, no imaginário britânico, através de sua significação como sinônimo de traição dos ideais comunistas:

(...)The communist accounts of the opening incident, the raid on the Telephone Exchange, are illuminating; they agree in nothing except in putting the blame on the other side. It is noticeable that in the English Communist papers the blame is put first upon the anarchists and only later upon the POUM. There is a fairly obvious reason for this. Not everyone in England has head of 'Trotskyism', whereas every English-speaking person shudders at the name 'Anarchists' and implicated, and right atmosphere of prejudice is established; after that the blame can safely be transferred to the "Trotskyists". (Orwell, 2001:201)*

O que a leitura destes textos de Orwell nos permite apreender é um processo de homogeneização da dissidência pelo discurso oficial comunista. Sob o rótulo de “inimigos da causa socialista”, que, na verdade, era o sinônimo para a significação “trotskista”, a propaganda oficial comunista, através de sua imprensa, estabeleceu uma ação de construção da identidade dessa dissidência, já nos primeiros meses depois de iniciado o conflito. Neste discurso “incriminatório” veiculado pela imprensa, os conceitos de “anarquismo” e “trotskismo” se confundiam, tornando-se adjetivos de supostas ações de traição. O rótulo “trotskista” utilizado como conceito-chave no

* “(...) Na Espanha, todos aqueles mais a esquerda do que o Partido Comunista, é cedo ou tarde, descoberto um "trotskista", ou pelo menos, como traidor. No início da guerra, o POUM, uma oposição do Partido Comunista que corresponde aproximadamente ao Inglês ILP [Independent Labour Party] foi um partido aceito e que apresentou um ministro do Governo catalão, e depois foi expulso do governo, após ser denunciado como "trotskista", e mais a frente depois que foi suprimido, cada membro que a polícia poderia colocar as mãos era lançados na prisão.” (tradução livre)

* “(...) As contas comunista do incidente de abertura, ou a incursão na Prédio da Companhia de Telefone [de Barcelona], são esclarecedoras; eles não concordam em nada, exceto em colocar a culpa no outro lado. É notório que na documentação do Partido Comunista Inglês a culpa é colocada em primeiro lugar sobre os anarquistas e só mais tarde sobre o POUM. Há uma razão bastante óbvia para isso. Nem todos na Inglaterra, ouviram falar de "trotskismo", enquanto todas as pessoas que falam inglês já ouviram falar no nome de "anarquistas" sempre implicado-os a uma certa atmosfera de preconceito; depois dessa identificação inicial a culpa pode seguramente ser transferidos para os trotskistas' ". (tradução livre)

discurso oficial soviético e difundido na imprensa internacional para identificar os grupos não-alinhados às Brigadas internacionais, corresponde então a uma clara tentativa de fácil acomodação no imaginário coletivo internacional, da posição que se queria colocar, por exemplo, os anarquistas: como inimigos que deveriam ser combatidos tanto quanto aos fascistas e a Franco.

Através do discurso oficial soviético, apresentado, principalmente em seus veículos de informação oficiais, pode-se identificar então uma ação de mão-dupla: por um lado, a desqualificação das ações dessa dissidência, tanto quanto de seus agentes; por outro, a legitimação das ações comunistas. E essa dupla-ação, resultante da propaganda oficial soviética, corroborou na construção da imagem das brigadas comunistas como única força capaz (ideológica e militarmente) de confrontar a ascensão fascista na Espanha. Processo que, por exemplo, influenciou diretamente na escritura da história da Guerra Civil, já que desconsiderou por muito tempo o papel fundamental que as milícias anarquistas detiveram em várias regiões da Espanha, principalmente nos primeiros meses após o início da Guerra civil, a frente das forças de defesa do governo republicano.

Aqui, podemos já estabelecer um ponto de conclusão prévia em nossa reflexão: como uma parte da historiografia da guerra defende (sem dúvida, a parte mais sensível a repressão que anarquistas e o próprio P.O.U.M, sofreram), o fator fundamental que era encoberto nesta ação perpetrada por comunistas diante de sua dissidência para todos aqueles que não se encontravam em território espanhol e que só podiam acompanhar o desenrolar dos acontecimentos através das notícias divulgadas na imprensa, era a posição conservadora que as forças comunistas assumiram diante das ações do governo republicano, tanto em relação às estratégias de ação militar, quanto à ideia de promoção da revolução socialista na Espanha, concebida nas estratégias de ação anarquista.¹³⁷

O que a obra de Orwell nos faz ver, neste sentido, é a importância destes debates no seio do governo republicano, para a construção posterior da própria identidade de seus membros (neste processo, resultando apenas na identificação com as Brigadas Internacionais), o que, consequentemente, influenciaria na construção da própria memória da resistência republicana. Este por exemplo será o tema central de seu último grande ensaio sobre os eventos do conflito, o

¹³⁷ E esta é também outra questão problemática, largamente debatida em meio a historiografia da guerra. Rovida (op.cit), por exemplo, argumenta que a posição comunistas – sim, favorecida pelo apoio logístico soviético ao Governo Republicano, mas não determinada pelas determinações da política externa de Stálin – fora influenciada na verdade, pelas determinações do VII Congresso da Internacional Comunista, de 1934, que definiu a tática do movimento comunista internacional de combate ao fascismo, ao mesmo tempo, que definiu a formação das chamadas “Frentes Populares”, como vanguarda militar, e que influenciariam na formação da Frente Popular espanhola. O que se coloca no debate assim, eram as determinações do congresso que defendia em primeiro lugar, a extrema necessidade da derrota do fascismo; e em segundo lugar, mas como uma etapa posterior, a organização, tanto do movimento trabalhador espanhol sob as determinações organizacionais comunistas, quanto do processo revolucionário, através das bases do movimento comunista internacional. Processo que, segundo Rovida, confrontava com a visão dos anarquistas, por exemplo, do entrelaçamento obrigatório da guerra contra Franco, do processo revolucionário.

Looking Back on the Spanish War, de 1942 (op.cit.). Como nosso autor escreve:

I remember saying once to Arthur Koestler, "History stooped in 1936", at which he nodded in immediated understanding. We are both thinking of totalitarianism in general, but more particularly of the Spanish civil war. Early in life I had noticed that no event is ever correctly reported in a newspaper, but in Spain, for the first time, I saw newspaper reports which did not bear any relation to the facts, not even the relationship which is implied in the ordinary lie. I saw great battles reported where there been no fighting, and complete silence where hundreds of men had been killed. I saw troops who had fought bravely denounced as cowards and traitors, and others who had never seen a shot fired hailed as the heroes of a imaginary victories; and I saw newspapers in London retailing these lies and eager intellectuals building emotional superstructures over events that had never happened. I saw, in fact, history being written not in terms of what happened but of what ought to have happened according to various 'party lines' (Orwell, 1942[2001:351-2])*

A leitura deste texto evidencia que, para Orwell, toda a disputa interna do Governo republicano entre suas diversas siglas partidárias, teriam papel fundamental na construção da própria história da guerra para as gerações futuras. Ali claramente, todas as disputas no seio da Frente popular, tomarão a forma de um complexo problema, que se refletirá na escrita da história da guerra e de todos aqueles que lutaram ali Como ele escreve:

(...) How will the history of the Spanish war be written? If Franco remains in power his nominees will write the history books, and (to stick to my chosen point) that Russian army which never existed will become historical fact, and school children will learn about it generations hence. But suppose Fascism is finally defeated and some kind of democratic government restored in Spain in the fairly near future; even then, how is the history of the war to be written? What kind of records kept on the Government side are recoverable – even so, how so a true history of the war to be written? For, as I have pointed out already, the Government also dealt extensively in lies. From the anti-fascist angle one could write a broadly truthful history, unreliable on every minor point. Yes, after all, some kind of history will be written, and after those who actually remember the war are dead, it will be universally accepted. So for all practical purposes the lie will have become truth.(Orwell, 1942[2001:353])*

* "Lembro-me de ter dito uma vez a Arthur Koestler: 'A História parou em 1936', com o que ele imediatamente concordou porque tinha percebido aquilo a que me referia. Ambos pensávamos no totalitarismo, mas, mais particularmente, na Guerra Civil Espanhola. Já muito antes notara que a imprensa nunca é capaz de relatar corretamente um acontecimento, mas, pela primeira vez, em Espanha, vi artigos de jornais que não tinham qualquer espécie de relação com a realidade dos fatos, nem sequer aquele tipo de relação que uma mentira vulgar ainda tem. Vi descrições de grandes batalhas situadas em lugares onde nunca houve um combate, enquanto que se silenciavam compromissos que tinham custado à vida de centenas de homens. Vi tropas que tinham combatido corajosamente serem acusadas de traição e covardia e outras que nunca tinham estado debaixo de fogo serem aclamadas pelas suas imaginárias vitórias; e vi jornais londrinos importar estas mentiras e intelectuais zelosos edificarem toda uma superestrutura de emoções a propósito de acontecimentos que nunca se deram. Vi, de fato, a história a escrever-se não segundo o que se passou, mas segundo o que se devia ter passado para as diversas linhas (Orwell, 1942[2001:353])". Tradução Simon Leys, 1986:40-1)

* "(...) Como a história da Guerra espanhola será escrita? Se Franco permanecer no poder seus subordinados

O que Orwell demonstra nesta passagem é uma clara preocupação na utilização da história e, consequentemente da memória, como um veículo ou mecanismo de acesso ao passado, como meio de manipulação ideológica das sociedades. O que Orwell indaga é sobre a possibilidade de ser escrita uma história da Guerra civil que contemple toda a problemática política que cercou, não apenas a luta contra Franco e o fascismo, mas às próprias disputas internas do Governo Republicano. Neste sentido, se reivindica uma história que abranja a participação dos diversos grupos que constituíram essa resistência e que integre, desta forma, toda a dissidência comunista, renegada então como traidora da causa republicana.

Na verdade, o que a leitura da obra de Orwell do início da década de 1940 permite ver, é que as disputas entre comunistas e sua dissidência e todo processo desencadeado por ela, iriam desempenhar papel fundamental na construção da memória da Guerra civil e de seus combatentes, tanto quanto as ações engendradas pela política de Estado franquista de censura e reconstrução da memória coletiva do povo espanhol sobre os acontecimentos da guerra, processada nos anos posteriores ao final do conflito, em 1939. Com a mesma força, estas disputas teriam papel determinante na construção identitária de todos aqueles que se engajaram na defesa da república espanhola contra o fascismo, mas que teriam suas ações distorcidas na repercussão internacional dos fatos da Guerra pela imprensa mundial, influenciada pela ação propagandista comunista, que, no final, determinaria a visão do mundo em relação à ação anarquista e de outros partidos, como o P.O.U.M., engajados na luta contra Franco. Os efeitos dessa ação seriam devastadores para as gerações futuras, como a historiografia das últimas décadas tem demonstrado, num esforço por recuperar parte da história contemporânea espanhola vitimada, mesmo depois da reabertura democrática do Estado espanhol, em 1977, pelo chamado *Pacto del Olvido*, determinado pela nova constituição de 1978, como forma de aglutinar as forças políticas divergentes num esforço de reconstrução da democracia na Espanha.

Trabalhos como o de Orwell, porém, que se baseiam em suas memórias pessoais, tanto quanto em seus esforços por preservar a memória dos combatentes e da causa republicana, ajudam a driblar as armadilhas impostas pela história oficial erigida ao longo dos quase cinquenta anos de regime franquista e de todo o processo de manipulação das informações perpetrada pela propaganda

escreverão os livros de história, e (para ficar ao meu ponto escolhido) o exército russo que nunca existiu se tornará um fato histórico, e as crianças da escola vão aprender sobre isso daqui gerações. Mas suponhamos que o fascismo seja finalmente derrotado e algum tipo de governo democrático seja restaurado na Espanha num futuro bastante próximo; mesmo assim, como a história da guerra será escrita? Que tipo de registros mantidos do lado do Governo [republicano] podem ser recuperados – e mesmo assim, como uma verdadeira história da guerra poderia ser escrita? Pois, como já referi anteriormente, o Governo também se apoiou em mentiras de maneira extensiva. A partir de um ângulo de um anti-fascista, poderia ser escrita uma história em geral verdadeira, confiável em todos os pontos de menor importância. Sim, afinal, uma espécie de história será escrita, e depois que todos aqueles que realmente se lembrarem da guerra morrerem, essa versão se tornará universalmente aceita. Então, para todos os efeitos práticos, a mentira, se tornará verdade.” (Orwell, *Looking Back on the Spanish War*, 1942 [2001:353])

comunista ao longo do conflito, para trazer à tona a história dos vencidos – atores e personagens soterrados sob os escombros da repressão e esquecidos nas linhas que delimitam a memória institucional construída pelo regime franquista.

É fundamental reconsiderar, por fim, que o grande ponto de balizamento das críticas perpetradas por Orwell, é sua própria memória individual. Também é claro, como ele mesmo afirma por várias vezes ao longo de sua produção sobre o tema, que a consulta a jornais do período, assim como uma série de panfletos de propaganda e outros materiais largamente divulgados durante a guerra, e reunidos por ele, os quais formam, entre outros materiais, uma grande coleção, hoje integrando um grande arquivo sob seu nome, localizado na biblioteca da London University, serviu como fonte documental para suas análises posteriores. Mesmo assim, é em suas lembranças pessoais que ele vai estabelecer o contraponto áquilo que foi divulgado em todo esse material. A todo momento, ele vai recorrer, através de recordações pessoais, afim de contrapor o que está escrito no jornal ou no panfleto que tinha em mãos, a conversas que tivera com alguém ou que ouvira nos bares, tavernas, hotéis, hospitais, praças, teatros, estações de trem; a fatos que presenciara; a recordações pessoais sobre datas, horas, locais; a números, ordens, circulares e qualquer outra informação supostamente oficial que tivera em mãos, de sua própria milícia ou de todas as outras que integravam o conflito de ambos os lados do *front*; as notícias de amigos em cartas, dentro e fora da Espanha; as conversas com sua esposa, que o acompanhara durante o período em que estivera em território espanhol, etc.

Diante do vai e vem de informações entrecruzadas – entre as várias “informações oficiais” e suas diversas versões – que circulavam entre todos os envolvidos, entender o que acontecia já era uma guerra particular. Era necessário, por exemplo, um grande esforço para não se perder apenas entre as diversas siglas partidárias dos envolvidos na guerra, como o próprio Orwell deixa claro, ao reservar um capítulo “a parte” em seu livro *Homage to Catalonia*, para desvendar a confusão política-partidária que se estabelecera¹³⁸. Orwell escreve, por exemplo, sobre os conflitos de maio de 1937, em Barcelona, que selaram as disputas entre anarquistas e comunistas:

¹³⁸ Essa espécie de apêndice complementar, que corresponde, na primeira edição do livro, editada em 1938, em Londres, pela Secker and Warburg, aos capítulos V e X, foi realocado nesta última edição para o final do texto do *Homage to Catalonia*, lançada junto com a *The Complete Works of George Orwell*, e reproduzida pela Penguin Books, na coletânea *Orwell in Spain* (op.cit) – respondendo a solicitação de Orwell quando da primeira edição, mas que, porém, não fora atendida por seu editor, Frederick Warburg. A ideia de Orwell, era de que este apêndice servisse ao leitor como um “guia” sobre a imensa confusão política que representava a Guerra Civil – com sua imensidão de siglas e partidos diferentes – que, mesmo para ele (como afirmou em seu livro), correspondia a um enigma quase insolúvel. Assim, a intenção de Orwell, era deslocar esses capítulos para o final do livro, para que eles não influenciassem o leitor, e nem confundisse a reconstrução de sua narrativa, baseada, quase que totalmente, em seus relatos pessoais.

Jamais se poderá obter um relato inteiramente preciso e imparcial sobre as lutas em Barcelona, porque não existem os dados necessários. Os futuros historiadores nada terão em que basear-se, exceto um amontoado de acusações e propaganda partidária. Eu mesmo disponho de poucos dados além do que vi e o que fiquei sabendo mediante testemunhas oculares que acredito idôneas. Ainda assim, posso contraditar algumas das mentiras mais flagrantes e ajudar a situar a questão em alguma perspectiva. (Orwell, 1938[1986:159])

É claro aqui, a parcialidade que o próprio autor assume, diante de tudo aquilo que escreveu sobre a guerra. Contudo, num interesse muito mais profundo em entender o que realmente se passava ali, desenvolvido ao longo do conflito, em detrimento da mera motivação inicial em combater o fascismo, Orwell necessitou de um acurado senso de observação e uma cuidadosa capacidade analítica para contrapor todo o material de propaganda divulgado por todos os lados envolvidos à realidade dos fatos. Evidentemente, a reconstrução memorialística com a qual embasou a composição que o autor apresenta através de seus textos, envolve um processo acurado de reconstrução, seleção e descarte de várias imagens, diante do bombardeamento de informações recebidas ao longo do processo de vivência das ações. Mesmo assim, essa seleção da memória individual tem motivadores diversos em relação à construção do discurso oficial, mesmo que ancorando-se em marcos comuns da memória coletiva, tal qual defende Maurice Halbwachs. É neste sentido também, que a obra de Orwell toma a relevância de fonte historiográfica, justamente por oferecer um caminho diverso de acesso ao passado, que, ao mesmo tempo, procura a todo momento se desvencilhar dos marcos que delineiam a história oficial.

3.2 – A batalha pelos imaginários: Orwell e a reinvenção da linguagem na Segunda Guerra Mundial

Em muitos sentidos, a obra de Orwell ganhou força internacional, por uma crítica à ação repressiva dos Estados perante suas sociedades e os indivíduos. A grande fama do *1984*, por exemplo, se estabelece nos anos posteriores a seu lançamento, em 1949, como uma dura crítica a URSS e seu autoritarismo de Estado, diante das ações perpetradas por Stálin contra sua dissidência, inclusive dentro dos quadros do partido bolchevique ao longo da década de 1920 e 1930. O que muitos estudos sobre seu pensamento vem desvendando nas últimas décadas contudo, é que sua obra, erigida em meio aos caóticos anos do entre guerras europeu, permeou-se fortemente de inúmeras outras questões, cujo peso histórico determinaram tão ou mais fortemente os horizontes de sua produção crítica ao longo da década de 1940, quanto o peso da evidência dos crimes do stalinismo e da deturpação dos ideais do socialismo sob sua égide. Entre estas outras questões, de peso inominável para sua geração, podemos, por exemplo, lembrar do fim do colonialismo britânico na Índia, cujo peso político e econômico para a Inglaterra ainda determinava em muitos aspectos as relações da Inglaterra com o restante do mundo; outra questão fundamental para os rumos (inclusive intelectuais) de sua geração, fora a ascensão do totalitarismo, que, na verdade, representou o ápice histórico de um processo de degradação crescente dos direitos individuais e do Estado de bem-estar, encaminhado desde a grande crise europeia da década de 1870.

Em meio a todo esse processo, de degradação do próprio indivíduo, em meio a falência do Estado liberal, que se consolidou com a grande crise da década de 1930 e que construiu as bases políticas para a ascensão de Hitler, por exemplo (Hobsbawm, 2002b; Mazower, 2002), a crítica de Orwell enxergou, não apenas esse processo de sufocamento das esferas individuais (privadas) de vida – em que os indivíduos crescentemente eram inseridos numa totalidade chamada Estado – mas também a construção dos mecanismos que o tornava, sutilmente muitas vezes, possível. Sua compreensão da “criação” de diversos mecanismos “indiretos” de dominação, engendrados como arma de ação política pelos Estados europeus envolvidos nos anos caóticos que precederam a Segunda Guerra Mundial, e posteriormente ao início desta, dos novos mecanismos que se desenvolveram – possibilitou-o enxergar (e refletir sobre), por exemplo, os usos da linguagem como um mecanismo de controle e manipulação dos indivíduos, através, principalmente de sua posição como veiculadora dos discursos políticos. Da mesma forma, evidenciou-o os usos da memória, individual e coletiva, como arma, tanto de aglutinação social como de manipulação, através, por exemplo, do discurso nacionalista e do patriotismo. Em ambos os casos, o que sua crítica evidenciou em relação a esses processos foi a transformação dos imaginários (Baczko, 1985) em

campo de batalha das ideologias em disputa.

O que se coloca em jogo, desta forma, é um quadro muito mais amplo do que aquele historicamente construído diante da(s) leitura(s) da obra de Orwell nos últimos 70 anos. O que temos então é um completo alargamento de sua crítica, antes, reduzida a um mero ataque direto a URSS e ao comunismo. E isso ficará muito claro, por exemplo, se considerarmos que o principal foco da crítica contida em sua obra de não-ficção, não é a Rússia soviética, e sim a Inglaterra. E essa questão é muito clara, mesmo diante de uma primeira leitura de seus textos; todos os problemas discutidos ali, remetem direta ou indiretamente ao contexto britânico: a *tradição*, como motor da relação sociais, políticas e econômicas na Inglaterra, e desta para com o restante do mundo; o problema da recepção da Guerra Civil espanhola para o público inglês, diante da construção de uma versão oficial da guerra; as disputas entre os vários discursos políticos em meio aos debates públicos da sociedade britânica da década de 1930, erigindo várias faces de um mesmo problema e, por sua vez, seus efeitos para a sociedade, etc.

A evidência, com isso, é que ao longo dos anos de sua produção, Orwell refletirá em muitos aspectos, também o papel dos Estados “democráticos” dentro do contexto das primeiras décadas do século XX, na criação de mecanismos de repressão e controle social tão efetivos quanto nos países sob jugo autoritário. E sua Inglaterra era para ele, ao mesmo tempo, o mais próximo e o melhor laboratório de observação destas questões, pois a influência em sua vida diária era, inevitavelmente, direta. Inglaterra que pregara nos anos precedentes a ascensão do comunismo na Rússia, em 1917, a disseminação de práticas de delação e espionagem em meio à sociedade civil, como uma forma de combate às ideias comunistas e sua permeação nas instituições britânicas. Mais tarde, o “perigo vermelho” seria suplantado por outro tão assustador quanto às ideias bolcheviques de Lênin no imaginário inglês : o fascismo e sua rápida ascensão sobre a Europa.

É esse o cenário que Orwell desenha em suas memórias, quando, por exemplo, vai tratar de sua adolescência passada entre as paredes do tradicional *Eton college*: o ar de desconfiança de colegas e professores com qualquer indivíduo de comportamento “estranho”, ou, no mínimo que sustentasse qualquer tipo de opinião não tão “patriótica”, como quanto as tradições escolares britânicas insistiam em cultivar, principalmente nas escolas tradicionais de formação da elite britânica.¹³⁹ O mesmo entre a população civil. Notícias diárias, programas de rádio, folhetos entregues nas ruas – tudo advertia para o perigo externo e as ideias subversivas que podiam por em risco o país.

Neste clima de tensão criado desde o fim da Grande Guerra de 1914-18, a guerra se estendia

¹³⁹ Da mesma forma Eric Hobsbawm (2002a) vai se referir aos seus anos como aluno, em Cambridge, em sua autobiografia, em relação ao comportamento institucional com alunos não-alinhados ao tradicionalismo intelectual e ideológico da Universidade e do clima que confundia entre o corpo acadêmico, patriotismo e vinculação ideológica.

para além dos campos de batalha, e dos conflitos que precederam a eclosão de outro conflito em 1939. Meios como a propaganda, o rádio, o cinema e a imprensa, são então transformados em braços das forças armadas e de inteligências governamentais por todo o mundo. Organismos institucionais de inteligência e informação, passam então a desempenhar papel fundamental durante os anos de 1930 e 1940, em meio ao rearmamento dos Estados, com fins de mobilizar a população civil diante dos perigos iminentes de um contexto convulsionado. Referenciando a Inglaterra novamente, por exemplo, para não citarmos os já largamente estudados casos da Alemanha e dos EUA, é emblemático o papel desempenhado pelo M.O.I (*Ministry of Information*), pelo *British Office* (o Ministério do Interior) e pela BBC, nos anos que precederam à Segunda Guerra Mundial, na luta contra o então grande inimigo das democracias ocidentais: o comunismo soviético. Da mesma forma, estes organismos terão papel fundamental na construção da mobilização nacional na defesa do país contra o avanço nazista pela Europa, e na articulação das lideranças indianas na luta contra o fascismo japonês.

Estabelece-se então uma “batalha pelo imaginário” dos indivíduos nos anos de 1930 e 1940. Batalha que se institui no bojo dos efeitos colaterais da difusão dos meios de comunicação de massa, e, em sua apropriação pelas máquinas propagandísticas dos Estados, tendo o *imaginário*, como campo indispensável de ação das ideologias conflitantes.

O papel desempenhado pelos meios de comunicação de massa nestas lutas pelo imaginário individual e coletivo, seriam largamente discutidos primeiramente pelos teóricos da Escola de Frankfurt (aos quais Walter Benjamin, no entanto, já precedera)¹⁴⁰, diante da apropriação desses novos meios de comunicação humana pelos Estados. Suas implicações, até então obscuras nos poucos estudos sobre os efeitos da propaganda comercial nos EUA (Costa Lima, 1990), diante da construção de outros mecanismos ideológicos de dominação coletiva e individual, desvendaram então o papel fundamental que a linguagem – como o espaço de mediação simbólica das formas – assume como seu veículo principal. Diante desta batalha pelos imaginários coletivos, não estariam mais em jogo apenas os corpos que a guerra consumia, diante da emergência da sociedade de massa e do totalitarismo, enquanto seu sucedâneo burocrático; estariam, também, e principalmente, suas ideias e suas consciências, diante dum processo continuo de construção e reconstrução das

¹⁴⁰ Não pretendemos aqui, como em qualquer outro ponto de nossa pesquisa, estabelecer qualquer tipo de relação orgânica entre o pensamento de Walter Benjamin, fundamental, por exemplo, em nossa concepção do papel da memória para a reconstrução historiográfica, com o pensamento desenvolvido pelos teóricos da chamada Escola de Frankfurt – nem mesmo com os autores que são, historicamente, colocados integrantes desse grupo, tais quais Theodor Adorno, Herbert Marcuse e Jurgen Habermas, todos que também, em algum momento, servem-nos como referencial teórico. Nossa referência aqui, se dá pelo uso que alguns comentadores da obra desses autores – em especial se referindo a temas como “comunicação de massa” e suas várias formas de representação, como o cinema, por exemplo – fazem de seu pensamento, lendo em suas obras, pontos comuns de um tipo específico de crítica ligado a estes temas específicos, tal qual o faz, por exemplo, Luiz Costa Lima (1990).

memórias e das identidades coletivas e individuais, sufocadas pela atomização da sociedade, pela censura institucionalizada, pela propaganda política e outros meios onde a história era continuamente reescrita.

3.2.1 – Orwell “propagandista”? A Segunda Guerra Mundial e os anos na BBC

A trajetória profissional e intelectual de Orwell nos anos que se seguiram à sua participação na Guerra Civil espanhola, atesta, em grande parte, aquilo que seria o grande objeto de sua crítica ao longo da década de 1940: a luta pelo imaginário individual e coletivo nas sociedades, já imersas na Segunda Guerra Mundial.

Já na Espanha, como pudemos ver na primeira parte deste capítulo, Orwell foi testemunha ocular da complexa relação entre política e propaganda produzida pela guerra, como extensão das disputas ideológicas no seio da resistência republicana. Dali, mais ainda, Orwell conseguiu desvendar o papel complexo que a imprensa – já sob seu grande poder de veículo de comunicação de massas e cujo alcance e profundidade nas vidas dos homens só era superada então pelo rádio – exerceu na guerra: o da construção da imagem da dissidência comunista como traidora do Governo republicano na luta contra Franco. A difusão da informação em seus meios de imprensa oficiais se mostrou tão fundamental para as estratégias comunistas ao longo do conflito, quanto o combate em si. Além disso, sua eficácia também pode ser comprovada pela história da guerra, já que a participação das outras linhas ideológicas que compuseram a resistência do Governo republicano, em muitas medidas foram obscurecidas de seus anais, sendo recuperada aos poucos nas últimas décadas, num longo processo de reconstrução da memória da guerra, que acompanhou a reconstrução do Estado democrático espanhol, a partir do final da década de 1970.

Desde o fim de sua participação na Guerra Civil espanhola (como vimos), Orwell centrou sua crítica ao papel desempenhado pela imprensa – em especial britânica, mas também a imprensa nos EUA – na guerra “propagandística” que irrompeu com o conflito armado. É este, em grande medida, o tema de seus trabalhos no final da década de 1930 e início da década de 1940 que tratam da guerra. Contudo, o tema persistirá em sua obra, nos anos subsequentes ao final do conflito na Espanha, em 1939, incorporando novos elementos à sua crítica, já que era evidente o papel desempenhado pelos meios de comunicação na Segunda Guerra, e seu emprego cada vez mais constante como arma pelos Estados em conflito.

O dado mais emblemático em sua carreira profissional neste período e que contribuiu definitivamente na construção de sua crítica na década de 1940 (Crick, 1980; Fleay, Sanders, 1985) é o período que Orwell trabalhou na BBC de Londres. Entre agosto de 1941 e novembro de 1943,

Orwell é empregado pela BBC, para trabalhar no Serviço Internacional de transmissão, que produzia programas de rádio de longo alcance para às colônias britânicas na Ásia. Contratado inicialmente como assistente de produção na “Seção indiana” do Serviço oriental da BBC (Fleay; Sanders, *ibid.*:505), sua função era produzir material “cultural” para programas que tratavam de literatura inglesa, transmitidos diariamente para a Índia. Ao mesmo tempo, Orwell se ocupava da edição de noticiários semanais, também transmitidos para Índia, sobre a guerra na Europa, chamados “*Through Eastern Eyes*”.

Os principais estudos biográficos sobre Orwell – entre eles o de Bernard Crick, que escreveu sua principal biografia, em 1980¹⁴¹ – consideram seu período na BBC como fundamental para a estruturação de sua crítica em toda a década de 1940. Para Crick, por exemplo, todo o cenário desenhado por Orwell no livro *1984* sobre o *Ministério da Verdade* – principal órgão institucional de propaganda e censura do Estado fictício da *Oceania*, e no qual seu personagem principal, *Winston Smith* trabalhava – foi inspirado ali, diante do principal veículo de informação britânica durante a Segunda Guerra Mundial.

Esta experiência, como todas as outras significativas na vida de Orwell, resultou numa grande quantidade de material produzido durante o período e nos anos subsequentes à sua saída da BBC. Nestes, além da edição de grande parte do material produzido para às transmissões, pode-se apreender uma vasta quantidade de comentários do próprio Orwell, ao longo de várias cartas e dos ensaios publicados, nas quais ele reconhecia a importância destes anos em sua formação crítica. Alguns dos principais temas discutidos por ele neste período foram publicados separadamente em várias coleções, editadas pelo próprio Orwell, ou postumamente, recolhidas em coleções extras com outros textos então inéditos. A primeira destas coleções, organizada pelo próprio Orwell intitulou-se *Talking to India*, e foi publicada pela primeira vez, em 1943, em Londres. Alguns destes textos foram também incluídos por Sônia Orwell e Ian Angus na coleção *The Collected Essays* (op.cit.), editada em 1968, em quatro volumes. Seguiram-se décadas mais tarde, duas outras coleções: *Orwell. The War broadcasts* e *Orwell. The war commentaries*, ambas editadas por W. J. West, em 1985 – coleções que reeditaram alguns textos já publicados e algum material novo, mas que, segundo Fleay e Sanders (op.cit.:516), apresentavam alguns problemas de imprecisão em relação aos locais de publicação dos textos originais. Toda sua produção relacionada à BBC seria, por fim, incluída também na edição final das *Obras Completas* (op. cit.), editada em vinte volumes, entre 1986 e 1998, por Peter Davinson. Em todos estes textos, muitos deles resultados de apresentações radiofônicas para programas transmitidos pela BBC, a temática principal é a relação entre a Guerra

¹⁴¹ Como também os de George Woodcock, *The Crystal Spirit*, de 1970, e o de Peter Lewis, *George Orwell. The road to 1984*, de 1981 – ambos citados por Fleay e Sanders (op.cit.:516).

(ou seus efeitos para os imaginários) e a arte, em especial, para a literatura. Em grande medida pautado pelas exigências em relação ao conteúdo das transmissões, a discussão dos programas girava em torno do tema global da literatura inglesa – sua história e estética.

Nas pesquisas de Fleay e Sanders, nos arquivos da BBC, relativo a participação de Orwell nos programas produzidos na década de 1940 para a Índia, aparece um vasto referencial que identificava abertamente as intenções oficiais do governo britânico. A proposta destes programas (op.cit.:506), num esforço conjunto do *British Foreign Office* (o Ministério de Relações Exteriores) e da BBC, era de produzir material de propaganda, através do suposto conteúdo “educativo” dos programas direcionado para as classes instruídas indianas. A maior das preocupações se direcionava aos nacionalistas indianos e seu discurso de independência do domínio colonial britânico, diante da possível influência que a propaganda japonesa poderia ter sobre as lideranças do movimento, entre eles Gandhi e Nehru.

Para Orwell, contudo, os verdadeiros objetivos da BBC não pareciam tão obscuros, mesmo estando imerso em suas ocupações na emissora. Já no início da década de 1940, Orwell considerou, por exemplo, o papel fundamental da língua inglesa na veiculação de propaganda aliada para a Índia, através de uma resenha do livro *The Sword and the Sickle*, de Mulk Raj Anand – que também trabalhava na BBC, junto com Orwell – publicada na revista *Horizon*, em julho de 1942. Era então óbvio para nosso autor o objetivo final dos programas produzidos pela BBC direcionados à Índia. Como argumentam então uma série de estudiosos da obra de Orwell (Crick, op.cit; Rodden, 2006; Leys, 1986), que também consideram os anos passados dentro da BBC como fundamentais para a produção de Orwell na década de 1940, Orwell via em sua participação na BBC uma oportunidade para exercer sua profissão de jornalista e sua função como homem de letras na luta contra o fascismo, mesmo que para isso fosse obrigado a se subjugar ao discurso oficial do Estado¹⁴².

Como Orwell comenta, por exemplo, em várias passagens de seus “diários de guerra”, editados no volume dois do *The Collected Essays* (op.cit:), sua função como “propagandista” para o governo britânico, não confundia, contudo, seu próprio posicionamento político diante das questões levantadas pelos programas. Esse conflito aparente pode ser percebido no tipo de crítica contida nos

¹⁴² Outra justificativa, se deve a questão financeira de Orwell no início da década de 1940. Como já fora discutido anteriormente, Orwell vivera basicamente como jornalista freelancer, produzindo para uma série de diferentes jornais e revistas, e como romancista ocasional. Como insistem vários de seus biógrafos, Orwell nunca conheceu uma situação financeira totalmente estável até o final de sua vida, já depois da publicação de *1984*, em 1949 (é verdade que a publicação do *Animal Farm* lhe rendeu um bom dinheiro, suficiente para a compra de uma casa na Escócia, mas não o suficiente para assegurar estabilidade financeira). Assim, sua sujeição aos parâmetros editoriais da BBC no início da década de 1940, mesmo contrários a suas posições políticas particulares, respondiam, segundo as análises desses biógrafos, a sua também necessidade financeira em manter um emprego estável, que lhe garantisse uma renda mensal segura, nos piores anos da Segunda Guerra Mundial para a Inglaterra.

textos publicados nas coleções que reuniram o material produzido na BBC, mas que não foram usados nos programas de rádio (Fleay, Sanders, op.cit.:507). Entre eles, grande parte do material que tratava de questões políticas mais efetivas – como a própria participação britânica na guerra, ou a posição do discurso pacifista indiano diante do fascismo – posteriormente publicados no *Talking to India*, em 18 de novembro de 1943, seis dias após a demissão de Orwell da BBC (Fleay, Sanders, ibid.:517).

Outro documento – um memorando interno da BBC, de 15 de outubro de 1942, dirigido ao diretor do Serviço oriental da emissora e assinado em nome de “Eric Blair”, da “Seção indiana” - publicado no volume dois do *The Collected essays* (op.cit.: 244-5), é ainda mais revelador. Nele, Orwell escreve, reivindicando mais “autonomia”, tanta na produção, quanto na veiculação do programas, nos quais estava envolvido:

If I broadcast as George Orwell I am as it were selling my literary reputation, which so far as India is concerned probably arises chiefly from books of anti-imperialist tendency, some of which have been banned in India. If I gave broadcasts which appeared to endorse unreservedly the policy of the British Government I should quite soon be written off as “one more renegade” and should probably miss my potential public, at any rate among the student population. I am not thinking about my personal reputation, but clearly we should defeat our own object in these broadcasts if I could not preserv my position as an independent and more or less “agin the government” commentator. I would therefore like to be sure in advance that I can have reasonable freedom of speech. I think this weekly commentary is only likely to be of value if I can make it from an anti-Fascist rather than imperialist standpoint and avoid mention of subjects on which I could not conscientiously agree with current Government policy.* (Orwell, 1942[1968[2]:244-5])

Aqui, claramente, o autor evidencia seu rompimento com o sistema em que, inevitavelmente, estava inserido. É claro, também, que há sim uma tentativa de acomodação das diferenças aparentes entre a posição individual do escritor, cooptado pelo órgão oficial de propaganda do governo a qual criticava, e a política que regia a emissora e determinava o conteúdo dos programas. O confronto entre as opiniões “anti-fascistas” do escritor e a posição “imperialista” do discurso oficial do governo, através de seu principal órgão de informação e propaganda, podiam,

* “Se eu transmitir como George Orwell eu estarei representando minha reputação literária, que na Índia está ligada à publicação de livros com uma tendência anti-imperialista, alguns deles inclusive banidos na Índia. Se eu transmitir opiniões que aparentem endossar sem reservas a política do Governo Britânico, cedo ou tarde, eu serei taxado como “mais um renegado”, e provavelmente perderei meu público em potencial, constituído entre estudantes em sua maioria. Eu não estou pensando em minha reputação pessoal, mas claramente nos poderíamos alcançar nossos objetivos em comum se eu pudesse preservar minha posição independente e de uma crítico moderado do governo. Eu gostaria de ter certeza de ter plena liberdade de opinião. Eu acho que os comentário dessa semana só teriam algum valor se eu pudesse posicioná-los de um ângulo Anti-fascista, ao invés de um ponto-de-vista de defesa do império, em que eu tenha que concordar obrigatoriamente com a política oficial do Governo.” (tradução livre)

no entanto, ser conciliados pelo “esforço de guerra” na luta contra Hitler e seus aliados. Isso fica muito claro por exemplo, na última frase do memorando em que Orwell coloca, “*que os comentários dessa semana [do programa da BBC] só teriam algum valor se eu pudesse posicioná-los de um ângulo Anti-fascista, ao invés de um ponto-de-vista de defesa do império, em que eu tenha que concordar obrigatoriamente com a política oficial do Governo*”.

Era muito claro também para Orwell os efeitos que a cooptação da intelligentsia pelo Estado, exercia sobre o senso crítico dos intelectuais. Na Inglaterra, como nos outros países envolvidos na guerra, isso era evidente, já que boa parte da classe intelectual se envolveu em funções oficiais do Governo britânico em seus vários ministérios e organizações de inteligência – entre elas a BBC, que empregou outros nomes destacados do círculo intelectual britânico diante do esforço de guerra pela defesa do país.

Orwell vai refletir sobre isso em outro ensaio publicado depois de sua saída da BBC, intitulado *Poetry and Microphone*, escrito em 1943 e publicado na *New Saxon pamphlet*, número 3, de março de 1945, e republicado no volume dois do *The Collected Essays* (op.cit). Neste, nosso autor vai repassar parte de seu trabalho na BBC e a função de transmitir programas sobre literatura contemporânea para as classes educadas indianas. Ao mesmo tempo que Orwell discutirá a capacidade do rádio em difundir o interesse geral pela literatura e pela poesia, ele refletirá também sobre seu papel, como meio de comunicação de alcance global, em transformar a arte em mecanismo de veiculação de propaganda. Ele escreve:

This is, that huge bureaucratic machines of which we are all part are beginning to work creakily because of their mere seize and their constant growth. The tendency of the modern state is to wipe out freedom of the intellect, and yet at the same time every state, especially under the pressure of war, finds itself more and more in need of an intelligentsia to do its publicity for it. The Modern state needs, for example, pamphlet-writers, poster artists, illustrators, broadcasters, lecturers, film producers, actors, song composers, even painters and sculptors, not to mention psychologists, sociologists, bio-chemists, mathematicians and what not. The British Government started the present war with the more or less openly declared intention to keeping the literary intelligentsia out of it; yet after three years of war almost every writer, however undersirable his political history or opinions, has been sucked into the various Ministries or the BBC and even those who enter the armed forces tend to find themselves after a while in Public Relations or some other essentially literary job. The Government absorbed these people, unwilling enough, because it found itself unable to get on without them. (Orwell, 1945[1968[2]:335])*

* “Isto é, aquelas imensas máquinas burocráticas das quais todos nós somos parte começam a trabalhar por causa de seu tamanho e seu constante crescimento. A tendência do Estado moderno é de diminuir a liberdade intelectual, e ao mesmo tempo todo Estado, especialmente sob a pressão exercida pela guerra, acreditar precisar cada vez mais da intelligentsia para fazer sua publicidade. O Estado moderno precisa, por exemplo, de escritores de propaganda, artistas gráficos, ilustradores, narradores, leitores, produtores cinematográficos, atores, compositores, até pintores e escultores, sem mencionar psicólogos, sociólogos, bioquímicos, matemáticos e por que não. O Governo Britânico

A posição de Orwell como “propagandista”, como uma parte da crítica a sua obra iria mais tarde definir, pensando justamente nos anos em que o autor trabalhou para a BBC, foram motivo de grandes controvérsias nos anos que se seguiram à sua morte, em 1950. Para grande parte dessa crítica, a função exercida por Orwell na BBC revelou uma grande contradição com sua crítica ao papel da propaganda nas décadas de 1930 e 1940. Seu suposto “engajamento” ao discurso da política externa britânica, que seria afirmado justamente por seu trabalho na BBC, revelaria entre outros momentos, um grande ponto de contradição político-ideológico de sua obra, que amenizaria, por exemplo, toda sua crítica ao colonialismo britânico (neste caso, claramente elaborado num contexto anterior à divisão do mundo entre os que apoiavam Hitler e os que o combatiam).

Como vimos através de suas próprias palavras, nos trechos citados acima, a clareza que Orwell detinha sobre suas funções na BBC desmente essa visão de parte de sua crítica. Era óbvio para ele, como sua obra que traz sua produção destes anos, principalmente aquela que não foi veiculada pela emissora justamente por se posicionar contra sua política editorial – as já citadas coleções *Talking to India*, *Orwell. The war broadcasts* e *Orwell. The war commentaries* – e nas quais se reúne inclusive os artigos citados acima – a função daqueles programas de veiculação de material de propaganda. Lendo ainda seus textos do período, que inclusive refletem, em meio as questões em baila nos debates de então, suas próprias experiência dentro da BBC, fica-nos claro também, as condições que Orwell estabeleceu para aceitar o trabalho; era claro para ele que, aceitar trabalhar sob aquelas condições, compreendia um engajamento na luta maior contra o fascismo, que, naquele momento, representava o inimigo de todos que defendiam as liberdades individuais e ansiavam pela reconstrução mundial sobre bases democráticas.

Para Orwell, dentro de uma visão de estratégia política e militar sobre o andar da guerra, perder o controle da Índia para o Japão – assim como o do Marrocos e de todo o norte da África para a Alemanha – naquele contexto do avanço nazista pela Europa, significava uma questão muito maior – maior até do que se “submeter” aos ditames da política externa britânica, em seu emprego na BBC. Obviamente ele compreendia que, para derrotar Hitler, era preciso antes breicar o avanço das tropas alemãs e da ideologia fascista, tanto na Europa, como em outras partes do globo. Tratava-se então de uma questão muito mais estratégica em relação a luta contra as forças do Eixo, do que meramente, uma batalha intelectual por sua “reputação”, como o próprio Orwell escreve no trecho acima citado. E em grande parte também, fora esta a perspectiva de muitos de seus textos que

começou a atual guerra com a intenção mais ou menos declarada de manter a intelligentsia literária fora dela; mesmo assim, após três anos decorridos da guerra, todo escritor, mesmo aqueles indesejáveis, por suas opiniões ou mesmo sua trajetória política, foi tragado por todos os órgãos oficiais do governo, entre ministérios e a BBC, incluindo aqueles, dentro da forças armadas, acabaram sendo direcionados mais tarde para funções de Relações públicas ou outra ocupação intelectual. O governo absorveu essas pessoas, mesmo a contragosto, pois se via incapaz de continuar sem elas.” (tradução livre)

tomavam a questão do avanço das ideias autoritárias pela Europa, e sua permeação nas artes e na literatura, tanto como caminho para a propaganda nazista e fascista (como em Ezra Pound ou Marinetti), como da subversão da língua inglesa pelos usos políticos da propaganda britânica.

3.2.2 – Literatura e autoritarismo: a subversão da linguagem diante da emergência do discurso totalitário

As preocupações de Orwell em relação aos efeitos das ideologias em conflito ao longo da Segunda Guerra mundial sobre os imaginários se estenderam de forma ampla em sua crítica ao longo da década de 1940. Naturalmente, como literato e jornalista – profissões que dividiram suas atenções desde seus retorno a Europa, em 1928 – Orwell direcionava suas preocupações sobre a literatura, a imprensa, o discurso intelectual, etc. – ou seja, todas as ocupações que tomavam a linguagem (e, mais especificamente, o emprego formal da língua inglesa) como seu meio de reflexão. Orwell, por exemplo, como vimos também no capítulo dois deste trabalho, direcionou grande atenção à imaginação literária das última décadas na Europa, em vários textos de crítica literária – profissão que exerceu concomitante a de jornalista e escritor ao longo de sua vida. Entre artigos, ensaios, revisões e resenhas, encontram-se alguns dos principais escritos de Orwell, e que compõe peça fundamental de sua crítica intelectual.

Entre estes, por exemplo, poderíamos destacar, entre outros, o ensaio de crítica literária *Inside The Whale*, publicado pela primeira vez na revista *New Directions in Prose and Poetry*, em 1940; o ensaio *The Lion and the Unicorn* (seu principal manifesto político), cuja primeira parte, *England your England*, seria publicada pela primeira vez na revista *Horizon*, em dezembro de 1940, e em texto integral, em 1941; e o ensaio de crítica literária *Critical Essays*, de 1946 (publicado nos EUA com o nome de *Dickens, Dali and Others*, também em 1946). Orwell exerceria também a função de editor literário do jornal londrino *Tribune*, entre 3 de dezembro de 1943 e 16 de fevereiro de 1945. Além dessa função, ele assinaria também no jornal *Tribune* uma coluna semanal intitulada “As I Please”, onde ele discutia uma série de temas ligados ao contextos da guerra – entre eles, seus efeitos para a literatura contemporânea. No restante do tempo, Orwell atuou como *freelancer* para diversas publicações na Inglaterra, França e EUA, produzindo um massa considerável de textos ao longo de mais de duas décadas de produção.

A questão mais importante em considerar este aspecto da produção ensaística de Orwell se dá por seus textos de crítica literária aglutinarem as duas esferas que seu trabalho jamais conseguiu dissociar – a literatura e a política. Neste sentido, é possível compreender que Orwell não enxergava a criação artística em separado da militância política – visão que se consolidará com o decorrer da

década de 1930 (Orwell, 2004:6-8), e sua crença na importância do engajamento da classe intelectual na luta contra o fascismo. O que pode ser observado no grande número de textos que Orwell publica, por exemplo, entre 1940 e 1943, no qual são centrais temas como o papel político do intelectual e o papel ideológico da literatura, é sua reflexão sobre a relação entre criação artística e militância política, e os usos da literatura como arma de propaganda política, estreitada pelos anos da Segunda Guerra Mundial. Nesta toada temos por exemplo, os artigos *The Proletarian Writer* (transmissão da BBC, de 6 de dezembro de 1940; publicado no jornal *Listener*, em 19 de dezembro de 1940); *The Frontiers of Art and Propaganda* (transmissão BBC, 30 de abril de 1941; *Listener*, 29 de maio de 1941); *Literature and totalitarianism* (BBC; *Listener* 19 de junho de 1941); *Pamphlet Literature* (*New Statesman and Nation*, em 9 de janeiro de 1943); *Literature and the Lef*, (*Tribune*, 4 de junho de 1943), entre outros.

No primeiro, o ensaio *The Proletarian writer*, por exemplo – um debate entre Orwell e Desmond Hawkins, transmitido pela BBC para a Inglaterra –, Orwell versa sobre a “literatura proletária” e sua capacidade de representação do proletariado, por escritores de esquerda. A discussão gira em torno da questão da possibilidade de definição de um conjunto de ideias que definam a classe trabalhadora como uma classe única e unificada sob um mesmo referencial, qual seja, o discurso oficial da esquerda internacional pautado nas deliberações soviéticas. Os debatedores discutem também várias publicações oficiais da esquerda internacional, na Europa e nos EUA, que viabilizavam uma versão autorizada do pensamento da esquerda nas últimas décadas. Em contraposição a isso, discutem, em relação ao caso inglês, a permanência de uma “imprensa popular”, pautada no tradicionalismo da classe trabalhadora inglesa, e os efeitos da difusão das ideias internacionalistas nestes meios. E Orwell cita ainda alguns dos escritores que ele acredita incorporarem essa tradição do pensamento social inglês, como Jack London ou Charles Dickens (o último sob críticas severas de Orwell, que ainda assim, o admirava), em detrimento da linha discursiva dos ditos “escritores proletários”.

Outro interessante exemplo da discussão que se segue nestes textos, é o segundo ao qual listamos acima: *The Frontiers of Art and Propaganda*, que, como seu título sugere, discute essa tênue fronteira entre “arte” e “propaganda”, na literatura das décadas de 1930 e 1940. Orwell, com uma aprofundada cultura histórica em relação a literatura inglesa, compara a produção das décadas de 1920 e 1930, diante de contextos intelectuais diferentes. A “técnica”, privilegiada, pelo primeiro grupo de escritores – ou a preocupação “estética” com o texto, que caracterizava os escritores dessa geração de 1920 – é “substituída” na década posterior pela “necessidade moral” do engajamento político do pensamento – o que transformou a literatura, segundo a visão de Orwell, em algo muito próximo da pura propaganda política. Questão que, no entanto, desmistificava o puro estetismo da

arte e sua “neutralidade” em relação a vida. Como Orwell escreve em relação a isso:

And this period of ten years or so in which literature, even poetry, was mixed up with pamphleteering, did a great service to literary criticism, because it destroyed the illusion of pure aestheticism. It reminded us that propaganda in some form or other lurks in every book, that every work of art has a meaning and a purpose – a political, social and religious purpose – and that our aesthetic judgements are always coloured by our prejudices and beliefs. (Orwell, 1941[1968[2]:126])*

É este também o teor do ensaio *Literature and totalitarianism*. Neste, contudo, as preocupações em relação a apropriação do discurso literário pela propaganda política se focam num problema mais específico: os efeitos do totalitarismo para o pensamento. Aqui, vários temas confluem na análise: o papel da censura institucional, o discurso monológico do Estado e seus efeitos para o pensamento e, conseqüentemente, para a imaginação e a criação ficcional, a subversão da literatura à ideologia, etc.. Da mesma forma, este texto demonstra a complexidade do conceito de “totalitarismo” dentro do pensamento de Orwell. Por um lado, por não existir uma reflexão sistemática (em um texto específico, por exemplo), que defina-o na obra de Orwell, fator que também demonstra seu descomprometimento em tentar traçar – parafraseando o título do célebre estudo de Hannah Arendt – as *origens do totalitarismo*, no sentido de uma definição política, econômica ou filosófica do conceito¹⁴³. Por outro, pela aproximação do tema a uma série de outras questões que se colocam além das definições clássicas de totalitarismo (Arendt, 1989; Sader, 1998), como a censura ou seus efeitos para o pensamento. Porém, o tema do texto, assim como dos outros listados acima, continua sendo a relação entre o discurso totalitário e a dominação do pensamento em suas várias esferas na sociedade. Como Orwell escreve, a apropriação do discurso

* “E este período de dez anos aproximadamente em que a literatura, até mesmo a poesia, fora aglutinada com a propaganda, fez um grande serviço a crítica literária, pois destruiu a ilusão do estetismo puro. Nos lembrou que a propaganda está de alguma forma presente em qualquer livro, que toda obra de arte tem significado e um propósito – político, social ou religioso – e que nossos julgamentos estéticos são sempre mascarados por nossas crenças e pré-julgamentos.” (tradução livre)

¹⁴³ Ao longo da década de 1940, mais especificamente em textos da segunda metade desta década, Orwell passará a aproximar o conceito de *totalitarismo* (no sentido de um sistema político) ao que ele chamou de “*coletivismo oligárquico*”, que definia, segundo sua visão, uma variação autoritária da centralização da economia nacional de um Estado, justificada sob a finalidade de suplantare as diferenças sociais de sua sociedade; com isso, com essa intervenção do Estado sob a economia, era possível a atomização da esfera pública de trocas dentro do Estado, que passava então a regula-las sob suas determinações. Em muitos sentidos, a fonte de Orwell para a definição deste conceito é o Plano Quinquenal soviético das décadas de 1920-1930, que o autor comenta em sua obra ao longo da década de 1940. É fundamentalmente importante, contudo, observar que a interpretação claramente liberal deste conceito de “coletivismo oligárquico” – que critica a intervenção do Estado sobre a economia – e a qual Orwell atribui a uma das características centrais do totalitarismo como regime político, não é, em nenhum momento, confundido em seu pensamento com o conceito de socialismo. Na verdade, aquilo que ele definiu como “socialismo democrático” aparece então, por exemplo no ensaio *The Lion and the Unicorn*, de 1942 (op.cit.), como uma contraposição (política e econômica) a esta forma específica de centralização da economia sob o Estado, que definiu, segundo sua visão, as bases autoritárias que constituem o *ethos* do totalitarismo.

literário pelo Estado – seja pela cooptação da mão-de-obra intelectual, seja pela censura institucional que inviabilizava outras formas discursivas que não a oficial – está num bojo maior que é o do controle do pensamento individual pela ideologia totalitária:

Totalitarianism has abolished freedom of thought to an extent unheard of in any previous age. And it is important to realise that its control of thought is not only negative, but positive. It not only forbids you to express – even to think – certain thoughts, but it dictates what you shall think, it creates an ideology for you, it tries to govern your emotional life as well as setting up a code of conduct. And as far as possible it isolates you from outside world, it shuts you up in an artificial universe in which you have no standards of comparison. The totalitarian state tries, at any rate, to control the thoughts and emotions of its subjects at least as completely as it controls their actions. (Orwell, 1941[1968[2]:135])*

É muito claro neste trecho, escrito em 1941, uma definição muito próxima do que fará, por exemplo, Hannah Arendt em seu estudo sobre o totalitarismo (op.cit.), publicado pela primeira vez também no final da década de 1940¹⁴⁴. Da mesma forma, vários elementos contido neste ensaio serão incorporados por Orwell oito anos mais tarde em seu livro *1984*. Todo o cenário de controle do pensamento que, por exemplo, o “*newspeak*” (a “novilingua”) e o “*doublethink*” (o “duplipensar”), iram representar no livro (como analisaremos adiante), tem sua essência na crítica de Orwell ao papel do totalitarismo sobre a linguagem e a imaginação. Este artigo é muito interessante pois reafirma uma vez mais a importância histórica da obra de Orwell na definição do conceito de totalitarismo, assim como na compreensão – mais tarde desenvolvida no pensamento sociológico, político, filosófico e histórico – das formas de relação do “sistema totalitário” – para usarmos uma definição proposta por Arendt – com os indivíduos (Gleason, 1984)¹⁴⁵. E a importância de sua obra neste sentido, já foi considerada por importantes comentadores de sua obra, que o citam diante de sua capacidade, mesmo que não voltada para a compreensão teórica do

* “O totalitarismo aboliu a liberdade de pensamento em qualquer idade. E é importante considerar que o controle do pensamento não é apenas negativo, mas positivo. Ele não apenas lhe proíbi de expressar – até mesmo de pensar – determinadas ideias, mas dita aquilo que você deve pensar, ele cria uma ideologia para você, ele tenta controlar sua vida emotiva impingindo-lhe um código de conduta. E, dentro do possível, ele tenta lhe isolar do mundo exterior, colocando-o num universo artificial em que não há outras formas de comparação. O Estado totalitário tenta, a qualquer custo, controlar o pensamento e as emoções dos indivíduos, tanto quanto é possível controlar suas ações.” (tradução livre)

¹⁴⁴ O livro de Arendt é publicado pela primeira vez em Nova York, por Harcourt and Brace, em 1949.

¹⁴⁵ Abbott Gleason, num artigo publicado na revista *Russian Review* (op.cit.), vai refletir justamente sobre o papel da obra de Orwell para a historiografia que tratou em compreende o totalitarismo, na primeira metade do século XX. Para Gleason, a obra de Orwell foi fundamental para difundir o termo “totalitarismo” nos EUA – o qual seria largamente utilizado ao longo da década de 1950 e 1960 por vários pensadores, entre eles os teórico da Escola de Frankfurt (Marcuse, Adorno, Horkheimer), escrevendo a partir dos EUA. O autor lembra que, por exemplo, o trabalho de Hannah Arendt, *The Origins of totalitarianism*, um dos pioneiros em língua inglesa na análise teórica do fenômeno, só seria publicado pela primeira vez na cidade de Nova York, em meados de 1949, exatamente no mesmo ano em que o *1984* de Orwell era publicado pela primeira vez nos EUA, também na cidade de Nova York, alcançando já naquele ano, um estrondoso sucesso de vendas.

problema, em refletir sobre a inserção da ideologia totalitária na sociedade e nas esferas privadas da vida.¹⁴⁶

Para Orwell, como este ensaio tão bem evidencia – e que ganhará nova força com a publicação do *1984* –, as expectativas diante do perigo que o totalitarismo representava para o pensamento (explicitado aqui, através da arte), eram de uma catástrofe ainda maior caso a vitória deste tipo de sistema político se confirmasse:

[...] can literature survive in such an atmosphere? I think one must answer shortly that it cannot. If totalitarianism becomes world-wide and permanent, what we have know as literature must become to an end. And it will not do – as may appear plausible at first – to say that what will come to an end is merely the literature of post-Renaissance Europe. (Orwell. 1941[1968[2]:135-6)*

Em todos estes textos, a questão da subversão da literatura perante as ideologias em conflito durante a Segunda Guerra Mundial, são, no entanto, permeadas pela questão maior da subversão da linguagem no discurso oficial dos Estados, cujo melhor modelo era a propaganda política veiculada ao longo da Segunda Guerra mundial. O mais interessante desta discussão desencadeada na obra de Orwell através da reflexão sobre o peso do totalitarismo para o pensamento e para a criação artística, é justamente a amplitude que o tema adquiri ao longo de suas reflexões. Assim, quando Orwell pensar na capacidade destrutiva do totalitarismo para o pensamento, através, por exemplo, da censura institucional, o tema ganhará um novo folego, permitindo a ele estender suas reflexões para outras manifestações autoritárias de regime e de interação entre os Estados e as sociedades. É aí então que sua crítica adquirirá uma amplitude extrema, permitindo-se focar então na Inglaterra dos anos de 1930 e 1940.

Em grande parte de toda sua obra, como os textos citados acima revelam, o grande foco de suas análises será então a Inglaterra, ela mesma, envolta numa aura “democrática”, em detrimento dos países sob jugo do totalitarismo. Como as análises de Orwell nos mostram, a problemática da guerra reelaborou as relações entre os Estados e as sociedades, por todos os países envolvidos no conflito, transformando, por exemplo, a BBC num órgão tão ativo na guerra quanto as próprias forças armadas. A manipulação das ideias, através da propaganda institucional e da censura, transformou assim, as disputas pelos imaginários em condição essencial da política externa e interna

¹⁴⁶ Como por exemplo, Irving Howe (1969).

* “[...] poderá a literatura sobreviver a esta atmosfera? Eu acho a resposta mais breve é não. Se o totalitarismo se tornar um regime mundial e permanente, o que nos conhecemos como literatura chegará ao fim. E isto não é dizer – como pode parecer plausível a primeiro momento – que ela chegará ao fim simplesmente como se deu com a literatura da Europa pós-renascença.” (tradução livre)

dos países envolvidos na guerra. E é sobre isso que Orwell vai pensar quanto elaborar, no final da década de 1940, os conceitos de “novilingua” e “duplipensar”, em meio ao imaginário do livro 1984.

3.2.3 – Orwell e a re-invenção da linguagem

A partir da segunda metade da década de 1940, a obra de Orwell inicia sua fase mais pessimista. Os vários efeitos dos longos anos de guerra na Europa, seguido pelo agravamento de sua saúde, que o obrigou por várias vezes a se internar ou se isolar em retiros longe de Londres, é indicado por alguns de seus biógrafos, tal como Bernard Crick (op.cit.), como grandes motivadores do que se considera a fase anti-utópica de sua obra. Coincidentemente, seus dois principais trabalhos, o *Animal Farm*, de 1945 e o *1984*, de 1949, emergem nesta fase. Em ambos, muito mais do que uma crítica ao totalitarismo, Orwell incorpora as decepções de sua geração. No primeiro, a falência do regime socialista criado pela Revolução de outubro de 1917, e a esperança pela difusão das ideias de igualdade social e econômica pela Europa, engolidos pelo Estado burocrático soviético e pelo stalinismo; No segundo, uma sátira de sua geração, a representação da ascensão da sociedade de massas e de seus meios de comunicação, da burocracia e da totalidade dos Estados, do decréscimo da personalidade individual e do próprio homem como indivíduo. Soma-se a isso o fato de a história nunca ter sido tão empregada como arma, como durante a Segunda Guerra Mundial. A construção de uma complexa rede de apropriação dos fatos pelas máquinas institucionais de propaganda, transformaram-na na grande inimiga (ou grande aliada) das primeiras décadas do século XX.

A crítica de Orwell a partir da segunda metade dos anos de 1940 se centra no problema, que se constituía como central em sua obra nos últimos anos: os vários mecanismos de manipulação, controle e apropriação dos fatos, traduzidos muitas vezes por formas mais sutis de manipulação e construção de uma “versão oficial” da história. Este será o grande tema de seu livro *1984*, como analisaremos adiante, seu último trabalho publicado em vida, mas cujas bases reflexivas já podiam ser apreendidas em textos anteriores. Nestes trabalhos, Orwell analisará, por exemplo, como vimos acima, o papel fundamental da linguagem nos processos de manipulação dos indivíduos, diante da emergência dos discursos dos dois lados que se envolveram na Segunda Guerra. E, em muitas medidas, repercutindo as próprias reflexões de Orwell sobre o papel da propaganda na apropriação da cultura.

Este tema será um dos mais estudados nas análises da obra de Orwell nas décadas precedentes a sua morte, em 1950. A caracterização daquilo que se definiria como a “linguagem orwelliana”, por alguns estudiosos, se tornaria sinônimo de um novo tipo de linguagem que surgiria

como efeito direto do totalitarismo para as sociedades, mesmo depois do fim da Segunda Guerra Mundial. Para Herbert Marcuse (1967:96), por exemplo, o tipo de comunicação definido por esse “remodelamento da linguagem” do qual falara Orwell, representaria em grande medida o tipo de discurso político do pós-Segunda guerra, traduzido na “linguagem produtiva” da sociedade industrial. Através do que Marcuse definiu como “linguagem funcional” (ibid.; 95), cuja função é justamente a de impor, através da mediação simbólica que a linguagem representa, a lógica produtiva da sociedade industrial capitalista, novas formas de dominação são construídas. Efeito, inevitavelmente político, da construção de uma linguagem quase “técnica”, elaborada especificamente pelas relações de produção e consumo capitalista, e traduzida para o “público” pela publicidade e pela propaganda e por um ensino “tecnológico”, cuja função é apenas produzir mão-de-obra qualificada para suprir às exigências do mercado produtivo.

Essa é, conseqüentemente, a lógica da análise *frankfurtiana* dos efeitos da economia capitalista para a cultura. Marcuse, tal como Adorno e Horkheimer, via a inevitabilidade do sistema capitalista em erigir novas formas de alienação dos indivíduos, diante de sua lógica produtiva. Era esse o papel da *industria cultural*: transformar a cultura, não apenas num produto a ser consumido de forma barata pelas massas ávidas por entretenimento em suas horas de ócio; mas, criar um tipo de cultura que representasse a extensão do universo produtivo, para que, mesmo durante as poucas horas de folga, o trabalhador não conseguisse dissociar sua função produtiva na sociedade de sua individualidade. Para Marcuse, é no “fechamento do universo de locução” da sociedade capitalista, ou seja, na impossibilidade do confronto individual com as formas do discurso oficial, que se aproximam a lógica tecnológica da sociedade capitalista do totalitarismo.

E Orwell, em certa parte, propusera o mesmo na década de 1940 que Marcuse, neste trabalho publicado pela primeira vez em 1964. Um grande exemplo deste tipo de crítica a transformação da linguagem em veículo de reificação dos indivíduos – que se tornou um caminho crítico comum aos teóricos da Escola de Frankfurt – é o ensaio *Politics and English language*, que Orwell publica na revista *Horizon*, em Abril de 1946, e republicado na revista *Modern British Writing*, em 1947. Este texto, hoje considerado uma das grandes peças da crítica de Orwell, traduz muito o tipo de preocupação que Marcuse revelaria já imerso no contexto da guerra-fria, na década de 1960. De muitas maneiras, o texto de Orwell pode ser considerado, como um dos escritos-chaves de seu pensamento, do período pós-guerra, pois aglutina, assim como se daria com o *1984*, uma série de questões então já não mais pertencentes unicamente ao contexto da Segunda Guerra Mundial.

Como homem de letras, Orwell demonstrou inúmeras preocupações com o que ele chamou de “colapso geral” da linguagem, e a incapacidade do grande público em perceber os “abusos”

que ela poderia sofrer como “instrumento” para moldar interesses particulares (op. cit.:355). “Colapso”, inevitavelmente, como ele faz questão em ressaltar no texto, também como produto do contexto político e econômico (ibid.), e não apenas pelo “mau uso” de algum escritor em particular.

A primeiro momento, sua crítica neste artigo se dirige novamente aos efeitos desse processo para a literatura e, conseqüentemente, para o texto escrito e o emprego formal da língua inglesa. Sua preocupação gira em torno da ortografia e da semântica do texto – diante da assimilação do que ele define como “maus hábitos” no inglês escrito (ibid.:356). A característica central nesta conduta, segundo Orwell, é o “duplo sentido” que o texto oferece ao leitor: seja pela imprecisão semântica de sua construção, seja pela má escolha das palavras, em especial nos “escritos políticos” (ou, escritos em que era veiculada propaganda política) de então. De maneira geral, a crítica de Orwell se centra no que ele considera como a substituição da “originalidade intelectual” na criação do texto, por técnicas pré-fabricadas de “reorganização de frases”, ou o que ele chamou de “*ready-made phrases*” (ibid.:362) – um processo de “recorta e cola” de conceitos e frases prontas. Característica que, segundo sua visão, definia a oratória política, sendo ela uma das responsáveis por esse esfacelamento da língua. Como ele escreve em seu artigo:

In our time, political speech and writing are largely the defense of the indefensible. Things like the continuance of the British rule in India, the Russian purges and deportations, the dropping of the atom bombs on Japan, can indeed be defended, but only by arguments which are too brutal for most people to face, and which do not square with the professed aims of political parties. Thus political language has to consist largely of euphemism, question-begging and sheer cloudy vagueness. Defenseless villages are bombarded from the air, the inhabitants driven out into the countryside, the cattle machine-gunned, the huts set on fire with incendiary bullets: this is called *pacification*. Millions of peasants are robbed of their farms and sent trudging along the roads with no more than they can carry: this is called *transfer of population or rectification of frontiers*. People are imprisoned for years without trial, or shot in the back of the neck or sent to die of scurvy in Arctic lumber camps: this is called *elimination of unreliable elements*. Such phraseology is needed if one wants to name things without calling up mental pictures of them. (Orwell, 1946[1956:363])*

* “Atualmente, a linguagem política é de longe a defesa do indefensável. Coisas como a continuidade do domínio Britânico na Índia, os expurgos russos e as deportações, o bombardeio atômico no Japão, podem até ser defendidos, mas com argumentos tão brutais para a maioria das pessoas encarar, e que não conseguem esconder as intenções dos partidos políticos. Essa linguagem política é constituída basicamente de eufemismos, lugares comuns e um vazio de significados. Defender o bombardeio aéreo de vilas, com os habitantes fugindo para o interior, sendo metralhados e atingidos por balas incendiárias: isso é chamado de *pacificação*. Milhões de desabrigados expulsos de suas fazendas com não mais do que podem carregar vagando pela estrada: isso é chamado de *transferência de população ou reordenação de fronteira*. Pessoas são aprisionadas por anos sem julgamento, ou fuziladas pelas costas ou mandadas para campos de trabalho forçado no Ártico: isso é chamado de *eliminação de indivíduos indesejáveis*. Tal fraseologia é necessária se alguém quer nomear coisas através da criação de imagens mentais sobre elas.” (tradução livre)

Aqui, já é possível estabelecer uma relação a princípio muito clara na crítica de Orwell. O que ele chama de um “mau uso da língua”, em muitos pontos, pode ser apontado também como um dos aspectos de sua crítica à propaganda (comercial e política) e aos próprios meios de comunicação de massa (o jornal, no caso da linguagem escrita, e o rádio, da falada), ambos, na verdade, como extensões um do outro, como os grandes motivadores no século XX, da criação de um tipo de linguagem comercial própria aos interesses da Indústria cultural em desenvolvimento. Ou seja, à simplificação das sentenças através do uso de palavras específicas; o uso de frases de impacto psicológico, que remetam facilmente a imagens visuais; o apelo sentimental a experiência sensorial do público, etc., todas características muito claras dos meios de comunicação de massa e da publicidade comercial, transformadas em arma política, na 2ª Guerra Mundial.

É interessante aqui, a título de análise, contrapor a visão de Orwell neste texto escrito em 1946, à visão de Marcuse, como um crítico da sociedade industrial capitalista, na década de 1960, em detrimento desse “duplo sentido” que as definições tomam neste tipo de linguagem que ambos se referem. Marcuse escreve:

[...] o fato de a forma existente de liberdade ser servidão e de a forma existente de igualdade ser desigualdade sobreposta é impedido de ser expressado pela definição fechada desses conceitos em termos dos poderes que moldam o respectivo universo de locução. O resultado é a linguagem orwelliana familiar (“paz é guerra”, “guerra é paz”), que não é, de modo algum, somente do totalitarismo terrorista. Tampouco é menos orwelliana se a contradição não está explícita na sentença, mas contida no substantivo. O ser um partido político que trabalha para a defesa e o crescimento do capitalismo chamado “socialista”, um Governo despótico chamado “democrático” e uma eleição manobrada fraudulentamente chamada “livre” são características linguísticas – e políticas – familiares que em muito se antecederam a Orwell. (Marcuse, 1967:96)

E escreve a seguir:

(...) A disseminação e a eficácia dessa linguagem são testemunho da vitória da sociedade sobre as contradições que ela contém; estas são reproduzidas sem fazer explodir o sistema social. E é a contradição expressa e clamorosa que é tornada um dispositivo da palavra e da publicidade. A sintaxe da condensação proclama a reconciliação dos opostos, unindo-os firmemente em estrutura sólida e familiar.[...] a “bomba-limpa” e a “garoa radioativa inofensiva” são apenas as criações extremas de um estilo normal. Outrora considerada a principal ofensa à lógica, a contradição aparece agora como um princípio da lógica da manipulação – uma caricatura realista da dialética.(ibid.)

Para Marcuse, assim como fora para Orwell, a “contradição” incorporada nesse tipo de linguagem, define uma nova lógica de dominação dos indivíduos. Mesmo que pensada em outro contexto, a argumentação de Marcuse traduz as definições de Orwell, a partir de suas experiências empíricas (e das que basearam as análises dos críticos da Escola de Frankfurt) com a emergência da sociedade de consumo pós-guerra nos EUA, o uso político da linguagem, através de sua manipulação pelas técnicas da propaganda comercial.

Segundo Orwell, os desdobramentos destas técnicas de manipulação da linguagem, que mais tarde os teóricos da Escola de Frankfurt iriam atribuir em grande medida a indústria da propaganda nos EUA, já eram bem óbvias na década de 1940. Outro texto de fundamental importância nesta discussão, e que também adquiriu nas últimas décadas o valor de um dos principais ensaios críticos de Orwell, é o texto intitulado *The Prevention of literature*, publicado na revista *Polemic*, nº 2, em janeiro de 1946. Logo de início o tema deste ensaio fica claro: o papel da censura, ao longo dos anos que cercaram a Segunda Guerra. Orwell, contudo, inverte a suposta lógica que nortearia a discussão deste tema diante do contexto no qual foi escrito, tomando como enfoque não apenas a censura nos países autoritários. Ele dará grande ênfase então, ao papel da censura nos países “democráticos”, em especial os EUA e a Inglaterra.

Em sua análise, Orwell identifica “dois grupos” diretamente interessados no controle da informação através da censura à “liberdade intelectual”: de um lado, em suas palavras, estariam os “apologistas do totalitarismo”; de outro estaria, com a mesma força, “o monopólio [dos grandes meios de comunicação] e [a] burocracia” (ibid.:368). Ao longo de todo o texto, Orwell contrapõe estas duas faces no decorrer dos anos de 1930 e 1940, tomando como símbolo da censura autoritária, sua vertente totalitária, em especial, na URSS, e ressaltando os efeitos de sua máquina ideológica principalmente na Inglaterra e na Espanha, ao longo da Guerra Civil. Porém, é no segundo grupo identificado por Orwell – ou, naquilo que ele chama de interesses de “monopólio e burocracia” – que sua argumentação guarda o ponto mais interessante deste ensaio. Ao falar dos efeitos do “monopólio” para a liberdade intelectual, Orwell se refere aos conglomerados que detêm o controle de “rádios e produtoras cinematográficas”. Aqui, há numa clara alusão aos grandes conglomerados estadunidenses, que, a partir do *boom* da indústria cinematográfica de Hollywood, no início do século XX, começam a se estruturar (como grande exemplo, o controle do magnata Rudolph Hurst, nos EUA, o qual Orson Welles, tão bem retratou no filme *Cidadão Kane*, 1941). Orwell escreve:

[...] the concentration of the press in the hands of a few rich men, the gripe of monopoly on radio and the films, the unwillingness of the public to spend money on books, making it necessary for nearly every

writer to earn part of his living by hackwork, the encroachment of official bodies like M.O.I and the British Council, which help the writer to keep alive but also waste his time and dictate his opinions, and the continuous war atmosphere of the past ten years, whose distorting effects no one has been able to escape. Everything in our age conspires to turn the writer, and every other kind of artist as well, into a minor official, working on themes handed down from above and never telling what seems to him the whole of the truth. (Orwell, 1946[1956:368])*

O tema da cooptação dos intelectuais pelos órgãos governamentais, o qual Orwell mais uma vez se refere em sua análise, parece, contudo, se dirigir neste momento de amadurecimento de sua obra, à um outro problema de maior alcance: a transformação do pensamento intelectual em arma política. Ou seja, ao empregar intelectuais nos órgãos de informação e propaganda oficiais, os Estados institucionalizavam o ideário crítico da sociedade, ao mesmo tempo que “neutralizam” possíveis posicionamentos contrários à ideologia oficial. E na Inglaterra esse fato não se dava, segundo Orwell, de maneira muito diferente:

[...] that in England the immediate enemies of truthfulness, and hence of freedom of thought, are the prees lords, the film magnates, and the bureaucrats, but that on a long view the weakening of the desire for liberty among the intellectuals themselves is the most serious symptom of all. (Orwell, op.cit.:372)*

Para Orwell ainda, a intervenção na cultura, através do monopólio da informação ou da “fabricação de fatos” pela propaganda institucional, pela direção da imprensa por algum tipo de interesse que a prive de liberdade de expressão, assim como aos intelectuais, mesmo nos países democráticos, em muitos casos produzia uma atmosfera de repressão tão aberta quanto nos países sob domínio do totalitarismo:

(...) A society becomes totalitarian when its structure becomes flagrantly artificial: that is, when, its ruling class has lost its function but succeeds in clinging to power by force or fraud. (...) But to be corrupted by totalitarianism one does not have to live in a totalitarian country. The mere prevalence of certain ideas can spread a kind of poison that makes one subject after another impossible for literary purposes. (op.cit.:374)*

* “A concentração da imprensa nas mãos de uns poucos homens ricos, a construção do monopólio no rádio e na indústria cinematográfica, a falta de interesse das pessoas em gastar dinheiro com livros, faz com que seja necessário que brevemente todo escritor seja obrigado faça parte disto, incorporando-se a corpos oficiais como o M.O.I [*Ministry of Information*] e o British Council, que os ajudam a sobreviver em troca de gastar seu tempo e ditar suas opiniões, e a continuação da atmosfera da guerra dos últimos dez anos, tem impedido que as pessoas escapem, tudo em nossa época conspira para tornar o escritor e todo tipo de artista, num reprodutor oficial, trabalhando em temas impostos e que nunca visam dizer a verdade”. (tradução livre)

* “[...] na Inglaterra os verdadeiros inimigos da verdade e da liberdade de pensamento, são os lords da imprensa, os magnatas da indústria cinematográfica e os burocratas, mas há uma longa perspectiva do enfraquecimento do desejo pela liberdade até mesmo nos intelectuais que demonstram o mais sério sintoma disto tudo.” (tradução livre)

* “(...) Uma sociedade se torna totalitária quando sua estrutura se torna flagrantemente artificial: isto é, quando sua

Era óbvio então que a intervenção dos organismos oficiais do Estado ao longo das várias guerras nas primeiras décadas do século XX que a Europa presenciou, tanto quanto do crescimento dos grandes conglomerados industriais da informação, principalmente nos EUA, repercutiam uma prática comum aos regimes totalitários: a manipulação da história, através de práticas repressivas de controle e manipulação das informações veiculadas para a sociedade.

A correlação deste período de transição do pós-guerra, entre dois contextos, que contudo, ainda não haviam se definido temporalmente, principalmente para aqueles que o viviam, está claramente expressa nestas preocupações de Orwell. É a emergência de uma *sociedade de consumo* e de uma *indústria cultural* para suprir essa nova demanda, que significara em sua análise a reinvenção dos mecanismos de controle social – através do controle da informação e da cultura – pela sociedade do pós-Segunda Guerra mundial. Como Orwell especula em seu ensaio, já enxergando um processo lento de transição histórica (muito mais do que uma previsão do futuro), entre a sociedade que acabava de sair de dentro das brumas da Segunda Guerra e aquela que começa a se reconstruir dos escombros do conflito:

Of course, print will continue to be used, and it is interesting to speculate what kind of reading matter would survive in a rigidly totalitarian society. Newspaper will presumably continue until television technique reaches a higher level, but apart from newspapers it is doubtful even now whether the great mass of people in the industrialized countries feel the need for any kind of literature. They are unwilling, at any rate, to spend anywhere near as much on reading matter as they spend on several other recreations. Probably novels and stories will be completely superseded by films and radio productions. Or perhaps some kind of low-grade sensational fiction will survive, produced by a sort of conveyor-belt process that reduces human initiative to the minimum. (op.cit.:376-7)*

Todo o processo de mecanização da produção – que reverbera na produção artística e cultural – já é tratada por Orwell como efeito continuado das ideias totalitárias de controle e manipulação da sociedade, permeadas na mentalidade do pós-guerra.

classe dominante perde sua função [econômica] mas continua dominando pela força ou pela fraude. (...) Mas para tornar-se corrompida pelo totalitarismo uma sociedade não precisa existir num país totalitário. A simples prevalência de certas ideias pode produzir um tipo o veneno que torna um sujeito atrás do outro incapaz de exercer uma ocupação intelectual.” (tradução livre)

* “Claro, a imprensa continuará sendo usada, e, é interessante especular que tipo de leitor poderá sobreviver numa sociedade rigidamente totalitária. Os jornais provavelmente irão continuar até a televisão atingir seu nível técnico mais alto, mas tirando os jornais é duvidoso que mesmo agora a grande massa das pessoas nos países industrializados sintam a necessidade de qualquer tipo de literatura. As pessoas são, de qualquer forma, desencorajadas a gastar seu tempo lendo, tanto quanto gastam em qualquer outro tipo de recreações. Provavelmente os romances e as histórias irão ser totalmente substituídas pelos filmes e pelos programas de rádio. Ou, talvez, algum tipo de ficção sensacionalista barata consiga sobreviver, produzida por algum tipo de processo automatizado que diminua o trabalho humano ao mínimo.” (tradução livre)

It would probably not be beyond human ingenuity to write books by machinery. But a sort of mechanizing process can already be seen at work in the filme and radio, in publicity and propaganda, and in the lower reaches of journalism. The Disney films, for instance, are produced by what is essentially a factory process, the work being done partly mechanically and partly by teams of artists who have to subordinate their individual style. Radio features are commonly written by tired hacks to whom the subject and the manner of treatment are dictate beforehand; even so, what they write is merely a kind of raw material to be chopped into shape by producers and censors. (ibid.:377)*

Esta discussão será, em grande medida, incorporada na construção imaginativa do *1984*. Parte de sua repercussão nos anos que seguirão a sua publicação, em 1949, deve-se aquilo que se entendeu ser a antevisão do que se transformaria o mundo durante a guerra-fria, atribuindo a Orwell a face de um obscuro profeta. Porém, como a leitura destes textos essenciais na compreensão de sua crítica do final da década de 1940 revelam, o tipo de problema que permeava as reflexões de Orwell, giravam muito mais em torno da permanência de um ideário repressivo em meio a reconstrução do pós-guerra, do que a tentativa de desvendar o que aconteceria com o mundo nas décadas subsequentes. O próprio *1984*, lido erroneamente como uma ficção futurista, emerge destas preocupações: quais os efeitos da experiência totalitária para o mundo? Quais os efeitos da emergência da sociedade de consumo e da indústria cultural, numa sociedade em plena reconstrução? Quais os efeitos dessa dupla conjuntura para os imaginários coletivos e para às consciências individuais? Todas questões prementes já à partir de 1945, diante da derrota dos países do Eixo na Segunda Guerra mundial e da ascensão dos EUA – sua economia e cultura – sob a Europa devastada.

Por fim, então, podemos analisar aqui, os efeitos desse processo no imaginário do próprio Orwell, através de duas das melhores expressões que ele construiu em sua obra: os conceitos do “*newspeak*” e do *doublethink*”. A popularidade que estes termos tomaram pelo mundo, sem dúvida, está ligado a grande repercussão que o próprio *1984* tomou. No livro, publicado pela primeira vez em Londres, em 8 junho de 1949, a crítica aos processos de manipulação da memória coletiva da sociedade é tema central, como já tivemos oportunidade de analisar em trabalho anterior¹⁴⁷. No livro também, Orwell pode amalgamar toda sua crítica nos anos que precedera seu lançamento, à

* “Provavelmente não será um efeito da ingenuidade humana que máquinas passarão a escrever livros. Mas um tipo de processo mecanizado pode já estar preparado para a produção de filmes e programas de rádio, na publicidade e na propaganda, e em substratos do jornalismo. Os filmes da Disney, por exemplo, são produzidos essencialmente por um tipo de processo industrial, sendo o trabalho feito parte por máquinas parte por um conjunto de artistas que tem de subordinar seus estilos individuais. Programas de rádio são normalmente produzidas em cima de assuntos pré-determinados e cuja forma é definida previamente; até mesmo, aquilo que é escrito é meramente o tipo de material barato que é escolhido por produtores e censores.” (tradução livre)

¹⁴⁷ No trabalho *História, memória e a (re)construção da identidade no 1984 de George Orwell*, apresentado no IV Simpósio Nacional de História Cultural da ANPUH. Goiânia, 2008.

apropriação do próprio pensamento pelas instancias oficiais da sociedade, eclipsando-o das esferas individuais e coletivas da sociedade, por sua atomização no Estado.

A linguagem então, assume posição decisiva como mecanismo em torno do qual se estabelece e se desenrolam estes vários processos. E no *1984*, Orwell leva o alcance desses efeitos a graus extremados. O controle social dos indivíduos ultrapassa qualquer ingerência física, cuja inserção na esfera privada só fora reconhecida nos campos de concentração nazista, onde o domínio totalitário alcançou seu grau máximo (Howe, 1967). Seja com a reinvenção do vocabulário, através da eliminação dos antônimos e, com isso, da própria ideia de negação na língua, com o “newspeak” ou a “novilingua”, seja com a maximização desse processo no “doublethink” ou “duplipensar”, onde a contradição é eliminada do próprio pensamento reflexivo, Orwell construiu em torno de sua narrativa ficcional, um amalgama dos efeitos da reificação dos indivíduos, através da mediação simbólica que a língua representa. Neste momento, mecanismos como por exemplo, a censura institucional, do qual viemos falando até agora através da análises de Orwell, se tornam secundários, já que é no próprio pensamento – através da auto-regulação, do medo que o pensamento sedicioso provoca, podendo por si só acusar o individuo de subversão – que o alcance da ideologia totalitária se manifesta no imaginário do livro.

A esta altura, os processos de manipulação da memória coletiva da sociedade atingem também outro grau de alcance. Mais do que os efeitos da (re)construção continua da história, através do controle da informação pelos organismos oficiais do Estado, pela educação – através dos livros didáticos e a narração de uma história oficial –, pelos espetáculos coletivos de exaltação da nacionalidade e lealdade ao poder hegemônico que controla o Estado, é a própria incapacidade de negar essa realidade imposta, de contradizer a versão institucional dos fatos, que impõe a dominação sobre os indivíduos.

Na metáfora que o conceito de “novilingua” representa na obra de Orwell, os efeitos daquela “linguagem comercial”, típica da propaganda, da qual fala Marcuse, são considerados em sua face extrema. Mais do que “convencer” sobre a viabilidade de uma determinada realidade, este discurso tem a função de impor esta realidade como a única existente, seja classificando outros discursos como “heréticos”, seja, a um grau mais elevado, desconsiderando-os, por meio da supressão de sua existência. Isto é muito claro, na própria definição que Orwell dá à “novilingua”, no apêndice acrescentado à edição comemorativa do *1984*, relativo ao ano de seu centenário, em 2003, lançado pela Companhia Editora Nacional:

O objetivo da Novilingua não era apenas oferecer um meio de expressão para a cosmovisão e para os hábitos mentais próprios dos devotos do Ingsoc, mas também impossibilitar outras formas de pensamento.

O que se pretendia era que, tão logo a Novilíngua fosse adotada definitivamente e a Anticlíngua esquecida, qualquer pensamento herético, isto é, divergente dos princípios do Ingsoc, fosse literalmente impensável, ou pelo menos até o limite em que o pensamento depende de palavras. (Orwell, 2003;2005:287-8)

Neste texto, intitulado “Princípios da Novilíngua”, e até então, inédito do publico brasileiro, Orwell sistematiza as funções políticas e ideológicas na *Novilíngua*. É preciso notar que nesta definição de seus objetivos, Orwell confronta mais uma vez, os dois grandes contrapontos que pautam sua critica nos últimos anos: a ascensão da sociedade de massa e da comunicação de massa, e a experiência totalitária. Agora, contudo, fica-nos claro, o *nexus* de sua aproximação na critica de Orwell: ambos se apropriam do pensamento (ou de suas formas simbólicas de representação) como campo de disputa. Orwell escreve novamente:

Seu vocabulário fora construído de modo a fornecer a expressão exata – e frequentemente de um modo sutil – a cada significado que um membro do Partido quisesse expressar, excluindo todos os outros significados, bem como a possibilidade de chegar a eles por métodos indiretos. Isso era obtido em parte pela invenção de novas palavras, mas principalmente pela eliminação de palavras indesejáveis e pelo esvaziamento, das palavras restantes, de qualquer significado heterodoxo e, tanto quanto possível, de todos os significados secundários, quaisquer que fossem eles. (...) Além da supressão de palavras definitivamente heréticas, considerava-se a redução dos vocabulários por si só como um objetivo desejável, e não era permitida a sobrevivência de palavras das quais se pudesse prescindir. A finalidade da Novilíngua não era aumentar,mas *diminuir* a extensão do pensamento, finalidade que poderia ser atingida pela redução do número de palavras ao mínimo. (ibid.:288)

No *1984*, a expressão do controle da informação e da manipulação do pensamento através das várias formas de apropriação dos imaginários coletivos, é, definitivamente, a supressão do pensamento, ou, de qualquer tipo de pensamento “herético” ou contrário a ideologia oficial do Estado.

E é isso, no final das contas que a ideia do “duplipensar” representa. Aquilo que a reinvenção do vocabulário – mecanismo central na *Novilíngua* – expressa, ou, a condensação dos significados através da supressão de alguns conceitos-chaves, toma forma no “duplo pensamento”: ou seja, a eliminação da ideia de contradição.

Todorov (op. cit.: 46) analisa essa questão de forma particular, com a ideia do “desdobramento do discurso”, ao qual o individuo que vive sob a ordem totalitária é obrigado a conviver. Como ele define, através de sua própria experiência na Bulgária, durante o domínio soviético, a coexistência de um “discurso público” e um “discurso privado” – cuja fronteira é, contudo, muito tênue – define a realidade cotidiana dos indivíduos: entre um pensamento (e uma

linguagem apropriada) para as diversas manifestações da vida pública, e um pensamento (contraditório, muitas vezes), no âmbito da vida privada. Para Todorov, esse “desdobramento da linguagem” (ibid.:47), que expressa a necessidade concomitante de um “desdobramento do pensamento” cotidianamente, fragmenta o próprio *eu* individual, podendo produzir um estado de loucura, no qual o indivíduo já não sabe mais em qual dos dois universos – se no da concordância, da submissão às imposições do poder hegemônico da esfera pública, ou no da tentativa e manutenção da lucidez através da negação e da discordância do âmbito privado – ele está.

Se pensada esta questão ainda no sentido a que Marcuse atribui ao que ele chama de “lógica” da sociedade industrial, através da expressão que a linguagem comercial representa em sua “funcionalidade”, estabelece-se também um processo de fragmentação do sujeito individual – subjugado pelo discurso continuado do consumo ao qual os indivíduos são bombardeados diariamente pela publicidade. Neste universo, a dissociação entre a “realidade efetiva” e a “realidade do consumo”, é abstraída da vontade individual, constituindo-se num mecanismo de dominação tão efetivo quanto aquele empregados pelos Estados autoritários, ao longo do século XX., e a qual a obra de Orwell, já na metade da década de 1940, criticou.

3.3 – 1984: a luta pela memória no imaginário de George Orwell

O *1984*, é sem dúvida a obra-prima de George Orwell. Sua força imaginativa se constituiu, logo após seu lançamento, em Londres, em 8 de Junho de 1949¹⁴⁸, como um dos grandes retratos dos efeitos do totalitarismo para as sociedades no século XX. Através dele, Orwell alcançaria tardio reconhecimento internacional nas décadas subsequentes, como um dos principais críticos de sua geração.

Contudo, um aspecto que escapa a muitas leituras desta obra no Brasil, é o fato de ter sido seu último trabalho publicado em vida. Isto se estabelece como uma questão fundamental na compreensão da formação de seu léxico, pois, como alguns dos comentadores de sua obra iriam reconhecer posteriormente, tal qual o fez Sonia Orwell, com quem Orwell se casou já no hospital em Londres, meses antes de morrer, e que junto com Ian Angus, editou a primeira reunião póstuma de sua obra de não-ficção em quatro volumes, *The Collected Essays, journalism and letters of George Orwell* (op.cit.) – todo o imaginário construído no *1984*, na verdade, representou a “cristalização” de muitas das ideias discutidas em sua obra jornalística ao longo de toda a década de 1940.

No contexto da obra de Orwell, o livro encerra, aquilo que poderia ser compreendido como uma “última fase” de sua obra – num período que se estende da publicação do *Animal Farm*, em 1946, até a publicação do *1984*, em 1949. Neste momento, sua obra, que assumira até então a posição de um realismo crítico sobre as diversas questões que envolveram sua geração nas últimas três décadas, gradativamente, passa a representar, no decorrer da década de 1940, cada vez mais, uma perspectiva anti-utópica e pessimista, frente, em grande medida, a ascensão das diversas formas de autoritarismo na Europa.

O caráter da crítica que Orwell desenha nestes últimos trabalhos, que incluem, além de outro grande texto, o *Animal Farm*, por exemplo, os ensaios *Politics and English Language* (op.cit) e *The Prevention of Literature* (op.cit), os quais analisamos acima – respondem, também, tal qual vimos no primeiro capítulo deste trabalho, a duas questões fundamentais na história intelectual inglesa, que, segundo a crítica à sua obra, definiriam a ascensão de uma “intelligentsia radical” na Inglaterra, tal qual fala John Rodden (1990:252-3): a ascensão do totalitarismo e o progressivo distanciamento do regime stalinista ao longo das décadas posteriores à ascensão de Stalin ao poder, dos ideais revolucionários de 1917, assumindo, concomitantemente, um autoritarismo de Estado cada vez mais repressor. Essa dupla face claramente delineada na crítica de Orwell em sua produção

¹⁴⁸ O *1984* é publicado pela primeira vez, em Londres, por Secker and Warburg, em 8 de Junho de 1949, e em Nova York, por Harcourt and Brace, em 13 de Junho do mesmo ano. Orwell morre em Londres, em 21 de Janeiro de 1950, vítima de tuberculose pulmonar.

– que incluem além de suas principais peças ficcionais, textos fundamentais de sua crítica política e social da segunda metade da década de 1940 – e que já se apresentavam em grande parte, em seus primeiros trabalhos publicados depois de sua participação na Guerra Civil espanhola, é, sem dúvida, a grande temática de sua crítica ao longo da década de 1940 (Orwell, 2004:8).

A consideração que propomos aqui então, sobre uma análise da crítica de Orwell contida na construção narrativa do *1984*, corrobora assim nosso intuito desempenhado até agora: trazer a tona, em meio às análises da crítica política e social de George Orwell, um quadro, ao mesmo tempo interpretativo e particular, dos debates intelectuais no contexto das décadas de 1930 e 1940. A força desde último trabalho (no sentido principal dos inúmeros debates que gerou em torno de sua narrativa e da própria figura de seu autor), que, na verdade, surge no contexto de uma análise internalista da obra de Orwell, como um amalgama do que o autor havia escrito até então, serve-nos agora, como uma espécie de guia retroativo, onde uma série de questões das quais viemos nos ocupando até agora, reaparecem com uma força tremenda, em meio a escrita ficcional (mas nem por isso menos crítica ou desconectada de sua obra jornalística – nosso foco principal nesta pesquisa) de nosso autor.

O que o livro nos oferece então, é um tipo de “costura” da crítica de Orwell nos último anos de sua vida (em especial, a partir da segunda metade da década de 1940). Em meio a isso, como é possível notar numa análise cruzada do texto do livro, com sua produção dos anos anteriores a seu lançamento, vários dos temas que Orwell aborda na construção crítica contida no *1984*, são recorrentes em sua obra, especialmente em seus textos de não-ficção. Temas, por exemplo, como a supressão das liberdades individuais, a propaganda como arma de ação política, a censura, a emergência de um discurso monológico oficial que suprime qualquer outra possibilidade narrativa, os usos políticos da memória e da história, etc. – são, na verdade, como vimos ainda neste terceiro capítulo, produtos de reflexões anteriores. Fator que insere o *1984* inevitavelmente, em um contexto crítico, tanto de sua obra da segunda metade da década de 1940, quanto da crítica política europeia, marcado principalmente pelo fim da Segunda Guerra Mundial.

É neste sentido que o *1984* (assim como o *Animal Farm*) guarda especial relevância em meio a crítica política de seu autor. As diversas imagens que compõe o imaginário do livro desenham um quadro quase completo da experiência autoritária sob a qual a Europa se viu mergulhada nas quatro primeiras décadas do século XX. Mesmo sem ter vivido de perto os dramas das minorias políticas e étnicas perseguidas pelos regimes fascistas e pelo regime stalinista (lembremos então da importância das experiências de Orwell na Espanha, como pudemos analisar, para a construção de seu imaginário do final da década de 1940), Orwell conseguiu, tal qual assinala Irving Howe (1967), através de uma força discursiva reconhecida mesmo por seus muitos críticos

ferrenhos, retratar quase que à perfeição a repressão, a violência, a crueldade, dos regimes totalitários, e de seus diversos mecanismos de dominação coletiva e individuais.

Dentre as inúmeras temáticas que o livro aborda – a maioria delas largamente estudadas, principalmente a partir da década de 1980, quando emerge um revisionismo que reproblematisa sua obra em diversos eixos temáticos, tal qual já nos referimos anteriormente – contudo, emerge uma que é central na crítica erigida no *1984*, tal qual apontam trabalhos como os de François Bédarida (1984) e Jean-Jacques Courtine (1986): a utilização da memória e da história, como arma política nos diversos regimes na Europa das décadas de 1930 e 1940. E este é outro tópico antigo na crítica de Orwell dos últimos anos – lembremos, por exemplo, suas várias críticas em relação a Guerra Civil espanhola, e a águila que o autor acreditou ser um processo de construção de uma memória oficial da guerra, que excluía, do lado Republicano, por exemplo, toda a dissidência comunista. A permanência desta questão, assim, ao longo da década de 1940 em toda a produção de Orwell, manifestando-se em diferentes abordagens crítica, como por exemplo, os usos da linguagem como caminho para a manipulação da memória e da história, como vimos acima, encontram-se, por fim, reunidas no texto do *1984*.

Questão que, da mesma forma, se tornou fundamental para as ciências humanas das últimas décadas do século XX, diante dos estudos sobre os regimes autoritários e de seus efeitos para as coletividades e para os indivíduos. Como abordam trabalhos, como os de Tzvetan Todorov (1995), Paul Ricœur (2004) e Michael Pollak (1989;1992), a apropriação da história e da memória coletiva das sociedades é um dos fios condutores no processo autoritário de supressão dos indivíduos em meio à atomização e destruição de uma esfera pública da sociedade. Foi assim nos regimes fascistas na Itália, em Portugal e na Espanha, como na Alemanha nazista, assim como em outras vertentes autoritárias, como os regimes ditatoriais militares na América latina nas décadas de 1950-80, no sudeste asiático e em países da África. É neste processo – de apropriação do passado coletivo da sociedade, afim de transforma-lo num local “mítico” de afirmação dos poderes hegemônicos – que se insere, concomitantemente, a destruição das identidades individuais, em meio ao processo de atomização da sociedade, através da construção de uma identidade coletiva do “povo”, da “nação” e do “Estado”.

No *1984*, a crítica de Orwell, contundente a todo esse processo, pode, porém, ser compreendida através de duas abordagens. Em primeiro lugar, sob a perspectiva da “politização” da memória coletiva da sociedade. Ou seja, de sua institucionalização pelas instâncias oficiais do Estado, que a transformam, junto com a história, em arma de reificação dos indivíduos. Aqui, outros mecanismos são também tomados como recurso de poder na luta que se estabelece entre as forças hegemônicas e os focos de resistência (especialmente aqueles que permanecem atuando na

clandestinidade), como a própria *escrita* desta história, onde se estabelece sua versão “oficial” em detrimento de *outras* histórias “marginais”, e a *narração* dessa memória coletiva da sociedade em suas diversas formas: desde a produção oficial de filmes, documentários, programas de rádio e televisão, até a confecção, como se deu emblematicamente na Espanha, de livros didático nos quais fatos do passado (como a Guerra Civil espanhola) eram alterados e reescritos para funcionarem como afirmadores do regime vigente (Capelato, 2009), até a construção de marcos físicos de celebração da memória oficial, como estátuas e monumentos públicos em homenagens a grandes personalidades “históricas”, etc.. Todo esse processo, como vimos acima, por exemplo no ensaio *Politics and English Language*, subverte por sua vez, a própria linguagem, que, tomada como seu veículo de transmissão, perde seu caráter de referencial simbólico na comunicação humana, afim de tornar-se campo de batalha dos poderes em disputa. A correlação destes temas – linguagem e seus usos no totalitarismo e em outros regimes autoritários – que aparece com grande força na construção narrativa do *1984*, como veremos a seguir, é um tema de grande força na obra de Orwell ao longo da segunda metade da década de 1940, justificando assim, em grande medida, sua inserção no livro e na análise que Orwell propõe do totalitarismo através de seu livro.

Em segundo lugar, poderíamos considerar dentro da estrutura narrativa do *1984* a abordagem crítica que Orwell faz, da permanência de uma *memória individual* como *resistência* a todo esse processo. Ou ainda, da função dessa memória individual, como possibilidade para a (re)escritura da história, diante de sua versão “oficial”. É muito interessante a permanência também desta questão no livro, diante de sua reflexão em outros pontos da obra crítica de Orwell, tal qual pudemos notar, por exemplo, em seus textos referentes a Guerra Civil espanhola. Já ali, Orwell apresentava – tomando como contraponto à história oficial da Guerra civil que estava sendo escrita, ora por comunistas, a frente do governo republicano, ora por forças franquistas, que, com a vitória, em 1939, consolidariam todo o processo – sua própria memória individual como recurso de resistência à “verdade” imposta pelas diversas “versões oficiais” sobre tudo que era escrito até então sobre o conflito.

No *1984*, a memória (principalmente a memória individual de seu personagem principal) aparece então como contraponto ao Estado totalitário. Nela, Orwell inscreve um lugar que parece se preservar e se resguardar de todas as tentativas em destruir completamente o senso de humanidade de Winston Smith. É em sua memória – principalmente a *memória infantil*, onde estão as lembranças de sua mãe e irmã – que Winston vai buscar peças do quebra-cabeças que sua própria história se constituiu, e onde ainda parece restar algum traço de sua identidade individual. Orwell escreve, por exemplo, logo no capítulo três do livro:

Winston sonhava com sua mãe. Devia ter uns dez ou onze anos quando sua mãe desaparecera. Era alta, estatuésca, meio calada, de movimentos vagarosos e magnífico cabelo claro. Do pai lembrava-se mais vagamente. Era moreno e magro, vestia sempre roupas escuras, bem postas (Winston lembrava-se vividamente das solas finas dos sapatos do pai), e usava óculos. Os dois deviam, evidentemente, ter sido tragados num dos grande expurgos de 1950-1960. (Orwell, 1986:31)

E escreve na continuação, lembrando, no mesmo sonho, de sua mãe e irmã:

Não podia lembrar do que sucedera, mas sabia no sonho que, dum modo ou de outro, a vida de sua mãe e de sua irmã tinham sido sacrificadas pela dele. Era um desses sonhos que, embora retenham o cenário onírico característico, são a continuação da vida intelectual do indivíduo, e no qual toma conhecimento de fatos e ideias que mesmo depois de acordar ainda parecem novos e valiosos. A coisa que agora impressionava Winston de repente era que a morte de sua mãe, quase trinta anos atrás, fora trágica e tristonha, de um modo que não seria mais possível. Ele percebia que a tragédia pertencia ao tempo antigo, a uma época em que havia ainda vida privada, amor e amizade, e em que os membros duma família amparavam uns aos outros sem indagar razões.(sic.)(ibid.:31-2)

Aqui, o passado, representado nas lembranças vagas de seus familiares, surge quase que num “universo paralelo” diante da realidade cotidiana de sua vida adulta. Tão inexplicavelmente diferente, quanto as razões dos desaparecimentos de seus pais e irmã, ou quanto a um conjunto de sentimentos também estranhos ao mundo que conhecia, já que deste passado só podia se recordar através das lembranças esparsas de seus familiares. Mesmo assim, fica muito claro que resta algo ali. Essa série de “fotografias” que permanecem em sua memória, muitas vezes sem conexão clara ou mesmo algum referencial explícito, permitem porém, que Winston persiga as respostas, embaralhadas em meio à confusão imposta pela repressão diária que vive.

Orwell, desta forma, estabelecerá a memória individual de seu personagem principal, como um ponto de resistência ao processo de atomização da sociedade totalitária, tal qual é apresentada no imaginário do livro. É nela, principalmente, ao longo do desenrolar da trama narrativa, que Orwell balizará as tentativas de seu personagem em (re)escrever a história e, conseqüentemente, em buscar a (re)construção de sua identidade individual. Assim, a permanência de uma memória individual, em meio ao processo de atomização da sociedade sob o totalitarismo se estabelecerá como um “contra-poder” (Seixas, 2001), no sentido de representar uma possibilidade de resistência a todo esse processo.

3.3.1 – A história como pesadelo¹⁴⁹

A temática que relaciona a memória e a história como arma de ação política é, sem dúvida, o grande tema do *1984*. Dos vinte e três capítulos do livro, quatorze são dedicados, direta ou indiretamente, a este tema. Na verdade, tal qual afirma François Bédarida (1984: 11), o *1984* revela a força desta temática para a própria obra de Orwell, grande parte dela (tanto sua ficção quanto sua obra jornalística) concebida em meio a ascensão dos regimes totalitários e de outras formas autoritárias de governo, como na Itália de Mussolini e a Espanha de Franco, e de um recrudescimento da política interna britânica, através da ampliação dos organismos de propaganda e controle social do Estado, diante do que se entendia como a dupla ameaça externa a democracia liberal inglesa: o comunismo e o fascismo. Como Bédarida escreve:

[...] *1984*, traduit la fascination exercée sur Orwell par la question du passé autant que par celle de l'avenir. Lui-même depuis longtemps se sentait interpellé par ce problème angoissant: comment écrire l'histoire, comment établir la vérité. (ibid.)*

Como fica claro, diante da análise de Bédarida, a forma com que essa questão é apresentada por Orwell na trama do *1984*, mais uma vez, remete-o diretamente a todo seu percurso crítico relacionado a Guerra Civil espanhola: a questão ali, como pudemos ver, se estabelecia em como estabelecer a verdade dos fatos, afim de escrever a história? No *1984*, porém, a questão é levada por Orwell a um ponto além daquilo que ele havia presenciado em relação aos acontecimentos na Espanha. O próprio universo imaginativo do livro, que se estrutura numa sociedade mergulhada numa forma totalitária de Estado que a história não viu se consumir totalmente¹⁵⁰, permite a Orwell transformar a questão da manipulação e controle do passado no mais perfeito mecanismo de ação contra os indivíduos, sem porém, praticamente restar resistência de qualquer tipo.

As referências sobre a construção de uma memória coletiva, com o intuito de unificar a sociedade sob uma única identidade coletiva do “povo” ou da “nação”, e seus mecanismos de ação, aparecem em várias imagens na construção narrativa do *1984*: a figura de *Emmanuel*

¹⁴⁹ Este é o título do capítulo que trata do *1984* de Orwell, no livro de Irving Howe, *Politics and the Novel*, NY: Fawcett, 1967. “*Orwell: history as nightmare*”. pp.241-51.

* “[...] o *1984*, traduz a fascinação exercida sobre Orwell pela permanência passado tanto quanto pela desvendamento do futuro. Ele mesmo, durante muito tempo, interrogado por um problema permanente: como escrever a história, como estabelecer a verdade.” (tradução livre)

¹⁵⁰ Irving Howe (op.cit), por exemplo, considera que o tipo de sociedade construída por Orwell no imaginário do *1984*, só apresentou algum correlato, em termos do alcance do poder totalitário de seu Estado, nos campos de concentração nazistas, onde o domínio sobre seus prisioneiros atingia os graus extremos de subjugação da personalidade e reificação dos indivíduos, que Orwell conseguiu desenhar em seu livro, especulando ainda que foram os campos de concentração, as fonte de inspiração para a sociedade da *Oceania*.

Goldstein, que, durante os “dois minutos do ódio” (Orwell, 1986:16), assume a figura do “inimigo original”, o primeiro a conspirar e conspirar a “pureza” do “partido”, numa imagem do mito fundador da própria sociedade da *Oceania*; os “enforcamentos” em praça pública (ibid:26), como comemorações públicas, na forma de atos de coesão social; os “buracos da memória” (ibid.: 39), onde se destrói toda a forma de registro da sociedade, como maior símbolo da censura e do controle da informação, etc..¹⁵¹

Diante de todas essas imagens, o que emerge como preocupação maior, contudo, é a ideia da possibilidade em se estabelecer a verdade dos fatos, através da própria *escritura* da história. Este tema fundamental, e que constitui em grande parte a saga de seu personagem principal, fica muito bem ilustrado, por exemplo, na ideia de Orwell do *diário* que seu personagem principal tenta tecer como forma de catarse à opressão de sua vida cotidiana. Num dos trechos, logo no início do livro, pode-se ler:

“4 de abril de 1984. Ontem fui ao cinema. Tudo fitas de guerra. Uma muito boa dum navio cheio de refugiados bombardeado no Mediterrâneo. Público muito divertido com cenas de uma homenzarrão gordo tentando fugir nadando dum helicóptero, primeiro se via ele subindo descendo nágua que nem golfinho, depois pela miras do helicóptero, e daí ficava cheio de buracos no mar perto ficava rosa e de repente afundava como se os furos tivessem deixado entrar água. Publico dando gargalhadas quando afundou. Então viu-se um escaler cheio de crianças com um helicóptero por cima. Havia uma mulher de meia idade talvez judia sentada na proa com um menino duns três anos nos braços, garotinho gritando de medo e escondendo a cabeça nos seios dela como querendo se refugiar e mulher pondo os braços em torno dele e consolando apesar de também estar rosa de medo. Todo o tempo cobrindo ele o mais possível como se os braços pudessem protegê-lo das balas, então o helicóptero soltou uma bomba de 20 quilos em cima deles clarão espantoso e o bote virou cisco. Daí uma ótima fotografia dum braço de criança subindo e descendo um helicóptero com a câmara no nariz deve ter acompanhado e houve muito aplauso no lugar do partido mas uma mulher da parte dos proles de repente armou baralho e começou gritar que não deviam exhibir fita assim pras crianças não e daí etal que a policia a botou na rua não acho que aconteceu nada para ela ninguém se importa com o que os proles dizem reação típica eles nunca...”(sic.) (Orwell, 1986:13)

O próprio Winston se indagava sobre a função do diário, certo de que, no máximo, ele poderia decretar-lhe a acusação final de subversão. Orwell escreve:

De repente ocorreu-lhe [a Winston] uma pergunta. Para quem estava escrevendo aquele diário? Para o futuro, os que não haviam nascido. Sua mente pairou um momento sobre a data duvidosa que escrevera e de repente se chocou contra a palavra *duplificar* em Novilingua. Pela primeira vez percebeu de todo a

¹⁵¹ Este, por exemplo, um tema central no artigo, *The Prevention of Literature*, como analisamos na segunda parte deste capítulo (op.cit.)

magnitude do que empreendera. Como poderia se comunicar com o futuro? Era impossível, pela própria natureza. Ou o futuro seria parecido com o presente, caso em que não lhe daria ouvidos, ou seria diferente, e nesse a sua situação não teria sentido. (ibid.:12)

A *escrita*, ou o ato de *narração* através das páginas do diário, representa para Winston uma ligação incerta com o futuro. Para ele, mesmo que perigoso, retratar naquelas páginas seu cotidiano, por mais irrisória que fossem suas experiências, correspondia a uma possibilidade de construção de um referencial para as gerações futuras. Referencial que se opunha às fontes oficiais, simplesmente por representar um ponto de vista particular. A perspectiva que se coloca aqui, é a de Winston como *testemunha* de uma opressão cotidiana. Seu diário assim, tomaria a forma de *representação narrativa* desse ato testemunhal – também na perspectiva de representar uma (re)construção de seu cotidiano com a dupla função de, por um lado, atuar como válvula de escape num ato de catarse, e, por outro, como dito acima, elaborar um contraponto (também para o próprio Winston) ao discurso oficial hegemônico.

E Orwell insiste nesta temática no livro, reforçando sua importância para a construção narrativa da trama, também enfocando a figura de seu personagem principal – Winston Smith. Seu trabalho no *Ministério da Verdade*, o órgão governamental responsável pela propaganda institucional, e que junto ao *Ministério da Fartura* (responsável pelo racionamento e controle da distribuição dos bens) e o *Ministério do Amor* (responsável pelo controle social e ideológico da sociedade), representa os três super-ministérios da *Oceania* – corresponde, cotidianamente, em reescrever a história, através da censura e reelaboração de toda a informação produzida, em qualquer meio, e armazenada nos arquivos oficiais do governo (Orwell, op. Cit:40). Orwell, por exemplo, escreve sobre a função cotidiana de Winston no *Ministério da Verdade*:

Assim que fossem reunidas e classificadas todas as correções consideradas necessárias a um dado número do Times, aquela edição era reimpressa, destruído o original, e o exemplar correto colocado no arquivo em seu lugar. Esse processo de alteração continua aplicava-se não apenas a jornais, como também a livros, publicações periódicas, panfletos, cartazes, folhetos, filmes, bandas de som, caricaturas, fotografias – a toda a espécie de literatura ou documentação que pudesse ter o menor significado político ou ideológico. Dia a dia e quase minuto a minuto o passado era atualizado. (Orwell, 1986:41)

Reescrever a história continuamente, era a própria *raison d'etat*, do aparelho de dominação do Estado. O que transformava a punição física (a prisão e que, quando chegava a esse ponto, resultava, primeiro no “re-condicionamento social” do acusado e depois em execução sumária), em último recurso para aqueles indivíduos considerados “incorrigíveis”. Assim, Orwell reafirma a

função ideológica do *Ministério da Verdade*, e do próprio trabalho de Winston:

[...] o Departamento de Registro [setor do Ministério da Verdade onde Winston trabalhava] não passava de uma pequena parte do Ministério da Verdade, cuja missão básica era não reconstruir o passado mas fornecer aos cidadãos da Oceania jornais, filmes, livros escolares, programas de teletela, peças, romances – com todas as informações concebíveis, instruções ou entretenimento, desde uma estátua até uma palavra de ordem, desde um poema lírico até um tratado de biologia, desde um be-a-bá até um dicionário de Novilíngua. E o Ministério tinha de satisfazer não apenas as complexas necessidades do Partido, como repetir a mesma operação, em nível inferior para o proletariado. Havia toda uma série de departamentos autônomos que tratavam de literatura, música, teatro e divertimentos proletários em geral. Neles eram produzidos jornalecos ordinários que continham pouca coisa mais que notícias de esporte, polícia e astrologia, sensacionais noveletas de cinco centavos, filmes transbordando de sexo, e canções sentimentais compostas inteiramente por meios mecânicos numa espécie de caleidoscópio especial denominado versificados. Havia até uma subsecção inteira – a *Pornosec*, como a chamavam em Novilíngua – dedicada à produção da pornografia mais reles, embalada em envelopes fechados, e que nenhuma membro do Partido, além dos que nela trabalhavam, tinha licença de ver. (Orwell, 1986:44)

Na verdade, o trabalho de Winston, assim como a própria função estratégica do órgão governamental, transformava-o numa peça-chave do mecanismo de dominação da sociedade a qual ele lutava por se libertar. A *escrita*, então como um *poder*, aparece representada duplamente: é ela que, por um lado, determina a ação cotidiana de dominação do Estado sobre os indivíduos, e, por outro, “liberta”, mesmo que momentaneamente, o personagem principal da trama, da opressão de sua vida cotidiana. Em ambas as dimensões, ela perpassa, contudo, a própria figura de Winston. Evidentemente também, é apenas por se defrontar com esse processo todos os dias em seu trabalho que ele tem a dimensão de seus efeitos para a sociedade – inclusive para si mesmo, quando não encontra referenciais (datas, fatos, números) para apoiar suas argumentações (inclusive as que ele inscreve em seu diário). É esse fato também, que solidifica o papel de sua memória individual, já que é apenas nela que ele poderá encontrar os referenciais que a sociedade não lhe oferece.

É através da relação de Winston com a própria sociedade da *Oceania*, que Orwell inscreve todo o processo no qual o Estado, através de seus vários canais oficiais, monopoliza o universo discursivo da sociedade, dentro do qual se estabelece a construção narrativa da história e de sua memória coletiva. Como Orwell denotará, é justamente através da manipulação da história que a força do totalitarismo se consolidará no *1984* (Orwell, op. cit.:35). Esta questão será fundamental, por exemplo, na argumentação de O’Brien (o personagem que representa a “razão” totalitária, expressa através dos “intelectuais”) durante a tortura de Winston no *Ministério do Amor*:

A alteração do passado é necessária por duas razões, uma das quais é subsidiária e, por assim dizer, precatória. A razão subsidiária é de que o membro do Partido, como o proletário, tolera as condições atuais em parte por não possuir padrões de comparação. Deve ser isolado do passado, da mesma forma que deve ser isolado do estrangeiro, porque é necessário crer que vive melhor que os ancestrais e que o nível médio de conforto sobe constantemente. Todavia, a razão mais importante para o reajuste do passado é a necessidade de salvaguardar a infalibilidade do Partido. Não significa apenas que se modifiquem os discursos, estatísticas e registros de todo gênero para demonstrar que as predições do Partido são sempre certas. É que não se pode admitir, jamais, nenhuma modificação de doutrina ou de agrupamento político. Mudar de idéia ou de política, é confessar fraqueza. Se, por exemplo, a Eurásia ou a Lestásia (qualquer das duas) for a inimiga de hoje, então aquele país deve ter sido sempre o inimigo. E se os fatos dizem coisas diferentes, não é preciso alterá-los. Assim, se reescreve continuamente a história. Essa falsificação cotidiana do passado, realizada pelo Ministério da Verdade, é tão necessária a estabilidade do regime como o trabalho de repressão e espionagem levado a cabo pelo Ministério do Amor (Orwell, 1986:199)

Aqui, Orwell estabelece a clara relação do totalitarismo com os indivíduos. Na argumentação de O'Brien, em sua "razão" fria, vai-se representar a destruição das esferas individuais da sociedade. Ao mesmo tempo, vai permitir – tanto a Winston quanto ao leitor – ver, também neste mesmo confronto, a possibilidade de permanência de algum traço de resistência a esse processo, na busca incessante de Winston por *fragmentos* do passado, os quais lhe permitam reconstruir sua própria identidade. É nesta busca, que se inscreverá sua tentativa em (re)escrever a história, e na qual, a memória assumirá papel fundamental.

3.3.2 – A memória individual como possibilidade para a (re)construção da identidade no 1984

A função da memória (e da história) como recurso de poder, principalmente nas formas autoritárias de governo, vem sendo largamente estudada pela historiografia das últimas décadas. Trabalhos como os de Jacques Le Goff (1996), Pierre Nora (1997) e Michael Pollak (op.cit.), tomam este tema como essencial para a compreensão dos mecanismos de ação ideológica dos Estados contemporâneos. Ao mesmo tempo, a apropriação de novos conceitos como "amnésia social" e "esquecimento" (ambos emprestados da psicologia), tem significado para esta historiografia, a ampliação do campo interpretativo em relação aos diversos mecanismos de dominação das esferas públicas e privadas das sociedades. Paralelamente, as reflexões sobre a função da memória – principalmente da memória individual, tal qual nos apresenta Ecléa Bosi (1987) – e sua permanência como "contra-poder", emergem também como fundamental para a compreensão da sua função como resistência às diversas formas autoritárias de dominação e controle social.

Nesta perspectiva, contudo, talvez o pensador que melhor tenha refletido sobre esta função da memória como possibilidade para a (re)escrita da história tenha sido Walter Benjamin. Nas

“Teses sobre o conceito de História” (1940), assim como em inúmeros outros textos, Benjamin inaugura uma nova perspectiva crítica em relação a tradição epistemológica alemã, e a historiografia do século XIX. É sob a ótica marcada pela ascensão nazista na Alemanha, em 1933, que Benjamin construirá uma perspectiva que confrontará as noções de *tempo histórico* (enquanto linear e homogêneo) da historiografia positivista, e na qual fundamentara sua “teoria da história” (Seligmann-Silva, 2003; Gagnebin, 1999). Márcio Seligmann-Silva, em sua análise da obra de Benjamin em relação a função da memória para a historiografia escreve:

(...)Contra o Historicismo – que apenas reproduz a alienação entre a experiência e o indivíduo –, Benjamin reafirmou a força do trabalho da memória: que a um só tempo destrói os nexos (na medida em que trabalha a partir de um conceito forte de presente) e (re)escreve o passado no presente. (Seligmann-Silva, 2004:389)

Segundo Seligmann-Silva (2003:388-9), a confrontação com a ideia de um tempo histórico linear, que poderia ser tomada como a base de suas reflexões sobre a história, também pode ser considerada, na obra de Benjamin, como uma “teoria da memória”, e como contraponto ao historicismo. Nesta medida, Benjamin vai pensar um tempo histórico *fragmentado*, fruto da imagem catastrófica da história inserida na dinâmica da vida sob a ascensão da cidade moderna (como Baudelaire tão bem retratou e que também foi objeto de análise de Benjamin) e do capitalismo. Nesta perspectiva também, iria emergir a ideia de uma “historiografia fragmentada”, cujo papel é considerar esse esfacelamento da tradição (e da linearidade histórica), diante da própria fragmentação da vida e da experiência na sociedade moderna.

(...)Essa nova “historiografia baseada na memória” *testemunha* tanto os sonhos não realizados e as promessas não-cumpridas como também as insatisfações do *presente*. Essa reescritura se dá em camadas: ao invés da linearidade limpa do percurso ascendente da história (do “Ocidente”, do “Geist”) tal como era descrita na historiografia tradicional, encontramos um palimpsesto aberto a infinitas re-leituras e re-escrituras. (ibid.)

A memória (antes subjugada pelo historicismo, que via na historiografia o único caminho possível de acesso ao passado) é então retomada na concepção benjaminiana, como caminho possível para a *escritura da história*. Benjamin transforma assim, a memória, ao mesmo tempo, num contraponto a “história oficial” (ou, a tradição histórica) e, no caminho mais viável para a construção de uma história “totalizante” (no sentido de englobar todos os atores envolvidos em seu processo dialético) .

Livros como o *1984*, tal qual outros cuja força e representatividade foram fundamentais para sua concepção¹⁵², tem por função histórica, na verdade, não apenas permitir a ampliação da compreensão do grau de inserção do totalitarismo nas esferas não-políticas da sociedade (ou, em suas esferas privadas). Mas também, de demonstrar como a manutenção de um discurso revolucionário (ou democrático) pode mascarar a estruturação de novas formas de dominação.

Irving Howe, por exemplo (1967:243), considera que o *1984* surge como um livro “anti-político”, no sentido de recusar a inserção da esfera pública da sociedade, em suas várias esferas individuais:

1984 projects a nightmare in which politics has displaced humanity and the state has stifled society. In a sense, it is a profoundly anti-political book, full of hatred for the kind of world in which public claims destroy the possibilities for private life. (ibid.)*

O livro representaria então, a total negação de Orwell as múltiplas falências da sociedade em que vivia, e não apenas uma crítica explícita ao totalitarismo. Nesse sentido, é clara então a aproximação que Orwell faz da sociedade da *Oceania* com a sociedade inglesa, e não alemã ou russa por exemplo – simbolizando uma crítica tão ríspida as instituições e a política britânica das décadas de 1930 e 1940, quanto dos regimes totalitários. Howe escreve:

(...) In 1984 Orwell is trying to present the kind of world in which individuality has become obsolete and personality a crime. The whole idea of the self as something precious and inviolable is a cultural idea, and as we understand it, a product of the liberal era; but Orwell has imagined a world in which the self, whatever subterranean existence it manages to eke out, is no longer a significant value, not even a value to be violated. (ibid.:241)*

Howe também considera a relação de Winston Smith com seu passado. Para ele, a relação que Orwell constrói para seu personagem principal, indica sua tentativa em “recuperar sua

¹⁵² Influência que fica clara, através de inúmeras resenhas publicadas por Orwell, ao longo da década de 1940. Por exemplo, a resenha do livro *We*, de E. I. Zamyatin, publicada em 4 de Janeiro de 1946, no jornal Tribune. Ou ainda, a resenha de *The Managerial Revolution*, de James Burnham. A influência desses autores, entre outros como Arthur Koestler, Aldous Huxley e H.G. Wells (todos “resenhados” por Orwell), é considerada em alguns trabalhos, como os de Bernard Crick, *George Orwell: A life* (1997) e William Steinhoff, *George Orwell and the origins of 1984* (1976).

* “O 1984 projeta um pesadelo em que a política substitui a humanidade e o Estado absorve a sociedade. De certa forma, é um livro profundamente anti-político, cheio de ódio pelo tipo do mundo em que os clamores públicos destroem a possibilidade da vida privada” (tradução livre)

* “(...) No 1984 Orwell tenta apresentar o tipo de mundo em que a individualidade se torna obsoleta e a personalidade um crime. Toda a ideia do eu como algo precioso e inviolável é uma ideia cultural, e, como nós entendemos isso, produto da era liberal, mas Orwell imaginou um mundo em que o eu, por mais soterrado que esteja, não significa muito, nem mesmo a ponto de ser violado.” (tradução livre)

condição de humanidade'', dissolvida, na sociedade da *Oceania*, porém, sem indicar verdadeiramente qualquer capacidade de libertação em relação a violência imposta por seu cotidiano:

(...) Winston Smith's effort to reconstruct the old tune about the bells of St. Clement is a token of his desire to regain the condition of humanness, which is here nothing than a capacity for 'useless' a feeling as nostalgia. (ibid.:242-3)*

Mesmo assim, é o caráter de resistência que a memória individual de Winston impõe diante de todo o processo institucional de construção de uma memória coletiva da sociedade, que delimita o ponto de ruptura da inserção do discurso totalitário, na esfera privada de sua vida. E é esse aspecto que pretendemos analisar.

Dois momentos do livro são emblemáticos em nossa leitura diante deste caráter de resistência que a memória individual de seu personagem principal oferece às tentativas de destruição das esferas privadas da vida, e, conseqüentemente, das identidades individuais. O primeiro, evidencia a busca de Winston por ''fragmentos'' do passado que lhe permitam reconstruir um lugar que parece cada vez mais diluído em meio ao discurso oficial da Estado. É fundamental porém, notar que essa busca se dá através de ''fragmentos'' de memórias – suas e de outros indivíduos – com as quais Winston tenta percorrer possíveis brechas no processo de reconstrução totalitária da memória coletiva da sociedade da *Oceania*. Esta incursão se estabelece logo no primeiro capítulo, quando Winston tenta recorrer a lembranças infantis, para tentar reconstruir a imagem da cidade de Londres e sua paisagem:

(...)Tentou encontrar na memória uma recordação infantil que lhe dissesse se Londres sempre tivera aquele aspecto. Havia existido sempre aquelas apodrecidas casas do século dezenove, os flancos reforçados com espeques de madeira, janelas com remendos de cartolina e os telhados com chapa de ferro corrugado, e os muros doidos dos jardins, descaindo em todas as direções? E as crateras de bombas onde o pó de reboco revolteava no ar e o mato crescia à matroca sobre os montes de escombros; e os lugares onde as bombas havia aberto clareiras maiores e tinham nascido sórdidas colônias de choças de madeira que mais pareciam galinheiros? Mas era inútil, não conseguia se lembrar: nada sobrava de sua infância, exceto uma série de quadros fortemente iluminados, que se sucediam sem pano de fundo e eram quase inteligíveis.(sic.) (Orwell, 1986:9)

* “(...) Os esforços de Winston Smith de reconstruir a velha quarta sobre os Sinos de São Clemente é a mostra de seu desejo de reconstruir sua condição de humanidade, que aqui não representa mais que um sentimento de nostalgia.” (tradução livre)

Neste trecho, fica claro a tentativa de Winston, mesmo que frustrada, em recorrer a sua memória infantil, como caminho para alcançar um passado já esquecido. É através de suas lembranças da infância, principalmente quando ele se recordar de sua mãe (Orwell, 1986:31-2), que Winston vai estabelecer um novo referencial principal nesta busca por um passado perdido da sociedade. Mesmo que, ao mesmo tempo, os poucos “quadros” que restem, revelem, tanto a desconexão do indivíduo para com o seu passado individual, quanto para com o “passado coletivo”, em que a cidade de Londres (e sua paisagem) possa emergir como símbolo.

Outro momento no *1984* em que Orwell insiste nessa ideia da possibilidade que a memória individual oferece para (re)construir o passado através de fragmentos, se dá quando Winston resolve interrogar o “velho *prole*” (Orwell, 1986:87). Neste momento do livro, Winston vê alguma possibilidade em confrontar a história oficial tecida pelo *partido*, através da memória do velho. Sua busca se dá aqui também, pois Winston acredita que os *proles* – que, no imaginário do livro, correspondem a base da pirâmide social da *Oceania* – resguardam uma relação com o passado diferente da dele (enquanto membro do *Partido*) pois não sofrem a mesma vigilância e nem mesmo os mesmos atos repressivos cotidianos. Orwell escreve, em relação ao único diálogo que Winston tem com o velho, num bar:

És muito mais velho que eu – disse Winston. Devia ser adulto antes de eu nascer. Deves lembrar como era a vida antigamente, antes da Revolução. Só podemos ler nos livros, e o que dizem os livros pode não ser verdade. Gostaria de saber sua opinião a respeito. Os livros de história dizem que antes da Revolução a vida era completamente diferente do que é hoje. Reinava a mais terrível opressão, injustiça, pobreza – pior do que tudo que imaginamos. (Orwell, op.cit:87)

Mesmo em vão, o que esta tentativa de Winston reafirma, como assinala Howe (op.cit.:247), é sua busca por recuperar algum traço do passado “perdido” nas lembranças do velho *prole*. Sua indagação tenta recuperar um passado obliterado, tanto da esfera pública da sociedade – através de seus registros oficiais – quanto das esferas privadas – através da manipulação da memória coletiva da sociedade.

Aqui, nos aproximamos das reflexões de Maurice Halbwachs (1990) no sentido de considerar a memória individual, como parte integrante da memória coletiva da sociedade. Como Halbwachs afirma, inevitavelmente, a primeira tem de recorrer a referências comuns a toda a sociedade (como o calendário, por exemplo) para ser acessada. Neste sentido, as inferências sobre a memória coletiva da sociedade (principalmente com a destruição destes referenciais), também afetam as diversas memórias individuais.

Contudo, o que Orwell faz é propor uma ação de reconstrução do passado. Nela, estas diversas “memórias” apareceriam como seus referenciais e como contraponto a história oficial da sociedade. É este aspecto que o aproxima com a ideia de uma “historiografia fragmentada”, tal qual na concepção benjaminiana. Para Benjamim, a função do historiador seria, através de um processo de “montagem”, tatear por uma historiografia “topográfica” e “arqueológica” (Seligmann-Silva, op.cit:400), na qual o passado emerge em fragmentos. Da mesma forma considerará Carlo Ginzburg (1989), no sentido de também propor a fragmentação do tempo histórico, o que obriga o historiador a rastrear os “indícios” e “pistas” de um passado soterrado em diversas camadas. Caminho que lhe permite se desvencilhar das armadilhas impostas pelas “fontes oficiais” e pelo próprio discurso historiográfico oficial.

O outro momento que consideramos chave nesta interpretação do papel da memória individual como resistência ao processo de atomização da sociedade totalitária, será a ideia emblemática da *fotografia* – com a qual Winston se defrontara no *Ministério da Verdade*, antes que ela fosse incinerada nos “buracos da memória” (Orwell, op.cit:77). Nela, Winston pudera reconhecer, três membros do alto escalão do *Ingsoc* (o partido único da *Oceania*), ainda vivos, e que o governo insistira terem morrido anos antes. Os três homens, membros influentes do *Partido*, fizeram parte de sua cúpula junto com o *Grande Irmão* e Emmanuel Goldstein, quando da Revolução que levou o *Ingsoc* ao poder. Mais tarde, assim como Goldstein, os três foram acusados de alta traição e presos, para depois desaparecer. Neste sentido, qualquer vestígio factual que confrontasse a notícia oficial de suas mortes, poderia colocar em risco a credibilidade, não apenas da propaganda do partido, mas, do próprio discurso veiculado por suas instancias oficiais.

A ideia que se apresenta neste momento do livro, é a força do “registro”, como “prova factual”, a qual pode representar também um contraponto ao processo de destruição da memória social. Contudo, com a destruição da fotografia, como se dava com qualquer tipo de informação que não interessasse ao *Partido*, sua ideia como contraponto ao discurso oficial irá permanecer apenas na memória de Winston. Como Orwell escreve, quando Winston recebe a fotografia dos três homens das mãos de O'Brien durante uma das sessões de tortura no *Ministério do Amor*, depois de tê-la visto desaparecer num dos *buracos de memória* do *Ministério da Verdade*:

(...)Era curioso o fato de tê-lo entre os dedos [a fotografia dos três homens] lhe fazer tanta diferença, agora que a fotografia propriamente dita, e o acontecimento que registrava, não passavam de recordações. (Orwell, op.cit:77)

Para Winston, esta fotografia era um documento emblemático, pois era a prova contundente de todas as mentiras veiculadas pela propaganda oficial do Estado, e que apenas ele parecia compreender. Além disso, fora esta fotografia que permanecera na memória de Winston, balizando sua sanidade diante de toda a argumentação de seu torturador, que, mais do que “reabilita-lo”, queria convence-lo de sua própria loucura e incoerência em sustentar uma verdade diferente da do *establishment*.

E é esse o grande ponto de argumentação de O'Brien diante de um indefeso Winston, já debilitado física e psicologicamente, pelo longo processo de tortura, ao qual se submetera logo após seu encarceramento. Como Orwell escreve, num dos longos diálogos travados entre torturador e torturado, no qual o papel da argumentação lógica de O'Brien tem a mesma ou maior importância que a dor física infligida por séries de choques elétricos, no processo de “correção” de Winston:

[O'Brien] – [...] onde é que existe o passado, se é que ele existe?

[Winston] – Nos registros. Está escrito.

[O'Brien] – Nos registros. Em que mais?

[Winston] – Na memória. Na memória dos homens.

[O'Brien] – Na memória dos homens. Muito bem. Nós, o Partido, controlamos todos os registros, e controlamos todas as memórias. Nesse caso, controlamos o passado, não é verdade?

[Winston] – Mas como podes impedir que a gente se lembre das coisas? – exclamou Winston [...] – É involuntário. Está fora do indivíduo. Como pode controlar a memória? Não controlaste a minha! (Orwell, 1986:230-1)

A força e a determinação de Winston, contudo, não durará. Mesmo assim, mesmo que O'Brien consiga induzi-lo inicialmente à dúvida (op. cit:231-2), e, na sequência dos interrogatórios seguidos por longas seções de tortura e lavagem cerebral, à completa submissão a sua retórica, é em sua memória individual que Winston acredita poder se ancorar frente a dominação do totalitarismo. É nela, que ele acredita restar algum traço de sua individualidade, que ele luta por afirmar, mesmo diante do esmagamento de seu caráter individual pela violência da sociedade e do Estado.

Conclusão

A recuperação da obra e a reconstrução da crítica de Orwell: legado versus memória

Gostaríamos aqui, nesta última parte deste trabalho, em vez de propor uma conclusão a uma empreitada que esperamos, ajude a estimular os estudos sobre uma obra tão rica para a crítica das décadas de 1930 e 1940, quanto aquela inscrita na produção de George Orwell, fazer um breve comentário sobre as dificuldade em se estudar um autor, cuja fama adquirida desde 1950, ano de sua morte, encobriu grande parte das posições tomadas pelo autor, diante dos debates intelectuais do entre-guerras europeu. Não pretendemos de forma alguma, porém, adentrar a fundo na complexa questão de sua recepção nas décadas de 1950, 1960 e 1970, como já alertamos desde as primeiras páginas deste trabalho, em sua introdução; não pretendemos aqui definir ou resolver, neste sentido, questões importantes como, por exemplo, as ligadas a conceitos de “recepção” e “apropriação” - importantíssimas no caso de Orwell, devido as transformações entre aquilo que o autor realmente escreveu e aquilo que foi divulgado e repercutido pelas diversas leituras de sua obra nos anos posteriores. Problemas que exigiriam uma preocupação teórico-metodológica que foge ao escopo desta presente pesquisa, apesar de a perseguir desde os primeiros momentos, quando fomos, a alguns anos atrás, apresentados a Orwell e a sua obra.

Desde aquele momento, nos defrontávamos com o que liamos em seus textos, e aquilo que era dito e escrito na grande mídia sobre o autor. No ano de 2003, quando foi comemorado internacionalmente o centenário de nascimento de Orwell, uma enxurrada de material apareceu nos grandes veículos de comunicação, inclusive no Brasil, lembrando Orwell, seus principais trabalhos e algumas das controvérsias produzidas por eles. O jornal *Folha de São Paulo*, por exemplo, dedicou, no primeiro dia do mês de Junho de 2003, o Caderno de Cultura *MAIS!*, tradicional em suas edições aos domingos, exclusivamente a Orwell.¹⁵³ Foram republicadas nesta edição, três artigos, originalmente lançados nos EUA, comentando a “importância” de Orwell e de sua obra para o público contemporâneo. O título da edição especial dedicada a Orwell é interessante: “*Orwell reloaded*” (“Orwell recarregado”, no sentido de “Orwell recuperado”, “Orwell retomado”). E segue como uma epígrafe, que abre a edição:

Há cem anos nascia o autor do *1984*, romance que cunhou as expressões “Grande irmão” e “polícia do pensamento”, antecipando as modernas estratégias de vigilância e monitoramento do indivíduo. (Folha de São Paulo, Caderno de Cultura *MAIS!*, São Paulo, 1 de Junho de 2003)

¹⁵³ Folha de São Paulo, Caderno de Cultura *MAIS!*, São Paulo, 1 de Junho de 2003.

A análise dessa epígrafe é bem interessante: ela apresenta George Orwell, lembrando que ele foi o autor do *1984*. Questão que parece óbvia a primeiro momento, se não acompanhasse, mesmo que indiretamente, alguns problemas de interpretação, que ela possibilita. Primeiro, a imediata associação de Orwell a seu romance de maior sucesso editorial, o que produz uma espécie de redoma, na qual Orwell é preso irremediavelmente ao sucesso posterior de seu livro. Depois, há a associação direta entre as expressões “Grande Irmão” e “polícia do pensamento”, criadas por Orwell em meio a narrativa ficcional do livro, com a afirmativa de que elas, “*antecipam as modernas estratégias de vigilância e monitoramento do indivíduo*”. O que resulta dessa associação imediata, feita logo na capa da edição que comemora o centenário de Orwell, é a ligação do léxico do autor, representado por duas das várias imagens criadas dentro de um contexto narrativo específico em seu livro, com isso que o jornal definiu como as “modernas estratégias de vigilância e monitoramento do indivíduo”. Como se a preocupação de Orwell, no final da década de 1940, fosse desvendar uma série de problemas ligados a segurança privada ou ao controle social em áreas públicas, por exemplo, décadas mais tarde, nos shoppings centers e nos condomínios residenciais brasileiros.

Tomamos como exemplo um jornal de grande circulação na cidade de São Paulo, pois representa o contexto ao qual estamos diretamente inseridos, diariamente. Ele, no entanto, mesmo que considerado de forma isolada, como o fazemos aqui, indica-nos um problema frequente quanto a rememoração de Orwell e sua obra: a apropriação de seu léxico por diversos meios, inclusive intelectuais, que, porém, acabam por reinventar o autor, diante de suas várias leituras.¹⁵⁴

Tratar do tema da memória na obra de George Orwell implica assim, inevitavelmente, tratar da própria memória de seu autor, mesmo que o interesse não seja o de estudar a recepção de sua obra por um conjunto variado de públicos. Considerado, talvez, uma das figuras mais discutidas no contexto intelectual anglo-americano do século XX, o nome de Orwell a muito tempo, remete a uma gama muito maior de questões – algumas delas inscritas em sua obra crítica – do que as apresentadas nos dois romances que iniciariam sua fama, o *Animal Farm* e o *1984*. Neste labirinto que é criado então, no qual a compreensão das argumentações do autor confunde-se com a leitura de sua obra por seus críticos, comentadores e também pelo grande público, encontrar o caminho que nos leve a alguma saída, no sentido de desvendar a figura do intelectual, do jornalista, do crítico literário, etc., por trás do “mito” em que se configurou seu nome, tornou-se uma tarefa árdua e de grande fôlego.

Desde a publicação dos últimos volumes da *The Complete Works of George Orwell*, em

¹⁵⁴ Lembro-me também, de um professor da Universidade de São Paulo, numa aula da pós-graduação em teoria da comunicação, no ano de 2009, que a todo momento citava Orwell e seu livro, *1984*, com extrema eloquência em afirmar, “*Orwell já tinha dito isto!*”.

1998, a crítica que parecia se assentar num terreno muito mais seguro, diante da publicação de uma série de textos inéditos, assim como a republicação dos inúmeros textos já conhecidos do autor – permitindo definitivamente a seus estudiosos, uma compleição mais homogênea de sua obra – na verdade, mergulhou-a num novo refluxo de controvérsias. Refluxo, pois todas as faces dessa crítica, que, em vez de procurar novos aspectos, novos ângulos, novas perspectivas, de compreensão da crítica de Orwell, acabaram por resgatar os velhos problemas que inauguraram a crítica a seu pensamento nas décadas de 1950 e 1960. A nosso ver, por exemplo, tem sido pouca a atenção dedicada a reconstrução de seus diálogos contemporâneos e, conseqüentemente, à suas ligações intelectuais no entre-guerras. No conjunto vastíssimo de sua produção, hoje disponível para grande parte de sua crítica situada na Inglaterra e nos EUA – para tratarmos de contexto críticos familiarizados a muito tempo com a obra de Orwell – há, por exemplo, a coleção de suas correspondências, encontradas principalmente na primeira coleção póstuma de sua obra, a *The Collected Essays* (op.cit), disponível desde o final da década de 1960, e que mais tarde seriam acrescidas de outras, então inéditas, nas *Obras Completas*, nas décadas de 1980 e 1990. Nesse conjunto documental, por exemplo, cada vez mais reconhecido pela historiografia como um campo rico de estudos, pode-se atestar não apenas os diversos contatos intelectuais de Orwell ao longo das décadas de 1930 e 1940, como também permitem reconstruir um cenário riquíssimo para o estudo de uma história dos intelectuais neste momento de importantes debates e confrontação de ideias, em meio ao desenrolar caótico de seus acontecimentos. E aqui, mais uma vez, estamos sim dialogando com uma bibliografia totalmente estrangeira, produzida em países em que a importância de Orwell enquanto intelectual e crítico já é, a muito tempo, reconhecida. Se tomarmos como base, por exemplo, um estudo da fortuna crítica de Orwell produzida nas última duas décadas, encontraremos apenas dois trabalhos de bom nível, dedicados a esta questão – ambos por isso, fontes importantíssimas para nossa presente pesquisa: o artigo de John Rodden, “*On the politic sociology of intellectuals: George Orwell and the London Left intelligentsia of the 1930s*” (1990); e o livro de Kristin Bluemel, *George Orwell and the Radical Eccentrics* (2004). Como já discutimos ao longo deste trabalho, os estudos de Rodden e Bluemel, não apenas reconstroem o ambiente intelectual em que o autor estava inserido – seus diálogos com seus contemporâneos, os debates aos quais se engajou, seu posicionamento diante de questões colocadas na imprensa do período e que, por isso, tiveram grande repercussão na sociedade, através da opinião pública, etc. – como também, *humanizam* o autor, lembrando-nos que ele pertenceu a um determinado contexto, no qual estava cercado por pressões que poderiam, como fez a maioria (lembrando também, que os intelectuais são minorias nas sociedade de qualquer período), esmagar sua capacidade crítica.

Em detrimento desta lacuna que ainda persiste em relação aos estudos sobre Orwell e sua

obra, as velhas indagações quanto a sua militância não cessam. Os questionamentos surgidos, por exemplo, na metade da década de 1990, após a publicação da famigerada “Lista de Orwell”, pelo jornal britânico *The Guardian*, em 1997, na qual Orwell supostamente denunciaria “simpatizantes” do comunismo (entre eles diversas personalidades, como Charles Chaplin e Bertrand Russell) a órgãos de inteligência britânicos, motivado por uma paixão platônica por uma amiga pessoal (Célia Kirwan) que era funcionária do *British Foreign Office*, no final da década de 1940, retomaram, na verdade, grande parte dos velhos questionamentos sobre os quais a primeira historiografia de sua obra fora assentada: sua posição político-ideológica durante as décadas de 1930 e 1940, diante da clara certeza de seu anti-comunismo.

E, por incrível que pareça, os debates em torno da figura de Orwell nos últimos anos, vem, de uma maneira ou outra, tomando estes velhos questionamentos, como base de suas argumentações. Nos EUA, por exemplo, onde sua figura é exaltada pela crítica liberal à sua obra desde a publicação do *Animal Farm*, em 1945, pela “lucidez” com a qual enxergou as “perversões do comunismo”, Orwell continua sendo aplaudido (e defendido, veementemente) como um herói.¹⁵⁵ Por outro lado, o nome de Orwell continua sendo tido nos meios da esquerda como um vilão, cujas opiniões refletiam apenas sua posição pequeno-burguesa e sua incapacidade em denotar os reais problemas da classe trabalhadora internacional. Imagem que, como vimos no capítulo um deste trabalho, seria inaugurada ainda nos anos de 1930, quando Orwell se posicionou contrário as posturas comunistas na Guerra Civil espanhola, e denunciou a supressão de sua dissidência, enquanto atos autoritários, de imposição pela força, da posição soviética na guerra. Já naquele momento, Orwell sofreria a partir de então, duros boicotes na Inglaterra a seus textos, desde periódicos de esquerda até seu próprio editor, Victor Gollancz, que recusaria a publicação de seu livro sobre a Guerra Civil espanhola e, anos mais tarde, o próprio texto do *Animal Farm* – ambos por seu conteúdo de crítica ao stalinismo. É assim então, diante dessa dupla perspectiva – o herói e o vilão - diluída porém, na amplitude de temas que os estudos sobre Orwell tomaram nas últimas décadas, que as várias tentativas de desconstrução desse “mito” em que seu nome acabou por se tornar nos anos posteriores a sua morte, se constituiu numa verdadeira empreitada homérica aqueles que se puseram a encará-la.

É muito interessante pensar, por outro lado, que, ao mesmo tempo em que inaugurou as controvérsias que perseguiriam seu autor no pós-mortem, o enorme interesse diante do grande sucesso que o *Animal Farm* e o *1984* despertaram no grande público desde suas primeiras edições,

¹⁵⁵ Ver, por exemplo, as posições de Christopher Hitchens, polemista estadunidense, que é considerado atualmente um dos principais articuladores da imprensa nos EUA e um veemente defensor dessa imagem do “Orwell liberal”. Seu livro, intitulado “Why Orwell Matters”, publicado em 2002, ganhou, por exemplo, do jornal *The Boston Globe*, a importante missão de “apresentar Orwell para o século XXI”, tal qual inscrita na capa de uma das edições posteriores do livro.

aguçou, quase que na mesma proporção, a curiosidade da crítica em desvendar seu pensamento. Como esse autor, então desconhecido do grande público, em especial nos EUA, pôde ser tão claro quanto as perversões do stalinismo? Como pôde, ao mesmo tempo, através de narrativas tão fluídas e de fácil compreensão (prontas para se tornarem *best-sellers*, como reconheceu Graham Greene em seu comentário do *Animal Farm*), construir uma imagem tão clara do totalitarismo, tão vívido aos europeus, mas distantes da imaginação das pessoas nos EUA? Estas duas indagações também já foram investigadas diante do fascínio que a obra de Orwell causou. Em especial, por um artigo publicado por Abbott Gleason, no ano de 1984, como parte de uma apresentação num simpósio internacional no Instituto Smithsonian. Neste trabalho, Gleason investiga a importância do pensamento de Orwell, principalmente aquele apresentado em meio a narrativa ficcional do livro *1984*, para o público nos EUA, ressaltando-o por difundir o conceito de “totalitarismo” para além das esferas acadêmicas e dos círculos intelectuais do final da década de 1940 e o começo da década de 1950. No cenário estadunidense, como argumenta Gleason, o livro de Orwell, foi, ao mesmo tempo que o clássico estudo de Hannah Arendt, *The Origins of totalitarianism*, também publicado pela primeira vez, na cidade de Nova York, em 1949 (mesmo ano de publicação do *1984*, de Orwell), um dos primeiros trabalhos a discutir o conceito de “totalitarismo” em língua inglesa, além de ser um dos primeiros trabalhos a aproximar a Rússia stalinista da Alemanha Nazista enquanto sistemas políticos enquadrados dentro do conceito de “Estados totalitários” (Gleason, 1984:150). Importância que seria reconhecida ao longo das décadas de 1950 e 1960, quando inúmeros teóricos passam a se ocupar das análises do fenômeno totalitário, tal qual os membros da célebre Escola de Frankfurt, publicando a partir do EUA, tendo em Orwell uma importante fonte de diálogo. Como Gleason bem destaca em seu artigo (1984:148), a importância de Orwell diante dos primeiros debates nos meios acadêmicos e intelectuais acerca do totalitarismo, não residiu em suas análises enquanto sistema político, no sentido de propor uma investigação sistemática sobre suas estruturas de controle ou sobre suas origens histórico-filosóficas, tal qual o faz, por exemplo, Hannah Arendt, justamente por Orwell nunca ter se proposto a fazê-las em sua obra de maneira sistemática. Orwell contudo, foi um dos primeiros autores – aí beneficiado pelo poder de sua imaginação – a tratar da ingerência do Estado totalitário nas vidas privadas dos indivíduos, através da multiplicação de formas de controle que destruíam os conceitos de público e privado, tal qual, por exemplo, a “teletela”, que propunha, no imaginário do *1984*, uma fonte de observação permanente das ações dos indivíduos nos ambientes fechados, ou “*crimidéia*”, que surge como uma auto-regulação dos indivíduos diante do pensamento sedicioso e herético. Para Gleason, tal qual já pudemos considerar no capítulo três deste trabalho, a grande capacidade de Orwell foi compreender o poder do totalitarismo diante das esferas “não-políticas” das sociedades, tal qual a relação entre pais e filhos,

entre amigos e entre casais, nas quais, o medo da repressão acaba impelindo a delação e a renúncia de sentimentos como amor e amizade.

Um excelente exemplo da influência das argumentações de Orwell para os meios acadêmicos nos EUA nos anos seguintes a publicação de seus trabalhos de maior repercussão crítica, é o trabalho de Herbert Marcuse, *One-dimensional Man; Studies in the Ideology of Advanced Industrial Society*, de 1966, publicado no Brasil com o título de *A ideologia da sociedade Industrial*, em 1967. Tal qual analisamos no capítulo três de nosso trabalho, a crítica de Marcuse a isso que ele chama de uma “ideologia” produzida pelas novas formas de relacionamento humano produzidas pela “sociedade industrial”, que reinventa diversos mecanismos autoritários de controle e manipulação do indivíduos, mascarados porém, sob o rótulo da democracia, do desenvolvimento tecnológico-industrial capitalista, e de uma racionalidade tecnológica implícita a este desenvolvimento, é claramente desvendado por Orwell, quando ele, por exemplo, refletirá sobre o papel da *linguagem* – através por exemplo, da imagem que a “novilíngua” e o “duplipensar” produziram, no contexto narrativo do *1984* – no processo de reificação dos indivíduos nesta sociedade do pós-Segunda guerra mundial. (Marcuse, 1967:96)

É importante lembrar também, sem porém entrar a fundo nos méritos de sua crítica, a ressonância do pensamento de Orwell em alguns dos principais círculos intelectuais do imediato pós-guerra na Inglaterra. Orwell, por exemplo, foi grande influência para a primeira geração da *New Left Review*, naquele país. Autores consagrados nos círculos acadêmicos britânicos, como Raymond Williams e E.P. Thompson¹⁵⁶, se ocuparam em comentá-lo, destacando a importância de sua figura e posição enquanto intelectual, para as correntes do pensamento inglês das décadas de 1930 e 1940, tal qual pudemos analisar brevemente em algumas partes deste nosso trabalho. De volta aos EUA, como também já nos referimos brevemente em outro momentos, desde meados da década de 1930, a obra de Orwell já era largamente comentada principalmente nos círculos intelectuais da chamada esquerda não-stalinista, reunida em Nova York, em torno da célebre *Partisan Review*, que aglutinou uma gama diversa de intelectuais, entre eles alguns de grande renome e importância reconhecida nos meios críticos e acadêmicos estadunidenses, o qual permitiu uma importante ressonância da obra de Orwell nas décadas seguintes nos debates desses círculos¹⁵⁷.

É muito interessante considerar que nestes grupos e, conseqüentemente, de sua multi-

¹⁵⁶ Ver por exemplo, os já citados: Raymond Williams, *Cultura e Sociedade* (1969); e E.P. Thompson, *A peculiaridade dos ingleses e outros ensaios* (2006).

¹⁵⁷ Ver por exemplo, sobre a influência de Orwell para os debates entre os intelectuais reunidos em torno da revista *Partisan Review*, importantes trabalhos que estudam esse grupo localizado na cidade de Nova York, como os de Terry Cooney, *The Rise of The New York Intellectuals; Partisan Review and its Circle, 1934-1945* (1987); o trabalho de Alan Wald, *The Rise and Decline of the Anti-stalinist Left from the 1930s to the 1980s* (1986); e o trabalho de Alexander Bloom, *Prodigal Sons* (1986).

facetada visão acerca do homem e de seu pensamento, construiu-se a imagem mais sedutora sobre a obra de Orwell. Neles, foram propostos uma interpretação do léxico do autor, a partir de novos conceitos sociológicos, filosóficos, linguísticos, etc., que ajudariam em muitas das leituras especializadas de sua obra nos anos seguintes. Ao mesmo tempo, estas mesmas visões, no entanto, generalizantes, principalmente em termos político-ideológicos, contribuíram na perpetuação de velhos estigmas sobre seu pensamento e militância política. Isto deve-se, por um lado, por se tratar de uma crítica não-especializada: ou seja, muitas vezes pautadas, como no caso de Marcuse, em argumentações pontuais de sua obra – a reflexão acerca dos usos políticos da linguagem e sua transformação em meio de reificação dos indivíduos diante do discurso da sociedade industrial. Por outro, por não se aprofundar nos vínculos intelectuais de sua obra e, conseqüentemente, nas ancoragens argumentativas (linguísticas) de seu discurso, principalmente de crítica política, como no caso de Williams e sua consideração das críticas de Orwell às correntes da esquerda dos anos de 1930.

O interesse despertado pela obra e pelo pensamento de Orwell que atingiu vários grupos de intelectuais ao longo dos anos, contudo, não atingiu com a mesma profundidade a total audiência que o autor ganhou através de sua póstuma notoriedade nos anos da Guerra Fria. O que fez este interesse restringir-se a particularidade de estudos acadêmicos ou especializados da literatura anglo-americana ou em estudos sobre as correntes intelectuais das décadas de 1930 e 1940. No grande público, aquele atingido pela popularidade das imagens marcantes construídas a partir do sucesso do *Animal Farm* e do *1984* desde suas primeiras críticas, a imagem que restou de seu autor foi justamente a de um ícone de um tipo de discurso político praticado no contexto internacional das décadas posteriores ao fim da Segunda Guerra Mundial.

A separação entre estas duas esferas da recepção da obra de Orwell nas décadas de 1950, 1960 e 1970, principalmente – no momento em que são construídas as várias faces de sua “imagem pública” – é estritamente analisada por John Rodden (2006), em um dos principais trabalhos sobre a recepção da obra de George Orwell produzidos até hoje. Como um de seus principais estudiosos, o autor, professor de retórica da Universidade de Austin, no Texas, desvenda não apenas a construção dessas diversas “imagens” do autor perante a recepção do público, mas considera também as problemáticas que são produzidas pela editoração de sua obra nas décadas posteriores a sua morte. O foco das análises, ao mesmo tempo históricas e sociológicas do trabalho de Rodden, é justamente aquilo que o autor chama de “*legado*” deixado (ao mesmo tempo que construído diante de suas apropriações) pela obra de Orwell. Sua transformação neste “ícone”, erigido sobre a mitificação de sua real figura, ao mesmo tempo que contrastou na apreensão do público durante os muitos anos em que essa “imagem pública” do autor era construída, contribuiu com a obscuridade de sua verdadeira

figura para este mesmo público. Rodden defende que, por este motivo, o nome de Orwell seria por muito tempo (e ainda o é, em determinados públicos, onde o estudo sobre sua obra não atingi níveis aprofundados, como no caso do Brasil) associado às imagens e representações de seus trabalhos mais conhecidos. É importante lembrar, que o foco de Rodden é, em grande parte, os EUA. Assim, quando o autor vai tratar de categorias problemáticas nos estudos culturais e de teoria da comunicação, como “público” e “recepção”, ele terá, não apenas um contexto geográfico e cultural específico – que em alguns momentos pode ser ampliado também para a Inglaterra, devido a ponte criada pela língua inglesa – mas tomará também como referências teóricas de suas argumentações uma série de estudos específicos sobre estes conceitos naquele país.

Rodden tomará então, vários caminhos em seu longo estudo, para considerar a construção dessa crítica, ao longo das décadas posteriores a morte de Orwell: desde a difusão de seus principais trabalhos pela grande mídia, até a midiatização de sua própria figura, transformada num totem obscuro, até a apropriação e consequente reelaboração de seu discurso por várias faces dessa crítica, cada uma delas, construindo um “Orwell” para si. Uma dessas várias possibilidades, dentre as mais interessantes, apresentadas pelo autor para a compreensão dessa imensa variedade interpretativa sobre o pensamento de Orwell pode ser apreendida, pela utilização do nome “George Orwell” na forma adjetivada: “orwelliano(a)”. Segundo ele, a ampla utilização do nome de Orwell em sua forma adjetivada, marca de forma exemplar os conflitos em torno da construção de sua “herança intelectual” – ou dos conflitos criados em torno dela. Considerando seus usos pela imprensa anglo-americana, desde meados da década de 1950, em diversas formas e significações, Rodden argumenta que o adjetivo “orwelliano” foi a referência mais utilizada quando se quisera lembrar de um autor nestes dois países desde então. E Rodden escreve sobre isto:

Shakespearean, Rabelaisian, Swiftian, Johnsonian, Byronic, Joycean, Kafkaesque – all these have their usages. But even though many people would recognize the names behind the adjectives of several of these authors, it is likely that relatively few people who are not literary-minded would grasp these adjectives' allusive meanings. And among more widely recognized proper adjectives, even outside the literary domain, possibly no adjective so defies neat linguistic bracketing and undermines itself with contradiction as does “Orwellian”. (Rodden, 2006:33)*

* “Shakespeareano, Rabelaisiano, swiftiano, johnsoniano, byroniano, Joyceano, kafkiano - todos estes têm os seus usos. Mas mesmo que muitas pessoas reconheçam os nomes por trás dos adjetivos de vários desses autores, é provável que poucas pessoas que não sejam literatas consigam apreender os significados alusivos desses adjetivos. E entre os adjetivos mais amplamente reconhecidos, mesmo fora do domínio literário, possivelmente aquele que causa maior desafio linguístico e interpretativo e que se compromete com várias contradições está o “orwelliano”.” (Rodden, 2006:33) [tradução livre]

Rodden argumenta que os usos de nomes próprios adjetivados, adquirir também uma função de delimitação histórica ou cultural de um período específico, no qual a figura que empresta o nome como sinônimo acaba tornando-se a referência para um determinado conjunto de questões, que, porém, extrapolam sua condição individual. Da mesma forma, essa condição acaba por impor uma transformação ao autor individual, deslocando-o, e o seu pensamento, para as relações linguísticas que são produzidas pelos usos de seu nome transformado em adjetivo. Sobre isso Rodden escreve, citando exemplos facilmente identificáveis por todos nós:

Augustan, Christian, Machiavellian, Elizabethan, Marxian (-ist), Victorian, Freudian, Stalinist. Some of these adjectives are casually bandied, abused in political discussion, and/or hard to pin down quickly because their references (historical periods or movements) resist easy characterization. Yet most us would probably agree on some roughly consistent semantic correspondence between an historical figure and and adjective's cultural usage. Machiavelli was rather "Machiavellian", Queen Victoria was essentially "Victorian", and Marx was "Marxian" (if not finally, as he insisted, "Marxist".) (Rodden, op.cit.:33-4)*

Com Orwell, consequentemente, não poderia ser diferente. O adjetivo "orwelliano(a)", se referindo desde sua obra especificamente, a uma multiplicidade de questões tão grande quanto as possíveis, tenta, de diversas maneiras, delimitar um conjunto de referências que as ligariam às reflexões de Orwell, ao mesmo tempo, que aos temas debatidos pelo autor em sua crítica. Este é por exemplo, o uso que Marcuse fará quando aproximar aquilo que ele identifica ser o tipo de linguagem produzida pela sociedade industrial, pautada por características discursivas próprias, segundo sua lógica produtiva, daquilo que ele chama de "linguagem orwelliana" "familiar": "guerra é paz; paz é guerra" (Marcuse, 1967:98). Ao mesmo tempo, a constância que esses usos do adjetivo "orwelliano(a)" adquirem, tendem a sedimentar a própria imagem de Orwell segundo aqueles que o empregam, enquanto uma ferramenta associativa. O que, consequentemente, tende a aumentar a confusão entre as definições da figura "real" de Orwell, em detrimento de suas múltiplas faces, construídas por sua crítica. E Rodden também vai considerar esta questão:

* "Augustiniano, Cristão, Maquiavélico, Elizabethano, Marxiano (-ista), Freudiano, Vitoriana, Stalinista. Alguns desses adjetivos estão casualmente utilizados abusivamente no debate político, por isso, sendo difícil de definir rapidamente porque suas referências (períodos históricos ou movimentos) resistem a uma caracterização simples. No entanto, a maioria de nós provavelmente concorda em alguma correspondência semântica aproximada entre uma figura histórica e cultural e o uso do adjetivo. Maquiavel foi um pouco "maquiavélico", a rainha Victoria era essencialmente "vitoriana", e Marx era "marxiano" (se não definitivamente, como ele insistiu, "marxista")." (Rodden, op.cit. :33-4) [tradução livre]

But was Orwell, “the social Saint”, “Orwellian”? The word, as we have seen with “Orwell”, constitutes a supremely ironic instance of doublespeak. On the one hand, it calls to mind unimpeachable integrity and plain-spoken common sense, “Johnsonian” with a venomous dash of “Swiftian”. But the better-known and infamous meaning of “Orwellian” is “demonic”, “terrifying”, even “totalitarian”. Here it signifies diabolical deceit and brutal force, a hideous amalgam of “Machiavellian” and “Stalinist” - the very reverse of what the man is supposed to have embodied and championed. A third usage is as a simple descriptive to Orwell himself, without intention (or perhaps even awareness) of his character or work. (op.cit:34)*

Nos EUA, por exemplo, os usos negativos do termo “orwelliano”, passam então a se referir, na maioria de suas utilizações, quando se referindo a instituições, eventos, ou objetos específicos:

Still, it may seem at a glance that “Orwellian” is negative when applied to objects, institutions, and events (“Orwellian technology”, “Orwellian government”, “Orwellian history”) and positive when referring to Orwell himself. But what is “Orwellian character”? Or “Orwellian leadership”? Is it Gandhi or Genghis Khan? Or, for that matter, George Orwell or Big Brother? (op.cit:ibid.)*

No contexto anglo-americano, Rodden argumenta que os usos do termo “orwelliano” assume caráter positivo quando se refere, de maneira genérica, ao homem “George Orwell”, em sua condição de intelectual e crítico; ao mesmo tempo, assume conotações negativas, quando se refere às visões do autor, especialmente no *1984*. Para Rodden (op.cit.:35), a multiplicidade de usos do termo, deve-se a popularização e a vulgarização do *1984*. Condição não apenas atribuída a recepção do autor pelo grande público, mas atingindo também alguns biógrafos e alguns de seus principais críticos, que assumem o adjetivo “orwelliano(a)”, como maneira de caracterizar a obra e o pensamento de Orwell. Rodden argumenta ainda (op.cit.:37), que a ampla utilização do termo, em uma multiplicidade de variações positivas e negativas, acabou por ofuscar a própria figura de Orwell enquanto intelectual e sua posição diante dos debates no entre-guerras.

The result for Orwell is that he has become the Dr. Frankenstein of the twentieth century. And as has happened with the good doctor, one wonders if we will one day forget the man George Orwell and

* “Mas foi George Orwell, o “Santo social”, orwelliano? A palavra, como vimos com “Orwell”, constitui uma instância suprema de dupla ironia. Por um lado, ele chama a atenção para integridade incontestável, de fala simples e bom senso, “johnsoniana” com uma pitada venenosa de “swiftiana”. Mas o melhor conhecimento e significado do famigerado “orwelliano” é “demoníaca”, “terrível”, até “totalitário”. Aqui ele significa engano diabólico e força brutal, um amálgama dos hediondos “maquiavélico” e “stalinista” - o contrário daquilo que o homem supostamente teria incorporado e defendido. Um terceiro uso é como um descritivo simples do próprio Orwell, sem intenção (ou talvez até mesmo a consciência), de retratar seu caráter ou o do seu trabalho.” (op.cit: 34) [tradução livre]

* “Ainda assim, pode parecer à primeira vista que “orwelliano” é negativo quando aplicado a objetos, instituições e acontecimentos (“tecnologia orwelliana”, “governo orwelliano”, “a história orwelliano”) e positivo quando se refere ao próprio Orwell. Mas o que é o “caráter orwelliano”? Ou “liderança orwelliano”? Trata-se de Gengis Khan ou Gandhi? Ou, para essa matéria, George Orwell ou Big Brother?” (op.cit: ibid.) [tradução livre]

associate his name exclusively with his brilliant, horrible creation. A 1983 *Time* cover gives pause to the possibility: it featured a drawing of Orwell with a peeping eye behind him and under it the headline: Big Brother's Father". Indeed even the wax figure at Madame Tussaud's unwittingly contributes to Orwell's Dr. Frankenstein reputation. Orwell is seated at his typewriter with a Thought Police agent towering over him, as if he were Winston Smith working at his speakwrite at the Ministry of Truth. "George Orwell" runs the simple caption behind them. (Rodden, op.cit:38-9)*

O exemplo fornecido por Rodden é de extrema importância, pois ajuda a compreender um pouco melhor a profundidade da figura de Orwell em contextos culturais diferentes do caso brasileiro, tal qual nos EUA e na Inglaterra, onde a importância do autor ganha proporções quase inimagináveis, para um autor tido aqui, na maioria dos casos, como alguém que simplesmente tentou adivinhar o futuro.¹⁵⁸ Há, no entanto, outras questões importantes que podem ser consideradas quando buscamos dar um passo além na compreensão das dificuldades interpretativas da obra de Orwell nos anos posteriores a sua morte. Como já dissemos anteriormente neste trabalho, os problemas em torno da recepção crítica de Orwell, são imediatos ao crescimento meteórico de sua fama, após a publicação de seu primeiro grande romance, o *Animal Farm*, na metade da década de 1940. Há, assim, um conjuntura específica, principalmente em termos editoriais, relacionada a sua obra já naquele momento, que é fundamental para a compreensão dos problemas que viriam a seguir diante da leitura de seus textos pela crítica.

Neste sentido, como pudemos analisar no capítulo um deste trabalho, outro fator preponderante na construção das inúmeras controvérsias erigidas em torno da figura de Orwell se deve ao silêncio editorial que cercou a produção ensaística de nosso autor nas décadas posteriores a sua morte. Fator que encobriu a maior parte de sua crítica, ao mesmo tempo, que às ligações político-intelectuais de sua obra, obscurecendo a abrangência de sua perspectiva diante da complexidade da sociedade e dos debates intelectuais das décadas de 1930 e 1940.

Logo em suas primeiras leituras pela crítica internacional à sua obra na segunda metade da década de 1940, quando é lançado o *Animal Farm*, a erupção das controvérsias em torno de suas visões sobre a esquerda no entre-guerras será destacada por todos os lados da crítica a seus

* "O resultado para Orwell é que ele tornou-se o Dr. Frankenstein do século XX. E, como aconteceu com o bom doutor, se quer saber vamos um dia esquecer o homem George Orwell e associar o seu nome exclusivamente com a sua criação, brilhante e horrível. A capa de 1983 da revista *Time* dá uma pausa para a possibilidade: ela trazia um desenho de Orwell, com um olho espiando por detrás dele e com ele a manchete: Pai do Big Brother ". Realmente, mesmo a figura de cera no Madame Tussaud, involuntariamente contribui para a reputação de Orwell Dr. Frankenstein. Orwell está sentado na sua máquina de escrever com um agente da polícia do pensamento que eleva-se sobre ele, como se ele fosse Winston Smith trabalhando em seu *fala-escreve*, no Ministério da Verdade. "George Orwell", aparece na legenda simples por trás deles." (Rodden, op.cit :38-9) [tradução livre]

¹⁵⁸ A grosso modo, foi a opinião que eu ouvi acerca de Orwell, quando de uma apresentação de um paper num simpósio interno da Universidade de São Paulo, no ano de 2009, de uma professora do Departamento de Letras da USP, que mediava a mesa, impressionada com a quantidade de questões que a obra do autor, especialmente sua não-ficção, que era o objeto de análise do paper, vinculava.

trabalhos. Sua posição diante do stalinismo, num momento em que os excessos do Estado soviético relutava em ser reconhecidos pelo movimento socialista internacional, ao mesmo tempo, permitiu nas décadas posteriores, a transformação de seu discurso numa mensagem de crítica ao comunismo. Sua transformação num símbolo da chamada esquerda democrática, que desde do final da década de 1930 apontava para a transformação do Estado soviético num regime repressor e autoritário, deturpador dos ideias da Revolução de Outubro de 1917, vai aos poucos adquirindo ares de uma crítica liberal e conservadora, tomada então como bandeira do discurso da propaganda estadunidense.

O que é claro, é que, para a obra de Orwell, os problemas apenas começavam com o fim da Guerra Mundial em 1945. Seus textos, em sua maioria publicados na imprensa do período e que refletiam aquilo que o olhar do jornalista indicavam ao crítico social e político, tomam neste momento uma outra dimensão diante da grande repercussão que seu nome ganha, através do sucesso quase que imediato que os livros *Animal Farm*, já após sua primeira publicação em Londres, em agosto de 1945, e mais tarde, do *1984*, em julho de 1949, adquirem na crítica internacional. Publicados com um espaço de três anos entre suas primeiras edições, ambos, contudo, acabam por compor, já neste novo imaginário crítico internacional do pós-guerra, um quadro monolítico que rapidamente iria tomar a forma de uma crítica aberta a URSS, colocando Orwell como um ícone do anti-comunismo internacional. Grande parte disso, se não sua totalidade, se deveu a enorme repercussão das duas obras nos EUA – o *Animal Farm* é publicado lá pela primeira vez em agosto de 1946, na cidade de Nova York, por Harcourt and Brace, e o *1984* é publicado pela primeira vez também na cidade de Nova York, pela mesma editora, em junho de 1949 – onde ambos atingem, tal qual nos referimos também no capítulo um deste trabalho, a posição de *best-sellers* e ficam entre os livros mais vendidos de seus respectivos anos de lançamento.

Ao final da Segunda Guerra Mundial, o mundo já vivia as bases da bi-polarização internacional que se desenhava, entre a influência político-econômica dos EUA sob o mundo ocidental, e da URSS sob toda a Europa oriental, devido principalmente a presença física das tropas vermelhas por todo o leste europeu, fruto dos últimos anos de movimentação militar da guerra que forçou as tropas nazistas a retrocederem à Berlim, a partir de sua derrota em Stalingrado. Bases que já estavam postas na verdade desde 1943, quando da Conferência de Teerã, entre Churchill, Roosevelt e Stálin, que, além de definir os rumos do avanço derradeiro contra as tropas nazistas, já vislumbrava a futura partilha do mundo após a derrota total de Hitler. Já estava claro ali, inclusive para Orwell, que reflete sobre as implicações dessa “partilha” em textos do período, a divisão do mundo em “blocos” sob influência direta das duas grandes potências: os EUA e a URSS, tendo a Inglaterra, principalmente pelo anti-comunismo declarado de Churchill, alinhada naturalmente aos

EUA. As bombas atômicas despejadas sobre o Japão, em 1945, viriam, por fim, não apenas declarar a vitória total dos Aliados no contexto global, mas também iniciaria a grande corrida armamentista que marcaria as próximas décadas, entre EUA e URSS, pela preponderância internacional.

Declarado o fim da guerra e a derrota total do nazismo, inimigo comum que tinha mobilizado antagonismos na última década, ressurgiu, ao mesmo tempo que às velhas disputas entre as “democracias” e o comunismo, o medo internacional que o “perigo vermelho” provocara no ocidente, com a mesma força adormecida do período pós-Primeira Guerra Mundial e os efeitos da Revolução Russa sobre o imaginário político internacional. Nos EUA, a corrida insana contra o “perigo comunista”, desencadeada pelo senador republicano Joseph R. McCarthy nos finais dos anos de 1940, que acusou deliberadamente inúmeros nomes de supostas tendências “subversivas”, criando uma campanha de caça às bruxas, inaugurou a nova era que se iniciaria no pós-Segunda Guerra Mundial e que tomaria conta de todo o mundo ocidental sob influência estadunidense, já a partir do final da década de 1940.

Da mesma forma que a luta pela preponderância política e econômica sobre o mundo em meio às novas disputas internacionais reinauguradas com o fim da guerra, cresce também, principalmente em meio aos organismos da política estadunidense a clara compreensão da extrema necessidade de expansão da influência cultural dos EUA, a partir de então. Era necessário, na Europa, por exemplo, destruir as antigas barreiras culturais que atribuíam aos EUA a má fama de um país superficial e consumista, e que, por isso, não atraía as atenções de sociedades tradicionais como a francesa ou a inglesa, por exemplo. Diante da nova ascensão das ideias de reconstrução propostas pela URSS, era fundamental também, aos EUA, construir uma influência em outras áreas, que solidificassem sua já estabelecida influência econômica sobre o continente.

Diversas organizações se empenharam então neste sentido, tanto com ligações diretas com o governo de Washington, quanto diversas instituições não governamentais. Milionários da indústria das comunicações, do petróleo, da indústria automobilística – como as Fundações Rockefeller e Ford – investiram somas exorbitantes naquilo que se chamou de promoção da democracia para o mundo, numa clara intenção de frear o avanço do comunismo. A chamada “guerra fria cultural”, iniciada já no início da década de 1950, instaurava assim, a “luta cultural” entre o ocidente capitalista contra o comunismo soviético, através da transformação, por exemplo, do modernismo em arma de ação política (Barnhisel, 2007).

Talvez o grupo mais famoso nesta cruzada cultural iniciada após o fim da Segunda Guerra, seja aquele constituído em torno do chamado *Congress of Cultural Freedom*, criado em 1950. O grupo, secretamente patrocinado pela CIA, tinha como suposta intenção promover a liberdade intelectual e cultural e os valores da democracia pelo mundo, claramente numa oposição à ascensão

do comunismo e das ideias comunistas frente ao continente devastado pelos anos de guerra. O Congresso, organizado em Berlim, em 26 de Junho de 1950, daria origem mais tarde a *International Association for Cultural Freedom (IACF)*, que se instalaria em mais de 35 países, recebendo forte apoio institucional de governos e instituições privadas, como a Fundação Ford. Esse grupo reuniria em torno de si inúmeras personalidades, entre intelectuais renomados, artistas de várias áreas, políticos, etc., constituindo as bases da luta intelectual anti-comunista que se estenderia durante as décadas de 1950 e 1960.

O Congresso organizado em 1950, tinha como proposta inicial reunir vários grupos de intelectuais e militantes, focados nas discussões sobre a paz e a reconstrução mundial pós-Segunda Guerra. Por esse carácter amplo, acabou por reunir inúmeras correntes políticas ao seu redor: de militantes pacifistas à membros notórios da esquerda não-stalinista da Europa e dos EUA – que, na verdade, acabou por se constituir no maior grupo presente nas discussões. As ligações do evento, e depois, de seus desdobramentos, com a CIA – secretamente sua promotora – só ficou constatada anos mais tarde, com a abertura de parte dos arquivos da entidade relativos à Guerra-Fria. A associação de alguns nomes como os de Franz Borkenau, Arthur Koestler, Bertrand Russell, Benedetto Croce, Stephen Spender, Ignazio Silone, Richard Wright, André Gide, Louis Fischer, Irving Howe, etc., com a “campanha anti-comunista” desencadeada na Guerra-Fria, principalmente nos EUA corresponde então, justamente às ligações intelectuais destes grupos e muitos outros intelectuais, que, ao fim, serviu historicamente para legitimar o evento. Paralelamente à organização do congresso, o lançamento de inúmeras publicações na Europa, como a revista *Perspectives USA*, em fevereiro de 1952, financiada pela Fundação Ford, e publicada inicialmente em inglês, italiano, francês e alemão, contribuiu para a difusão em massa das ideias promovidas por estes grupos. A revista passou a ser considerada um dos principais veículos de disseminação das ideias progressistas estadunidenses na Europa, na década de 1950, intituladas porém, de “modernistas”. Da mesma forma, se deu com o jornal *Encounter*, que se dedicava a publicação de debates entre importantes intelectuais do período – e que, publicou posteriormente uma série de artigos do próprio Orwell. É fundamental lembrar porém, como o faz Greg Barnhisel (2007:730), num artigo muito interessante no qual analisa justamente a revista *Perspectives USA* - que o uso do termo “modernismo” neste novo contexto do pós-guerra para caracterizar todo o envolvimento intelectual na “divulgação” da “cultura” estadunidense, se baseia numa clara redefinição do conceito:

In many of these projects, it was American *modernism* in art, literature, music, architecture, and even dance that served as evidence of American cultural advancement – but this was a modernism redefined

and made safe for official sponsorship. *

O “uso político” do conceito só seria revelado mais tarde, justamente pela comprovação do financiamento de vários órgãos governamentais, como a CIA, a vários desses projetos, inclusive do *Congress of Cultural Freedom*. Essa “redefinição” do conceito de modernismo, porém, se baseava num processo já iniciado por alguns intelectuais desde a década de 1940, no qual o termo aparecia como contraposição a cultura de massa e ao totalitarismo. Como escreve Barnhisel:

From the work of 1940s and 1950s critics such as Spender, Rosenberg, Greenberg, Macdonald, Howe, and many others came the familiar image of the modernist artist as the individualist who creates great art even as society around him decays into the decadence of commercial culture, smug middlebrowism, or totalitarian “groupthink”. For these critics, and for philosophers such as Theodor Adorno, modernist art was by definition opposed to mass culture, whether that mass culture was American, Soviet, or Nazi. These theories that dominated the 1940s through the 1960s were also gendered, emphasizing modernism's implacable rejection of (a frequently feminized) mass culture and the heroic individualism of the (almost inevitably male) rebel artist. (Barnhisel, op.cit.:733)*

E fora esta a implicação dada ao termo, quando de sua apropriação pelo discurso propalado por grande parte dos intelectuais: o modernismo – a arte moderna, o artista moderno – como contraposição às formas de opressão aos indivíduos, ao pensamento, à sociedade, todas representadas naquilo que se desenhava como melhor representação do totalitarismo após a derrota do nazismo na Segunda Guerra Mundial, ou seja, a URSS. O engajamento de inúmeros intelectuais europeus e estadunidenses, alguns deles ex-membros do Partido Comunista, e membros da chamada esquerda não-democrática, como Arthur Koestler, Ignazio Silone, André Gide, Stephen Spender – contribuiu na orientação desse discurso a uma contraposição ao discurso soviético. Da mesma forma, o engajamento de muitos membros do grupo intelectual de Nova York – notadamente o epicentro da esquerda não-stalinista do país – entre eles, diversos intelectuais europeus, como Koestler e Spender, contribuiu para o tipo de orientação crítica que esse discurso tomaria adiante, ao

* “Em muitos desses projetos, foi o *modernismo* americano na arte, literatura, música, arquitetura, e até na dança, que serviu como prova do avanço cultural americano - mas este era um modernismo redefinido e seguro para o patrocínio oficial.” [tradução livre]

* “A partir de 1940 e 1950 o trabalho de alguns críticos, tais como Spender, Rosenberg, Greenberg, Macdonald, Howe, e muitos outros transformaram em familiar a imagem do artista modernista como o individualista, que cria a grande arte, mesmo que a sociedade em torno deles decaia para a decadência da cultura comercial, a presunção, ou ao pensamento totalitário de um grupo fechado. Para esses críticos, e para filósofos como Theodor Adorno, a arte modernista era, por definição, contrário à cultura de massa, mesmo que a cultura de massa fosse sinônimo de ser americana, soviética ou nazista. Essas teorias que dominaram a década de 1940 até os anos 1960 também foram generalizantes, enfatizando a rejeição implacável do modernismo (com frequência feminizadas) da cultura de massa e o individualismo heroico do artista (quase inevitavelmente masculino) rebelde.” (Barnhisel, op.cit.: 733) [tradução livre]

longo da década de 1950. A própria revista *Partisan Review*, epicentro do grupo situado em Nova York, se transformou já no final da década de 1940, num forte veículo de crítica das ações autoritárias soviéticas e do stalinismo, tendo como principal bandeira a ideia de “liberdade intelectual” e de pensamento, veiculada por aquela apropriação do conceito de modernismo e de artista moderno.

A associação da obra de Orwell, com estes esforços de reconstrução do mundo no pós-guerra, seria quase que automática, no contexto intelectual do pós-1945. Naturalmente, assim como se daria com outros intelectuais pertencentes aos círculos da esquerda não-stalinista, seu pensamento seria, especialmente devido ao tipo de crítica que carregava em seus trabalhos famosos da segunda metade da década de 1940 – associado aos esforços de combate a difusão das ideias comunistas nas décadas posteriores ao fim da Segunda Guerra Mundial. Em primeiro lugar, pela associação de Orwell com a maioria desses homens e mulheres que, no final da década de 1940 e nos anos seguintes, se engajariam nestes esforços irradiados a partir dos EUA, de difusão de um “pensamento livre” e de uma ideia de sociedade democrática – ambos, como contraponto ao totalitarismo: Koestler, Borkenau, Phillip Rahv, Stephen Spender, etc., todos amigos pessoais de Orwell e com os quais, como pudemos em parte ver ao longo deste trabalho, nosso autor manteve estreito contato intelectual; da mesma forma, devido a suas ligações com o grupo de intelectuais situados em Nova York, em torno da revista *Partisan Review*, da qual Orwell fora colaborador entre 1941 e 1946, como já nos referimos ao longo deste trabalho. Alguns de seus comentadores argumentam inclusive, que a ligação de Orwell ao grupo da esquerda não-stalinista de Nova York, assim como suas ligações com ex-membros do Partido Comunista, ajudaria a moldar nas décadas seguintes, a imagem pública de Orwell nos EUA como um dissidente, crítico da URSS e do stalinismo. Em segundo lugar, pelas próprias ideias de Orwell, especialmente em seus trabalhos da segunda metade da década de 1940 – notadamente a partir da publicação do *Animal Farm*, em 1945. A partir daí, devido principalmente a grande repercussão do livro na crítica internacional, o nome de Orwell foi rapidamente associado a uma crítica aberta a URSS, ao stalinismo e, precipitadamente estendida como uma crítica ao socialismo. Imagem que só se reforçaria, principalmente nos EUA, até o final de sua vida, e a publicação do *1984*, em 1949. É muito interessante, por exemplo, a análise que, mais uma vez, faz John Rodden (2006), da exaltação que a crítica conservadora e de direita faz quando da publicação do *Animal Farm* e do *1984* nos EUA. Nas duas oportunidades, ambos os livros são considerados, além de denúncias dos horrores do stalinismo e da perversão do comunismo como uma forma autoritária de governo, como uma exaltação dos valores do liberalismo – a liberdade de expressão, o direito a propriedade individual, a livre associação, etc.

É claro, porém, que estes dois pontos não são suficientes para explicar a transformação de

Orwell num ícone do discurso liberal anti-comunista, principalmente nas décadas de 1950 e 1960, quando a caminhada da Guerra Fria estava a passos largos, e sua extensão atingiria irremediavelmente o pensamento intelectual e a cultura. O que demonstra as dificuldades que um estudo deste tipo exigiria. A difusão das ideias de Orwell nos EUA – e todo seu discurso de crítica, inclusive da *intelligentsia* de esquerda britânica – é, por exemplo, anterior a publicação do *Animal Farm*. Sua obra já era conhecida neste país desde o início da década de 1930: seu primeiro trabalho, por exemplo – o livro *Down and Out in Paris and London* – fora publicado simultaneamente em Londres e Nova York, em 1933. A partir deste texto, grande parte de sua obra seria, nos anos subsequentes, quase simultaneamente publicada na Inglaterra e nos EUA, além das inúmeras contribuições regulares para jornais e revistas do país. Já na década de 1940, as relações intelectuais e editoriais de Orwell com os EUA iriam se estreitar ainda mais, a partir da publicação de sua coluna na célebre revista de Nova York, *Partisan Review*. Intitulada “London Letters to Partisan Review”. A coluna, publicada entre março de 1941 e o verão de 1946, tinha como objetivo principal transmitir um retrato do ambiente na Inglaterra em meio ao caos da Segunda Guerra para o público estadunidense.

Mais tarde, na década de 1950, outro trabalho corroboraria ainda na elaboração dessa imagem acerca do posicionamento político e ideológico de Orwell nos EUA. A publicação do livro *Homage to Catalonia* também em Nova York, pela editora Harcourt and Brace, em 1952, e suas críticas contidas ali a atuação comunista durante a Guerra Civil espanhola (1936-1939), alimentariam o imaginário coletivo acerca das ideias anti-comunistas que pairavam sobre seu autor. Como argumenta Peter Marks (1995), a leitura descontextualizada desse livro nos EUA, assim como sua aproximação da esquerda não-stalinista concentrada em torno da *Partisan Review*, ajudaria a moldar a imagem subsequente de Orwell no país.

O ponto mais emblemático dessa apropriação de sua obra e, consequentemente, de sua própria figura na década de 1950, é, talvez, a compra dos direitos autorais do livro *Animal Farm*, em 1954, pela CIA, com a finalidade de produzir um desenho animado baseado no livro, e que serviria, nos anos subsequentes, como material de propaganda anti-comunista, primeiro nos EUA, e depois difundido no resto do mundo. Daniel J. Leab, num excepcional trabalho intitulado *Orwell subverted: The CIA and the filming of the Animal Farm*, publicado nos EUA, em 2006, analisa a produção do desenho animado, financiado pela CIA, assim como a influência deste desenho para a transformação da figura de Orwell num ícone cultural da luta anti-comunista nos EUA.

A visão da crítica em relação a obra de Orwell mudaria também, influenciada pelos acontecimentos políticos, econômicos, sociais e culturais, ao longo das décadas de 1950, 1960 e

1970, o que acabaria por impelir também a crítica a obra de Orwell a novos questionamentos. Os debates acerca das relações individuais e coletivas e as diversas formas de relacionamento das sociedades civis e os Estados ao longo das décadas de 1960 e 1970, por exemplo, nos EUA, teriam papel importante na retomada da crítica de Orwell naquele momento, principalmente por grupos intelectuais e acadêmicos que apoiavam as questões dos direitos civis nos EUA. O ano de 1968, por exemplo, data da publicação da primeira grande coleção de não-ficção de Orwell, o *Collected Essays* (op. cit.), é um ano de grande efervescência social pelo mundo. O Maio francês, seguido pela guerra de independência da Argélia, provoca grandes mudanças intelectuais no mundo. Da mesma maneira, o movimento hippie e a luta pelos direitos civis dos negros nos EUA, são emblemáticos na alteração dos paradigmas de relacionamento entre a sociedade civil e o Estado. Na América latina, os governos ditatoriais militares e a quebra constante dos direitos humanos, inserem questões culturais e políticas novas no pós-Segunda guerra na América Latina.

O panorama da crítica sobre a obra de Orwell sofreria então consideráveis alterações ao longo desse período. Entre o final da década de 1960 e toda a década de 1970, a obra de Orwell será revisitada num esforço de grande fôlego de recuperação de seus escritos, e, conseqüentemente, de sua crítica. Neste período é produzida então uma massa considerável de trabalhos especializados, principalmente nos países anglófonos, onde o interesse na obra de Orwell, toma a forma de uma análise estratégica em relação a uma importante fonte do discurso anti-comunista nos EUA, principalmente. Em parte, estes esforços justificam-se, primeiro pela publicação da *The Collected Essays*, em 1968, e a possibilidade de um panorama ampliado de sua crítica para o público não-especialista. Em parte, devido a aproximação do fatídico ano de “1984”, eternizado no imaginário coletivo internacional, devido ao romance de Orwell, e seu sucesso estrondoso de crítica, o que reaviva o interesse por sua obra e dá um novo fôlego a seus estudos.

Ao longo da década de 1980, este novo paradigma guiara as leituras de sua obra, dentro do novo contexto de interesse por seu ideário, construído nestes últimos anos. Em todo o mundo (inclusive no Brasil), sua obra é republicada praticamente de maneira completa (e em alguns casos publicada pela primeira vez, como no caso de alguns de seus livros então inéditos do público brasileiro). Sua ficção ganha um novo interesse, incluindo seus livros menos famosos como o *Down and Out in Paris and London* (1933), o *Burmese Days* (1934), *A Clergyman's Daughter* (1935), *Keep the Aspidochelone Flying* (1936), e o *Coming Up for Air* (1939), além de seus livros-reportagem, que obtiveram relativo reconhecimento anterior, como o *The Road to Wigan Pier* (1936) e o *Homage to Catalonia* (1938) – todos eles, contudo, já publicados, por exemplo nos EUA quase simultaneamente às primeiras edições inglesas, como já nos referimos. O *Animal Farm* e o *1984*, nesta toada, livros já de grande fama internacional, tornam-se *best-sellers* em novos mercados

leitores.

No Brasil, é possível compreender uma mudança de paradigmas na recepção da obra de Orwell, tomando como exemplo, mais uma vez, o *1984*. Publicado no Brasil pela primeira vez em 1954, pela Companhia Editora Nacional, em São Paulo, em 27 de janeiro de 1954, o livro tem uma tiragem de 4.007 cópias. Nas tiragens posteriores, ao longo das décadas de 1960, 1970 e início da década de 1980, o livro terá uma média de 4.000 cópias, atingindo a faixa das 15.000 cópias, nos anos de 1978, 1979 e 1980. O ápice editorial do livro, no entanto, atinge números exorbitantes nos anos seguintes. Este ápice começa com as tiragens de 15 de abril de 1983, com um total de 20.730 cópias. Em 11 de novembro do mesmo ano de 1983, atinge seu máximo com 40.460 cópias. Esse ápice editorial alcançado pela editora, vai até 26 de abril de 1984, quando o livro tem uma tiragem de 20.434 cópias.¹⁵⁹ O total de cópias produzidas do livro *1984* de Orwell neste período, de pouco mais de um ano, atingi os números impressionantes de 102.037.

No ano de 1984 ainda, é lançado na Inglaterra o filme baseado no livro, dirigido por Michael Radford, com os atores John Hurt (Winston Smith), Richard Burton (O'Brien) e Suzanna Hamilton (Julia), nos papéis principais. O filme seira premiado com o Evening Standard British Film Awards, como filme do ano, em 1984. Aquele é, contudo, uma segunda versão baseada no livro de Orwell. O Primeiro filme, seria produzido em 1956, dirigido por Michael Anderson. Essa primeira versão precede uma outra ainda: a primeira adaptação do livro, produzida pela BBC para a televisão, e exibida em 1954, tendo os atores Peter Cushing (como Winston) e André Morrel (O'Brien), nos papeis principais.

É necessário reconhecer desta forma, que a construção desse “mito” em torno do qual girou por muito tempo o nome de Orwell, erigido nas décadas de 1950 e 1960, e em torno do qual se estabeleceu a relação de sua obra do final da década de 1940 com que viria a ser transformar o mundo durante a Guerra Fria, emerge claramente da própria ambiguidade ideológica dos comentadores de sua obra, cujas leituras direcionavam um ponto de vista claramente ideológico na interpretação de seus textos. Muitos de seus comentadores argumentam – e entre eles o próprio Rodden – que Orwell é, sem dúvidas, um dos autores mais comentados do século XX, ao menos no que se refere a literatura e ao pensamento intelectual anglo-americano. E a amplitude de sua obra se alargaria ainda mais, com a midiatização que seu trabalho ganharia, através do cinema, por exemplo, na década de 1980. A ressonância de sua obra para além dos meios acadêmicos e dos debates em torno das relações e diálogos intelectuais do entre-guerras europeu, estendendo-se, como nos EUA, para a grande mídia e a indústria do entretenimento de massas, fez com que seu

¹⁵⁹ Os dados retirados dos arquivos da editora, vão de 1954 até 2001. Fonte: Companhia Editora Nacional: “Movimento de Edições: Biblioteca do Espírito moderno, Série 4ª (Literatura), Volume 24”. Edições do livro *1984*, George Orwell. Acervo histórico IBEP. Pesquisa efetuada entre setembro e outubro de 2007.

nome fosse rapidamente associado a isso que já nos referimos aqui, a partir das argumentações de Rodden, como uma “imagem pública” do autor, não necessariamente contudo, se referindo a sua própria condição de intelectual ou a sua atuação profissional nos anos em que produzira. Devido a este alcance que a obra de Orwell tomou nas décadas posteriores a sua morte – atingindo por exemplo, já na década de 1950, o grande público, através das primeiras adaptações para a televisão do *1984*, e, principalmente a produção do desenho animado baseado no *Animal Farm* – a gama de comentadores de sua obra cresceu, ao mesmo tempo, vertiginosamente, tanto quanto as diversas interpretações sobre seu trabalho.

Anexos

George Orwell (Eric Arthur Blair), 1943 – durante os anos em que trabalhou na BBC, entre 1941 e 1946 (Arquivo da BBC, Londres)

Homage to Catalonia. Londres, editora Secker and Warburg, 1938. primeira edição. (Coleção Daniel J. Leab. Brown University Library. 1997. Mostra on-line da coleção disponível em:
http://www.brown.edu/Facilities/University_Library/libs/hay/collections/orwell/leab.html)

Homage to Catalonia. Nova York, editora Harcourt and Brace, 1952. primeira edição nos EUA. (Coleção Daniel J. Leab. Brown University Library. 1997)

Inside the Whale. Londres, Victor Gollancz (editor), 1940. primeira edição ((Coleção Daniel J. Leab. Brown University Library. 1997)

Critica Essays. Londres, editora Secker and Warburg, 1946. primeira edição. (Coleção Daniel J. Leab. Brown University Library. 1997)

James Burnham and the Managerial Revolution. Londres, Socialist Book Centre. Julho, 1946. primeira edição.
(Coleção Daniel J. Leab. Brown University Library. 1997)

Politics and English Language. Evansville, Indiana. Hebert W. Simpson Inc. Dezembro, 1947. (Coleção Daniel J. Leab. Brown University Library. 1997)

Animal Farm. Londres, editora Secker and Warburg, 1945. primeira edição.(Coleção Daniel J. Leab. Brown University Library. 1997)

Animal Farm. Nova York, editora Harcourt and Brace, 1946. primeira edição nos EUA. (esta capa tem impressa uma referência como “cópia avançada e confidencial” do livro, além da inscrição pouco nítida na foto, “cópia revista” - supostamente por órgãos de inteligência nos EUA, antes do lançamento do livro para o grande público)(Coleção Daniel J. Leab. Brown University Library. 1997)

Nineteen Eight-four (1984). Londres, editora Secker and Warburg, 1949. primeira edição. (Coleção Daniel J. Leab. Brown University Library. 1997)

Nineteen Eight-four (1984). republicação da primeira edição, de 1949 (agora com capa vermelha), destacado pelo jornal *Evening Standard*, como “Livro do Mês”, já após o lançamento. (Coleção Daniel J. Leab. Brown University Library. 1997)

Nineteen Eight-four (1984). Nova York, editora Harcourt and Brace, 1949. primeira edição nos EUA. (Assim como aconteceu com o *Animal Farm*, esta capa do 1984, já em sua primeira edição nos EUA, traz inscrita “Advance Review Copy”, o que sugere uma análise de organismo de inteligência sobre o conteúdo do livro, antes de seu lançamento para o grande público nos EUA.(Coleção Daniel J. Leab. Brown University Library. 1997)

**Gráfico demonstrativo do movimento de edições de 1984,
George Orwell: 1954 -2001**

Fonte: Cia. Editora Nacional – São Paulo. 02/10/2007 9:50h

Documento: Movimento de Edições: Biblioteca do Espírito moderno, Série 4ª (Literatura), Volume 24. Edições do livro 1984, George Orwell.

Este gráfico se refere ao movimento de edições do livro 1984, editado no Brasil pela Companhia Editora Nacional, em São Paulo, entre 1954 – ano do lançamento da primeira edição do livro no país – e o ano de 2001, ultima referência da editora disponível para pesquisa. Veja-se que os anos de maior tiragem de cópias do livro são os meses entre 14/04/1983, 11/11/1983 e 1/12/1983. Ou seja, ao longo do ano de 1983, o livro alcançou uma vendagem de 63,190 cópias, em duas edições (décima sexta e décima sétima, com duas reimpressões). O livro voltaria a atingir um alto pico vendagem, em 26/04/1984, com uma tiragem de 20,434 cópias, na décima oitava edição do livro.

Capa da Revista *TIME*, 28 de Novembro de 1983. Apresentando, numa imagem caricata, “George Orwell: O pai do Big Brother”.

Bibliografia

1 – Obras de Orwell e estudos sobre sua produção

ALLDRITT, Keith. *The making of George Orwell: an essay in literary history*. London : Edward Arnold, 1969.

ANDERSON, Paul. *Orwell in Tribune: 'As I please' and others writings, 1943-1947*. New York: Hardcover, 2007.

BÈDARIDA, François. "Histoire et pouvoir dans 1984". *Vingtième Siècle. Revue d'histoire*, nº 1. (Janeiro, 1984). pp.7-13. In. <http://links.jstor.org/sici?sici=0294-1759%28198401%290%3A1%3C7%3AHEPD1%3E2.0.CO%3B2-R>

BENTES, Ivana. "984 em 2003". In. *Orwell reloaded*. Folha de São Paulo, SP, domingo, 1º Junho de 2003, Caderno MAIS! p.7

BERNSTEIN, Gerald S. "The Architecture of Repression: The built of Environment of George Orwell's 1984". In: *Journal of Architectural Education* (1984), vol. 38, n.2 (winter, 1985), pp.26-28. Disponível em www.jstor.org

BLUEMEL, Kristin. *George Orwell and the Radical Eccentrics: Intermodernism in Literary London*. New York: Palgrave Macmillan, 2004.

COURTINE, Jean-Jacques. "A brave New Language: Orwell's invention of 'Newspeak' in 1984". *Substance*, vol. 15, nº 2, Issue 50. (1986), pp.69-74. In. <http://links.jstor.org/sici?sici=0049-2426%281986%2915%3A2%3C69%3AABNLOI%3E2.0.CO%3B2-7>

CRICK, Bernard. *George Orwell: A Life*. New York: Paperback, 1980.

DEVROEY, Jean-Pierre. *Ame de cristal : george orwell au present*. Bruxelles: Ed de L'universite de Bruxelles, 1984

FLEAY, C.; SANDERS, M.L. "Looking into the Abyss: George Orwell at the BBC". *Journal of Contemporary History*, Vol.24, No.3 (Jul., 1989), pp.503, 18. Local: <http://links.jstor.org/sici?sici=00220094%28198907%2924%3A3%3C503%3ALITAGO%3E2.0.CO%3B2-X>

GLEASON, Abbott. "Totalitarianism in 1984". *Russian Review*, vol. 43, nº2. (Abril, 1984). pp.145-159. In. <http://links.jstor.org/sici?sici=0036-0341%28198404%2943%3A2%3C145%3A%22I1%3E2.0.CO%3B2-2>

GREENBLATT, Stephen. *Three modern satirists: Waugh, Orwell, and Huxley*. New Haven : Yale University Press, 1968.

HOWE, Irving. "Orwell: history as nightmare". In. *Politics and the Novel*. New York: Fawcett Premier book, 1967 pp.241-251.

- INGLE, Stephen. *The Social and Political Thought of George Orwell: A Reassessment* (Rutledge Studies in Social and Political Thought). New York: Taylor & Francis; 2007.
- LEYS, Simon. *Orwell ou o horror da política*. Lisboa: Contexto, 1984.
- MEYERS, Jeffrey (org.). *George Orwell: The critical heritage*. London, Boston: Routledge & K. Paul, 1975.
- MARKS, Peter. "Where He Wrote: Periodicals and the Essays of George Orwell". *Twentieth Century Literature*. Vol.41, No.4 (Winter, 1995), pp.266-283. Local: <http://links.jstor.org/sici?sici=0041462X%28199524%2941%3A4%3C266%3AWHWPAT%3E2.0.CO%3B2-D>
- NETO, Ricardo B. *Orwell: a busca da decência*. São Paulo: Brasiliense, 1984
- ORWELL, George. *A caminho de Wigan*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- _____. 1984. São Paulo: Companhia Editora nacional, 1986.
- _____. 1984. São Paulo: Companhia Editora nacional, 2005.
- _____. *A Revolução dos bichos*. São Paulo: Editora Globo, 2002.
- _____. *Collected essays*. 2.ed. London : Secker & Warburg, 1975.
- _____. *Critical essays*. London : Secker and Warburg, 1951.
- _____. *Decline of the English murder : and other essays*. Harmondsworth, Middlesex : Penguin Books, in association with Secker & Warburg, 1953.
- _____. *Dias na Birmânia*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.
- _____. *England, your England : and other essays*. London : Secker & Warburg, 1953.
- _____. *Lutando na Espanha*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1986.
- _____. *Lutando na Espanha, homenagem à Catalunha, recordando a guerra civil espanhola e outros escritos*. São Paulo: Editora Globo, 2006
- _____. *Na pior em Paris e em Londres*. Rio de Janeiro: Philobiblion, 1986.
- _____. *Orwell in Spain*. Org. Peter Davidson. London: Penguin books, 2001.
- _____. *Shooting an elephant*. London : Secker and Warburg, 1950
- _____. *The Collected Essays, Journalism and Letters of George Orwell*. Org. Sonia Orwell and Ian Angus. London: Secker and Warburg, 1968. 4 volumes.
- _____. *The Complete Works of George Orwell*. Org. Peter Davinson. London: Sacker and Warburg, vol.1-9, 1986; vol.10-20, 1998.
- _____. *The lion and the unicorn: socialism and the English genius*. with an introduction by Bernard Crick. Harmondsworth; New York : Penguin Books, 1982.
- _____. *The Orwell reader*. New York: Harvest book, 1956.
- _____. *The war broadcasts*. Harmondsworth: Penguin, 1987.
- _____. *Why I Write*. London: Penguin books, 2004.

Orwell Reloaded. Folha de São Paulo, SP, domingo, Caderno MAIS!, 1º junho 2003.

PARTINGTON, John S. "The Pen as Sword: George Orwell, H.G. Wells and Journalistic Parricide". *Journal of Contemporary History*, Vol. 39, No. 1 (Jan., 2004). Sage Publications, Ltd. pp. 45-56. In: <http://www.jstor.org/stable/3180669>

REAME, Cecília Monteiro. *Sentidos de memória : considerações sobre o discurso na obra 1984*. Madrid, 2009. Disponível em : <http://www.ucm.es/info/especulo>. Indexado no MLA International Bibliography.

RODDEN, John. "On the Political Sociology of Intellectuals: George Orwell and the London Left Intelligentsia of the 1930s". *Canadian Journal of Sociology / Cahiers canadiens de sociologie* > Vol. 15, No. 3 (Summer, 1990), pp. 251-273. In: <http://links.jstor.org/sici?sici=03186431%28199022%2915%3A3%3C251%3AOTPSOI%3E2.0.CO%3B2-Z>

_____. *The Politics of Literary Reputation*. New Jersey: Transaction Publishers, 2006.

SILVA, Matheus C. "É possível contar a história? George Orwell e a re-invenção da linguagem sob o totalitarismo." In: *3º Simpósio Nacional de História da Historiografia: aprender com a história?*. Mariana-MG, Universidade Federal de Ouro Preto, 25 a 27 agosto 2009. disponível: anais eletronicos (cd-rom).

_____. "História, memória e a (re)construção da identidade no 1984 de George Orwell". In: *IV Simpósio Nacional de História Cultural da ANPUH*. Goiânia-GO, Universidade Católica de Goiás, 13 a 17 de outubro de 2008. (cd-rom)

_____. "Memórias de uma guerra perdida: memória, identidade e imprensa na crítica orwelliana a repercussão da Guerra Civil espanhola, 1936-1937." In: *XIX Encontro Regional da ANPUH, Seção São Paulo*. São Paulo, Universidade de São Paulo, 8 a 12 de setembro 2008. disponível em <http://www.anpuhsp.org.br/>

_____. *O limite do pessimismo: traços da constituição histórico-sociológica do imaginário literário orwelliano*. São Paulo/Santo André: Fundação Santo André, 2006. monografia de conclusão de curso. Exemplar disponível na biblioteca da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FAFIL).

_____. "O totalitarismo inventado: leitura, literatura e imaginação na obra de não-ficção de George Orwell". In *III Encontro de Pós-graduandos da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências humana da Universidade de São Paulo (EPOG)*. São Paulo, Universidade de São Paulo, 17 a 19 de novembro de 2008. disponível em: caderno de resumos do III EPOG (cd-rom)

STEINHOFF, William. *George Orwell and the origins of 1984*. London: Weindenfeld and Nicolson, 1975.

WILLIAMS, Raymond. *Orwell*. London: Fontana/Collins, 1971.

WOODCOOK, George. *Crystal Spirit: A Study of George Orwell*. New York: Black Rose Books, 2005.

2- Historiografia e Teoria: História e memória

BLOCH, Marc. *Apologia da história: ou o ofício do historiador*. São Paulo: Jorge Zahar, 2002.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: Lembranças de velhos*. São Paulo: EDUSP, 1987.

BURKE, Peter. (org) *A escrita da história*. São Paulo: Editora da UNESP, 1995.

CAPELATO, M. H. & DUTRA, E. R. F. “Representação política. O reconhecimento de um conceito na historiografia brasileira”. In: FLAMARION, Ciro. & MALERBA, J. (orgs). *Representações: contribuição em um debate transdisciplinar*. Campinas: Papirus, 2000.

CARR, E.H. *Que é História?* São Paulo: Paz e Terra, 2002

CERTEAU, Michel. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense universitária, 1982.

_____. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990

_____. *Pratiques de la lecture*. Paris: Payot, 1993.

DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DOSSE, François. *História e Ciências Sociais*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2004.

DOSSIÊ “Trabalhos da memória”. Revista Projeto História. São Paulo, nº17, novembro, 1998.

ENNE, Ana L. S. “Memória, identidade e imprensa em uma perspectiva relacional”. *Revista Fronteiras – estudos midiáticos*. VI(2):101-16, julho/dezembro 2004.

FERRO, Marc. *A história vigiada*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

FILHO, Daniel A. R. et alii. *Versões e ficções: o seqüestro da história*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1997.

FREEDMAN, Jean R. *Whistling in the Dark: Memory and Culture in Wartime London*. Kentucky: University Press of Kentucky, 1998.

GAGNEBIN, Jeanne M. “Após Auschwitz”. In: SELIGMAN-SILVA, Márcio. (org). *História, memória e literatura*. Campinas: Editora UNICAMP, 2003. pp.89-110.

_____. *História e narração em Walter Benjamin*. São Paulo: Perspectiva, 1994.

_____. *Sete aulas sobre linguagem, memória e história*. Rio de Janeiro: Imago, 1997.

GINZBURG, Carlo. *Olhos de madeira*. São Paulo: Companhia das letras, 2001.

_____. *O queijo e os vermes*. São Paul: Companhia das Letras, 2000.

_____. *Mitos, emblemas e sinais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. *Relações de força*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- HARTOG, François; REVEL, Jacques. (org). *Les Usages politiques du passé*. Paris: Éditions de L'École des Hautes Études em Sciences Sociales, 2001.
- HOBASBAWM, Eric; RANGER, Terence (org.). *A invenção das tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- _____. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (org). *História, Novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976. 3 volumes
- _____. *Memória*. In Enciclopédia Einaudi. Einaudi, Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1984. vol. 1
- _____. *História e memória*. Campinas : Ed. da Unicamp, 2003.
- MENESES, Ulpiano Bezerra de. "A história, cativa da memória?". *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, v.34, 1992. pp.9-23.
- NORA, Pierre. "Entre mémoire et histoire, la problématique des lieux". In. NORA, Pierre (org.) *Le lieux de mémoire*. Tome I (La Republic). Paris: Galllimard, 1984.
- _____. (org). *Les lieux de la mémoire*. Paris: Gallimard, 1984.
- 4 volumes.
- POLLAK, Michael. "Memória, esquecimento, silêncio.". *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, nº3, vol.2, 1989. pp.3-15.
- _____, "Memória e identidade social". *Estudos históricos*, vol.5, nº.10. Rio de Janeiro, 1992.
- RICOEUR, Paul. *La mémoire, l'histoire, l'oubli*. Paris: Éditions du Seuil, 2000.
- RICHARDS, Michael. "From culture war to civil society: Francoism, social change and memories of the Spanish Civil war". *History & Memory* - Volume 14, Number 1/2, Fall 2002, pp. 93-120 In: http://muse.jhu.edu/journals/history_and_memory/v014/14.1richards.html
- SEIXAS, Jacy Alves de. "Comemorar entre memória e esquecimento: reflexões sobre a memória histórica", *História: questões e debates. Associação paranaense de história*, Programa de Pós-graduação em História, UFPR, jan - jul., 2000.
- _____. "Percursos de memória em terras de história: problemáticas atuais." In. BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia. (org.) *Memória e (re)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. "Catástrofe, história e memória em Walter Benjamin e Chris Marker: a escritura da memória". In SELIGMANN-SILVA, M. (org). *História, memória, literatura*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003. pp.387-414.

- _____. (org). *História, memória e literatura*. Campinas: Editora UNICAMP, 2003
- SILVA, Matheus C. “Entre fatos e versões: o papel dos 'discursos de memória' na (re)construção da memória da Guerra Civil espanhola(1936-1939). In: *I Seminário Nacional de História Política*, Rio de Janeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), 17 a 21 setembro 2009. (cd-rom)
- TODOROV, Tzvetan. *Les abus de la mémoire*. Paris: Arléa, 1995.

3 - Teoria e crítica: Cultura e sociedade

- ADORNO, Theodor W. *A indústria cultural*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- _____. *Notas de literatura I*. São Paulo: Editora 34/Duas cidades, 2003.
- ALTHUSSER, Louis. *Posições 2*. Rio de Janeiro: Graal editora, 1980.
- ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Univ, 1989.
- _____. *Da violência*. Brasília: Editora UNB, 1985
- ASSOUN, Paul-Laurent. *Escola de Frankfurt*. Trad. Helena Cardoso. Lisboa : Publicações Dom Quixote, 1989.
- BACZKO, Bronislaw. “Imaginação social”. In. *Enciclopédia Einaudi*. Vol. 5. Vila da Maia: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985. PP.333-96.
- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2006.
- BALANDIER, George. *O poder em cena*. Brasília, UnB, 1980.
- BENJAMIN, Walter. "A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica". In: LIMA, Luiz Costa (org.). *Teoria da cultura de massa*. 2. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978, p. 209-140.
- _____. *Obras escolhidas*. São Paulo: Brasiliense, 1993. 4 volumes.
- BERGER, John. *Modos de ver*. 3. ed. Barcelona, Gustavo Gili (Coleção Comunicacion Visual)., 1980.
- BOSI, Ecléa. *Cultura de Massa e Cultura Popular: leituras operárias*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1978.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 1989.
- CANETTI, Elias. *Massa e poder*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.
- CANCLINI, Nestor Garcia. *Consumidores e Cidadãos. Conflitos multiculturais da globalização*, Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 4ª ed., 2001.
- CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- CHARTIER, Roger. “Du livre au lire”. In: CHARTIER, R. (org). *Pratiques de la lecture*. Paris: Éditions Payot, 1993. pp.79-113.

- CHAUÍ, Marilena. *Mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.
- CHIAPPINI, Lígia. “Ficção, cidade e violência no Brasil pós-64: aspectos da história recente narrada pela ficção”. In: LEENHARDT, Jacques & PESAVENTO, Sandra, (org). *Discurso histórico e narrativa literária*. Campinas: Unicamp, 1998.
- CERTEAU, Michel. *La culture au pluriel*, Paris, Christian Bourgois Éditeur, 1980.
- DEBORD, Guy. *La sociedad del espectáculo*, Valencia, Pre-Textos, 2000.
- Diálogos sobre as massas, o medo e a morte: uma conversa entre Elias Canetti e Theodor W. Adorno. In: *Novos Estudos Cebrap*, n. 21, julho 1998, pp.116-132.
- ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- _____. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Zahar, 1995. 2 volumes
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Rio de Janeiro: Loyola, 1996.
- _____. *Microfísica do poder*. São Paulo: Paz e Terra/Graal, 2003.
- GUBERN, Román. *La mirada opulenta: exploración de la iconosfera contemporánea*. Barcelona, Gustavo Gili,
- _____. *Medios icónicos de masas*, Madrid, História 16, 1997.
- HABERMAS, Jürgen. *A constelação pós-nacional*. São Paulo: Littera Mundi, 2001.
- _____. *Mudança estrutural da esfera pública : investigação quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro : Tempo Brasileiro, 2003
- JAMESON, F. *O inconsciente político*. São Paulo: Ática, 1992.
- LIMA, Luiz Costa (org.). *Teoria da cultura de massa*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 4ª ed., 1990.
- MACLUHAN, Marshall. *A galáxia de Gutemberg*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1972.
- _____. *Os meios de comunicação como extensões do homem*. São Paulo: Editora Cultrix, 1996.
- _____. “Visão, Som e Fúria.” In: LIMA, Luis Costa. *Teoria da cultura de massa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- MAFFESOLI, Michel. *A violência totalitária: ensaio de antropologia política*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- MARCUSE, Herbert. *Cultura e sociedade*. São Paulo: Paz e Terra, 1997. vol.1
- _____. *Eros e civilização*. Rio de Janeiro: LCT editora, 1999.
- _____. *Ideologia da sociedade industrial*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1967.
- MICELI, Sérgio. “O papel político dos meios de comunicação de massa” In: SOSNOWSKI, Saul e PEREIRA, C. A. et alii. *Linguagens da violência*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.
- SCHWARTZ, Jorge. *Brasil: o trânsito da memória*. São Paulo: Edusp, 1994.

- REIS, Elisa P. “O Estado Nacional como ideologia: o caso brasileiro”. *Estudos Históricos*. São Paulo: APDH, 1988. n.1988/2.
- REMOND, René. (org). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- Revista USP - *Dossiê Sociedade de Massas e Identidade*, São Paulo, USP, dez.-jan.-fev.- n.32, 1996-7. Hermes 2. Masses et Politique, Paris, Editions du CNRS, 1988.
- RIBEIRO, R. J. “A dor e a injustiça”. In: COSTA, J. F. *Razões públicas, emoções privadas*. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.
- ROSENFELD, Anatol. “Arte e fascismo”. In: . *Texto / contexto II*. São Paulo: Perspectiva / Edusp / Ed Unicamp, 1993.
- SCHOLLHAMMER, K. E. “Os cenários urbanos da violência na literatura brasileira”. In: PEREIRA, C. A. et alii. *Linguagens da violência*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio & NESTROVSKI, Arthur, org. *Catástrofe e representação*. São Paulo: Escuta, 2000.
- TODOROV, Tzvetan. *As estruturas Narrativas*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1970.
- VAILLANT, Alain. “Poéticas de la escritura periódica: cuestiones de método y de historia literaria”. *Revista Secuencia*, n. 62, maio0agosto 2005, México.

3 – Bibliografia Geral: História contemporânea, sociedade e cultura, autoritarismo e totalitarismo

- AGRAMUNT LACRUZ, Francisco. *Arte y represión en la guerra civil española : artistas en checas, cárceles y campos de concentración*. [Valencia]; [Valladolid] : Generalitat Valenciana: Junta de Castilla y León, Consejería de Cultura y Turismo, 2005.
- ALMEIDA, Paulo Roberto de. “Brasileiros na Guerra Civil espanhola: combatentes na luta contra o fascismo”. *Revista de Sociologia e Política*, n. 12: 35-66, JUN. 1999.
- ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- BERTONHA, João F. “Entre Mosley, Whittaker e Plínio Salgado: interfaces entre o universo fascista do Brasil e do mundo anglo-saxão”. In: *Interfaces Brasil/Canadá*, Porto Alegre, v. 1, n. 2, 2002. pp.129-141.
- BUCHANAN, Tom. *Britain and the Spanish Civil War*. New York: Cambridge University Press, 2006.
- _____. “The Death of Bob Smillie, the Spanish Civil War, and the Eclipse of the Independent Labour Party”. *The Historical Journal*, Vol. 40, No. 2 (Jun., 1997), pp. 435-461. In: <http://www.jstor.org/stable/2640074>.

CAPELATO, Maria Helena. “Ensino Primário franquista; os livros escolares como instrumento de doutrinação infantil”. São Paulo, 2009. In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.29, n.57, pp.117-145, 2009.

_____. “Propaganda política e construção da identidade nacional coletiva”. São Paulo, 1996. In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 16, n. 31/32, p. 328-352, 1996.

_____. “A construção da identidade nacional em políticas de massa : os textos infantis”. Franca : UNESP, 2002.p. 102-103. In *Encontro Regional de História : poderes e representações* (16. : 2002 : Franca); In: Programa e Resumos Franca : UNESP, 2002, setembro 2002

CENARRO, Ângela. “Memory beyond the Public Sphere: the francoist repression remembered in Aragon”. *History & Memory* - Volume 14, Number 1/2, Fall 2002, pp. 165-188. In: http://muse.jhu.edu/journals/history_and_memory/v014/14.1cenarro.html

CHARLOT, Monica; MARX, Roland, (org). *Londres, 1851-1901 : a era vitoriana ou o triunfo das desigualdades*. Rio de Janeiro : Jorge Zahar, 1993.

CERQUEIRA FILHO, Gisálio; NEDER, Gizlene. “Ecos da Segunda República e da Guerra Civil Espanhola no Brasil”, Rio de Janeiro, 1999. In. *Revista Tempo*, Rio de Janeiro, n.8, v. 4, pp.110-122. dezembro 1999.

Congreso Plural "60 Años Después" : (1999 : Universidade de Santiago de Compostela, etc.) *Cultura, historia y literatura del exilio republicano español de 1939 : actas del Congreso Internacional "Sesenta Años Después"* (Andújar, Jaén, 1999) / edición de Eugenio Pérez Alcalá, Carmelo Medina Casado. [Barcelona?]; [Jaén, Spain] : Associacio d'Idees: Universidad de Jaén, [2002] Seminari de Literatura Espanyola Contemporània, Grup d'Estudis de l'Exili Literari, Departament de Filologia Espanyola, Universitat Autònoma de Barcelona

DASSÚ, Marta. Frente única e frente popular: O VII Congresso da Internacional comunista. In. Hobsbawm, E. (et alli) *História do Marxismo. O marxismo na época da Terceira internacional: da terceira internacional comunista de 1919 às frentes populares*. São Paulo: Paz e Terra, 1988. Volume 6. pp.293-336.

ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo editorial, 2008.

_____. *Do socialismo utópico ao socialismo científico*. São Paulo: Editora Centauro, 2005.

GAY, Peter. A educação dos sentidos: A experiência burguesa da rainha Vitória a Freud. São Paulo : Companhia das Letras, 1989. volume 1.

GILBERT, James. “Literature and Revolution in the United States: The Partisan Review”. *Journal*

of Contemporary History. Vol. 2, No. 2, Literature and Society (Apr., 1967), pp. 161-176

Local:<http://links.jstor.org/sici?sici=0022-0094%28196704%292%3A2%3C161%3ALARITU%3E2.0.CO%3B2-J>

CIRICI, Alexandre. *La estética del franquismo*. Barcelona, Gustavo Gili, 1977. (Colección Punto y Línea).

HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. *Era dos Impérios*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

_____. (et alli). *História do Marxismo. O marxismo na época da Terceira internacional: da terceira internacional comunista de 1919 às frentes populares*. São Paulo: Paz e Terra, 1988. volume 6.

_____. *Tempos interessantes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

JOLL, James. *Anarquismo e anarquistas*. Lisboa: Dom Quixote, 1977

KOWALSKY, Daniel. *La Unión Soviética y la guerra civil española : una revisión crítica*. prólogo de Stanley G. Payne ; tradução castellana de Teófilo de Lozoya y Juan Rabasseda-Gascón. Barcelona : Crítica, 2004.

MAYER, Arno. *A força da tradição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

MAZOWER, Marc. *O continente sombrio. A Europa no século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MEIHY, José C. S. B. “O Brasil na Guerra Civil espanhola”. In: *Olho da História: revista de história contemporânea*, Salvador, junho, vol. 2, n.2, s/p. Disponível em <http://www.oohodahistoria.ufba.br/02meihy.html>.

MOORE, Berrington Jr. *As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

NOVINSKY, Anita. “Os regimes totalitários e a censura”. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. (org). *Minorias silenciadas: história da censura no Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2002. pp.25-36.

Olho da História: revista de história contemporânea, Salvador, UFBA, junho, n.2, 1996. *Dóssie 60 anos da Guerra Civil espanhola*.

PEREIRA, Wagner Pinheiro. *Guerra das imagens : cinema e política nos governos de Adolf Hitler e Franklin D. Roosevelt (1933-1945)*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2003. 386 p + anexos. Dissertação (Mestrado)

REICH, Wilhelm. *Psicologia de massas do fascismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

RIBEIRO, Renato J. O direito de sonhar. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. (org). *Minorias silenciadas: história da censura no Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2002. pp. 15-22.

ROVIDA, Giorgio. A Revolução e a Guerra na Espanha. In: HOBSBAWM, Eric et alli. *História do*

Marxismo. São Paulo: Paz e Terra, 1988. volume 6. pp. 337-377

SARLO, Beatriz. “Literatura y autoritarismo”. In MASSUH, Gabriela, org. *Formas no políticas del autoritarismo*. Buenos Aires: Goethe Institut, 1991.

SADER, Emir. “Totalitarismo e autoritarismo: teoria e ideologia”. In. Vários (orgs.) *Florestan ou o sentido das coisas*. São Paulo: Boitempo, 1998.

SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu estático na Metrópole: São Paulo nos frementes anos 20*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SCHNAIDERMAN, Boris. “A recuperação da memória cultural na Rússia”. In CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. (org). *Minorias silenciadas: história da censura no Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2002. pp.37-45

_____. *Os escombros e o mito*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

THOMAS, Hugh. *A guerra civil espanhola*. Rio de Janeiro : Editôra Civilização Brasileira, [1964]. 2 volumes

TODOROV, Tzvetan. *O homem desenraizado*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

_____. *Memóire du mal. Tentation du bien. Enquête sur le siècle*. Paris: Roberty Laffont, 2000.

4 - História Intelectual, das ideias e da cultura

ADORNO, Theodor. *Revendo o surrealismo*. In. *Notas de literatura I*. São Paulo: Duas Cidades, 2002.

AUERBACH, Erich. *Ensaio de Literatura Ocidental*. São Paulo: Duas Cidade/Editora 34, 2007.

BARTHES, Roland. *A câmara clara*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1984.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Edição 1. ed.São Paulo : Brasiliense, 1985

BLOOM, Alexander. *Prodigal Sons*. New York: Oxford University Press, 1986.

BONOMO, Pier Domenico (org.). *Fotografia e información de guerra: España 1936-1939*. Barcelona, Gustavo Gili, 1977. (Colección Punto y Línea).

BOURDIEU, Pierre (org.). *Un art moyen: essai sur les usages sociaux de la phtographie*. 2. ed. Paris, Les Editions de Minuit, 1965.

BRETON, André. *Manifestos do Surrealismo*. Trad. Luiz Forbes. Pref. Cláudio Willere. São Paulo: Brasiliense, 1985

CHARTIER, Roger. *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*. São Paulo: UNESP, 2004.

_____. *Origens Culturais da Revolução Francesa*. São Paulo: UNESP, 2009.

- CHURCHILL, Winston, Sir. *Sangue, suor e lagrimas*. Rio de Janeiro : Jose Olympio, 1941.
- COLLINGWOOD, R. G. *The philosophy of enchantment : studies in folktale, cultural criticism, and anthropology*. Edited by David Boucher, Wendy James, and Philip Smallwood. Oxford; New York : Clarendon Press: Oxford University Press, 2007.
- _____. *Essays in political philosophy*. Edited with an introduction by David Boucher. Oxford : Clarendon, 1989
- COONEY, Terry. *The Rise of the New York intellectuals. Partisan Review and its circle, 1934-1945*. Wiscosin: The University of Winsconsin Press, 1986.
- CEVASCO, Maria Elisa Burgos. *Para ler Raymond Williams*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- CLARK, Toby. *Arte y propaganda en el siglo XX : la imagen política en la era de la cultura de masas*. tradução, Isabel Balsinde. Tres Cantos, Madrid : Akal Ediciones, c2000
- CUNHA, José Gay da. *Um brasileiro na Guerra Civil espanhola*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1986.
- DARNTON, Robert. *Edição e Sedição*. São Paulo:Companhia das Letras, 1995.
- _____. *Os Best-sellers proibidos da França pré revolucionária*. São Paulo: Companhia da Letras, 1998.
- DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel. (org.) *Revolução Impressa: A imprensa na França, 1775-1800*. São Paulo: EDUSP, 1996.
- DUBOIS, Phillipe. *El acto fotográfico: de la representación a la recepción*. Barcelona,
- GOMBRICH, E. H. *Arte e ilusão: um estudo da psicologia da representação pictórica*. São Paulo, Martins Fontes, 1995
- GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. São Paulo: Círculo do livro, s.d.
- HAUSER, Arnold. *História Social da Arte e da Literatura*. São Paulo:Amrtins Fontes, 1998.
- HOWE, Irving. *Politics and the Novel*. New York: Fawcett Premier book, 1967.
- HUGHES, Stuart. *Consciousness and Society: The Reorientation of European Social Thought, 1890-1930*. New York: Vintage Books, 1961.
- _____. *The Obstructed Path, French Social Thought in the Years of the Desperation, 1930-1960*. New Brunswick/London: Transaction Publishers, 2002.
- HUXLEY, Aldous. *Admirável Mundo Novo*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2001.
- KOSSOY, Boris. “Fotografia e história”. São Paulo, Ática, 1989. KOSSOY, Boris. *Realidades e ficções na trama fotográfica*. São Paulo, Ateliê Editorial, 1999
- KRAUSS, Rosalind. *L'amour fou : photography & surrealism*. New York : Abbeville, 1985.
- _____. *O fotográfico*. [Barcelona] : Editorial Gustavo Gili, 2002.
- LIMA, Daniela Alves. “Entre tradição e modernidade: José Antonio Primo de Rivera e a

- nova Espanha falangista”. In: *I Seminário Nacional de História Política*, Rio de Janeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), 17 a 21 setembro 2009. (cd-rom)
- MESSINA, Giselle Beiguelman. *Hemingway e a república : por quem os sinos dobram?* São Paulo: Universidade de São Paulo, 1991. Tese de doutorado.
- NERUDA, Pablo. *Confesso que vivi. Memórias*. São Paulo: Circulo do livro, 1979.
- ORTEGA Y GASSET, José. *A rebelião das massas*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- _____. *Desumanização das artes*. São Paulo: Cortez, 1991.
- PANOFSKY, Erwin. *Estudios sobre iconologia*. Madrid, Aliznza Ed., 1982.
- _____. *Significado nas artes visuais*. São Paulo, Perspectiva, 1979.
- PAZ, Octavio. *Marcel Duchamp ou o Castelo da Pureza*. São Paulo: Perspectiva, 1977.
- PEREIRA, G. F. “O Liberalismo como resposta ao Nazismo e ao Fascismo segundo R. G. Collingwood”. In: *XIX Encontro Regional de História Anpuh São Paulo*, 2008, São Paulo. Poder, exclusão e violência., 2008.
- RUSSELL, Bertrand. *Autobiografia de Bertrand Russell : 1914-1944*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1970
- SAID, Edward. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia da Letras, 1995.
- _____. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- _____. *Representações do intelectual. Conferências do Reith de 1993*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- SALIBA, Elias Thomé. “As imagens canônicas e a história”. In: CAPELATO, Maria Helena et all. *História e cinema : duas dimensões históricas do audiovisual*. São Paulo : Alameda, 2007.pp.85-96.
- SARLO, Beatriz. “Raymond Williams”. In: *Paisagens Imaginárias*. São Paulo: Edusp, 1997. pp.85-95.
- SCHORSKE, Carl E. *Pensando com a história : indagações na passagem para o modernismo*. São Paulo : Companhia das Letras, 2000
- SPIEGELMAN, Art. *Maus: a história de um sobrevivente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária inglesa*. São Paulo: Paz e Terra, 2003. Volume 3.
- _____. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Org. Antonio Luigi Negro e Sergio Silva. Campinas, SP : UNICAMP, 2001
- _____. *Miséria da teoria : ou um planetário de erros ; uma crítica do pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro : Zahar, 1981
- VASCONCELOS, Sandra Guardini Teixeira. *A formação do romance inglês : ensaios teóricos*.

Paulo, 2000.

WALD, Alan M. *The New York Intellectuals: The rise and decline of the Anti-stalinist left from the 1930s to the 1980s*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1987.

WATT, Ian. *A ascensão do romance : estudos sobre Defoe, Richardson e Fielding*. Trad. Hildegard Feist. São Paulo : Companhia das Letras, 1996

WILLIAMS, Raymond. *Cultura e Sociedade (1780-1950)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

_____. *O campo e a cidade: na historia e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. *Politics and letters : interviews with New Left Review*. Conducted by Perry Anderson, Anthony Barnett, and Francis Mulhern of the editorial committee of New Left Review. London: New York : Verso: distributed in the USA and Canada by Schocken Books, 1981.

WILSON, Edmund. *Anos vinte : extraídos dos cadernos e diários*. São Paulo : Companhia das Letras, 1987.

_____. *O castelo de Axel : estudo acerca da literatura imaginativa de 1870-1930*. São Paulo : Cultrix, 1967.